



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

MAURÍCIO MOREIRA CARDOSO

A RESPONSABILIDADE ATIVA EM CARTAS AO EDITOR EM *NEWSWEEK*

FORTALEZA

2014

MAURÍCIO MOREIRA CARDOSO

A RESPONSABILIDADE ATIVA EM CARTAS AO EDITOR EM *NEWSWEEK*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elias Soares.

FORTALEZA

2014

MAURÍCIO MOREIRA CARDOSO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- C264r Cardoso, Maurício Moreira.
A responsividade ativa em cartas ao editor em Newsweek / Maurício Moreira Cardoso. – 2014.
294 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Linguística.
Orientação: Profa. Dra. Maria Elias Soares.
- 1.Cartas de leitores. 2.Compromisso(Psicologia). 3.Responsabilidade. 4.Análise crítica do discurso. 5.Análise do diálogo. 6.Newsweek(Revista). I.Título.

A RESPONSABILIDADEATIVA EM CARTAS AO EDITOR EM *NEWSWEEK*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elias Soares.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Elias Soares (orientadora)

Profª Drª Claudiana Nogueira de Alencar - UECE

Profº Drº José Roberto Alves Barbosa - UERN

Profª Drª Maria Izabel Santos Magalhães - UnB

Profª Drª Maria Margarete Fernandes de Sousa - UFC

À Inteligência Suprema.

A todos que zelam pela Verdade.

Aos meus pais, Antônio e Maria Luíza.

AGRADECIMENTOS

À **UECE** – Universidade Estadual do Ceará – universidade em que trabalho e que possibilitou minha pesquisa.

À Prof^a Dr^a **Maria Elias Soares**, que me acompanhou nesta jornada desafiadora.

À Prof^a Dr^a **Maria Claudete Lima**, por suas importantes contribuições a este trabalho.

À Prof^a Dr^a **Márcia Teixeira Nogueira**, por indicação de leituras teóricas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua da UFC e a todos os seus colaboradores, particularmente ao funcionário **Eduardo Xavier Ary Andrade**.

À **FUNCAP** – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Aos membros Banca Examinadora: Prof^a Dr^a **Maria Izabel Santos Magalhães** – UnB, Prof^a Dr^a **Claudiana Nogueira de Alencar** – UECE, Prof^o Dr^o **José Roberto Alves Barbosa** – UERN, Prof^a Dr^a **Maria Margarete Fernandes de Sousa** – UFC.

“Tomei a decisão de fingir que todas as coisas que até então haviam entrado na minha mente não eram mais verdadeiras do que as ilusões dos meus sonhos.” (René Descartes)

RESUMO

Este trabalho de investigação científica, que se insere na área conhecida como Análise Crítica de Discurso, objetiva fornecer evidências para a proposição geral de que a responsividade ativa – conforme conceituada por Mikhail Bakhtin – guarda uma escalaridade que resulta de um maior ou menor engajamento do enunciador em gerar o seu enunciado. A maior ou menor intensidade do referido engajamento pode ser avaliada por um fator que denominado “grau de responsividade/responsabilidade ativa”. Este se situa em um intervalo que varia de 0 a 9. O valor “9” representa o mais alto grau de responsividade/responsabilidade possível, conforme a referida escala. Chega-se ao grau de responsividade/responsabilidade contido em determinado enunciado pertencente ao *corpus* estudado pela interação dos seguintes elementos: **natureza da carta, posição ideológica, referência à manipulação ideológica, marcas de subjetividade, presença do coenunciador, formas de intertextualidade**. Estes elementos foram usados na categorização do *corpus* de 153 cartas colhidas da revista *Newsweek* no período compreendido entre agosto de 2011 a fevereiro de 2012. A categorização foi executada com o uso do *software SPSS 7.5 for Windows*. A fim de levar a termo a jornada investigativa que empreendemos, baseamo-nos, centralmente, em Bakhtin (2000), Fairclough (2003), Maingueneau (1997), Thompson (2009), Palmer (1986) e Neves (2007). Pelas análises quantitativa e qualitativa feitas, concluímos que existe um grau de responsividade/responsabilidade ativa nos termos da escala que concebemos e das categorias que apresentamos. As seguintes categorias de análise revelaram efetiva influência sobre o grau de responsividade/responsabilidade: **natureza da carta, posição ideológica, referência à manipulação ideológica, marcas de subjetividade e presença do coenunciador**. A categoria **formas de intertextualidade** revelou influência parcial sobre o grau de responsividade/responsabilidade; enquanto que as categorias derivadas da Teoria da Valoração não se revelaram influentes sobre o grau de responsividade/responsabilidade.

Palavras-chave: dialogismo, responsividade ativa, responsabilidade, grau de responsividade.

ABSTRACT

This work of scientific investigation, which is set in the field known as Critical Discourse Analysis, aims at providing evidence of the general proposition that active responding, as defined by Mikhail Bakhtin, implies a scalar property which is due to a bigger or minor commitment of the speaker in generating his/her utterance. The major or minor intensity of the commitment mentioned above can be evaluated for what *one* calls “degree of active responding/responsibility”. This degree can be placed within the interval that varies from 0 to 9. “9” represents the highest degree of answering/responsibility feasibility, according to the scale referred to. The degree of answering/responsibility can be measured observing the following elements in certain utterances extracted from the corpus analysed: **the nature of the letter, ideological position, reference to ideological manipulation, marks of subjectivity, presence of co-speaker, forms of intertextuality**. These elements were used in categorizing the *corpus* of 153 letters taken from **Newsweek** magazine in the period between August 2011 and February 2012. The categorization was carried out with the use of the software *SPSS 7.5 for Windows*. In order to accomplish the investigative journey, we relied on Bakhtin (2000), Fairclough (2003), Mainguneau (1997), Thompson (2009), Palmer (1986) and Neves (2007). According to the quantitative and qualitative analysis performed, we came to the conclusion that there is a degree of active responding/responsibility in terms of this scale quoted and the categories presented here. The following categories of analysis have revealed effective influence over the degree of responding/responsibility: **the nature of the letter, ideological position, reference to ideological manipulation, marks of subjectivity, presence of co-speaker**. The category named **forms of intertextuality** has revealed a partial influence over the degree of responding/responsibility; and the categories derived from the Theory of Evaluation showed ineffective over the degree of responding/responsibility in terms of this mentioned scale.

Key-words: dialogism, active responding, responsibility, degree of responding/responsibility.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Natureza da Carta	130
Tabela 2 - Tipo de Remissão	139
Tabela 3 - Identificação do leitor	151
Tabela 4 - Tipo de leitor	153
Tabela 5 - Marcas da subjetividade	157
Tabela 6 – Frequência de Atitude	161
Tabela 7 – Engajamento	173
Tabela 8 – Ideologia	179
Tabela 9 - Referência à manipulação ideológica	192
Tabela 10 - Posição ideológica leitor/editor	195
Tabela 11 – Coenunciador	198
Tabela 12 – Explicitação do coenunciador	203
Tabela 13 - Escalas de responsividade	214
Tabela 14 - Grau de responsividade	215
Tabela 15 - Natureza da carta X Escala de responsividade	227
Tabela 16 - Natureza da carta X Graus de responsividade	233
Tabela 17 – Uso dos pronomes	266
Tabela 18 – Formas de intertextualidade	273
Tabela 19 – Graus de responsividade x Formas de intertextualidade	274

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atitude	172
Gráfico 2 – Co-enunciador	204
Gráfico 3 – Grau de responsividade	235
Gráfico 4 – Grau de responsividade	235
Gráfico 5 – Grau de responsividade	247
Gráfico 6 – Grau de responsividade	249
Gráfico 7 – Posição ideológica leitor editor	250
Gráfico 8 – Referência à manipulação ideológica.....	251
Gráfico 9 – Marcas de Subjetividade.....	261
Gráfico 10 – Coenunciador.....	270

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores para classificação do afeto	110
Quadro 2 – Explicativo para o parâmetro julgamento.....	112
Quadro 3 – Correlação entre LSF (modalidade) e a Teoria da Valoração	113
Quadro 4 – Resumo do parâmetro apreciação	114
Quadro 5 – Correlação entre apreciação e LSF	115
Quadro 6 – Elementos componentes do posicionamento dialógico	117
Quadro 7 – Grau de responsividade/responsabilidade das cartas ao editor	128
Quadro 8 – Grau de responsividade/responsabilidade das cartas ao editor.....	217
Quadro 9 – Grau de responsividade/responsabilidade das cartas ao editor	278

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
2. A RELAÇÃO SOCIEDADE E DISCURSO	24
2.1. Princípios fundamentais	24
2.2. A natureza social da linguagem.....	25
2.3. A natureza social do discurso	28
2.4. A relação da sociedade com o discurso	30
2.5. Algumas considerações sobre análise do discurso	35
2.6. A Análise de Discurso Crítica: princípios fundamentais.....	37
2.7. Discurso e poder	43
2.8. O poder pelo discurso	46
2.9. O Controle do discurso	50
2.10. Discurso, Ideologia e Poder.....	52
2.10.1. A noção de ideologia	52
2.10.2. Os modos de operação da ideologia	57
2.10.3. Relações de poder	63
2.10.4. Conclusão	66
3. A EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: MODALIDADE E VALORAÇÃO	67
3.1. Dialogismo, responsividade, intertextualidade.....	70
3.2. O sujeito no discurso	84
3.2.1. Subjetividade	84
3.2.2. Modalidade	89
3.2.2.1. A definição de modalidade	90
3.2.2.2. Modalidade e Modo	92
3.2.2.3. A classificação da Modalidade	94
3.2.2.3.1. A modalidade epistêmica	94
3.2.2.4. A Modalidade em termos de categorias linguísticas.....	97
3.2.3. Valoração	106
3.2.3.1. Posicionamento de atitude	108
3.2.3.1.1. Afeto	110
3.2.3.1.2. Julgamento	111
3.2.3.1.3. Apreciação	114

3.2.3.2. Engajamento	115
4. Metodologia.....	120
4.1. Do corpus.....	120
4.2. Dos instrumentos	122
4.3. Do tratamento dos dados e dos procedimentos	123
4.3.1. Natureza da carta	123
4.3.2. Temática das cartas.....	125
4.3.3. Tipo de remissão.....	125
4.3.4. Resposta ao leitor.....	126
4.3.5. Identificação do leitor	126
4.3.6. Tipo de leitor.....	126
4.3.7. Marcas de subjetividade	127
4.3.8. Referência ao coenunciador.....	127
4.3.9. Ideologia e alienação	127
4.3.10. Valoração	127
4.3.11. Posição ideológica leitor/editor	128
5. Análise Geral dos Resultados	129
5.1. Natureza da carta	129
5.2. Tipo de remissão.....	138
5.3. Subjetividade	150
5.3.1. Identificação do leitor	150
5.3.2. Tipo de leitor.....	152
5.3.3. Marcas de subjetividade	156
5.3.4. Valoração	161
5.4. Ideologia	177
5.4.1. Modos de operação da ideologia	177
5.4.2. Referência à manipulação ideológica	191
5.4.3. Posição ideológica	195
5.4.4. Presença do coenunciador.....	196
6. ESCALA DE RESPONSABILIDADE.....	211
6.1. Grau de responsividade	214

6.2. A natureza da carta	226
6.3. Posição ideológica	247
6.4. Referência à manipulação ideológica	250
6.5. Marcas de subjetividade	259
6.6. Presença do coenunciador	269
6.7. Formas de intertextualidade	273
6.8. Escala de responsividade/responsabilidade	276
7. CONCLUSÕES.....	282
REFERÊNCIAS.....	291

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos qualquer conceito de linguagem existente, constataremos quase que imediatamente que tal conceito estará sempre relacionado à ideia de comunicação. Quer dizer, não existe linguagem que não tenha nascido e se desenvolvido estranha às necessidades comunicativas, seja na esfera da vida humana, seja fora dela. Contudo, só é possível vislumbrar o uso criativo da linguagem em interações entre seres que a usam criativamente, situação em que ela se presta a corporificar pensamentos e ideias diferentes daqueles já concebidos. É no interior deste contexto que podemos falar em interações que ultrapassam o circuito fechado da transmissão padronizada e limitada de informações invariavelmente ligadas a situações de interações pautadas pelo instinto. É somente em uma situação de uso criativo da linguagem que se pode falar em uma ação comunicativa que vai além da mera transmissão de informações cuja natureza já está antecipadamente prevista pelo receptor. Dessa perspectiva, podemos falar no fenômeno resultante da comunicação verbal que chamamos de diálogo. Um diálogo, dessa perspectiva, é sempre um acontecimento que envolve o uso criativo da linguagem. Os participantes, embora tenham expectativas acerca do que vai ser dito, comunicado, podem ter suas expectativas surpreendidas, quando, então, terão que colocar em andamento a capacidade de ajustarem-se àquilo que escapa à recorrência.

A linguagem verbal permite o seu uso criativo, facultando interações que não necessitam fazer uso de instrumentos comunicativos estranhos a ela. Este não é o caso, por exemplo, de uma apresentação de dança. Reconhecemos que a dança, a música, as artes plásticas, de um modo geral, são linguagens que permitem o seu uso criativo. Contudo, após uma apresentação de dança, a plateia não faz uso do palco para expressar, dançando, que impressões teve acerca daquela manifestação artística. Não podemos falar em diálogo nestes termos, pois, para tanto, a plateia teria que dominar a linguagem da dança e, assim, apresentar uma resposta àquela ação comunicativa. É a linguagem verbal, escrita ou falada, que permite a sustentação do fenômeno dialógico sem lançar mão de outros recursos além dela. Diferentemente, não usamos a música para falar sobre a Música, nem a pintura para falar sobre a Pintura.

A propósito, usamos o termo diálogo como um fenômeno linguageiro inscrito no interior do fenômeno linguístico-discursivo chamado dialogismo. Foram Bakhtin e Volochinov que tiveram a preocupação de explicar esse fenômeno. Para eles, o diálogo se apresenta como a forma mais natural da linguagem. Por mais desenvolvidos que sejam os enunciados, mesmo sendo proferidos por um interlocutor isolado, como é o sermão de um

sacerdote, por exemplo, ainda que possam parecer monólogos, são de fato diálogos, pois o monólogo só pode ser considerado como tal em sua forma exterior. Então, o fenômeno dialógico é parte essencial e fundamental de todo discurso. Desta constatação decorre o reconhecimento de que qualquer enunciação, ainda que carregada do mais alto grau de significação e completude, não é nada além de uma fração de uma cadeia de comunicação verbal jamais interrompida, que abarca os diferentes aspectos da vida humana.

Intimamente relacionada ao fenômeno do dialogismo, acima elucidado, está a afirmação de que, de fato, todo enunciado é uma resposta a, pelo menos, outro enunciado anteriormente proferido, posicionado na cadeia interminável de enunciados. Este elemento fundamental do fenômeno dialógico é o que Bakhtin chama de responsividade ativa. O desenvolvimento do conceito de responsividade ativa permitiu explicar por que de fato não existe monólogo dentro do uso da linguagem verbal. Toda compreensão, para o referido filósofo, configura-se como um ato responsivo. A responsividade ativa, neste caso, dá-se quando o indivíduo compartilha esse trabalho mental com outrem, notadamente aquele responsável pelo enunciado que deflagrou a compreensão responsiva.

O tema de nossa investigação é o fenômeno da compreensão responsiva ativa. Ambicionamos agregar significado a esse fenômeno apontado pelo filósofo russo, fenômeno que, a nosso ver, necessita aprofundamento que torne possível uma compreensão ainda maior, de modo a contribuir para o aparelho analítico disponível na Análise de Discurso. Contudo, não nos propomos a investigar o fenômeno da responsividade ativa sob todo e qualquer ponto de vista, pois nossa tarefa seria naturalmente inexecutável.

Queremos investigar o fenômeno da responsividade/responsabilidade ativa, nos termos bakhtinianos, com o objetivo de evidenciar que tal fenômeno apresenta uma propriedade escalar que diz respeito ao grau com que é mensurado o teor responsivo presente em determinado enunciado. Apesar da hipótese geral de que todo enunciado apresenta determinado grau de responsividade, conjecturamos que seria mais produtivo testar nossa hipótese geral, e hipóteses secundárias, em determinado gênero textual, o que nos garantiria um maior controle na qualidade de nossa investigação e, conseqüentemente, dos resultados a serem obtidos. Assim, elegemos o gênero cartas ao editor. Quanto a isso, arrazoamos ser ainda mais útil estudar esse gênero em um contexto de interação verbal dentro da esfera internacional, razão por que decidimos estudar o fenômeno em questão nas cartas ao editor publicadas na revista *Newsweek*. A este propósito, coletamos 153 cartas no período compreendido entre agosto de 2011 e fevereiro de 2012. Assim, o tema escolhido ficou

delimitado a estudar o fenômeno da escalaridade responsiva nas cartas ao editor publicadas pela revista *Newsweek* no período de tempo já mencionado. Avisamos que a noção de responsividade referida estará sempre ligada ao termo responsabilidade, pois consideramos fundamental deixar claro que a noção de responsividade ativa, em termos bakhtinianos, não oferece suporte à proposição de um grau de responsividade zero. Assim, falaremos sempre de um grau de responsividade/responsabilidade.

A escolha deste tema se deu em decorrência da consideração de que o fenômeno da responsividade ativa, conforme esclarecido por Bakhtin, merecia um estudo que compreendesse um aprofundamento de como ele de fato se apresenta no interior do discurso, tendo em mente o binômio enunciação-enunciado. A própria noção de responsividade ativa suscita a indagação sobre a intensidade da atividade associada ao ato responsivo. Se o fenômeno responsivo pode ser observado em seu aspecto extensivo, cabe perguntar se posso observá-lo em seu aspecto intensivo. É importante reconhecer que a constatação da existência de dado fenômeno, por si só, não explica o seu funcionamento. Apesar de Bakhtin, em sua argumentação, deixar clara a existência do fenômeno em questão, ele não explica, por exemplo, a relação entre enunciador e coenunciador, a relação entre os participantes e seus respectivos enunciados, ou mesmo a influência que a esfera da ideologia tem na produção da resposta. Necessário se faz entender esses aspectos, entre outros, e relacioná-los à intensidade com que o enunciador se engaja em responder e com a qual se projeta em seu enunciado com o objetivo de alterar o teor argumentativo no discurso.

Então, é necessário explicar o fenômeno responsivo considerando o locutor e o seu interlocutor, a enunciação e o enunciado, o plano ideológico que os envolve, atentando para o efeito argumentativo gerado pela relação entre os citados elementos. Assim, queremos entender os recursos que o enunciador usa não só para se projetar no interior do seu enunciado, mas também que posicionamento ele alcança, do ponto de vista discursivo-argumentativo, por meio de tais recursos. Outro fator a ser entendido é como ele posiciona o seu interlocutor e que recursos ele utiliza para alcançar tal objetivo. É importante também verificar se ele não só tem consciência do componente ideológico por ventura existente no discurso do outro, mas também identificar se ele, enunciador, usa de alguma estratégia de controle ideológico. E, no caso de uma assimetria de poder previamente existente, que ferramentas ele utiliza com o fim de neutralizar essa assimetria. De que maneira ele se reporta ao enunciado do seu coenunciador e que efeitos são obtidos pela escolha de uma das formas de remissão.

Estes elementos acima citados nos ajudarão a estabelecer um padrão de abordagem que nos fornecerá o grau de responsividade/responsabilidade existente em cada carta ao editor que encontrarmos. De forma resumida, devemos dizer que a escolha do tema mencionado se justifica pela ausência de trabalhos de investigação científica que possam ajudar a dissecar o fenômeno de responsividade/responsabilidade ativa quanto ao aspecto que destacamos: a existência de uma propriedade escalar identificável em dado enunciado, especificamente o enunciado de uma carta ao editor em *Newsweek*. Como dissemos, nossa investigação fornecerá elementos para uma abordagem de análise discursiva ainda mais ampla e com possibilidades interpretativas ainda mais seguras e profícuas. Particularmente, para a Análise de Discurso Crítica, nossa investigação propiciará bases para o entendimento de um tema fundamental, as relações de poder e a possibilidade de mudança de relações sociais a partir de uma perspectiva construtiva.

Nossa investigação prevê uma cobertura ampla que abarca tanto aspectos puramente linguísticos quanto aspectos estritamente da esfera discursiva, a serviço da compreensão do fenômeno refletido em nossa hipótese central – a de que todo texto guarda um grau de responsividade/responsabilidade que pode ser apreendido a partir das categorias que propomos como ponto de partida de uma análise de discurso que objetive evidenciá-lo. Por fim, devemos destacar que nossa investigação ajudará a aclarar ainda mais a noção de responsividade na forma proposta por Bakhtin. Em seu trabalho, Bakhtin (2000) apenas mostra argumentos filosófico-lógicos que atestam a noção de responsividade ativa. Em nosso trabalho, a aplicação de categorias que mensurem o grau de responsividade/responsabilidade ajudará a evidenciar, ainda que indiretamente, a validade da referida proposição.

Diante do propósito que temos em evidenciar a existência do grau de responsividade/responsabilidade nas cartas ao editor em *Newsweek*, procuramos levantar evidências de que nossa hipótese geral é verdadeira, mapeando as estratégias discursivas usadas pelo leitor missivista que exercem influência, para mais ou para menos, sobre a escalaridade responsiva no *corpus* selecionado.

Assim, em nossa investigação, um dos objetivos foi identificar as estratégias discursivas relativas à tomada de posição presentes nas cartas ao editor e nos textos da revista *Newsweek*. A consecução desta tarefa tornou possível a compreensão dos pontos de contato entre o enunciado da carta e o do texto-base (artigo, entrevista, notícia ou reportagem). Outro objetivo importante foi analisar a posição ideológica manifesta nas escolhas lexicogramaticais do conjunto de textos. A importância deste objetivo se deu devido ao componente ideológico

que pretendemos trazer para nossa investigação. Uma das hipóteses que formulamos é a de que a presença da expressão consciente, sobretudo por parte do missivista, de algum componente ideológico – seja o uso de um modo de operação da ideologia, seja o reconhecimento de alguma forma de manipulação ideológica – altera o grau de responsividade/responsabilidade do enunciado. Assim, procuramos identificar as ocorrências do uso dos modos de operação da ideologia como componentes das estratégias argumentativas utilizadas pelo missivista. Aqui, procuramos identificar os casos em que mais de um modo de operação de ideologia estivesse sendo utilizado pelo missivista. A identificação dos modos de operação da ideologia utilizados pelo missivista nos possibilitou relacioná-los ao grau de responsividade/responsabilidade nas cartas ao editor. Na esfera ideológica, também procuramos registrar os casos em que o missivista fez referência à manipulação ideológica e colateralmente observar sua influência no grau de responsividade/responsabilidade. Procuramos realizar esse objetivo centralmente no *corpus*, que é composto de cartas ao editor. E, quando foi necessário na análise, buscamos identificar a manipulação ideológica no texto-base denunciada pelo missivista.

Os objetivos acima se relacionam com a necessidade de entendimento do componente ideológico contido nos enunciados das missivas e sua influência no grau de responsividade/responsabilidade. Sustentamos que esses objetivos compõem a esfera que envolve os coenunciadores e seus respectivos enunciados. No entanto, formulamos a hipótese de que a forma que o missivista usa para se reportar ao texto-base também exerce influência sobre o grau de responsividade/responsabilidade. Assim, uma ação para a comprovação da referida hipótese foi avaliar a relação entre as formas de intertextualidade remissiva e o grau de responsabilidade/responsividade. A importância deste objetivo está no fato de que era necessário estudar a conexão direta entre o enunciado da carta e o enunciado do texto-base.

Além dos objetivos já mencionados, também precisamos desenvolver ações que visassem confirmar as hipóteses relacionadas ao posicionamento dos enunciadores. Assim, uma das hipóteses era de que, ao se projetar em seu próprio enunciado, o enunciador encontra-se mais engajado em sua resposta. Desse modo, objetivamos analisar as marcas de subjetividade, considerando o elemento dialógico-responsivo. Essas marcas de subjetividade são os modalizadores (adjetivos e advérbios), os verbos de julgamento e os pronomes pessoais de primeira pessoa do caso reto e oblíquo. As referidas marcas cobrem as maneiras gerais com que o enunciador da carta se mostra em seu próprio enunciador. Ao lado disso também

procuramos identificar as oportunidades em que o missivista forneceu alguma identificação além daquela exigida pela revista *Newsweek*. Este objetivo cumpriu o propósito de verificação do modo com que o leitor missivista procura equiparar as relações de poder aprioristicamente assimétricas. Fechando o campo da relação entre enunciador e coenunciador, procuramos analisar as referências ao coenunciador relacionadas às estratégias argumentativas empregadas pelo leitor missivista. Este objetivo é importante na verificação de como o enunciador da carta posiciona o coenunciador ao fazer referência explícita a ele.

Finalmente, fechando o trabalho investigativo e de análise dos dados, procuramos caracterizar as cartas ao editor conforme o grau de responsividade/ responsabilidade. Esta ação cumpre o papel de sintetizar a influência dos objetivos anteriores na evidência do grau de responsividade/responsabilidade identificável em cada missiva.

Na presente tese de doutorado, fizemos uso de alguns termos que não foram previamente definidos na literatura científica sobre a qual nos apoiamos. O termo **carta ao editor** não é o mais utilizado pela literatura vigente para designar o gênero com o qual trabalhamos. A literatura que consultamos usa normalmente o termo **carta de leitor**. A escolha do termo **carta ao editor** se deu ao fato de que este termo, a nosso ver, designa melhor o gênero em função dos propósitos comunicativos que motivam sua existência. Ademais o termo que escolhemos também é usado pela revista *Newsweek* na designação do referido gênero. Neste sentido, pensamos em evitar o problema de ter que usar as duas denominações ao nos referirmos aos textos em que a *Newsweek* faz referência ao gênero em questão. O uso do termo **carta ao editor** também tem o mérito de lembrar a presença do coenunciador principal, a quem em geral são dirigidas as cartas enviadas à revista *Newsweek*.

Outro termo que usamos em uma acepção ligeiramente diferente da acepção usada na literatura vigente é o termo **coenunciador**. Para nós, além de apontar para o sujeito que funciona como interlocutor da enunciação de alguém, ele indica especificamente o editor, o articulista, os outros leitores da revista e um ente genérico marcado pela implicitude. É necessário esclarecer que o termo **coenunciador** para nós exerce uma função discursiva, compondo as estratégias argumentativas do enunciador, notadamente, as possibilidades existentes para a sua explicitude e para a sua implicitude. Paralelamente, o uso do termo **leitor missivista** também apresenta uma particularidade que o distingue ligeiramente da acepção usada em outros trabalhos científicos no âmbito da Análise de Discurso Crítica. Para nós, além de ser o criador do texto expresso no enunciado da carta, ele também é uma função argumentativa, visto que contém significativamente o embate ideológico-discursivo expresso

nos textos publicados pela revista *Newsweek*. Sua projeção em seu próprio enunciado tem função definida e pode ser detectada no grau de responsividade/responsabilidade que a carta apresenta.

Outro termo que necessita ser explicado é o termo **texto-base**. Para nós ele contém principalmente o artigo publicado pela revista, mas ele também pode significar a reportagem, a entrevista ou a notícia publicadas pela *Newsweek*. Por vezes, esta noção também designa elementos que acompanham o texto escrito, pois pode ocorrer de o leitor missivista fazer menção exclusivamente a uma fotografia, em vez de se reportar ao contexto verbal que a envolve.

No que diz respeito às formas de remissão ao texto-base, encontramos duas formas que não estão descritas na literatura vigente sobre o assunto. Denominamo-las de **referência ao título** e **alusão ao tema**. A primeira descreve o fenômeno de remissão que se caracteriza por o leitor missivista se reportar ao texto-base fazendo referência direta e literal ao título do artigo, entrevista, notícia ou reportagem veiculados pela *Newsweek*. A **alusão ao tema**, semelhantemente, caracteriza-se por o leitor missivista aludir ao tema do artigo, reportagem, entrevista ou notícia veiculados na mencionada publicação.

No que se refere ao tratamento metodológico que demos ao *corpus*, nosso trabalho investigativo consistiu em categorizá-lo integralmente de acordo com as categorias previamente estabelecidas e relacionadas direta ou indiretamente com a nossa tese. Assim, para cada categoria aplicada ao *corpus*, fizemos uma leitura integral. Isso quer dizer, por exemplo, que para a categoria “formas de remissão”, fizemos uma leitura de todo o *corpus* visando unicamente categorizá-lo quanto a este aspecto. Esse comportamento metodológico resultou da compreensão de que, ao isolarmos cada categoria para o *corpus* inteiro, estaríamos menos sujeitos a erros e imprecisões.

Outra medida adotada foi a digitalização de todas as cartas, a fim de que pudessem ser impressas de modo a permitir um trabalho irrestrito e sem a possibilidade de comprometimento do material original. Assim, cada carta foi lida em relação a uma categoria, como já informamos, com a ajuda de uma ficha de leitura contemplando todas as categorias com que trabalhamos em nossa análise.

A propósito, elaboramos uma ficha geral com as categorias já mencionadas no capítulo da nossa metodologia. Mas consideramos ser mais produtivo elaborar uma ficha

exclusiva para os modos de operação da ideologia, já que esses modos reservam uma complexidade maior do que as outras categorias também aplicadas no *corpus*.

No tocante à análise, elaboramos um capítulo destinado a explicar os dados obtidos a partir da categorização das cartas. Fizemos, assim, uma análise quantitativa e outra qualitativa relacionadas aos percentuais dos dados mostrados em quadros gerados no programa *SPSS 7.5 for Windows*. No capítulo final de análise, fizemos o que denominamos uma análise complexa envolvendo uma apreciação do significado das relações entre as categorias que julgamos ser influentes no grau de responsividade/responsabilidade. Nesta análise, atentamos para o valor argumentativo obtido pela junção das diversas estratégias argumentativas elencadas pelos leitores missivistas e relacionadas à alteração do grau de responsividade/responsabilidade.

Nossa análise fundamentou-se nos avanços teóricos alcançados recentemente. Com o intuito de estabelecer com clareza as bases que fundamentaram nossa investigação, elaboramos dois capítulos teóricos. No primeiro, procuramos estabelecer os princípios teóricos fundamentais da Análise Crítica de Discurso, procurando deixar clara nossa inserção nesse campo. Assim, no primeiro capítulo mostramos como nossa referência Fairclough (2001) e Foucault (1986). Em Fairclough procuramos mostrar os princípios da ADC diretamente relacionados à nossa pesquisa. Foucault forneceu as bases que explicam a relação da sociedade com o discurso. Fechamos o primeiro capítulo com o aspecto ideológico de nossa pesquisa. Assim, fizemos um apanhado geral, embora resumido, das concepções de ideologia nos mais importantes autores sobre o tema, para finalmente explicar a escolha do conceito de ideologia com o qual trabalhamos na pesquisa, encontrado em Thompson (2009). Este autor, além do conceito de ideologia com que trabalhamos, forneceu-nos as bases teóricas que listam e explicam os modos de operação da ideologia. E Dijk (2010) forneceu-nos as bases para a análise que fizemos sobre as relações de poder envolvidas em interações verbais, notadamente no *corpus* que recortamos.

No segundo capítulo teórico, intitulado *Expressão da Subjetividade: Modalidade e Valoração*, apresentamos as bases em que nos apoiamos para levar a termo a análise envolvendo os elementos linguísticos propriamente ditos. Para a análise das marcas de subjetividade, envolvendo a modalidade, baseamo-nos sobretudo em Benveniste (2005) – para o uso de pronomes –, Palmer (1986), Bybee e Fleischman (1992), Neves (2007) – para a modalidade – e Maingueneau (1997) usamos para a análise do aspecto e intertextual contido no *corpus*.

Devemos dizer, finalmente, que procuramos adotar a postura científica mais adequada que nos foi possível, com o intuito de tornar nossa investigação isenta de ideias preconcebidas e de atitudes estranhas à pesquisa neste nível, esperando, possivelmente, contribuir com os avanços até aqui alcançados no campo que abraçamos.

II

A RELAÇÃO SOCIEDADE E DISCURSO

2.1. Princípios fundamentais

Antes de apresentarmos as bases teóricas sobre as quais estabeleceremos nossa pesquisa e nossa análise, que fornecerá evidências para nossa tese, queremos firmar um ponto de convergência das diversas tendências teóricas aqui abordadas. Para nós, a linguagem verbal cumpre sempre a função de comunicar, razão por que abraçaremos a concepção funcionalista a esse respeito. No entanto, falar em comunicar enseja uma reflexão sobre os propósitos dessa comunicação. Isto é, não nos comunicamos sem qualquer nexos ou propósito, simplesmente pelo prazer de nos comunicarmos. Neste sentido, a motivação para comunicação liga-se diretamente aos propósitos comunicativos, os quais são variáveis. No entanto, postulamos, aqui, que é possível contemplar um feixe de padrões na comunicação que nos remete, conseqüentemente, a vislumbrar um eixo em comum, resultante das relações de força que se estabelecem no interior da sociedade em que dada língua específica se cria, cresce e se mantém. A esse propósito, abraçamos a concepção de língua que é capaz não só de ser uma ferramenta de representação, mas também de ação sobre o mundo. Dizer que a linguagem verbal outorga ao homem a capacidade de agir sobre o mundo é, ao mesmo tempo, dizer que rejeitamos a noção de um ser absolutamente assujeitado pela linguagem (ou pelo discurso); um homem como mera vítima do estabelecimento e sustentação de relações de dominação forjadas por estruturas simbólicas de natureza eminentemente ideológica. Ao contrário, o homem imerso na linguagem que o possibilita pensar é capaz de identificar estruturas de pensamento e de crenças estabelecidas pela linguagem, da mesma forma que é capaz de forjar tais estruturas de pensamento e de crenças, pela linguagem, com o objetivo de gerar comportamentos em seus semelhantes. O homem vive em sociedade, mas ao contrário de outras sociedades, como a das formigas, por exemplo, não apresenta um comportamento inalterado, pois tem consciência de sua existência, bem como do papel da linguagem na sua constituição psicológica, do seu psiquismo, da sua subjetividade. Por essa consciência, o homem é capaz de desviar-se da fatalidade, pois tem o poder de se antecipar a ela pela compreensão das forças que a geram, visto que é capaz de estabelecer relações harmônicas entre o ser individual e social que o definem como sujeito.

Nos parágrafos seguintes estabeleceremos as bases teóricas que darão sustentação à nossa tese e possibilitarão levantar evidências para defendê-la com sucesso. Assim, no

presente capítulo convocaremos os princípios fundamentais que servirão de reverência *mor* na defesa de nossa tese. Esses princípios compreendem: a) a linguagem e sua relevância para a vida em sociedade da espécie humana; b) a linguagem verbal em sua concretização como discurso. Desse modo, em um primeiro momento discorreremos sobre a natureza social da linguagem e sobre a relação da sociedade com o discurso, apoiando-nos eminentemente nos teóricos que consideramos mais importantes desta área de conhecimento. E em um segundo momento, discorreremos sobre os princípios fundamentais da ADC (análise de discurso crítica), para em seguida discorreremos sobre as relações de poder estabelecidas, sobretudo, via ações discursivas.

2.2. A natureza social da linguagem

A tese que defenderemos ao longo da presente dissertação de doutorado é a seguinte. Se todo dizer é na verdade uma resposta, conforme afirma Bakhtin (2000), essa resposta apresentará sempre uma propriedade escalar. Em outras palavras, pode-se observar invariavelmente que toda resposta goza do que chamaremos de um grau de responsividade/responsabilidade que varia, conforme nossa investigação, de 0 a 10. Assim sendo, atribuímos 0 à total ausência de responsividade/responsabilidade (uma condição impossível, obviamente), e 10 ao grau máximo de responsividade/responsabilidade (cuja possibilidade de acontecer é praticamente remota). Os princípios teóricos que consideramos mais relevantes, sobre os quais nos apoiaremos, serão elencados a seguir. Esses princípios relacionam-se em maior em menor grau com a tese acima exposta. Adiantamos que procuraremos tornar a referida tese o mais claro possível ao longo da fundamentação teórica e do capítulo de análise. Os procedimentos metodológicos que adotamos aqui, e sobre os quais forneceremos esclarecimentos, também ajudarão a sedimentar o pensamento aqui desenvolvido em bases racionais e lógicas. Adiantamos, também, que dispenderemos a atenção devida às possíveis objeções a serem levantadas, quanto à validade do grau de responsividade/responsabilidade, por exemplo, considerando o pensamento de Bakhtin (2000). Nesta seção, apoiando-nos em teóricos eminentes, mostraremos a natureza social da linguagem. É oportuno salientar que, apesar de um ato de comunicação se estabelecer pelo menos entre dois indivíduos, a vida em sociedade é, na realidade, muito mais complexa. Sendo assim, a linguagem a ser vista em sua natureza social deve compreender tudo que consideramos vida social. A partir do parágrafo seguinte, discorreremos sobre a gênese da linguagem, apoiando-nos em Bronckart (2003).

Embora não esteja diretamente relacionada à Análise do Discurso Crítica, consideramos útil mencionar algumas concepções do interacionismo social trazido à luz por Bronckart (2003). As concepções que iremos mencionar aqui não entram, a nosso ver, em choque com as concepções da ADC que usaremos como princípios norteadores de nossa análise, executada mais adiante. Ora, Bronckart começa por dizer que o quadro interacionista-social enseja a análise das condutas humanas como ações significantes, quer dizer, como ações situadas, cujas propriedades estruturais e funcionais resultam da socialização. Este raciocínio deságua na constatação de que as condutas verbais devem ser concebidas, conseqüentemente, como formas de ação (de onde deriva o termo **ação de linguagem**), a um tempo específicas, por serem de natureza semiótica, e em uma relação de interdependência com as ações não verbais. Mas no caso das interações verbais escritas, acrescentamos, as ações não verbais são menos complexas, limitando-se a elementos semióticos de natureza visual, estando também relacionadas a fatores ligados à produção e distribuição dos textos. No que diz respeito à tese que defendemos aqui, o *corpus* em torno do qual trabalhamos, além de ser de natureza absolutamente escrita, também é constituído de um gênero discursivo determinado: cartas ao editor. Acrescente-se a isso o fato de esse gênero discursivo ser totalmente colhido na revista *Newsweek*. Tal fato não deixa dúvida de que trabalharemos em torno de interações verbais de natureza escrita. Na gênese da linguagem verbal, registram-se interações de linguagem de natureza eminentemente verbal, sendo que interações comunicativas não verbais são de natureza pictórica, conforme pode ser visto pelas pinturas rupestres. Mas retornemos ao pensamento de Bronckart (2003).

Essa concepção de ação está inserida, conforme a sistematização de Bronckart (2003), no interior da noção (geral) de atividade, que para ele designa as organizações de funções de organismos vivos, pelas quais tais organismos acessam o meio ambiente, podendo construir elementos de representação interna sobre esse mesmo ambiente. A propósito, a espécie humana se caracteriza, afirma Bronckart (2003), não só pela extrema diversidade, mas também pela complexidade de organização e de suas formas de atividade. Aqui é importante dizer, ainda segundo o autor, que na espécie humana, diferentemente de outras espécies, a cooperação entre indivíduos na atividade é regulada por interações verbais genuínas, caracterizando a dimensão denominada por Habermas (1987) de **agir comunicativo**.

Bronckart (2003), partindo da noção de agir comunicativo, acrescenta que a linguagem pode ter surgido a partir das necessidades comunicativas, que, por sua vez, resultam das necessidades de sobrevivência. Assim, a emergência do agir comunicativo é

constitutivo do social propriamente dito, conforme o menciona o autor. Sobre esta última afirmação é merecedor de destaque o fato de que Bronckart, como é possível depreender, não considera a existência de uma organização social estabelecida anteriormente à eclosão da linguagem¹, já que relaciona a constituição do social ao surgimento dessa noção fundamental que chama de agir comunicativo. Então, dado que os signos cristalizam, conforme afirma o autor, as pretensões à validade designativa eles têm também uma dimensão transindividual, pois veiculam representações coletivas do meio, ao mesmo tempo em que se estruturam em configurações individuais que podem ser chamadas de mundos representados. Por sua vez, esses mundos representados podem ser contemplados em três diferentes tipos, explicados a seguir, conforme o autor.

Os signos remetem, em primeiro plano, a aspectos do mundo físico. Em segundo plano, os signos incidem sobre a forma de organizar a tarefa, quer dizer, sobre as modalidades convencionais de cooperação entre membros do grupo, o que configura um mundo social, aqui derivado dos conhecimentos coletivos acumulados. E, finalmente, os signos incidem também sobre os traços próprios de cada um dos indivíduos engajados na tarefa (“habilidade”, “eficiência”, “coragem”, etc.). Mas é importante ressaltar que justamente esses conhecimentos coletivos acumulados ajudam a formar o mundo subjetivo. Assim é que todos os conhecimentos humanos, diz Bronckart, apresentam o caráter de construto coletivo. É nesse sentido que o autor observa que o subconjunto dessas construções coletivas referentes a processos de cooperação interindividual estrutura-se em um mundo representado específico, que é o mundo social. Ora, esse mundo social é quem regula os modos de acesso dos indivíduos aos objetos do meio e, conseqüentemente, condiciona as formas de estruturação do mundo objetivo e do mundo subjetivo.

A propósito das ideias de Bronckart, queremos fazer algumas observações que elegemos como pertinentes. A primeira refere-se ao fato, derivado das observações acima, de que a linguagem não pode ser dissociada em momento algum do mundo de relações que a criam e a sustentam, muito embora devamos também aceitar o paradoxo existente no fato de que a linguagem também seja constitutiva do social, tanto em seu aspecto objetivo, quanto subjetivo, já que o mundo objetivo só pode ser atingido através da mediação proporcionada pela linguagem. Do mesmo modo, o mundo subjetivo possui esse caráter de construção

¹ Não se fala aqui necessariamente sobre a linguagem verbal. Outras sociedades, como a sociedade dos leões, também apresentam organização social hierarquizada. O fato de que há aprendizado dentro de sociedades não humanas evidencia o fato de que há outras formas de comunicação, embora não tão complexas como a comunicação humana.

coletiva, conforme visto em linhas anteriores. Tal constatação enseja uma reflexão que também achamos pertinente, decorrente do fato de na sociedade moderna essa esfera subjetiva ser destituída, ainda que restrito a alguns discursos, de seu caráter social. A nosso ver, a dissociação da subjetividade individual da sua origem coletiva, causa, como efeito, a incapacidade de perceber o aspecto ideológico do discurso como algo que interfere na subjetividade da pessoa. Disso deriva o fato de que a adoção de dada ideologia deixa de ser percebida como um processo estranho ao indivíduo, podendo ser vista mesmo como algo resultante de escolhas conscientes, e não como derivação de um processo manipulativo que tem como objetivo criar e sustentar relações de poder assimétricas, cujo objetivo é tirar proveito em detrimento dos interesses individuais.

Não devemos perder de vista, contudo, que há sociedades complexas, à semelhança da sociedade humana, que não dispõem dos meios comunicativos de que dispõe a sociedade humana. Chamamos atenção, no caso, para o que é devido à contribuição da linguagem verbal humana para a organização das sociedades humanas. Queremos dizer, a linguagem verbal nas sociedades modernas apresenta características que se situam além das necessidades comunicativas motivadas pela mera necessidade de sobrevivência. Como exemplo, podemos citar o uso da linguagem verbal para o estabelecimento e manutenção de estruturas hierárquicas dentro da vida em sociedade que podem ser classificadas como injustas e aviltantes. Na seção seguinte falaremos sobre o discurso em sua natureza social.

2.3. A natureza social do discurso

Ao reconhecermos a natureza social da linguagem, temos de fatalmente observá-la inserida na vida social humana. E a maneira de vislumbrar a linguagem composta de sua natureza social é vê-la concretamente no discurso. No entanto, o discurso é, por excelência, uma atividade comunicativa de cunho necessariamente social.

A produção de discursos segundo as várias *práxis* em que se insere é uma condição do homem como ente concreto, quer na vida pública, direta ou indiretamente, quer na vida privada. O discurso resultante da atividade da linguagem envolve tanto um modo de representação, como um modo de ação, maneira pela qual o indivíduo pode agir sobre o mundo e sobre outros indivíduos em particular, como explica Fairclough (2003). Mas também, conforme já foi visto anteriormente, podemos dizer que o mundo social molda o discurso, ao mesmo tempo em que é moldado por ele, pois, segundo esclarece o acima

mencionado teórico, o discurso deve ser considerado como um fenômeno tripartido, nomeadamente: o texto, a prática discursiva e a prática social.

Em sociedades regidas pelo princípio democrático, pode-se observar mais facilmente a acima referida composição tríplice do discurso. O princípio democrático abriga em si o exercício da liberdade individual, em consonância, logicamente, com as necessidades, os valores, e os objetivos identificados como fundamentais e norteadores da sociedade em que esse mesmo indivíduo se encontra. Ora, a liberdade individual, por sua vez, demanda fundamentalmente o exercício da liberdade de expressão, seja essa liberdade de expressão escrita ou falada. Pode-se inferir, então, que do ponto de vista tanto prático quanto teórico o indivíduo pode provocar mudanças no meio social em que vive, visto que goza de prerrogativas como o poder de aprovar ou desaprovar, votar a favor ou contra as decisões que o prejudicam ou o favorecem como membro do mundo social a que pertence. Ora, tanto a liberdade de manifestação, quanto a liberdade na qual o princípio democrático é adotado alcançam expressão em diversos âmbitos da atividade humana, como na esfera econômica, política, ou simplesmente nas ações despretensiosas que o indivíduo realiza em seu meio, ou até mesmo nas práticas discursivas relacionadas ao seu cotidiano, em que é possível flagrar os vários aspectos da cultura. Um contra-exemplo permite contemplar mais claramente a referida natureza da linguagem. É o caso de sociedades que se organizam em torno de regimes totalitários, que cerceiam a livre manifestação dos indivíduos que a compõem. Esta atitude unilateral resulta do reconhecimento do poder do discurso como ação (geradora de transformações) e como produção de realidades, assim como forma de representação de realidades, possivelmente ofuscadas por outros discursos.

Gnerre (1998) acrescenta à visão da linguagem como forma de ação a ideia de que a linguagem também é capaz de posicionar o próprio falante em relação a seu interlocutor. Esta concepção não se dissocia da concepção da linguagem como forma de ação, antes se harmoniza com ela, evidenciando a função da linguagem como atividade social. Em outras palavras, a linguagem é elemento fundamental na organização da vida em sociedade, pois quando se fala em posicionamento do indivíduo propiciado pela linguagem, também se fala em possibilidade de hierarquização dos papéis que o mesmo indivíduo exerce em diferentes grupos sociais, ou mesmo em diferentes circunstâncias de interação. À moda de exemplo, podemos citar o fato de que um presidente da república de um estado como o Brasil pode usar o vocativo colega para outro presidente. No entanto, um cidadão comum não pode fazer o mesmo, em decorrência de estatutos sociais. O uso desse vocativo de um presidente para

outro não só designa a posição do interlocutor, mas também posiciona o locutor no que se refere à situação discursiva e ao papel social que ambos ostentam. A compreensão do aspecto social do discurso propicia um maior entendimento sobre o que é discurso e de tudo que se relaciona mais intimamente com ele.

Com base no que foi dito no parágrafo anterior, apontamos para a necessidade de identificar no discurso o posicionamento do interlocutor. Quer dizer, em sua condição de ação, o discurso procura outorgar ao interlocutor o papel mais conveniente ao propósito que o motiva. É também neste sentido que postulamos o grau de responsividade/responsabilidade que defendemos em nossa tese, conforme iremos tornando mais claro à medida que nossa argumentação avance. Ora, de acordo com esse posicionamento do interlocutor, acionado pelo autor do discurso, é que também poderemos observar uma maior ou menor inserção do locutor em seu discurso. Assim, a forma como o referido posicionamento se estabelece é de capital importância para a constituição da complexidade dos elementos envolvidos na referida inserção. O posicionamento do enunciatário dado pelo enunciador será abordado em nossa análise quando abordarmos o elemento “referência ao co-enunciador”. A seguir, abordaremos, apoiando-nos principalmente em Foucault (1986), a relação da sociedade com o discurso.

2.4. A relação da sociedade com o discurso

Gregolin (2004) explica que Foucault obtém inspiração em Bachelard, a fim de questionar as certezas estabelecidas no campo das ciências humanas. Só o discurso deverá “falar”, pois o objetivo do método arqueológico não é definir os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os discursos, uma vez que são práticas que obedecem a regras. Faz-se necessário, portanto, apanhar o sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento, o que leva à noção de acontecimento discursivo. Esta não se baseia nas noções utilizadas pela História tradicional (continuidade, linearidade, causalidade, soberania do sujeito), ao contrário, ela afirma os conceitos da “nova História” (descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série, transformação), pois cada palavra, cada texto nunca são idênticos aos que o precedem ou sucedem, por mais que deles se aproximem. Os acontecimentos discursivos são, conseqüentemente, nas palavras de Gregolin:

um conjunto finito e efetivamente limitado das sequências que tenham sido formuladas, compreendendo o enunciado em sua singularidade de acontecimento,

em sua irrupção histórica, já que ele “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. (Gregolin: 2004, p. 88)

A noção de acontecimento discursivo pressupõe a noção de enunciado. Este é, para Foucault (1986), uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, fazendo com que surjam conteúdos concretos, no tempo e no espaço. Para defini-lo, o filósofo francês o correlaciona com o conceito de língua, mostrando que eles não estão no mesmo nível de manifestação, visto que a língua é um sistema de construção para enunciados possíveis. Deste modo,

o que torna uma proposição, um ato de fala em um enunciado é justamente a função enunciativa: o fato de ser ele produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja um enunciado (FOUCAULT, 1986, p.98)

Ora, o enunciado carrega os traços de ser constituído pela singularidade e pela repetição, sendo, portanto, dialeticamente constituído, pelo que a sua análise deve, forçosamente, levar em conta a dispersão e a regularidade dos sentidos. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se afirmar que descrever um conjunto de enunciados, naquilo que ele apresenta como singularidade é, contraditoriamente, fazer uma descrição da dispersão dos sentidos que ele apresenta, possibilitando, assim, a detecção de uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento sucessivo. Daí que a noção de formação discursiva deriva, em Foucault, dos enunciados como formas de repartição e sistemas de dispersão. Em suas palavras:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1986, p. 43)

Noutros termos, uma formação discursiva constitui grupos de enunciados, isto é, um conjunto de desempenhos verbais que se ligam no nível dos enunciados. Resumidamente, podemos dizer, valendo-nos das próprias palavras de Foucault, que discurso é:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento da história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (FOUCAULT, 1986, p. 135 – 136)

Ora, se o discurso é o conjunto de enunciados, sendo estes, por sua vez, desempenhos verbais em função enunciativa, pode-se entrever, como pressuposição, a ideia de prática, mais precisamente, de práticas discursivas, as quais são

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986, p. 136).

Chegamos, então, à noção de ordem do discurso. Esta detém a capacidade de regular as práticas discursivas. Nem tudo pode ser dito, e o que pode ser dito sofre constrangimentos oriundos da ordem do discurso. Desse modo, o enunciado tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e utilização, trazendo à tona a questão do poder.

Em seu trabalho *A ordem do discurso*, Foucault coloca em evidência o temor que a sociedade tem pelo discurso, apesar de venerá-lo. O resultado desse temor é a criação de sistemas de controle cuja incumbência é dominar a proliferação dos discursos, ao mesmo tempo em que seja capaz de “apagar as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua”. (1996, p. 50)

A produção (do discurso) é, conseqüentemente, devido a essa logofobia, controlada, organizada, selecionada e redistribuída por alguns procedimentos, os quais são classificados em três grupos que se caracterizam por mecanismos discursivos, apresentando como efeito a exclusão, a sujeição, e a rarefação.

A interdição, a segregação e a vontade de verdade figuram no primeiro grupo de procedimentos, os quais são chamados de procedimentos externos. O comentário, o autor e a disciplina perfazem o segundo grupo de procedimentos – denominados procedimentos internos. E, finalmente, o terceiro grupo de procedimentos de controle envolve todas as práticas que geram, conseqüentemente, o que Foucault chama de ‘rarefação dos sujeitos que falam’. Assim, o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso formam esse grupo. Então, tentemos entender como os efeitos (exclusão, sujeição e rarefação) se concretizam a partir de suas causas (a interdição, a segregação, a vontade de verdade, o comentário o autor, a disciplina, o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso).

A interdição é o procedimento que determina que algumas palavras sejam proibidas, isto é, não se pode dizer tudo; nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância, independentemente de quem diga ou de qual posição o discurso seja proferido. Disso decorre que, em dada sociedade, existam os que podem e os que não podem falar, consolidando o que Foucault chama de rituais da palavra que selecionam os que têm exclusividade sobre o dizer em certo campo discursivo. Já com o procedimento de segregação, uma sociedade determina

o silêncio, pois é ela quem estabelece o que é normal e o que não é; o que razoável ou não; o que é certo e o que deve ser considerado errado.

Dos dois procedimentos anteriores (interdição e segregação) deriva o fato de que toda sociedade possui, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade, opondo o verdadeiro ao falso. Por conseguinte, não há uma verdade, pois esta é apenas uma configuração histórica, já que as vontades de verdade se transformam de acordo com as contingências históricas. Assim, a vontade de verdade não é uma essência a ser descoberta, mas algo que vem sendo historicamente produzida e convém investigar a função de controle exercido sobre essa produção, conforme explica Foucault (1996).

O comentário, conforme indicado, inclui-se nos procedimentos internos. Os jogos discursivos do comentário permitem dois movimentos solidários entre si, pois, ao mesmo tempo em que possibilitam dizer o que estava no texto primeiro, eles permitem construir novos discursos. Assim, o comentário, instituindo intermináveis jogos entre paráfrases e polissemias, exerce um controle sobre o aparecimento do discurso. Isto tem como consequência a restrição dos textos que “retornarão”, quer dizer, os que serão preservados, em dada cultura, e os que serão esquecidos. Lembramos, nesta oportunidade, o fenômeno da parafraseagem, extensivamente aceito no interior da prática discursiva acadêmico-científico. Observamos que essa forma de intertextualidade condiciona inclusive um sujeito considerado salutar para as inter-relações sociais estabelecidas a partir de uma prática de pesquisa da verdade. Na busca da verdade, faz-se necessário reconhecer outras verdades fundamentais para a eclosão de um novo conhecimento, objeto do paradoxo entre o novo necessário e o velho fundamental.

O autor é o segundo procedimento de controle interno. Este, para Foucault, não é o indivíduo que escreveu ou pronunciou o texto. Antes, trata-se do princípio de agrupamento do discurso, da unidade e origem de significações, pois é o foco de sua coerência, sendo também uma função discursiva. Em suas palavras:

O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. (...) mas isto não impede que ele tenha existido, esse autor real, esse homem que irrompe em meio a todas as palavras usadas, trazendo nelas seu gênio ou sua desordem (1996, p. 28).

Diferentemente do princípio do comentário que atua diretamente sobre o acaso do discurso pelo jogo entre a paráfrase e a polissemia, o princípio do autor cria o efeito da “individualidade do autor” para, assim, criar limitações sobre esse mesmo jogo. Lembramos que no caso da *Newsweek* essa construção de autoria, o leitor missivista, é feita de uma

maneira implícita pela recorrência de um comportamento previamente estabelecido pela publicação particularizado pela possibilidade de edição das cartas, bem como pela edição efetiva desses textos.

Ora, conforme assinala Gregolin (2004, p.102), “analisar a autoria na relação que o texto estabelece com o sujeito que o produziu significa conceber o sujeito da escrita como uma construção do próprio discurso”, estando este, portanto, inscrito na materialidade do texto. A função-autor, de um ponto de vista mais abrangente, estabelece o modo de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade, razão pela qual se constitui em um dispositivo de controle dos sentidos, regulando a ordem do discurso.

O terceiro procedimento interno de regulação do discurso é o que Foucault (1996) chama as disciplinas. Este se encontra intimamente ligado à produção do discurso, controlando-o, uma vez que cada disciplina elege os enunciados que serão considerados verdadeiros ou falsos, pois há uma atualização permanente de regras. Os princípios de controle interno são classificados pelo pensador francês como princípios coercitivos.

Há outros princípios que têm como consequência o que Foucault chama “rarefação dos sujeitos que falam”. Esses princípios são: o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso. Assim, o ritual é um meio pelo qual se definem “a qualificação, os comportamentos, as circunstâncias que devem possuir os indivíduos que falam, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (GREGOLIN, 2004, p.104). Desta forma, o ritual estabelece a “eficácia suposta ou imposta das palavras, bem como seus efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção” (GREGOLIN, 2004, p.104). A função de produção e conservação do discurso, por outro lado, exige que eles circulem em um espaço fechado a fim de que as formas de apropriação possam se estabelecer. Como exemplo desse fenômeno, Foucault (1996) cita a centralidade da escrita em nossa sociedade, cujo objetivo é promover o afastamento dos não iniciados nas técnicas de escrituração.

No que se refere às doutrinas, essas têm como papel limitar o discurso a apenas alguns sujeitos, criando, desse modo, uma forma de sujeição, pois, ao mesmo tempo em que se assujeitam aos discursos, os sujeitos que falam, também submetem os discursos ao grupo.

Finalmente, as apropriações sociais do discurso dizem respeito ao fato de que toda sociedade possui instituições que se responsabilizam pela distribuição dos discursos. O sistema educativo é um exemplo porque “todo sistema de educação é uma maneira política de

manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT 1996, p. 44).

É importante, neste ponto, fazer uma observação. Trata-se da existência de um *continuum* que demonstra a inexistência de fronteiras entre todos esses sistemas de sujeição e de controle do discurso. Quanto à longevidade desses sistemas, o próprio Foucault explica que há temas da Filosofia que se encarregam de obliterar a sua visibilidade, o que produz o efeito de se contornar a discussão sobre o regulamento e o controle, diluindo a capacidade de resistência contra tais sistemas. Neste sentido, da mesma forma que o sujeito é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele também é apanhado nas relações de poder de considerável complexidade.

Foucault desvendou os princípios através dos quais a sociedade se relaciona com o discurso. O próprio Foucault destaca que é o medo que a sociedade tem do discurso que funciona como elemento gerador dos princípios acima identificados. As ideias acima expostas são de importância capital para a nossa tese, uma vez que nos possibilitam pensar com fundamento sobre o contexto que encontramos para a relação entre leitor missivista e a revista *Newsweek*. Faremos mais referências ao pensamento de Foucault no capítulo destinado à análise dos dados que colhemos e categorizamos.

A seguir, faremos um breve resumo sobre o significado da Análise do Discurso, procurando evidenciar sua verdadeira natureza, para, conseqüentemente, destacarmos os princípios fundamentais da Análise Crítica do Discurso, centrados na teoria de Fairclough (2003).

2.5. Algumas considerações sobre análise do discurso

A tese que defenderemos ao longo de todo o nosso trabalho investigativo se insere, preponderantemente, dentro dos limites da Análise de Discurso Crítica. Por essa razão, nos próximos parágrafos, estabeleceremos as bases da Análise de Discurso Crítica sobre as quais nossa argumentação deverá sustentar-se. Contudo, ponderamos ser necessário, antes de tudo, fornecer alguma explicação mais geral do significado da análise do discurso em si mesma, razão por que faremos isso a seguir.

Conforme Frohmann (1992), complexa é a tarefa de estabelecer uma definição para a Análise do Discurso como um método de pesquisa. Em vez disso, mais que fornecer

um método particular, a Análise do Discurso pode ser caracterizada como uma forma de abordar um problema, ou pensar sobre ele. Neste sentido, a Análise do Discurso não é um método de pesquisa, seja esta qualitativa, seja quantitativa, mas uma forma de questionar as pressuposições básicas de métodos de pesquisa, qualitativa ou quantitativa. Assim sendo, a Análise do Discurso não deverá apresentar respostas tangíveis para problemas fundamentais na pesquisa científica, mas ela permite o acesso às bases ontológicas e epistemológicas subjacentes a uma afirmação, a um projeto, a um método de pesquisa ou até a um sistema de classificação. Em outras palavras, a Análise do Discurso poderá revelar as motivações por trás de um texto, ou por trás de um método de interpretar um texto. Tendo em mente que as teorias pós-modernas concebem a realidade em si mesma como um texto, podemos afirmar que a Análise do Discurso é uma forma de leitura ou de interpretação que trabalha no sentido de encontrar os elementos que foram utilizados na sua construção, uma vez que todo texto sofre condicionamentos e se inscreve dentro do perímetro de um dado discurso. À parte das puras e simples considerações epistemológicas, é relevante procurar entender como a Análise do Discurso adquiriu as feições teóricas que ostenta nos dias atuais, embora nosso objetivo aqui não seja traçar uma linha histórica desse campo de pesquisa.

O final dos anos 60 é marcado por releituras de Saussure, Freud e Marx, cujas visões se apoiam em formas de pensar estruturalistas, pois Marx nos fala sobre a infraestrutura econômica; Freud aborda o poder do inconsciente. Ambos interpretam os fenômenos sociais ou comportamentais como necessariamente condicionados por forças impessoais (o Capitalismo, o Superego), deslocando o problema do entendimento da consciência ou das escolhas individuais para um quadro bem mais amplo, o dos macrosistemas. Assim, os indivíduos, conseqüentemente, não são nem os produtores nem os controladores dos códigos e das convenções que regem a existência social, mental, ou até a experiência linguística, como observa Gregolin (2004). Esse modo de entender a relação do indivíduo com o meio social que o circunda funcionará como ponto de convergência e divergência para alguns dos principais contribuintes do quadro teórico da Análise do Discurso, dentre os quais podemos citar: Michel Foucault, Michel Pêcheux, Jacques Derrida, Jacques Lacan. Esses pesquisadores, positiva ou negativamente, revelam entre seus interesses teóricos, a influência de uma figura não menos importante na composição teórica da Análise do Discurso. Referimo-nos a Althusser. Este autor exerceu uma influência notável sobre Michel Pêcheux, por exemplo, um dos fundadores da Análise do Discurso francesa. Vejamos algumas noções importantes em Análise do Discurso.

2.6. A Análise de Discurso Crítica: princípios fundamentais

Afirmamos em linhas anteriores que a teoria da Análise Crítica do Discurso atribuída a Fairclough representa um conteúdo central para a tese que defendemos. Cabe agora explicar melhor o porquê de tal asserção. A proposição de que a noção de responsividade/responsabilidade apresenta sempre uma escalaridade requer um conjunto de noções teóricas que, conforme apresenta nesta fundamentação teórica, provém de diferentes aportes teóricos. Essa convocação se justifica primeiro pelo fato de essas diferentes noções não entrarem em choque por si mesmas. Em segundo lugar, justifica-se também pelo fato de possibilitarem tanto a explicação quanto a demonstração de nossa tese em termos objetivos e racionais. Neste sentido, estabelecemos como ponto de convergência das diferentes noções teóricas apresentadas ao longo do capítulo da fundamentação teórica os princípios teóricos estabelecidos por Fairclough principalmente em seu trabalho intitulado *Discurso e Mudança Social*, cuja tradução para a Língua Portuguesa brasileira foi apresentada ao público em 2003.

Nossa escolha se justifica em função da compreensão, de acordo com Fairclough (2003), de que toda interação social entre indivíduos da espécie humana é sempre caracterizada por relações de poder composta sempre pela presença de ideologia. A presença de uma abordagem ideológica nem sempre é trazida para dentro da interação social mediada pela linguagem de uma forma consciente por parte dos sujeitos que interagem. Diferentemente, e na maioria das vezes, os sujeitos encontram-se assujeitados por um tratamento ideológico levado a termo previamente. No entanto, qualquer interação social possibilita a mudança nas relações de poder, notadamente naquelas estabelecidas por motivações egoístas, personificadas pelo uso ou abuso do poder ilegítimo. É justamente essa compreensão da natureza de do papel da ideologia na vida social, bem como da possibilidade de mudança na dinâmica das relações de poder, notadamente do poder ilegítimo, que justifica a escolha da Análise de Discurso Crítica como teoria central em torno da qual agregaremos as outras noções teóricas já anteriormente mencionadas. Então, não nos interessa aqui estudar as interações sociais do ponto de vista psicológico ou cognitivo, considerando o que ocorre na compreensão ativa explicada por Bakhtin (2000). Interessa-nos sim, identificar e explicar os elementos linguísticos e extralinguísticos circunscritos na esfera do discurso e relacionados à noção de responsividade/responsabilidade prevista por Bakhtin (2000). Nestes termos, a tese que ora defendemos requisita elementos teóricos que estão além do linguístico

propriamente dito, situando-se na esfera das relações de poder e da ideologia constituídos fundamentalmente pela linguagem verbal.

Fairclough (2003) salienta que o seu objetivo, no que concerne à apresentação de linhas para uma abordagem analítica do discurso crítica, é reunir a análise de discurso linguisticamente orientada e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, em termos de um quadro teórico que possa ser útil para a pesquisa científica social e, particularmente, na compreensão da mudança social. Seguindo o itinerário teórico delineado no trabalho de Fairclough (2003), falaremos a seguir sobre o que vem a ser discurso, fundamentalmente para a ADC, e posteriormente abordaremos o aspecto tridimensional do discurso, de acordo com o que foi estabelecido pelo teórico em foco.

Para Fairclough (2003) o termo discurso está associado ao uso da linguagem como prática social, diferentemente de ser uma atividade puramente individual, ou mesmo reflexo de variáveis situacionais. A menção à questão da variável situacional feita pelo autor é uma contra-argumentação a, principalmente, Downes (1984) que estabelece a possibilidade de estudar a fala considerando as variáveis sociais. Para este teórico a língua varia conforme a natureza da relação entre os participantes em interações, o tipo de evento social, os propósitos sociais dos indivíduos na interação, entre outros fatores de cunho social. No entanto, Fairclough (2003) observa que o raciocínio de Downes desconsidera as potencialidades do uso da linguagem como influente nos tipos de sujeito social, nas relações sociais e, sobretudo, de como o seu uso pode contribuir não só para a própria constituição da linguagem, mas também para a sua reprodução e mudança. Há, conseqüentemente, para Fairclough, uma relação dialética entre discurso e estrutura social, como também uma relação dialética entre a prática social e a estrutura social, sendo esta tanto uma condição como um efeito da primeira. Mas é essencial informar também que o discurso é moldado e restringido pela estrutura social, tanto em um nível mais amplo, quanto em diversos níveis como, por exemplo, a classe social e por diversas relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições específicas, tais como o direito e a educação. Nestes termos, deve-se dizer segundo o autor em tela, que os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural conforme o domínio particular, ou mesmo conforme o quadro institucional em que são gerados. Em suma,

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas

de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.
(FAIRCLOUGH, 2003, P. 91)

Por essa propriedade construtiva do discurso, Fairclough (2003) distingue três aspectos que são na verdade efeitos construtivos do discurso: a) o discurso contribui para a construção das 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu'; b) o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas; c) o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses efeitos correspondem ao que o autor chama de funções da linguagem 'identitária', 'relacional' e 'ideacional'. Os três efeitos mencionados resultam da prática discursiva.

A prática discursiva em si tanto possui tanto um aspecto convencional quanto criativo pelo fato de ser constitutiva. Desse modo, contribui ela para reproduzir a sociedade (em termos de identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças), bem como contribui para transformá-la. Fairclough (2003) afirma que tanto as relações sociais quanto as posições que assumimos, assim como a localização de indivíduos reais nessas posições, são constituídas parcialmente no discurso. Mas isto se dá por resultados cumulativos e muitas vezes contraditórios de eventos complexos e diversos configurados por interações verbais faladas e escritas. No entanto, tal fato, conforme o autor, não deve levar ao equívoco de pensar que a realidade do mundo simplesmente emana na mente das pessoas. Neste sentido, o primeiro ponto a ser considerado é que, apesar de as pessoas serem confrontadas com instituições sociais reais constituídas pelo discurso, inclusive, estas mesmas instituições são, ao mesmo tempo, reificadas em instituições e práticas. O segundo ponto é que os efeitos constitutivos do discurso atuam colaborativamente com os de outras práticas, como, por exemplo, a distribuição de tarefas domésticas, as indumentárias e até aspectos de cunho afetivo do comportamento. E o terceiro ponto é que o trabalho performado pelo discurso necessariamente se realiza dentro das restrições da determinação dialética do discurso pelas estruturas sociais. Ora, a perspectiva dialética compreende a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, cuja fixidez é apenas temporária, parcial e contraditória.

Outro aspecto importante que não se pode perder de vista, também apontado por Fairclough (2003), é que a prática social compreende várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, podendo o discurso estar implicado em todas elas, de modo a não se poder reduzir qualquer dessas orientações do discurso. Como exemplo, o autor aponta que há várias maneiras pelas quais se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica, pois o discurso se apresenta em proporções variáveis como um constituinte da prática

econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa. Outrossim, a ordem sociolinguística de determinada organização social pode ser estruturada, ainda que parcialmente, como um mercado onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como mercadorias.

No entanto, o foco principal de Fairclough (2003) está no discurso como modo de prática política e ideológica. Ora, o discurso como prática política cria, alimenta e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. Já o discurso como prática ideológica gera, naturaliza, sustenta e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Para o teórico em apreço, a prática política é a categoria superior. E o discurso como prática política não é apenas um local de luta de poder, mas é também um marco referencial na luta de poder, pois a prática discursiva lança mãos de dispositivos de natureza convencional que objetivam naturalizar relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções. Os modos nos quais se articulam constituem-se em um foco de luta.

Para demonstrar a relação entre prática social e prática discursiva, Fairclough observa que ambas as noções não se estabelecem como oposições; antes pode-se dizer, segundo o autor, que a prática social é uma forma particular da prática discursiva, pois em alguns casos a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva. Há, no entanto, casos em que se registra uma mescla de prática discursiva e não discursiva, sendo a prática discursiva constituída centralmente pelo seu componente linguístico. Mas a análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva deve focalizar os processos de produção, distribuição e consumo textual, sendo a produção e o consumo de natureza parcialmente sociocognitiva, pois envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual. Assim, Fairclough distingue como descrição a parte que trata da análise textual, e como interpretação a parte que trata da análise da prática discursiva e da análise da prática textual.

Fairclough (2003) propõe que a análise textual seja organizada em termos de quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Em escala ascendente, esses itens podem possuir a seguinte hierarquia: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais; a gramática trata das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases; e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos.

Fairclough adverte que uma língua não é simplesmente um vocabulário documentado no dicionário, visto que há diferentes vocabulários sobrepostos e em competição relativos aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas. Assim, os termos *wording*, lexicalização e significação apreendem esse fato melhor do que o termo vocabulário.

Acerca dessa relação, um foco de análise incide sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica, sobre relexicalização dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas. Há também a necessidade de focalizar a disputa entre os sentidos das palavras nas disputas dentro de lutas mais amplas. E finalmente outro foco relevante recai sobre a metáfora, sobre as implicações política e ideológica de metáforas particulares e sobre o conflito entre metáforas alternativas.

Os elementos dispostos no parágrafo anterior remetem para a questão da estrutura textual. Esta diz respeito à arquitetura dos textos. Na prática, essa arquitetura textual diz respeito a aspectos de planejamento de diferentes tipos de textos: as maneiras e a ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para delinear uma reportagem policial no jornal, por exemplo. Então vejamos o nível superior ao foco textual, que é a prática discursiva.

Conforme explica o autor, a prática discursiva compreende os processos de produção, distribuição e consumo textual. Dependendo dos fatores sociais, a natureza desses processos varia. Os textos são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos, assim como os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos, e no que se refere à distribuição, Fairclough (2003) explica que há textos cuja distribuição é simples, enquanto outros têm distribuição complexa, dado que o texto é considerado como um conjunto de traços, ou mesmo um conjunto de pistas para o processo de interpretação. A propósito disto, o autor alerta que tais processos geralmente se dão de maneira inconsciente, o que favorece, ou pode favorecer, a eficácia da ideologia embutida no interior do discurso.

O teórico britânico aqui mencionado também acrescenta que os processos de produção e interpretação sofrem restrição social, tanto pelos recursos disponíveis dos membros (estruturas sociais sedimentadas interiormente, normais e convenções), como também por ordens de discurso e convenções para a produção, distribuição e o consumo de textos do tipo já mencionado aqui, que se constituírem mediante a prática e luta social. Os referidos processos podem também sofrer restrições em razão da natureza da prática social de

que fazem parte. Falaremos a seguir sobre o discurso como prática social, a terceira dimensão da análise discursiva proposta por Fairclough (2003).

Na dimensão do discurso como prática social, Fairclough aborda centralmente a ideologia e o poder na relação com a referida prática social. Consequentemente, o poder será visto aqui como hegemonia, e a evolução das relações de poder como luta hegemônica. Para tanto, o autor recorre a contribuições clássicas do marxismo do século XX.

Fairclough (2003) adota a ideia de que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, e as práticas discursivas são formas materiais de ideologia. Uma segunda ideia adotada pelo referido teórico é de que a ideologia interpela os sujeitos e, consequentemente, contribui para a constituição dos sujeitos. Assim, as ideologias são significações/construções da realidade: o mundo físico, as relações dentro da sociedade e as identidades sociais. Essas significações/construções são feitas em várias dimensões das práticas discursivas, contribuindo para a produção, a reprodução ou as transformações das relações de dominação. O teórico em foco afirma que as ideologias contidas nas práticas discursivas são eficazes quando se naturalizam e alcançam o *status* de senso comum. No entanto, Fairclough assinala que a luta ideológica é uma dimensão da prática discursiva, razão por que não se deve enfatizar unilateralmente a estabilidade das ideologias. O teórico em tela afirma ainda que a ideologia é tanto uma propriedade das estruturas quanto uma propriedade dos eventos, e não se deve pressupor que os indivíduos têm consciência das dimensões ideológicas de própria prática. No entanto, não é só isso. Apesar de posicionados ideologicamente, os sujeitos também são capazes de agir criticamente no sentido de estabelecer suas próprias conexões entre as diversas práticas e as estruturas posicionadoras. Mas o equilíbrio entre o sujeito ideologicamente posicionado (o sujeito efeito ideológico) e o sujeito senhor de sua prática depende, enquanto variável, da estabilidade relativa das relações de dominação, por exemplo.

Um ponto importante em relação ao dito do parágrafo anterior diz respeito à indagação se todo discurso é ideológico. Para a análise de discurso crítica, as práticas discursivas são investidas ideologicamente quando incorporam significações que ajudam a manter ou estruturar relações de poder. Assim, mesmo as práticas científicas, enquanto práticas discursivas podem afetar as relações de poder e, consequentemente, apresentar seu componente ideológico. Nesses termos, nem todo discurso é fatalmente ideológico, pois as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na

classe, no gênero social, no grupo cultural, entre outras, conforme adianta o eminente teórico inglês.

Finalmente, devemos agora mencionar o foco principal do trabalho de Fairclough (2003). Trata-se das mudanças discursivas. Neste caso, Fairclough reconhece que as possibilidades são muito complexas, mas procura simplificá-las em termos de polaridades, o que se dá pelo fato de o evento discursivo ser uma contribuição para preservar e reproduzir as relações e as hegemonias tradicionais de gênero e poder, assim, ligar-se a convenções problematizadas, ou pode ainda ser uma contribuição para a transformação das tais relações mediante a luta hegemônica, pois os eventos discursivos apresentam efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor.

Se considerada a dimensão textual do discurso, observa o autor, pode-se observar que a mudança deixa traços nos textos na forma de co-ocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes que objetivamente podem ser vistos como mesclas de estilos formais e informais, vocabulários técnicos e não-técnicos, marcadores de autoridade e familiaridade, de formas sintáticas mais tipicamente escritas e mais tipicamente faladas, e assim segue. Então, à medida que há o estabelecimento, e sua posterior sedimentação, de uma tendência particular de mudança discursiva como uma nova convenção emergente, o que era percebido pelos intérpretes como textos estilisticamente contraditórios passa a ser considerado inteiro, perdendo o efeito de colcha de retalhos.

Fairclough (2003) esclarece que na delimitação dos princípios da ADC procurou combinar aspectos de uma concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade. Reconhece que a concepção foucaultiana de discurso inclui uma ênfase basilar nas propriedades socialmente construtivas do discurso. Já a concepção bakhtiniana enfatiza a textura dos textos e sua composição que se dá por meio de fragmentos de outros textos. Ambas focalizam o modo como as ordens de discurso estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas. Na seção seguinte, mostraremos as bases teóricas do papel que tem o discurso no estabelecimento e manutenção do poder. O referido aporte teórico possibilitará a análise que faremos das cartas ao editor no que concerne à assimetria entre o leitor missivista e os possíveis coenunciadores, sobre o que falaremos adiante.

2.7. Discurso e poder

Para Dijk (2010, p. 27), é um equívoco recorrente dizer que o poder é inerentemente “ruim”, tanto quanto dizer que a análise de discurso e poder é, por definição,

uma análise “crítica”, dado que o poder pode ser usado para diversos propósitos neutros e positivos, como, por exemplo, “os pais e professores educam crianças, a mídia nos informa, os políticos nos governam, a polícia nos protege e os médicos nos curam – cada um com seus próprios recursos especiais”. Não fosse a ordem, a hierarquia, a organização, enfim, sem as muitas relações legítimas de poder, a sociedade não funcionaria.

Dijk destaca que os ECD (estudos críticos do discurso) carregam a pressuposição de um discernimento especial de estruturas sociais, em geral, e, de um modo particular, das relações de poder. Somente com esse discernimento é possível examinar o abuso de poder e de que forma tal abuso de poder pode prejudicar as pessoas, e como a desigualdade social pode ser gerada e reproduzida no dia-a-dia de cada indivíduo. Nesses termos, o que se procura entender é como o poder é assimetricamente distribuído na sociedade. Então é necessário evidenciar os usos ilegítimos do poder.

Acerca do exposto no parágrafo anterior, interessa-nos em particular entender como, no contexto das cartas ao editor na revista *Newsweek*, as assimetrias de poder se estabelecem e que efeitos negativos podemos destacar para quem está no ponto inferior de tal assimetria, no caso, o leitor missivista. Advertimos que a tese que defendemos aqui sobre a natureza escalar da responsividade/responsabilidade está necessariamente ligada à questão da assimetria de poder. Oportunamente, analisaremos tal assimetria e o que ela significa em termos de influência sobre o grau de responsividade/responsabilidade, cuja análise pormenorizada será feita no momento adequado. É claro que a assimetria que pretendemos analisar relaciona-se com a questão do abuso de poder, e o abuso de poder relaciona-se incondicionalmente com a noção de legitimidade.

O citado autor adverte que, considerando o que significa o uso legítimo do poder, os ECD estão particularmente interessados em analisar criticamente o abuso de poder dos políticos. Interessam-se em analisar como a mídia mais desinforma do que informa. Dijk (2010) chama as diversas formas de abuso de poder de dominação, implicando uma dimensão negativa do “abuso”, bem como a dimensão de injustiça e de desigualdade, isto é, as mais diversas formas ilegítimas de ação e de situações.

Sob a perspectiva delineada acima, a dominação cobre igualmente os vários tipos de abuso de poder comunicativo. Estes estão especialmente sob o foco de interesse dos analistas críticos do discurso, como, por exemplo, a manipulação, a doutrinação ou a desinformação. Dijk alerta que, diante da vasta gama de formas de dominação, os analistas

críticos de discurso só podem estudar uma pequena, embora importante, parte de todas as formas de dominação e desigualdade.

Mas o que o autor entende por abuso? Para Dijk (2010, p. 29), podemos falar de abuso em termos de legitimidade. Nestes termos, o abuso de poder é o uso ilegítimo do poder. Assim,

o abuso de poder, então, significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas. Na área do discurso e da comunicação, isso pode significar o direito de ser bem ensinado e educado, de ser bem informado etc.

No entanto, Dijk reconhece que a noção normativa de legitimidade reserva certa complexidade e é fundamental a sua análise apropriada para as bases dos ECD, pois se o objetivo é analisar e criticar a dominação, definida esta como ilegítima, necessário se faz ser exaustivamente explícito sobre as normas, os critérios ou os padrões de legitimidade. Então, em primeiro lugar, o que é legítimo e, crucialmente, quem estabelece essa definição? Historicamente sabemos que representantes democraticamente eleitos de grupos sociais, como os membros de um parlamento, de um conselho municipal, por exemplo, já criaram leis racistas, sexistas.

Por outro lado, segundo o citado autor, necessário se faz entender que existem formas de desigualdade legítimas que são a consequência do uso do poder legítimo e o abuso do poder ilegítimo. Então, um problema crucial, para Dijk (2010), a ser resolvido pelos ECD é saber quais das diferenças de poder são legítimas na visão dos padrões de justiça e equidade de hoje, ou à luz dos fundamentos dos direitos humanos internacionais, e quais podem ser identificados como abuso ilegítimo de poder. A propósito, convém aqui lembrar que no caso de uma publicação como a revista *Newsweek*, uma relação de poder assimétrica é praticamente uma fatalidade. Podemos citar, neste caso, que as escolhas sobre o que falar, a escolha da perspectiva adotada sobre esse as temáticas já implica uma forma de poder assimétrica. Além do mais, podemos citar o espaço destinado para a expressão dos leitores missivistas, a possibilidade de edição das cartas e, finalmente, o próprio contexto de autoridade construído pela publicação numa perspectiva histórica e momentânea.

Dijk (2010) destaca que muito da definição de ilegitimidade da escrita e da fala se enquadra em termos das consequências mentais negativas da chamada dominação discursiva, nomeadamente: desinformação, manipulação, estereótipos e preconceitos, vieses, falta de conhecimento e doutrinação, e como esses elementos podem significar e causar a

desigualdade social, como, por exemplo, na situação em que essas consequências mentais, por seu turno, podem influenciar a ilegítima interação social, como a discriminação. Nestes termos, adverte o autor (2010) que é necessário, para cada prática discursiva, examinar com cuidado os contextos, normas e valores específicos que definem a prática adequada. Aproveitamos a oportunidade para indagar se a desinformação não seria um pré-requisito necessário para a manipulação.

No entanto, apesar dos argumentos a favor de uma teoria da dominação discursiva, é bastante razoável a alegação de que não há uma relação causal entre o discurso e sua interpretação, pois com base na psicologia da compreensão discursiva, observa Dijk (2010), os discursos em si são apenas um fator dentre outros que compõem um conjunto complexo de condições que influenciam a compreensão e a interpretação, dentre os quais o contexto da leitura, o conhecimento dado e as ideologias dos leitores, bem como suas biografias pessoais e experiências correntes. No entanto, Dijk (2010, p. 33) chama nossa atenção para o fato de que, apesar dos fatores acima elencados, no que se refere à compreensão e interpretação dos discursos lidos ou falados, não podemos afirmar que os discursos são inócuos nos processos de influência social, porquanto “há uma compreensão geral das maneiras como o conhecimento, o preconceito e as ideologias são adquiridos também através do discurso”. Neste sentido, é objeto de consenso o fato de que nossas ideologias são formadas discursivamente. Dijk afirma que os grupos de elite e as organizações compartilham o saber sobre os efeitos que sua informação, sua propaganda e sua publicidade têm sobre o público, pois do contrário não se engajariam na comunicação pública. Lembramos, aqui, que uma concepção ideológica é uma maneira de outorgar uma realidade na maioria das vezes conveniente para os seus criadores, ou seu criador.

Sobre as afirmações de Dijk (2010) acerca da relação do discurso com o poder, queremos tecer alguns comentários que se conectam diretamente com a tese que aqui defendemos. Em primeiro lugar, destacamos o fato de, no caso das relações de poder assimétricas que podem ser identificadas entre os leitores missivistas e a publicação *Newsweek*, as regras para que os leitores se manifestem são estabelecidas pela revista, tais como o espaço destinado à manifestação e a forma de identificação a que deve obedecer o escritor da carta. Além disso, deve-se prestar atenção ao fato de a publicação por si só já apresentar um poder implícito, construído por meio de vários fatores: o tempo de existência da revista (bem como a reputação construída ao longo desse tempo), a pretensa qualificação de seus colaboradores e redatores, o poder de decisão de quais temas serão abordados e quais

deverão ser deixados de lado, ou mesmo o fato de a revista ter sua sede em um país desenvolvido – centro político e econômico do mundo. Ao lado disso, podemos mencionar o fato de que o leitor missivista pode ou não ter sua carta publicada, assim como pode também ter sua carta editada à sua revelia, ao passo que os colaboradores e redatores devem gozar da prerrogativa de interferir e discutir as interferências do editor sobre os seus textos. Neste sentido, chamamos a atenção para o fato de que Dijk (2010) coloca a noção de manipulação no mesmo patamar das noções de desinformação e de estereótipos. Indagamos neste caso se os elementos listados ao lado da noção de manipulação (desinformação, estereótipos e preconceitos etc.), não seriam modalidades de manipulação. A esse propósito, faremos uma análise mais detalhada da prática discursiva da revista *Newsweek* concernente à relação entre leitor missivista e editor.

Chamamos a atenção também para o fato de a escalaridade da responsividade/responsabilidade que defendemos se mostrar válida para os diversos contextos de compreensão e interpretação – mencionados por Dijk (2010) – dos leitores mundo afora. Esta é uma das razões pelas quais escolhemos colher o nosso *corpus* da *Newsweek*. Sobre isso, faremos uma análise mais acurada oportunamente.

2.8. O poder pelo discurso

Dijk (2010) reconhece estar interessado no poder discursivo que seja resultado da interação social, sendo o poder individual menos importante para a explicação sistemática do papel do poder social enquanto fruto da mencionada interação. Desta perspectiva é razoável afirmar que as relações de poder manifestam-se tipicamente na interação. Então podemos dizer que A exerce poder social sobre B (ou seus membros), quando B é controlado pelas ações reais ou potenciais de A. Neste caso, é preciso deixar claro que o conceito de ação em si envolve o conceito de controle (cognitivo) pelos agentes; o controle social sobre B como resultado das ações de A implica uma limitação no autocontrole de B. Um desdobramento disso é, na ausência do exercício de uma força física, o poder de A sobre as reais ou eventuais ações de B tem como pressuposição que A precisa deter controle sobre as condições cognitivas das ações de B, como, por exemplo, desejos, planos e crenças. Isto implica dizer que o poder social é de um modo geral indireto e exerce controle sobre as mentes das pessoas. Na prática isto significa o controle das necessárias informações de que os membros do grupo controlado precisam para planejar e executar suas ações. O autor afirma que a maior parte das

formas de controle social da nossa sociedade resulta dessa forma de “controle mental”, que é preponderantemente exercido por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva. Esta comunicação discursiva resulta do medo de sanções oriundas de A no caso de B não atender os desejos de A. Aqui torna-se relevante a análise do papel do discurso que visa legitimar ou manter o poder. A propósito, um dos elementos importantes a ser considerado na assimetria entre o leitor missivista e a revista *Newsweek* é o fato reputação que a publicação construiu ao longo de sua existência. Neste caso, a abertura que a revista oferece para que seus leitores se manifestem funciona como uma forma de credencial para assegurar e manter essa reputação, no caso, de uma revista comprometida, sobretudo, com a verdade dos fatos.

Estabelecendo uma relação do acima explicado com a tese que ora defendemos, é útil dizer que a concepção de uma escalaridade responsiva/de responsabilidade prevê a não aceitação incondicional de um poder previamente estabelecido, pois a interação é quem vai revelar o verdadeiro *status* do poder, pelo menos entre determinados participantes.

Mas para a manutenção do poder de A sobre B necessária se faz a existência de uma base composta de recursos socialmente disponíveis para que o poder possa se exercer. Dentre os recursos disponíveis podemos citar os atributos ou bens socialmente valorizados que sejam desigualmente distribuídos como, por exemplo, riqueza material, posição, posto, *status*, autoridade, conhecimento, habilidade, privilégios, e até mesmo o mero pertencimento a um grupo dominante ou majoritário². Assim, para Dijk (2010, p. 42), “o poder é uma forma de controle social se sua base for constituída de recursos socialmente relevantes”. Nesse aspecto, “o exercício do poder por A atende geralmente aos interesses de A”.

Outra característica do exercício do poder e sua manutenção tem sua base no fato de que para A exercer controle mental sobre B, este precisa conhecer os desejos, as vontades, as preferências ou as intenções de A. Neste sentido, é importante também estar a par do fato de os agentes do poder exercerem poder em apenas um domínio social, pois tal domínio nas sociedades contemporâneas pode limitar-se a certo campo ou a certa extensão do poder.

Finalmente, deve-se acrescentar, ainda segundo Dijk (2010), que a manutenção do poder pressupõe uma estrutura ideológica. A comunicação e o discurso são instrumentos que

² A nosso ver é complicado falar de mero pertencimento a um grupo do dominante ou majoritário sem considerar as condições previamente implicadas em tal *status*. Quer dizer, não se pode falar em poder de compra sem falar na existência de recursos por parte de quem detém tal poder. Assim, o pertencimento ao um grupo deve, em nosso modo de entender, estar cercado de características que garantam tal pertencimento, como a existência de privilégios e outras vantagens, mencionadas anteriormente.

permitem a aquisição, confirmação e alteração dessa estrutura ideológica, sendo ela formada por cognições fundamentais, compartilhada socialmente, e necessariamente relacionada aos interesses de um grupo e seus membros. Assim, é natural também afirmar que a análise do poder deve considerar as várias formas de contrapoder ou resistência oriunda dos grupos dominados. A ação de considerar as formas de contrapoder é também uma condição para a análise dos desafios e mudanças sociais e históricas.

A pressuposição de uma estrutura ideológica nos termos de Dijk (2010) se harmoniza com a visão de Fairclough (2003), que afirma a possibilidade de mudança pelo discurso. Esta é uma das ideias fundamentais da ADC. De fato, toda manutenção de poder não se dá meramente pelo estabelecimento de forças coercitivas, mas, principalmente, via estruturas de significação que podem ser flagradas em um aparato ideológico previamente concebido. Qualquer aparato ideológico vigente em dada sociedade prevê a possibilidade de aperfeiçoamento e atualização, e, claro, baseia-se, de um ponto de vista psicológico, na própria formação do que chamamos de subjetividade humana.

No que concerne à nossa tese, afirmamos que, apesar de existirem assimetrias de poder legítimo previamente estabelecidas, destacamos que posições de poder assim estabelecidas podem sofrer variações devido ao jogo interativo. Quer dizer, o jogo de poder, ainda que legítimo, sofre constrangimentos da interação em si, e, a fim de observarmos como tais variações ocorrem, podemos atentar concretamente para o grau de responsividade/responsabilidade existente em dada interação. Mas nos interessa particularmente observar o grau de responsividade/responsabilidade existente nas respostas dos leitores missivistas da revista *Newsweek*. Então, consideramos importante evidenciar o valor da postura “democrática” que a revista *Newsweek* diz adotar ao abrir espaço para que os leitores possam se manifestar. Desse modo, cabe perguntar em que medida a adoção da referida postura ajuda a definir as relações assimétricas entre leitores missivistas e editor. Mais particularmente, cabe perguntar se a referida postura não carrega em si mesma um valor de competência por parte dos agentes da publicação, uma vez que deixa implícito um valor de competência tacitamente estabelecido pela postura em si. Quer dizer, a postura antidemocrática é esperada da parte daqueles que não detêm o saber e a segurança acerca do que enunciam. Ademais, a referida postura democrática também aponta para um valor que precede a própria competência, que é a honestidade no dizer e nas ações em geral.

2.9. O Controle do Discurso

Ora, se a comunicação e o discurso podem ser usados como instrumentos de estruturação e manutenção do poder, podemos inferir que deve haver um controle do discurso e sobre os modos de sua reprodução. Assim, podemos falar das condições de produção do discurso, sendo natural identificar aqueles que têm a permissão de falar ou escrever, e para quem, consideradas as situações em que dado discurso pode ser produzido, conforme Dijk (2010). Então, quanto menos poder detiver uma pessoa, menor é o seu acesso às várias formas de escrita e de fala, e se um indivíduo não tem nada para dizer – frente a pessoas mais poderosas do que ele –, ou precisa se manter em silêncio, é porque ele também não detém qualquer forma de poder, como, por exemplo, prisioneiros, réus, criança, e mulheres (em algumas culturas).

Contrariamente, os grupos mais poderosos e seus membros, nas palavras de Dijk (2010, p. 45),

controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso. Eles controlam os diálogos formais com subordinados, presidem reuniões, promulgam ordens ou leis, escrevem (ou mandam escrever) vários tipos de relatório, livros, instruções, histórias e vários outros discursos dos meios de comunicação de massa. Não são apenas falantes ativos na maior parte das situações, mas tomam a iniciativa em encontros verbais ou nos discursos públicos, determinam o “tom” ou o estilo da escrita ou da fala, determinam seus assuntos e decidem quem será participante e quem será receptor de seus discursos.

No entanto Dijk (2010, p. 44) adverte que o poder não apenas aparece nos discursos ou por meio deles, mas também que “é relevante como força societal “por detrás” dos discursos”, e a relação entre discurso e poder é íntima e configura “uma manifestação direta do poder da classe, do grupo ou da instituição e da posição ou status relativos de seus membros”. Então o poder se expressa por meio do acesso diferenciado tanto aos diversos gêneros quanto aos conteúdos e estilos do discurso. Tal controle pode ser flagrado de uma forma mais nítida nas formas de reprodução do discurso, notadamente no que se refere a sua produção material, articulação, distribuição e influência. Dijk cita como exemplo as empresas de comunicação de massa e seus proprietários, que exercem controle tanto sobre as condições financeiras quanto tecnológicas da produção do discurso. O modo de produção da articulação, afirma Dijk, é controlado pelo que chama de “elites simbólicas”, como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no “capital simbólico”. Tais grupos podem inclusive “determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma” (DIJK,

2010, p. 45). Mas a maior parte das elites é controlada pelo Estado ou por empresas particulares. No entanto, essa dependência é escondida em termos ideológicos por instrumento de diferentes valores, normas e códigos profissionais, como, por exemplo, por meio da crença disseminada na “liberdade de expressão” nos meios de comunicação de massa.

Talvez a maior falácia entre todas seja a propalada existência da Democracia no interior de uma sociedade controlada por uma agenda calcada no consumo de bens materiais. Podemos citar como exemplo as práticas que se estabeleceram em torno da indústria farmacêutica. Tais práticas atualmente exercem um controle sobre toda a cadeia de comportamentos relacionados à doença, e não sobre a saúde, sempre protegida por uma construção complexa de legitimidade e uma pretensa preocupação com o bem-estar humano. Assim, no intuito de lucrar, com uma voracidade sempre crescente, tal indústria preconiza uma complexa gama de comportamentos em relação à doença que afirma estar baseada em dados científicos, em contraposição ao não-científico, ou ao acientífico. Concretamente, as referidas práticas, enquanto estratégias de venda e consumo, organizam-se em torno da autoridade médica. O médico, por sua vez, não detém qualquer poder de indicar, por exemplo, a retirada de circulação de um medicamento que, segundo sua observação, venha causando danos à população, ou mesmo adotar qualquer prática que desautorize a “cientificidade” das práticas dos grandes grupos farmacêuticos, sob pena de ser alijado do sistema. Em outras palavras, sua autoridade científica só serve para afirmar, nunca para negar o conjunto das referidas práticas, que, em última análise, se assemelham muito às estratégias de venda de qualquer bem de consumo. Não faz muito tempo que se podia comprar livremente antibióticos sem qualquer prescrição médica, os quais eram vendidos até em supermercados. Nos dias atuais, ao se dirigir ao caixa de uma farmácia, é bem fácil observar o comprador sendo convocado a consumir medicamentos que se encontram disponíveis nos caixas.

A digressão acima nos ajuda a entender como há sempre uma agenda a ser cumprida nas práticas das sociedades ditas democráticas. Obviamente o plano de atuação de uma revista como a *Newsweek* tem como pano de fundo a democracia, a liberdade de expressão, mas sabemos, como no exemplo acima, que há interesses a serem protegidos que devem compor com as práticas democráticas. No caso de a publicação *Newsweek* abrir espaço para a manifestação dos leitores, podemos observar dois elementos centrais que funcionam como barreiras contra o exercício efetivo da democracia. O primeiro deles é a limitação do espaço destinado à manifestação dos leitores. O segundo deles, e provavelmente o mais

eficaz, é a possibilidade de editoração das cartas, como a obliteração de conteúdo. Contudo, devemos reconhecer que em uma democracia nos moldes daquelas que conhecemos no Mundo Ocidental, há possibilidades de que a liberdade de expressão e informação seja exercida, ao contrário dos regimes totalitários do bloco comunista. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que junto com a agenda da democracia, criam-se estratégias não democráticas que visam proteger o interesse das grandes corporações, que têm como objetivo central o lucro e, conseqüentemente, o estímulo do consumo irracional.

2.10. Discurso, Ideologia e Poder

No presente capítulo faremos uma exposição das diversas concepções de ideologia para, finalmente, eleger uma delas como instrumento e, sobretudo, como base para o desenvolvimento da tese que defendemos. Desse modo, discorreremos primeiramente sobre a concepção de Marx e Engels de ideologia. Em seguida, mostraremos o que significa ideologia na concepção althusseriana. O entendimento da concepção destes teóricos tornará possível o entendimento da concepção de ideologia em Ricoeur (1977), pois ela relaciona-se proximamente com a de Marx e Engels (1965). Por último, faremos uma descrição da concepção de Thompson (2009) sobre ideologia, e também de como ela se manifesta na prática, através do que Thompson chama de modos de operação da ideologia. Tais modos de operação da ideologia se materializam através do que o referido autor chama de estratégias típicas de construção simbólica.

2.10.1. A noção de ideologia

Em Marx vamos encontrar o termo ideologia, mas impregnado de uma carga semântica negativa. Para Marx e Engels (1965), o problema está na visão abstrata e ideológica dos filósofos alemães, pois estes, conforme os pensadores citados, não estabelecem uma ligação entre a filosofia e a realidade alemãs. Desse modo, conforme salienta Chauí (1980, p.65), a ideologia nessa concepção marxista é “o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais”. Tal fato se dá porque tanto os teóricos quanto os ideólogos não estão vinculados intimamente à produção material das condições de existência, ao mesmo tempo que não percebem essa desvinculação. A carga negativa que carrega a ideologia na concepção marxista se origina no fato de que a aparente autonomia do trabalho intelectual sobre o

material é consequência da referida separação. Assim, as ideias, artificialmente independentes da realidade material e prevalentes sobre o trabalho material, passam a ser expressão das ideias da classe dominante. Nestes termos, a ideologia passa a ser um instrumento de dominação, visto que a classe dominante encontra meios para fazer com que suas ideias sejam as ideias de todos.

Para Althusser (1980) a ideologia tem a incumbência de solidificar as relações sociais, tornando-as suportáveis para os seus diversos atores. Esta noção está fortemente ancorada no conceito marxista de luta de classes. Mas a ideologia da classe dominante sustenta-se nos aparelhos ideológicos do Estado (religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, de entretenimento) – outra noção althusseriana. Os aparelhos ideológicos do Estado, por sua vez, funcionam pelo uso da persuasão, muito embora, acessoriamente, pelo uso da coerção (ALTHUSSER, 1980). Althusser classifica a ideologia em dois tipos: a) as ideologias práticas (religiosas, morais, estéticas, regras de prudência, cortesia), que são de função imediatamente útil do ponto de vista da orientação da conduta dos seus sujeitos; b) as ideologias teóricas (a filosofia especulativa e as ciências ditas humanas: direito, economia, sociologia, entre outras).

É interessante observar que, na proposta althusseriana, o papel nuclear dedicado à ideologia deriva do que Althusser denomina “o anti-humanismo teórico de Marx”, pois Marx já havia mostrado que o surgimento do conceito de “homem” coincide com a ascensão da burguesia como classe dominante. Tão importante é a importância que o conceito de ideologia assume no trabalho de Althusser que alça o *status* de uma estrutura trans-histórica, quando passa a substituir o sujeito da História, pois, nesse caso, a ideologia é transformada em o “novo sujeito da história”, conforme assinala Dosse (1993, p. 344). Contudo, ao contemplar a produção intelectual de Althusser, não se pode desconsiderar o pensamento marxista como fonte de material teórico para a criação de novos conceitos e reelaboração de conceitos já estabelecidos.

Para Ricoeur (1977), a noção de ideologia não pode se limitar à mera identificação com as noções de incongruência, manipulação, ilusão. Sem negar as características apontadas por Marx e Engels (1965), este autor considera que a ideologia tem a função geral de mediadora para o estabelecimento das relações e laços sociais, gerando a coesão do grupo em que atua. No pensamento de Ricoeur, com caráter amplificador, a ideologia é definida como uma visão de mundo pertencente a uma determinada comunidade social inscrita em espaço e tempo determinados.

A este propósito, Fairclough (2001) questiona se a ideologia é uma propriedade de estruturas ou se é uma propriedade de eventos. Para o citado autor a resposta é que a ideologia é tanto uma propriedade de estruturas quanto uma propriedade de eventos, embora sustente que nem todo discurso é necessariamente ideológico, pois as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que as significações ali incorporadas contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Fairclough, por conseguinte, defende uma “educação linguística” que fomente a consciência crítica sobre os processos ideológicos no discurso. Pode-se perceber que a visão do linguista inglês difere da de Ricoeur, para quem a ideologia se configura como basilar para qualquer grupo social, já que ela implica uma visão da realidade, seja de dado ponto de análise, negativa ou positiva.

Adotando a perspectiva de Fairclough, com respeito às relações de poder acima mencionadas, não podemos deixar de notar o caráter paradoxal da referida noção. Quer dizer, não se pode viver sem relações de poder, pois tais relações não podem ser totalmente obliteradas, mesmo em uma relação de amizade, que, por definição, implica a ausência de poder de ambas as partes. Desse modo, para a tese que defendemos, trabalharemos sempre com a noção de ideologia que objetive estabelecer e sustentar relações de poder assimétricas ilegítimas. O poder é necessário e constitui o tecido com que a rede social é feita. Então, para nós será ilegítimo aquele poder que se estabelecer objetivando vantagens que resultam da supressão ou negação das necessidades básicas e essenciais de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Fairclough deixa implícito que as relações de poder sobre as quais dispensa atenção são sempre ilegítimas e nocivas, portanto. Como exemplo, podemos citar a relação entre médico e paciente. Obviamente o médico detém o poder dado pelo conhecimento, que o paciente logicamente não possui. No entanto a desigualdade de poder entre dado médico e seus pacientes (clientes) não é nem perfeitamente definida nem imutável, havendo, portanto variações. Essa relação de poder, apesar de legítima, levando em consideração o conhecimento que o médico tem do corpo humano, da farmacologia, dos procedimentos cirúrgicos etc., pode se tornar ilegítima caso o médico pretenda, em nome da sua autoridade médica, que o paciente seja destituído da condição de ser humano gestor do próprio corpo físico. As relações de poder ilegítimas são denominadas por Thompson (2009) de relações de dominação. Em nossa análise sobre o aspecto ideológico relacionado à nossa tese, usaremos, em vez de relações de poder ilegítimas, o termo relações de dominação, conforme o citado autor.

Aqui consideramos oportuno estabelecer uma correlação que julgamos importante. Trata-se de vincular a noção de ideologia à noção de alienação, pois a obliteração da dimensão ideológica guarda uma relação direta com o fato de que a ideologia, em seu sentido de manipulação, condução, só exerce uma função quando não percebida pelos sujeitos, visto que estes devem ser alienados da percepção da complexidade das relações que se estabelecem na vida social. Neste sentido, Meszaros (1979) observa que Marx usou esta noção para retratar a situação dos indivíduos modernos, especialmente dos modernos trabalhadores assalariados, destituídos do gozo ou satisfação oriundos do fruto de seu trabalho, bem como do controle de suas próprias vidas. Na sociedade moderna, os indivíduos são alienados tanto no sentido mencionado quanto de sua essência humana, pois a atividade cooperativa que os une é infrutífera em suas vidas, dado que, subjugada pelo desumano poder do mercado, mostra-se incapaz de garantir-lhes a plenitude de sua essência, conforme reconhece Geuss (1981). Mas é importante observar que a ideologia inexistente sem a presença de “sujeitos” que a configurem e a propaguem discursivamente. Esta propagação da ideologia se dá, segundo Thompson (2009), pelas formas simbólicas. Apresentaremos a seguir a concepção de ideologia segundo este autor, bem como os modos de operação da ideologia (relacionados às suas estratégias) estudados por ele.

Antes de tudo, apreendamos o que Thompson (2009) entende por forma simbólica. Forma simbólica para Thompson (2009, p. 79) é “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”. As formas simbólicas podem ser não-linguísticas ou quase linguísticas, muito embora o autor reconheça que falas linguísticas e expressões, sejam faladas ou escritas, são de capital importância. O caráter significativo dessas formas simbólicas pode ser analisado em termos de quatro aspectos típicos, por Thompson denominadas de aspecto “intencional”, “convencional”, “estrutural” e “referencial” das formas simbólicas. A esses quatro aspectos, o autor acrescenta um quinto, por ele denominado aspecto “contextual”, o que significa dizer que qualquer forma simbólica está inserida em um contexto e em um processo socialmente estruturado. Ora, dizer que há contextos e processos socialmente estruturados é dizer que “existem diferenciações sistemáticas em termos da distribuição ou do acesso a recursos de vários tipos” (Thompson, 1995 p. 79). Quer dizer, pessoas localizadas dentro de contextos socialmente estruturados possuem, devido a sua situação, diferentes quantidades e diferentes graus de acessos a recursos disponíveis. Disto pode-se depreender, segundo o teórico britânico, que

a localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder”, entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles socialmente ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses. (THOMPSON, 1980, p. 79 – 80)

No sentido delineado acima, pode-se falar de “dominação” quando as relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas. Isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira perene, e em grau significativamente considerável, ao mesmo tempo que há restrição de acesso para ou agentes, ou grupos de agentes, independente do suporte sobre o qual essa exclusão gera o resultado pretendido.

Neste ponto, consideramos necessário explicar que adotaremos, em nossa pesquisa, o conceito de ideologia formalizado por Thompson (2009, p. 79), que é o seguinte, nas palavras do autor:

Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.

A concepção de ideologia citada acima repousa em três aspectos distintos: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido (das formas simbólicas – inseridas e circulantes no meio social) se põe a serviço do estabelecimento e sustentação das relações de dominação. É oportuno notar que o autor não evidencia a estrutura hierárquica vigente em qualquer grupo social, inclusive em grupo sociais aquém da esfera humana, como algo indesejável para a existência de relações calcadas na justiça e na observância das necessidades básicas dos indivíduos participantes. No entanto, a noção de dominação apresenta-se sempre com uma conotação negativa para o eminente teórico, já que implica uma relação de exploração e, portanto, de negação de necessidades básicas de dado indivíduo que seja vítima dessa dominação.

2.10.2. Os modos de operação da ideologia

A importância de se identificar e entender os modos de operação da ideologia resulta da necessidade de compreensão de como o sentido ideológico é mobilizado a serviço de indivíduos e grupos dominantes com o fito de estabelecer e manter relações sociais estruturadas que despertam o interesse de uns em preservá-las e de outros em contestá-las. Segundo Thompson (2009, p. 81), os cinco principais modos de operação da ideologia são os seguintes: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

O autor afirma não serem estas as únicas maneiras como a ideologia opera. Também não é correto afirmar que esses modos operam independentemente um do outro. Ao contrário, esses modos podem atuar em conjunto, sobrepondo-se e reforçando-se mutuamente. E a ideologia pode se manifestar de outras maneiras que não as expostas anteriormente. Colateralmente, o autor também afirma não ser recomendável pensar que as estratégias por ele apontadas devem ser associadas unicamente com esses modos, ou que sejam elas, a exemplo dos modos, as únicas relevantes. No entanto, Thompson ressalva que certas estratégias estão tipicamente associadas com certos modos, muito embora reconheça que dada estratégia pode ser usada com outros propósitos que não o do estabelecimento de uma ideologia. Finalmente, o autor ressalta que nenhuma das estratégias apontadas é intrinsecamente ideológica. Isto depende de como a forma simbólica construída através dessa estratégia é usada e entendida em circunstâncias específicas. Então, procuremos entender os modos aqui mencionados e as estratégias de construção simbólica associadas a eles. O primeiro modo é a **legitimação**.

A legitimação diz respeito ao estabelecimento e sustentação de relações de dominação consideradas legítimas e justas. Thompson (2009, p. 82) observa que há três tipos de fundamentos sobre os quais as asserções de legitimação se baseiam: fundamentos racionais (que apelam para a legalidade das regras dadas), fundamentos tradicionais (que apelam para a sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que apelam para o caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade). Assim, certas formas simbólicas corporificam esses fundamentos que, por sua vez, dão suporte à representação das relações de dominação aceitas como legítimas. A força tensora que desencadeia esse processo é o que autor chama de exigência de legitimação. Mas existem estratégias típicas de construção simbólica através das quais se expressam as exigências que dão base a esses fundamentos. A primeira delas é a racionalização, estratégia que consiste no emprego de uma cadeia de raciocínio para defender, justificar ou tornar digno de apoio um conjunto de instituições ou relações sociais. A segunda é a universalização, estratégia pela qual acordos institucionais, a serviço de alguns indivíduos, são apresentados como capazes de satisfazer uma demanda coletiva. A terceira estratégia é a narrativização, que é corporificada pelo uso de histórias que tendem a representar o presente como parte de uma tradição externa e aceitável, anulando seu caráter dinâmico. Thompson ressalta que as tradições são muitas vezes inventadas, com o objetivo de “criar um sentido de “pertença” a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão” (Thompson,

1995 p. 83). Assim, podemos identificar nas novelas, nos discursos, nos documentários, nos filmes e nas piadas, entre outras formas de narrativa – os quais retratam relações sociais e manifestam os resultados de ações de tal maneira que podem estabelecer e sustentar relações de poder – os vetores desse tipo de controle ideológico. Esse tipo de controle se dá pelo envolvimento do indivíduo, ou grupo de indivíduos, em um processo simbólico que pode servir, em situações específicas, para criar e sustentar relações de dominação.

Tem-se na **dissimulação** um segundo modo de operação da ideologia. Esta consiste na ocultação, negação, deflexão ou obscurecimento das relações de dominação, o que gera como resultado o estabelecimento e a sustentação das mencionadas relações. Esse *modus operandi* também apresenta como característica a sobreposição de relações e processos existentes. A dissimulação, como instrumento de controle ideológico, pode se corporificar em diferentes estratégias. Uma delas é o deslocamento que se dá por meio da referência a uma pessoa ou objeto por um termo normalmente usado para referir-se a outro, a fim de se operar uma transferência de conotações positivas ou negativas. Outra estratégia por meio de que se consubstancia a dissimulação é a eufemização. As formas simbólicas que caracterizam essa estratégia estão presentes quando ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de maneira a despertar valorização positiva. Assim, por exemplo, a repressão violenta de uma manifestação pacífica é descrita como a “restauração da ordem”; um campo de concentração pode ser descrito como um “centro de reabilitação”. Pelo visto, a eufemização pode se dar através da mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível, dado que existem lacunas semânticas nas palavras que usamos.

Por fim, Thompson destaca ainda que a ideologia como dissimulação pode ter expressão na estratégia (ou grupo de estratégias) denominada tropo. Tropo, para o autor, é o uso figurativo da linguagem, quer dizer, é o uso de formas simbólicas. Entre as formas comumente identificadas dessa estratégia estão: a metonímia, a sinédoque e a metáfora. Estas formas podem ser usadas para dissimular relações de dominação. A sinédoque, por exemplo, compreende a junção semântica da parte e do todo, ou usa um termo que se refere ao todo, mas, na prática, refere-se a uma parte. Desse modo, o resultado é a dissimulação das relações sociais, por meio da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes. Como exemplo, pode-se citar o caso em que termos genéricos como “os chineses”, “os americanos”, “os russos” são usados para se referir a governos específicos ou a grupos específicos no interior de um estado-nação. A metonímia caracteriza-se pelo uso de um termo que ocupa o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de um traço relacionado a algo

para fazer referência à própria coisa, ainda que não exista vínculo necessário entre o termo e a coisa referida. Assim, pelo recurso da metonímia, o referente pode estar suposto, sem que isso seja dito explicitamente, podendo ser avaliado positiva ou negativamente pela associação com algo. Como exemplo, podemos citar propagandas em que o sentido é mobilizado de forma sutil, e até subliminar, sem explicitar as conexões entre os objetos referidos ou supostos pelo anúncio. Já a metáfora, usada como recurso de controle ideológico, envolve a aplicação de um termo ou frase a um objeto com o qual não há associação direta e necessária. Desse modo, expressões de natureza metafórica erigem certa tensão no interior de uma sentença pela combinação de termos extraídos de campos semânticos distintos, engendrando um sentido novo e duradouro. O efeito disso é a dissimulação de relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos ou de grupos, nela implicados, como detentores de traços que elas, via de regra, não possuem, focalizando, com isso, certos traços à custa de outros, ao mesmo tempo que impõe sobre elas um sentido positivo ou negativo. O fato, por exemplo, de a ex-primeira-ministra britânica ser chamada de “Dama de Ferro” sugere a associação de sua personalidade como possuidora de traços como força de vontade, determinação sobre-humana e firmeza. Mas o uso figurativo da linguagem, necessário se faz dizer, nem sempre possui um tratamento ideológico e premeditado. No entanto, o autor alerta para o fato de que o uso figurativo da linguagem como ação ideológica premeditada é bastante comum, mesmo no discurso cotidiano, podendo ser usado para criar e sustentar relações de dominação.

O terceiro modo de operação da ideologia é chamado de **unificação**, que consiste na construção simbólica de uma forma de unidade que interconecta os indivíduos em uma forma de identidade, suplantando diferenças e divisões porventura existentes. A estratégia que corresponde a esse *modus operandi* é a chamada padronização. Dessa maneira, formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, o qual, por seu turno, é proposto como um fundamento partilhável e admissível de troca simbólica. As autoridades de Estado, por exemplo, utilizam-se dessa estratégia, quando procuram desenvolver uma “linguagem nacional” em contextos diversificados e linguisticamente diferenciados. O resultado disso é que, quando a aplicação da estratégia é bem sucedida, cria-se uma identidade coletiva entre grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos circunscritos a um estado-nação. Mas o modo de operação em foco também pode ser corporificado pela estratégia chamada simbolização da unidade. Esta envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, disseminadas através de um grupo, ou de uma pluralidade de

grupos. Aqui, a construção de símbolos de unidade nacional como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de diversos tipos servem como exemplos. Thompson (2009, p. 86) observa o seguinte:

Na prática, a simbolização da unidade pode estar ligada com o processo de narrativização, na medida em que símbolos de unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma histórica compartilhada e projeta um destino coletivo. Isto é muito comum não apenas no caso de organizações de grande porte, tais como os modernos estados-nação, mas também no caso de pequenas organizações e grupos sociais que são mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, através do qual uma identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada. Ao unir indivíduos de uma maneira que suprima as diferenças e divisões, simbolização da unidade pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Mas a ideologia também pode atuar através do *modus operandi* denominado **fragmentação**. A segmentação de indivíduos e grupos que representem perigo ao poder de grupos dominantes pode ser o resultado da aplicação desse modo de operação da ideologia. De outro modo, a fragmentação também pode apresentar-se como resultado da direção de forças de oposição potencial a um alvo que é retratado como mal, perigoso e ameaçador. A diferenciação, assim, é identificada como uma das estratégias pelas quais a fragmentação opera. Nesse caso, dá-se ênfase às distinções, diferenças entre pessoas e grupos, reforçando, dando apoio, às características que os desunem e os impedem de construir uma ameaça considerável às relações presentes. Nessa linha de ação, o expurgo do outro configura-se como outra estratégia que também tem como resultado a efetiva fragmentação, pois envolve a construção de um indivíduo, que pode ser interno ou externo, retratado como mau, e contra o qual os membros da coletividade são chamados a oferecer resistência, no âmbito coletivo, ou expurgá-lo. Vejamos o exemplo oferecido por Thompson (2009, p. 87):

Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o indivíduo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir. A representação dos judeus e comunistas na literatura nazista em 1920 e 1930, ou a caracterização dos dissidentes políticos na era stalinista como “inimigos do povo”, são exemplos bastante claros do expurgo do outro.

Thompson, no entanto, destaca que essa estratégia é mais comum do que sugerem os exemplos dados.

O quinto *modus operandi* da ideologia, dos modos até aqui identificados, chama-se **reificação**. Este modo é caracterizado quando relações de dominação se estabelecem e se sustentam pela descrição de uma situação transitória, conjuntural, como sendo de caráter

permanente, natural, atemporal. Desse modo, processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal maneira que seu aspecto social e histórico é ofuscado. Quer dizer, o uso desse modo de operação da ideologia envolve, pois, a obliteração do caráter sócio-histórico dos fenômenos. O *modus operandi* em foco tem expressão na estratégia denominada naturalização. Como exemplo, podemos falar de criações sociais e históricas que são tratadas como acontecimentos naturais, como é o caso da divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres. Essa divisão pode ser tratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou da diferença entre estes. A estratégia chamada eternalização é semelhante à naturalização, por meio da qual fenômenos históricos são destituídos de seu caráter histórico, por serem retratados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Assim, costumes, tradições e instituições são propositalmente cobertos com o véu de um caráter de atemporalidade, de modo que qualquer traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre seus propósitos é desviado, refratado, adquirindo força de estrutura que não pode ser facilmente quebrada. Neste sentido, seu caráter aparentemente a-histórico é reafirmado por formas simbólicas que tanto na sua construção quanto na sua repetição outorgam ao contingente um caráter de eterno.

Thompson (2009, p. 88) chama nossa atenção para o fato de que a ideologia como reificação pode, também, ser expressa através de recursos gramaticais e sintáticos, tais como a nominalização e a passivização. Em suas palavras:

A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes, como quando nós falamos em “o banimento das importações”, ao invés de “o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações”. A passivização dá quando verbos são colocados na voz passiva se dá quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que “o suspeito está sendo investigado”, ao invés de “os policiais estão investigando o suspeito”.

O autor salienta que a nominalização e a passivização concentram a atenção do ouvinte ou do leitor em certos temas em prejuízo de outros, apagando os atores e a ação, uma vez que apresentam processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza tais coisas ou efeitos. Concomitantemente, esses recursos tendem a obliterar referências a contextos espaciais e temporais particulares, pelo instrumento da eliminação de construções verbais, ou narrando-os num gerúndio. É claro que o uso desses recursos por si só não implica o estabelecimento e a sustentação de relações de dominação através do *modus operandi* chamado reificação. Deve haver sempre a concorrência de condições particulares e da intenção premeditada do agente no sentido de configurar tal ação ideológica.

Por fim, a reificação, que compreende a apresentação de uma situação transitória e histórica como atemporal e permanente, liga-se às estratégias da *naturalização*, que é a referência a situações como acontecimentos naturais e inevitáveis; *eternalização*, que é a apresentação de situações como imutáveis e recorrentes; e a diversos mecanismos sintáticos, como as *nominalizações* e a *passivização*, por meio dos quais processos são representados como coisas.

Com relação aos modos de operação e suas respectivas estratégias, o teórico britânico frisa que elencou apenas algumas, havendo necessidade, portanto, de que esse estudo seja aprofundado. Há que se perceber, também, que esses modos e estratégias aqui apresentados não são ideológicos em si mesmos, e trata-se de examinar os mecanismos específicos através dos quais eles são transmitidas dos produtores para os receptores, pois só através do exame do sentido que essas formas simbólicas possuem para os sujeitos que as criam e para os sujeitos que as recebem é possível classificá-las como estando a serviço da criação e sustentação de relações de dominação. Neste sentido, nas palavras de Thompson (2009, p. 89), é preciso entender que as estratégias de construção simbólicas:

são os instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar relações de dominação, podem ser produzidas. Essas estratégias são instrumentos simbólicos, por assim dizer, que facilitam a mobilização do sentido. Mas, se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana.

Como alerta o próprio Thompson (2009), estas estratégias não são as únicas formas de manifestação da ideologia. O recurso do *discurso de autoridade*, por exemplo, é um meio muito recorrente de legitimação. Por esta estratégia, o enunciador usa recursos discursivos que devem conduzir a que se reconheça seu direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz. Por exemplo, o leitor recorre a um representante de dada área de conhecimento ou de dada posição sociocultural a quem é dado o direito de falar e afirmar determinados pontos de vista, o que vem a conferir certo grau de credibilidade. Outros recursos que podem ser citados são a *falsa generalização*, em que o enunciador faz generalizações como forma de legitimar valores e crenças e o uso de *clichês e estereótipos*, que, conforme assinalam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 213), "denunciam uma cristalização no nível de pensamento ou da expressão". Servem, portanto, como recurso de legitimação da ideologia dominante.

2.10.3. Relações de poder

No capítulo anterior falamos, baseados em Dijk (2010), do poder em relação ao discurso. Nesta seção, falaremos das relações de poder propriamente ditas, sobretudo na concepção de Fairclough (2003). Estas se configuram para além do discurso, razão por que ponderamos ser indispensável trazer algum esclarecimento sobre o que consideramos relações de poder e qual a relevância dessas relações em nossa tese.

Falar de relações de poder, inscritas na esfera do discurso, é ao mesmo tempo falar de uma hierarquia social, não só de uma hierarquia previamente estabelecida, mas também de uma hierarquia dinâmica estabelecida pelas relações de sentido de que fala Orlandi (2003). Quer dizer, dado que não há discurso que não se relaciona com outros, deve-se necessariamente concluir que os sentidos resultam de relações. Desse entendimento deriva-se a constatação de que um discurso tanto é sustentado por outros discursos, quanto pode eventualmente servir de sustentação para discursos posteriores a ele. A citada autora chama atenção para o fato de que nesse jogo de geração de sentido, cada interlocutor precisa, caso queira obter sucesso, dominar o que chama de mecanismo de antecipação. Em outras palavras, o interlocutor precisa sempre, dentro da interação, colocar-se no lugar do seu coenunciador, antecipando o sentido produzido por suas palavras na mente do outro.

Tal mecanismo de antecipação pressupõe, obviamente, relações sociais cuja estrutura é sempre hierarquizada, conforme já assinalamos, pois mesmo numa relação de amizade essa hierarquia está implicitamente presente, seja do ponto de vista intelectual, seja do ponto de vista meramente físico, seja do ponto de vista psicológico, ou até mesmo do ponto de vista do *status* social que cada agente possui. Neste sentido, é razoável pensar que essas relações hierárquicas não são inflexíveis, pois sofrem os constrangimentos das circunstâncias, e, em uma situação extrema, o discurso em si mesmo pode se tornar a fonte principal da mencionada hierarquização, podendo momentaneamente haver inversões ou mudanças nas posições ocupadas. A posição que cada enunciação ocupa e a posição da qual profere o seu discurso estabelecem o que Orlandi (2003) chama de relações de força. Por exemplo, o mesmo indivíduo que ocupa a posição de professor e como tal forja e emite seu discurso pode, eventualmente, ocupar a posição de aluno em dada circunstância e, assim, forjará e emitirá seu discurso dessa posição. Então, Orlandi (2003) afirma que a posição da qual o sujeito fala é constitutiva do que ele diz. Desse modo, aquele sujeito professor terá primazia sobre o discurso do sujeito aluno, visto que no plano da hierarquia entre esses dois sujeitos o professor ocupa uma posição superior à do aluno.

No entanto, Orlandi (2003, p. 40) chama atenção para o fato de que esses mecanismos de funcionamento do discurso se sustentam nas assim chamadas formações imaginárias, pois, de fato,

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.

Complementarmente, a citada autora assevera que há regras de projeção identificáveis em todas as línguas que permitem passar da situação empírica para a posição discursiva. Aqui é importante destacar que é a posição discursiva quem significa no discurso. Mas essa significação deve se relacionar necessariamente com o contexto sócio-histórico e com a memória (o saber discursivo, ou o que já foi dito).

Contudo, necessário se faz considerar também as condições de produção, nomeadamente: a língua e a historicidade (aspecto material), a formação social (aspecto institucional) e o mecanismo imaginário. O mecanismo imaginário engendra imagens do sujeito, tanto como do objeto do discurso, mas observando uma conjuntura sócio-histórica. Na prática, tem-se a imagem do sujeito locutor perante si mesmo (quem sou eu para lhe falar assim?) e imagem que esse sujeito locutor tem do interlocutor na interação discursiva (quem é ele para me falar assim?), tanto quanto a imagem daquilo sobre que o sujeito locutor fala (sobre o que posso discursar), como do que o sujeito interlocutor fala (sobre que ele pode discursar).

A noção de relações de força, aqui usada por Orlandi, recebe a denominação de relações de poder na teoria do discurso de Fairclough (2003). Obviamente que não se trata simplesmente de uma mudança de terminologia ou de denominação. A noção em questão sofre constrangimentos de acordo com a perspectiva adotada. Para Fairclough (2003) uma preocupação central é entender o discurso como prática política e ideológica. Consequentemente, para este autor, o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder, tanto quanto as entidades coletivas no seio das quais existem relações de poder. Para Fairclough as relações de poder dizem respeito às assimetrias de posição sociopolítica entre dois interlocutores. Sob essa perspectiva, argumentamos que uma relação desse tipo nunca é de todo simétrica, pois mesmo entre dois interlocutores detentores da mesma posição há sempre diferenças que podem ser mínimas, como por exemplo, a relação entre dois estadistas de países cujo *status* é do Primeiro Mundo. Podemos tomar, como exemplo, a relação entre o primeiro ministro da Inglaterra e o presidente dos Estados

Unidos. Essas nações gozam do mesmo *status* político na escala mundial, no entanto os Estados Unidos possuem *status* superior ao da Inglaterra, como sabemos. E o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza e mantém os significados do mundo de posições diferentes nas relações de poder, mas é também capaz de transformá-las.

Apesar de, em nossas vidas e nas relações que estabelecemos, manifestarmos uma multiplicidade de sujeitos, não se pode dizer que quando determinado sujeito está em ação, o sujeito amigo, por exemplo, obliteramos completamente os outros sujeitos que habitam em nosso ser essencialmente social. Defendemos que os sujeitos se inter cruzam constantemente, como em uma nota musical que na verdade é resultante de uma série de harmônicas superiores, embora se note preponderantemente o modo fundamental. Assim, mais uma vez a título de exemplo, quando o sujeito amigo encontra-se em ação, é possível que na mente do interlocutor esteja em andamento, em segundo plano, o sujeito pai, caso se trate de uma conversa amistosa entre pai e filho. Então, quando determinado sujeito está em ação, postulamos que há sempre por trás desse sujeito, em planos menos salientes, outros sujeitos que porventura possam se relacionar indiretamente com aquela situação de interação social, de modo que é razoável afirmar que toda relação de interação social em andamento é, no mínimo, complexa. Essa complexidade pode ser flagrada na ação responsiva, que é o aspecto mais elementar em uma interação sócio-discursiva. É claro que a coerência interna de tal relação dependerá da competência social, discursiva e linguística dos participantes. A propósito, no *corpus* colhido, que utilizaremos para evidenciar nossa tese, encontramos leitores missivistas cujas competências acima mencionadas são de média para alta. Esta afirmação baseia-se no fato de que leitores de uma revista como a *Newsweek* são leitores medianos. Acrescente-se a isso o fato de que alguns leitores se revelaram, pela identificação dada por eles mesmos, como leitores especializados em determinadas áreas do conhecimento humano, como médicos, físicos, químicos, dentre outros.

Pelo acima dito, necessário se faz entender que as relações discursivas não são imutáveis, mas, embora sofram os constrangimentos da estrutura social, são capazes de impor constrangimentos sobre a estrutura social, numa relação dialética. Então, no que se refere às relações de poder, pode-se afirmar que nas trocas discursivas há sempre um caminho aberto para a mudança, razão por que Fairclough (2003) afirma que a Análise de Discurso Crítica tem como base essa mesma possibilidade de mudança em prol de uma sociedade mais justa e mais equânime.

Nos parágrafos seguintes, conforme Thompson (2009), faremos uma exposição dos modos de operação da ideologia, os quais aplicaremos na coleta e categorização dos dados obtidos no *corpus* que segmentamos da revista *Newsweek*. A utilização da descrição feita por Thompson implica, naturalmente, a aceitação da noção de ideologia fornecida por este teórico. Portanto, interessar-nos-á somente a abordagem ideológica que visa estabelecer e manter relações de dominação, de acordo com entendimento de Thompson (2009).

2.10.4. Conclusão

Neste capítulo apresentamos as bases teóricas da nossa investigação sobre a noção de responsividade, conforme Bakhtin (2000), referentes ao componente ideológico que associaremos a essa noção. Assim, discorreremos sobre as várias, porém principais, concepções de ideologia existentes, sobre o que significam as relações de poder, principalmente para Fairclough (2003), e sobre a concepção de ideologia em Thompson (2009) e as estratégias de construção simbólica subordinadas aos seus respectivos modos de operação ideológica.

No que se refere às concepções de ideologia aqui expostas, esclarecemos que faremos uma opção prática pela concepção de ideologia formulada por Thompson (2009), sem desprezar as contribuições dos outros autores, pois reconhecemos o mérito e o valor das outras concepções para o surgimento da concepção do teórico britânico aqui apresentada.

E no que se refere à concepção de relações de poder em Orlandi (2000) – relações de força – e em Fairclough (2003), abraçaremos, conforme já esclarecido no capítulo anterior, a concepção faircloughiana, embora reconhecendo que a explicação fornecida por Orlandi nos será de muita utilidade, pois essas duas concepções, embora um tanto diferenciadas, não se anulam reciprocamente.

As concepções e noções aqui apresentadas constituem o componente extralinguístico em que baseamos nossa tese. No entanto, como vimos, mesmo a concepção de ideologia em Thompson faz uso de aspectos centralmente linguísticos, como é o caso da metonímia, da metáfora, da sinédoque, da nominalização e da passivização, como pode ser verificado em parágrafos anteriores.

No próximo capítulo, ainda do ponto de vista teórico, discorreremos sobre as ferramentas teóricas relacionadas à tese por nós defendida.

III

A EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: MODALIDADE E VALORAÇÃO

No presente capítulo, faremos uma exposição sobre os elementos teóricos que servirão de base para a categorização do *corpus* que colhemos em diversas edições da revista *Newsweek*. Estes elementos diferem dos elementos teóricos expostos no capítulo anterior por apresentarem aspectos mais propriamente linguísticos, como a intertextualidade, as marcas de subjetividade e a modalidade. A única exceção aqui foi feita para a Teoria da Valoração. A justificativa para que essa teoria figure no presente capítulo relaciona-se ao fato de que ela está ligada, a exemplo da modalidade, à função interpessoal proposta por Halliday. A escolha desses elementos teóricos está diretamente relacionada à construção da tese sobre responsividade/responsabilidade, que já explicamos no capítulo inicial referente às nossas bases teóricas. Relembramos que essa noção de responsividade/responsabilidade liga-se tanto ao fato da mera compreensão de determinado enunciado (sem resposta ao enunciador), passando pela noção, também bakhtiniana da compreensão responsiva ativa (em que, além da mera compreensão, gera-se uma resposta do coenunciador para o enunciador (chamada de responsividade ativa por Bakhtin), e desaguando na intensidade com que o coenunciador se responsabiliza por sua resposta, ou, em outras palavras, a intensidade com que ele, coenunciador, se compromete com a sua resposta. A nossa tese diz respeito diretamente a esse grau de comprometimento – o grau de responsividade/responsabilidade, sobre o qual já nos posicionamentos.

O fato linguístico-discursivo de que nos comprometemos mais ou menos com os nossos enunciados encontra-se no âmbito da nossa intuição como seres capazes de nos comunicar. No entanto, pretendemos não só evidenciar a verdade de tal intuição, mas também apresentar na materialidade do enunciado que elementos nos permitem afirmar um grau mínimo de responsividade/responsabilidade e um grau máximo de compreensão responsiva ativa presente em dado texto. De antemão, devemos entender que uma resposta comporta desde a total afirmação do enunciado ao qual se responde até a total negação de tal enunciado, fato que da nossa perspectiva implica um grau máximo de responsividade/responsabilidade, uma vez que, neste caso, tem-se um confronto entre dois enunciadores.

Acerca da proposição de um grau de responsividade/responsabilidade, é possível argumentar que tal proposição se configura como uma contradição frontal à própria noção de responsividade ativa, proposta pelo eminente filósofo Bakhtin. Contra-argumentamos, neste caso, que de fato não encontramos qualquer exemplo nos *corpus* analisado em que

podéssemos identificar um grau de responsividade/responsabilidade zero. A inexistência, na prática, do grau zero de responsividade/responsabilidade é perfeitamente compreensível e esperada, pois a própria resposta ativa já indica um grau mínimo de comprometimento com o próprio enunciado, ainda que tal resposta se destine simplesmente a assegurar ao enunciador que seu enunciado foi compreendido. Com o propósito de exemplificar nossa argumentação, vejamos o seguinte exemplo.

Imaginemos uma situação de interação verbal em que determinado indivíduo se dirige ao recepcionista de determinado estabelecimento e pergunta onde fica o toalete. O recepcionista fornece instruções lógicas sobre como o perguntante pode chegar ao toalete, ao que este responde “entendi”, e se põe a seguir as instruções. Ao responder ao recepcionista com a frase “entendi”, o perguntante pode querer significar que o esforço do recepcionista não foi em vão, além de significar também que está agradecido. Neste caso o perguntante assume ampla responsabilidade pelo que diz, significando que fez um esforço de compreensão e tal esforço foi bem sucedido. Agora imaginemos um oficial do exército fornecendo instruções para um soldado, seu subalterno. O soldado, em vez de proferir a frase “entendi”, deve proferir a frase “entendido”. À primeira vista, ambas as frases apresentadas como resposta podem aparentemente implicar o mesmo significado. Mas por uma análise mais cuidadosa, podemos perceber que a frase “entendido”, cumpre uma função interativa diferente. Primeiro de tudo, o soldado, ao dizer entendido, assegura ao oficial que não o confronta, o que fica implícito pela ausência direta do “eu”, afirmando sua submissão às regras do exército, personificadas pela figura do oficial. Um soldado está sujeito às regras da corporação. Mais do que isso, sabemos que o bom funcionamento desse tipo de instituição pressupõe um tipo de entrega ampla e irrestrita à filosofia da corporação, aqui representada pela ausência do “eu” (entendi). O que é afirmado na última frase é a passividade, a obediência incondicional ao superior, que em última análise é uma obediência incondicional à corporação. Neste caso, o comprometimento do soldado em relação ao que diz se confunde com afirmação e aceitação do que proferiu seu interlocutor, o oficial. Na primeira frase, o coenunciador pode significar: seguirei as instruções; na segunda frase o soldado assegura que obedecerá às instruções.

Feitas as considerações acima, explicaremos a seguir a trajetória teórica que seguiremos, a fim de sedimentarmos as bases instrumentais sobre as quais será possível, não só proceder à categorização dos dados de que dispomos, como também apresentar evidências de que o grau de responsividade/responsabilidade é um fenômeno do âmbito do dialogismo e,

consequentemente, do discurso, cuja importância é capital para a compreensão do fenômeno da responsividade colocado nos termos de Bakhtin (2000).

Assim, discorreremos primeiramente sobre o fenômeno da heterogeneidade mostrada para, sequencialmente, descermos às especificidades relacionadas ao fenômeno da intertextualidade. Para tanto, recorreremos a Bakhtin (2000 e 2010) e a Maingueneau (1997). Este autor classifica o fenômeno da intertextualidade, de modo que tal classificação funcionará como uma ferramenta importante para que estabeleçamos a nossa categorização no *corpus* que coletamos. *A posteriori*, apoiados centralmente em Benveniste (2005), mostraremos os elementos com os quais trabalharemos na categorização das marcas de subjetividade, também aplicados ao *corpus* já referido. Em seguida, apoiados principalmente em Palmer (1986), tornaremos claras as bases teóricas sobre a modalidade que elegeremos como funcional. Finalmente, faremos uma explanação adequada sobre a Teoria da Valoração, de Martin e White (2005).

Os elementos teóricos supracitados correspondem ao componente prática social, explicado por Fairclough (2003), pois, conforme já explanamos, no que diz respeito aos alicerces de nossa construção teórica, elegemos a ADC como nosso suporte geral. Nestes termos, o fenômeno da intertextualidade nos possibilitará estudar os modos como o leitor missivista se reporta ao seu interlocutor, centralmente representado pelo editor da revista, estabelecendo uma ligação direta com o enunciado a que se refere. Ressaltamos, então, que temos observado em nossa pesquisa a enorme importância que a escolha da forma de intertextualidade assume no complexo fenômeno da responsividade/responsabilidade ativa, a que já temos feito referência. Quer dizer, postulamos que a escolha de dada forma de intertextualidade, considerando a competência linguística do enunciador como excelente, condiciona o aparecimento de outras estratégias discursivas harmonicamente associadas a essa forma de intertextualidade escolhida. A escolha da forma de intertextualidade, por sua vez, considerando a competência discursiva do enunciador como ideal, relaciona-se intimamente com o propósito da carta, chegando a ser condicionada por ele.

Benveniste (2005) nos possibilitará dizer que marcas de subjetividade são importantes como instrumentos de categorização no *corpus* sobre o qual trabalharemos. As marcas de subjetividade nos possibilitarão mensurar que grau de subjetividade o leitor missivista imprime em sua resposta. Sabemos que a tradição da Ciência Linguística estabelece como certa a existência de maior ou menor isenção por parte do enunciador em relação ao seu enunciado. Em textos científicos, por exemplo, a tradição preconiza a maior isenção possível

do enunciador em relação ao seu enunciado, criando como efeito mostrar que determinada visão da realidade não é fruto do desejo e da vontade do observador de como a realidade deve ser, mas como a realidade efetivamente se apresenta. Assim, propomos que a presença de marcas de subjetividade ostensiva e propositalmente colocadas implica uma maior responsabilidade do enunciador sobre o seu enunciado, tendo como efeito um grau de responsividade/responsabilidade alterado para mais.

A teoria sobre modalidade que aqui apresentamos, a exemplo do que foi dito no parágrafo anterior, também nos possibilitará observar como o enunciador se coloca em relação ao seu enunciado. Postulamos, então, que a ausência de modalização implica um grau de responsividade/responsabilidade baixo, enquanto que a presença de modalização levará o grau de responsividade/responsabilidade para mais. Explicaremos no capítulo metodológico como a teoria sobre modalidade será aplicada na categorização do *corpus* já referido. Contudo, adiantamos que no trabalho com este quesito investigaremos a presença de advérbios modalizadores e adjetivos modalizadores, como categorias reveladoras da presença ostensiva do enunciador no interior do seu enunciado.

Finalmente, a Teoria da Valoração, uma vez ligada diretamente à função interpessoal na GSF (Gramática Sistemico-Funcional), tornará possível categorizar o componente emocional presente nos enunciados a serem analisados. Ao lado da Teoria da Valoração, e conforme já colocamos em prática em trabalho anterior, Cardoso (2005), também categorizamos as ocorrências enunciativas em termos da natureza. Assim categorizamos as cartas analisadas em laudatórias, depreciativas, corretivas ou sugestivas, podendo ainda haver a ocorrência concomitante de mais de uma possibilidade, razão por que usaremos a classificação mista. Ressalvamos que a categoria chamada engajamento nos possibilitará verificar a existência ou não de vozes diferentes daquela do enunciador. Esta categoria remete ao grau polifônico da ocorrência, tornando possível entender de que forma tal estratégia enunciativa contribuirá para o grau de responsividade/responsabilidade.

Entendamos primeiramente as noções de dialogismo e responsividade/responsabilidade em Bakhtin (2000).

3.1. Dialogismo, responsividade, intertextualidade

As noções de heterogeneidade, dialogismo e intertextualidade são nucleares para a nossa pesquisa, uma vez que nos propusemos a estudar o fenômeno da responsividade.

Consequentemente, é precípuo para nós o entendimento dessas noções, bem como o contorno teórico que uma tem em relação às outras. A nosso ver, a noção de dialogismo situa-se em uma camada mais interna, se tentarmos entender os fenômenos supracitados em termos de uma hierarquia. Desse modo, a referida noção pode ser posicionada como possuidora de um *status* fundamental em relação aos outros fenômenos aqui mencionados. Observando esta lógica, postulamos situar a noção de responsividade/responsabilidade imediatamente relacionada à noção de dialogismo, seguida da noção de heterogeneidade e intertextualidade, que ficam situadas em camadas mais externas da mencionada relação. Ressalvamos que postular tal hierarquia é possivelmente incorrer em um equívoco teórico. No entanto, ela nos será útil para efeito de trabalho metodológico. Certamente essas noções não podem ser ingenuamente vislumbradas numa relação linear de importância, pois, sob dado prisma, elas podem mesmo ser contempladas como independentes. Contudo, nossa proposta leva em consideração uma escalaridade de abstração – do mais concreto ao mais abstrato, onde a intertextualidade situa-se na extremidade do mais concreto, e o dialogismo situa-se na extremidade do mais abstrato, razão por que consideramos razoável propormos tal hierarquia, que, reiteramos, ser-nos-á compensadoramente útil do ponto de vista metodológico. Dessa perspectiva, procuremos entender as referidas noções, sem, no entanto, perder de vista que queremos estabelecer na presente seção as bases teóricas sobre responsividade³ e intertextualidade, situando-as em um contexto teórico mais amplo, o que compreende as noções de dialogismo, heterogeneidade e responsividade.

O fenômeno da intertextualidade não se associa a um gênero textual em particular, mas a todos os gêneros textuais, tanto aos gêneros já identificados e caracterizados, quanto aos gêneros ainda por ser identificados e estudados. Quer dizer, o fenômeno da intertextualidade é um fenômeno relacionado a qualquer texto. Assim sendo, um texto, caracteristicamente, guarda relações com outros textos, que, de alguma forma, são trazidos para dentro dele.

A noção de dialogismo precede a noção de intertextualidade, razão por que se faz necessário citar o pensamento de Bakhtin a esse respeito. Para este teórico, a noção de dialogismo é fundamental, pois, conforme assegura o eminente filósofo (2000, p. 294):

o diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva.

³ Referimo-nos às conquistas teóricas alcançadas até o presente.

Em outras palavras, para Bakhtin (2000), não há um único enunciado na cadeia dialógica que tenha surgido do nada, simplesmente porque não existe enunciado fora de uma cadeia dialógica. Um enunciado, qualquer que seja ele, será sempre uma resposta a outro enunciado. Consequentemente, o diálogo resulta sempre da alternância de sujeitos falantes. É lógico deduzir, portanto, que um enunciado nasce sempre de outro enunciado, ainda que indiretamente e, por conseguinte, traz sempre elementos de outros textos. Ora, este raciocínio conduz à noção de responsividade, visto que, para Bakhtin (2000), as funções como receptor e ouvinte (coagentes do locutor) fornecem uma percepção notadamente distorcida daquilo que realmente significa o complexo processo da comunicação verbal. Essa percepção induz equivocadamente a pensar que o locutor exerce influência decisiva e ativa sobre o receptor, ficando para este o papel marcadamente passivo diante do que diz o locutor. Para Bakhtin (2000, p. 290) o esquema locutor-receptor, sob certo ponto de vista, não é de todo equivocado. Mas não se pode dizer que serve para descrever o fenômeno da comunicação verbal como um todo. O “receptor”, ao contrário de ser um ente passivo no momento da comunicação verbal, adota sempre uma atitude responsiva que Bakhtin chama de *atitude responsiva ativa* (a fase inicial e preparatória para uma resposta), ainda que se deva admitir um grau variável de atividade no que se refere a tal atitude. Nas palavras de Bakhtin (2000, p. 290),

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atividade *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente (...).

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda, discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e essa atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. (...) toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor.

No que se refere à citação acima, cabe perguntar se Bakhtin reservou lugar para uma compreensão passiva. Ora, o eminente teórico russo diz a esse respeito que “a compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa

no ato real da resposta fônica subsequente” (BAKHTIN, 2000 p. 290). Quanto a isso, deve-se notar que essa resposta fônica não incide invariavelmente sobre o enunciado que o suscita. Diferentemente, a compreensão responsiva ativa do que foi recebido pode realizar-se, por exemplo, diretamente como um ato (a execução de uma diretriz compreendida e acatada). A essa modalidade de compreensão responsiva ativa o autor chama de *compreensão responsiva de ação retardada*, pois cedo ou tarde o ouvinte manifestará em seu discurso tal compreensão. Isto vale também para o discurso lido ou escrito.

Bakhtin evidencia a verdade de suas asserções chamando atenção para o fato de que o próprio locutor, o enunciador, espera essa compreensão responsiva ativa, pois do contrário o locutor apenas teria uma duplicação do pensamento que enunciou. O enunciador espera, de fato, uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução etc.. Neste sentido, o próprio enunciador já é um respondente, visto que não é o primeiro enunciador a romper o eterno silêncio de um mundo mudo. Há, portanto, sempre a pressuposição da existência não só de um sistema da língua que utiliza, mas também a existência de enunciados anteriores, que emanaram dele mesmo ou de outrem, aos quais o seu enunciado deve necessariamente estar vinculado, seja por uma relação de fundamentação, seja por uma relação de contestação, e assim por diante. Assim, cada enunciado é um elo de uma cadeia muito complexa de outros enunciados. A palavra cadeia aqui se refere ao fato de que há uma alternância de sujeitos falantes – nunca concomitância.

Caracterizado por sempre comportar um começo absoluto e um fim absoluto, o enunciado não é fruto de uma convenção, mas uma unidade real, delimitado claramente pela alternância de sujeitos falantes; ele termina pela transferência da palavra de um enunciador para seu coenunciador, que, por seu turno, passa a ser o enunciador (BAKHTIN, 2000, p. 294). Sob essa perspectiva, o critério mais importante de acabamento do enunciado, segundo Bakhtin (2000, p. 299), é a possibilidade de responder, quer dizer, de adotar uma atitude responsiva para com o enunciado.

No que diz respeito à configuração da totalidade do enunciado em relação à possibilidade de responder, Bakhtin (2000, p. 299) afiança que

A totalidade acabada do enunciado que proporciona a possibilidade de responder (de compreender de modo responsivo) é determinada por três fatores indissociavelmente ligados no todo orgânico do enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto de sentido; 2) o intuito, o querer dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento.

O tratamento exaustivo pode ser total em certas esferas, na vida cotidiana, por exemplo, mas pode apresentar um *status* de relatividade nas esferas ditas criativas (nas ciências, por exemplo). O *intuito discursivo* ou o *querer-dizer* depende da percepção do interlocutor. Esse intuito discursivo, logicamente, determina a escolha da forma do gênero em que o enunciado será estruturado. Esse intuito, complementarmente, entra em comunhão com o objeto do sentido – *objetivo* – para formar um todo indissolúvel, naturalmente limitado à situação concreta, assinalada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores. Finalmente, e não menos importante, faz-se necessário considerar as formas estáveis do *gênero do enunciado*. Em outras palavras, o querer-dizer do enunciador se realiza sobretudo na escolha de um gênero do discurso.

Cabe aqui, mais uma vez, citar Bakhtin (2000, p. 317) que acrescenta o seguinte à noção de enunciado:

a expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com relação ao objeto enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro.

Complementando a ideia expressa na citação acima, o autor observa que o pensamento de cada usuário da comunicação verbal tem sua gênese e sua forma formação dentro da interação e em um duelo com o pensamento de outrem, “o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento” (BAKHTIN, 2000, P. 317).

Como se pode depreender, as noções de enunciado, responsividade/responsabilidade e dialogismo estão intimamente relacionadas. O locutor diz o que diz na condição de responder ao que já foi dito, ou como uma previsão de objeções ao que diz. Neste sentido, toda expressão verbal é sempre um diálogo sustentado pela necessidade de responder, pois “compreender” é em si uma resposta, o que configura o que Bakhtin chama de compreensão responsiva ativa. Concretamente, o que determina esse trabalho de linguagem pode ser flagrado na unidade mínima de comunicação linguística chamada de enunciado.

Os textos, em outras palavras, são a manifestação das necessidades comunicativas entre sujeitos. Destacamos, a esse propósito, que é a citação a forma mais recorrentemente utilizada para dar voz a outro enunciador no interior de dado enunciado, pois a citação é “a presença de elementos reais de outros textos em um dado texto” (FAIRCLOUGH, 2003, p.39). No entanto, o fenômeno da intertextualidade nem sempre é saliente à nossa observação, como é o caso da citação. Há outros recursos para permitir que outro enunciado possa se manifestar no interior de um texto, ainda que menos claros que a citação direta. O discurso reportado é

um exemplo, conforme ilustra Fairclough (2003), havendo por este meio a possibilidade de, em vez de citar o dito, resumir, elaborar paráfrases, de forma a retextualizar o texto original. O discurso direto e o indireto são diferentes, conforme esclarece Fairclough e tal diferença se apresenta útil quando o objetivo é entender a diversidade de formas disponíveis para o enunciador que deseja fazer referência a outro texto dentro do seu enunciado. Assegura Fairclough que:

O discurso relatado, oral, escrito ou pensado, atribui o que é citado ou resumido às pessoas que o proferiram, escreveram ou o pensaram. Mas elementos de outros textos podem ser incorporados sem atribuição. Assim, a intertextualidade cobre uma gama de possibilidades (Fairclough, 2001, p. 42).⁴

Como visto, a intertextualidade não é um fenômeno de fácil tipificação, pois abarca desde formas de intertextualidade que vão das citações diretas, das citações indiretas até o extremo em que somente o conhecimento prévio do leitor pode tornar possível o reconhecimento de uma referência intertextual em andamento.

Ora, é interessante observar que Fairclough relaciona inferências com a intertextualidade. Para o linguista, a noção de inferência diz respeito a tipos de implicitude que, em geral, diferenciam-se na literatura da pragmática linguística: pressuposições, implicatura lógicas e implicaturas (cf. Ducrot, 1977, Grice, 1975, Levinson, 1983). Os dois conceitos não se misturam na concepção do mencionado linguísta, pois, para ele, esses conceitos estão apenas relacionados, como pode ser visto pela seguinte passagem:

a diferença entre inferências e intertextualidade é que as primeiras não são geralmente atribuídas ou atribuíveis a textos específicos. Trata-se antes de uma relação entre este texto e o que foi dito, escrito ou pensado onde quer que seja, sendo este “onde quer que seja” deixado vago. Se por exemplo eu comecei este livro com “as relações intertextuais de um texto são a parte significativa dele” eu estaria assumindo que textos têm relações intertextuais, comprometendo-me com isto com algo que foi escrito em qualquer lugar e com a crença que os leitores ouviram ou leram onde quer que seja. Não estou aludindo a nenhum texto específico ou conjunto de textos, mas estou todavia aludindo ao mundo dos textos (Fairclough, 2003: 40).

Pela citação acima, é possível entender que uma diferença marcante entre intertextualidade e inferência é que a intertextualidade tem amplitude suficiente para trazer vozes para o interior de um texto, ao passo que a inferência tem a propriedade de reduzir acentuadamente a diferença gerando o efeito de apresentar um terreno comum. É bastante razoável inferir, então, que as formas intertextuais (marcadas) destacam o caráter dialógico de dado texto – a voz do enunciador em relação a outras vozes reveladas em seu enunciado. Já a

⁴ Reported speech writing or thought attributes what is quoted or summarized to the person who said or wrote or thought it. But elements of other texts may also be incorporated without attribution. So intertextuality covers a range of possibilities (2001, p. 40)

inferência gera como efeito perceptível a diminuição do referido caráter dialógico. Fairclough deixa clara a importância da visão bakhtiniana que focaliza a copresença de textos em enunciados de enunciadores particulares. Antes de qualquer coisa, deve-se reconhecer que as pessoas são diferentes em inúmeros aspectos. Essa diferenciação é um elemento fundamental na interação social. Ora, essa tendência à diferenciação é primordial para o destaque dos aspectos textuais a seguir: o traço significativo dos textos e sua respectiva constituição como ordem moral; a constituição textual referente à operação das relações de poder. Como evento significativo, a interação compreende “negociações” recorrentes das diferenças de sentido. E as normas de interação, enquanto ordem moral, são muitas vezes interpretadas heterogeneamente pelos diversos atores sociais. É nessa esfera complexa que o poder alça ao sentido elucidado por Fairclough: capacidade para intervir na ação humana e transformá-la, bem como capacidade de intervir em uma série de eventos de maneira a alterar os seus cursos. O poder, neste caso, não está restrito à esfera institucional, mas é estruturante do tecido social como um todo. Diante disso, não é possível defender a emergência da linguagem como um mero sistema de signos, autossustentáveis em si mesmos. A linguagem passa a ser, em sentido geral, na verdade, conforme Rossi-Landi (1985), trabalho e ferramenta. Esta perspectiva viabiliza a compreensão de que a linguagem não goza da prerrogativa de neutralidade e objetividade. Ao contrário, devemos considerar universos mais amplos baseados na cooperação e na intersubjetividade.

Ora, a mencionada orientação para a diferença conduz às formas dialógicas nos textos. Fairclough, conseqüentemente, inspira-se em Bakhtin, para quem o dialogismo pode ser identificado como elemento estruturante de uma língua, uma cultura, e mesmo de uma palavra, se esta estiver exercendo uma força discursiva. Assim, todo enunciado é um elo pertencente a uma cadeia complexa de outros enunciados. Apesar disso, Bakhtin observa que:

o estudo fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, uma vez que essas formas refletem tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outrem, e é essa recepção, afinal, que é fundamental também para o diálogo (2010, p.147).

Entendamos, então, como o discurso de outrem é apreendido pelo locutor. A este respeito, Bakhtin sustenta que é precisamente nas formas do discurso citado que é possível um documento objetivo capaz de esclarecer o problema. Bakhtin adverte, conseqüentemente, que este documento fornece indicações sobre as tendências sociais estáveis próprias da apreensão ativa do discurso de outrem manifestas nas formas da língua. É na sociedade, portanto, onde se situa o mecanismo do processo da intertextualidade. Então é a sociedade quem

escolhe e gramaticaliza apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada (Bakhtin, 2010, p. 146).

Logicamente, o enunciatário também deve ser levado em consideração para efeito de melhor entendimento do fenômeno da transmissão sob forma escrita da enunciação de outrem. A orientação para uma terceira pessoa recebe influências das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. É interessante notar, a esse respeito, que em uma situação real de diálogo, ao emitirmos uma resposta a um interlocutor, não enxertamos em nosso enunciado o enunciado, ou parte do enunciado do nosso interlocutor.

“As condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão ativa, no quadro do discurso interior”, conforme explica Bakhtin (2010, p. 146). Para a transmissão do discurso, as referidas tendências, elabora o autor, só podem desenvolver-se pela observância dos limites das formas existentes em determinada língua.

Essas formas de transmissão do discurso, uma vez cristalizadas, possuem uma influência reguladora, podendo ser estimulante ou inibidora, no desenvolvimento das tendências de apreensão apreciativa, cujo campo de ação é precisamente definido por tais formas, esclarece Bakhtin (2010). Isto responde à indagação formulada acerca da preferência por determinadas formas em dado gênero, ao passo que outras tendem para o desuso.

No entanto, “toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior”, conforme ressalta Bakhtin (2010, p. 147). O enunciador alheio, de acordo com o esperado, recebe, no interior do discurso que o apreende, uma transsubstanciação que se dá em termos do seu *background* cultural em que se insere o co-enunciador enquanto ser social. Assim, Bakhtin adverte que o enunciado efetivamente citado só pode ser compreendido corretamente se estudado no interior do discurso que o cita. Em diferentes palavras, o discurso citado jamais pode divorciar-se do seu contexto narrativo, dado que a interação dinâmica das duas dimensões, tanto o discurso a transmitir, quanto o que se presta a transmiti-lo é de capital importância para quem deseja entender o fenômeno da intertextualidade. Por seu turno, essa interação dinâmica reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos no interior da comunidade ideológica verbal, como explica Bakhtin (2010, p. 150), pois “a língua elabora meios sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem”.

O eminente filósofo acrescenta ainda que um discurso a ser transmitido deve obedecer a uma hierarquia social de valores, porquanto, “quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas suas fronteiras (...)”. (BAKHTIN, 2010, p. 153).

Mas, a despeito das discussões puramente teóricas, Maingueneau (1997), apoiado em Authier-Revuz (*apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004), fornece uma divisão que em termos práticos se revela bastante útil. Referimo-nos à distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Ora, segundo observa Maingueneau, a distinção entre heterogeneidade mostrada e constitutiva é de fundamental importância para a compreensão da relação do interior do discurso com seu exterior. Mas para entender a noção de heterogeneidade, recomenda-se entender primeiro a noção de polifonia em Drucrot (1987). Drucrot faz uma associação entre o nível do enunciado e polifonia. Para ele, só há polifonia quando se pode distinguir dois tipos de personagens em uma enunciação – os enunciadore e os locutores. Neste caso, haverá outros pontos de vista além dos pontos de vista do emissor e do receptor identificáveis no interior do enunciado. Haverá, portanto, uma cisão do falante no nível do próprio enunciado.

Maingueneau (1997, p.76), por seu turno, faz uma distinção entre o locutor e o produtor físico do enunciado. Este autor esclarece que locutor é “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. Trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado”. No que se refere ao enunciadore, Maingueneau (1997, p.77) explica:

o enunciadore representa, de certa forma, frente ao ‘locutor’ o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Os ‘enunciadore’ são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o ‘locutor’ pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diferentes da sua.

Complementarmente, ao lado das distinções feitas por Drucrot e Maingueneau, consideramos essencial entender também a diferença entre as noções de heterogeneidade e intertextualidade. A heterogeneidade mostrada se configura pela presença da voz de outrem no enunciado. Nesse caso, é possível identificar contornos que o enunciadore estabelece para o que se responsabiliza como seu enunciado e para aquilo que atribui ser de outro enunciadore. O conceito de heterogeneidade se estabelece, assim, a partir de uma perspectiva mais geral, dando conta do fenômeno da enunciação como algo da ordem do heterogêneo. Cabe destacar que essa noção encontra-se no âmbito do conceito de discurso. No entanto, a heterogeneidade

mostrada deverá se concretizar-se no interior de enunciado de alguma forma identificável. A materialização do fenômeno da heterogeneidade é o que denominamos de intertextualidade. Em poucas palavras, a intertextualidade é a presença de pelo menos um texto contido em outro texto, cuja responsabilidade é do enunciador que dá voz a outro enunciador no interior do seu enunciado. Para ser mais específico, denomina-se, segundo Maingueneau (2008, p. 77), de “*intertexto* de um discurso (o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente)”, e de “*intertextualidade* [isto é, dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas]”.

Outra distinção útil, proposta por Maingueneau (2008), é a que estabelece uma divisão útil para a compreensão do fenômeno da intertextualidade. Trata-se de distinguir a *intertextualidade externa* – quando o discurso define certa relação com outros campos; e *intertextualidade interna* – que se dá quando dados textos são semanticamente próximos daqueles que são autorizados pela sua formação discursiva.

A seguir, faremos referências às formas objetivas de ocorrência do fenômeno da heterogeneidade mostrada. As referidas formas são as seguintes: **pressuposição; negação; discurso relatado; palavras entre aspas; metadiscurso do locutor; parafraseagem; discurso indireto livre, ironia; autoridade, provérbio e slogan; pastiche**. Doravante, faremos referência a essas formas de heterogeneidade mostrada como formas de intertextualidade. A diferença entre essas duas noções já explicamos em parágrafos anteriores. A opção por denominá-las como formas de intertextualidade é necessária, pois tais formas de intertextualidade marcam uma categoria importante em nossa tese.

Há formas de intertextualidade cuja identificação é mais imediata. Outras há cuja complexidade é considerável, como é o caso da pressuposição. Esta tem grande importância para a análise do discurso. Então, discorreremos primeiro sobre a pressuposição.

Ducrot (1987) explica que a pressuposição é efeito de um processo que apresenta dois enunciadores, E1 e E2. O primeiro enunciador é responsável pelo pressuposto, enquanto o segundo é responsável pelo posto. A fim de explicar esta relação, Maingueneau (1997) apresenta o seguinte exemplo:

O governo não quer mais decidir.

Pelo exemplo acima, pode-se distinguir os enunciadores E1 e E2. O enunciador E1 se responsabiliza pela assertiva que assegura que o governo no passado decidia, pois se não quer mais decidir agora, pressupõe-se que o governo possuía tanto a capacidade quanto a

vontade de decidir. A frase efetivamente emitida expressa a opinião do enunciador E2. Esta, por sua vez, sustenta-se no pressuposto atribuído a E1.

A nosso ver, a complexidade dessa forma de intertextualidade situa-se no fato de que, comumente, embora o enunciador E1 esteja sempre implícito, é difícil rastrear todos os pressupostos embutidos na asserção sustentada por E2.

A negação é um fenômeno semelhante à pressuposição no tocante a ser um fenômeno polifônico, conforme acredita Maingueneau (1997). De fato, Maingueneau argumenta que em um enunciado negativo distinguem-se duas pressuposições, a saber, uma pressuposição inicial e outra que nega.

Ducrot (1987) afirma que a enunciação de enunciados negativos deve ser entendida, em grande parte, como encenação do choque direto entre duas atitudes antagônicas, logicamente imputadas a dois enunciadores diferentes.

Maingueneau (1997, p. 83) recorre a J. Moeschler, que sugeriu três tipos de refutação (negação). A primeira delas é a retificação. Esta corresponde às negações cujas incidências são indicadas por um encadeamento que ocorre sobre a enunciação negativa. Por exemplo, *No Brasil não temos apenas problemas com violência, mas também lugares interessantes para o turismo*. Aqui é possível observar que a segunda proposição retifica a primeira proposição. O segundo tipo de refutação (negação) é a refutação proposicional. Este, segundo Maingueneau, é o tipo mais comum. Neste caso, a incidência sobre a negação não é definida, pois visa apenas recusar a primeira asserção, em geral, com o intuito de justificá-la. A título de exemplificação, vejamos a seguinte frase: *O turismo no Brasil não é desenvolvido porque falta investimento na área*. O terceiro tipo é a refutação pressuposicional, cujo propósito é refutar a pressuposição associada ao enunciado rejeitado. Este tipo vem invariavelmente acompanhado de uma justificativa. Observe-se o seguinte exemplo: *O futebol brasileiro não está menos violento, jamais o foi*. A primeira pressuposição assegura que o futebol brasileiro está mais violento, enquanto a primeira frase a nega e é seguida da justificativa observada no final do período.

Outra forma de intertextualidade mencionada por Maingueneau é o discurso relatado. Quando ocorre, essa forma de intertextualidade pode aparecer ou como discurso direto, ou como discurso indireto. São, segundo o citado autor, as manifestações mais clássicas de heterogeneidade enunciativa. Por já serem exaustivamente estudadas, não

dispenderemos nossa atenção com elas, mas quanto ao caráter discursivo do discurso relatado, selecionamos o seguinte excerto de Maingueneau (1997, p. 86):

o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação.

A forma de intertextualidade acima referida detém um caráter ambíguo, como observa Maingueneau, pois pode remeter tanto às regras, às operações, quanto ao enunciado citado. Para a resolução de tal problema, Maingueneau propõe chamar de intertexto o conjunto de fragmentos que determinada formação discursiva efetivamente cita. E propõe chamar de intertextualidade o tipo de citação que dada formação discursiva define como legítima através da própria prática, pois:

além dos enunciados citados há, pois, suas condições de possibilidade. Em um nível trivial, isto é evidente: segundo as épocas, os tipos de discurso, as citações não são feitas da mesma maneira; os textos citáveis, as ocasiões em que é preciso citar, o grau de exatidão exigido, etc. variam consideravelmente (Maingueneau, 1997, p. 86).

As palavras entre aspas são outra forma de heterogeneidade, importantes para a compreensão do fenômeno da intertextualidade que ora discutimos. Não há neste caso, ao contrário do que ocorre com o discurso relatado em forma de discurso direto, a ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso que é citado. Maingueneau (1997, p. 91) explica que nessa forma de intertextualidade explícita:

as aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. O sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disto não esteja consciente, a realizar uma certa representação de seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através das aspas. Colocará aspas, por exemplo, para proteger-se de uma crítica do leitor, que, supostamente, esperará um distanciamento frente a determinada palavra, mas pode, igualmente, não colocar as aspas para frustrar esta expectativa, provocando um choque semântico, etc..

Diferentemente da forma de heterogeneidade mostrada “palavras entre aspas”, A heterogeneidade mostrada “metadiscorso do locutor” não se encontra envolvido pelas estratégias discursivas. Ao contrário, o metadiscorso do locutor concorre em paralelo com o enunciado, procurando apresentar ajustes a ele. Para Maingueneau (1997, p. 93), “o dito é constantemente atravessável por um metadiscorso mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência”. Maingueneau, entretanto, observa que não há classificação satisfatória para este fenômeno, uma vez que uma classificação detalhada não chegaria a um termo. Assim, na percepção do referido teórico, o metadiscorso do locutor se apresenta como um jogo com o enunciatador, realizado no interior

deste, para o qual podemos identificar diversas motivações, como, por exemplo, salientar uma inadequação dos termos em uso no interior do enunciado, autocorrigir, ou mesmo para corrigir antecipadamente um possível erro de interpretação. Neste caso, as expressões comumente usadas são: “de alguma forma”, “metaforicamente” (para inadequação dos termos), “ou melhor”, “ou seja” (para autocorreção), “no sentido *tal*”, “em todos os sentidos” (para prevenir erros de interpretação).

A exemplo do metadiscurso do locutor, a parafraseagem é também um fenômeno de heterogeneidade mostrada cuja complexidade discursiva merece consideração. Para Maingueneau, a parafraseagem é uma tentativa de exercer controle sobre pontos nevrálgicos da polissemia aberta, a dizer, tanto pela língua, quanto pelo discurso. Nas palavras de Maingueneau:

“Fingindo dizer diferentemente a “mesma coisa” para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva”. (Maingueneau, 1997, p. 96).

A paráfrase é uma forma de colocar em evidência a autoridade do enunciador que “possui” o domínio dos signos, como diz o teórico acima citado.

Até aqui listamos e discutimos os fenômenos de heterogeneidade mostrada cujas marcas são claras, tanto as marcas linguísticas, quanto as marcas tipográficas. O fenômeno do discurso indireto livre, contudo, não pode figurar neste grupo.

O discurso indireto livre, ao contrário do que a denominação pode sugerir, não é uma forma de discurso relatado de modo a ser identificado textualmente, mas contextualmente. Apesar de também possuir um caráter polifônico, esta variante de heterogeneidade mostrada deve ser identificada pela observação do contexto e deve ser reconstruída a partir de pistas diversas, conforme orienta Maingueneau (1997). No caso do discurso indireto livre, pode-se identificar duas vozes inseparavelmente unidas que relatam duas alocações, fenômeno que, por isso mesmo, tem fascinado os linguistas. A propósito, Ducrot (1987) observa que no discurso indireto livre ouve-se a voz do enunciador que relata as suas alocações e do indivíduo cujas alocações são relatadas. É necessário também observar que nem um nem outro enunciador deve ser responsabilizado pela enunciação. Do mesmo modo, não se podem separar as vozes, visto que elas apresentam dependência recíproca.

O fenômeno de heterogeneidade mostrada denominado ironia, como o discurso indireto livre, também apresenta certa tensão entre o que é dito e o que é assumido pelo locutor. Mas diferentemente do discurso indireto livre, a ironia, conforme Maingueneau

(1997), apresenta-se como uma subversão entre o que é assumido e o que não é pelo locutor. Há um distanciamento em diferentes índices (linguísticos, gestuais, situacionais), pois o locutor projeta em cena um enunciador que adota uma posição absurda e cuja alocação não pode assumir. É próprio dessa forma de heterogeneidade provocar a ambiguidade, gerando dificuldades em sua resolução por parte do destinatário. Aliás, a ironia é sempre dirigida a um destinatário, não podendo, portanto, ser considerada uma atividade lúdica nem desinteressada.

A citação de autoridade, ao contrário das duas últimas formas de heterogeneidade em que não se registra a responsabilidade do locutor sobre o enunciado que veicula, implica uma adesão, um apagamento diante de um “locutor” superlativo, o que garante a validade da enunciação. E, como diz Maingueneau (1997, p. 100), “geralmente, tratam-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade: por essência, não podem ser resumidos nem reformulados (...).”

Maingueneau destaca que algo ligeiramente diferente se dá com o slogan, mas do ponto de vista pragmático. O slogan, enquanto forma de heterogeneidade mostrada, liga-se essencialmente à ação, ao passo que o provérbio representa um enunciado limite. Assim, o locutor que o valida tende a se alinhar com o conjunto de falantes da língua, incluindo o indivíduo que o profere.

Na lista de fenômenos de heterogeneidade mostrada apresentada por Maingueneau encontra-se também o fenômeno denominado imitação. A imitação de um gênero discursivo pode assumir dois valores opostos: a captação e a subversão. Em ambos os casos, o falante se apaga por trás do “locutor” de um gênero discursivo determinado. Mas, para que esse fenômeno de heterogeneidade seja caracterizado, este falante deve fornecer indicações disto. A intenção é beneficiar-se da autoridade associada a esse tipo de enunciação ou mesmo arruiná-la. No caso da captação, a imitação incide sobre a estrutura explorada, ao passo que na subversão, a desqualificação da estrutura ocorre no curso do próprio movimento da imitação.

Finalmente, para completar a lista de fenômenos de heterogeneidade mostrada formulada por Maingueneau (1997), não podemos deixar de falar do pastiche. Aqui também há uma forma de imitação. Distingue-se, no entanto, da subversão paródica por apresentar um objetivo lúdico, não engajado, que pode incidir sobre um gênero de discurso, ou mesmo sobre um estilo de um locutor particular. O pastichador deve, de antemão, dominar as regras de produção do enunciado imitado, o que pressupõe, naturalmente, certa competência discursiva.

Apoiados em Maingueneau (1997), discorreremos acima sobre as formas de heterogeneidade mostrada que possivelmente poderemos encontrar nos enunciados. Reconhecemos, no entanto, que as formas listadas anteriormente não exaurem todas as possibilidades existentes na prática. Contudo, de antemão, adiantamos que a relação de fenômenos aqui apresentada é suficiente para a nossa pesquisa, visto que nem todas as ocorrências da mencionada lista foram encontradas no *corpus* que analisamos. Importante notificar que encontramos duas formas de heterogeneidade mostrada que não se enquadraram no estudo feito pelo autor citado aqui. Contudo, tomamos o cuidado de analisar e classificar as referidas formas de heterogeneidade mostrada, de modo a fazer com que elas constassem na categoria que denominamos de formas de intertextualidade – um dos elementos mais importantes para a defesa de nossa tese. As formas de heterogeneidade mostrada que encontramos no *corpus* que analisamos, e, contudo, que não se encontram nas formas mencionadas por Maingueneau, são as seguintes: *alusão ao tema* e *referência ao título*. Não podemos afirmar, entretanto, que estas formas de heterogeneidade são próprias do gênero cartas ao editor, pelo que reconhecemos haver a necessidade de um estudo mais focado nessa questão. As formas de heterogeneidade mostrada que identificamos no *corpus* que analisamos foram as seguintes: pressuposição, negação, ironia, excerto, paráfrase, alusão ao tema, referência ao título. Salientamos que essas duas últimas foram acrescentadas por nós às formas de intertexto mencionadas por Maingueneau (1997). Todas estas formas são formas que os leitores utilizaram para fazer referência ao texto-base (artigo, reportagem). Não nos interessamos, portanto, por quaisquer outras formas de intertextualidade que porventura existam no *corpus*.

3.2. O sujeito no discurso

3.2.1. Subjetividade

No presente tópico, apresentaremos as bases teóricas relativas ao sujeito discurso, notadamente ao componente linguístico que nos permite identificar a presença da subjetividade no discurso. Parece estranho falar da presença da subjetividade no discurso, no entanto, queremos aqui nos referir à intenção do enunciador de se colocar como sujeito de seu discurso, por meio do que chamamos de marcas de subjetividade, ao contrário de tentar atingir um pretenso efeito de objetividade característico, por exemplo, em textos que expressam uma verdade existente fora do indivíduo e independente de seu aparato perceptivo.

A Análise do Discurso, lançando mão, basilarmente, de elementos linguísticos propriamente ditos, reconhece a existência de um sujeito, mesmo nos textos pretensamente isentos de subjetividade. Devemos aqui advertir que há uma linha teórica na Análise do Discurso que postula um sujeito assujeitado; um sujeito vítima das forças ideológicas que o subjagam por meio de mecanismos cujo funcionamento encontra-se em camadas inconscientes do seu ser.

Embora reconheçamos esse sujeito assujeitado como uma possibilidade real, também voltamos o nosso olhar para uma análise do discurso que aponta elementos que evidenciam a possibilidade de transpor esse limite de assujeitamento, a ponto de o indivíduo ser capaz provocar mudanças, lançando mão de instrumentos simbólicos dentre os quais figura a linguagem verbal – sendo a linguagem o mais relevante e influente dentre os instrumentos simbólicos à nossa disposição.

Sob a perspectiva adotada, acima mencionada, é razoável afirmar que pela detecção de mecanismos ideológicos e de estruturas sociais construídos pela linguagem verbal, podemos provocar mudanças em dado meio social, no sentido de tornar as relações entre indivíduos e grupos sociais mais harmônicas e associadas a um *status* condizente com o que se reconhece hoje como “saudável” e equilibrado. Afinal, o que se tem dito acerca de toda pesquisa científica? Os custos das pesquisas científicas, mesmo os da geração de tecnologia bélica, não são justificados em termos da fomentação do bem-estar humano e da conquista de uma melhor qualidade de vida?

Assim, endossamos as palavras de Fairclough (2001, p. 121), quando diz que:

A teoria althusseriana do sujeito exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas. (...) os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras.

De fato, postular um sujeito absolutamente assujeitado é ao mesmo tempo sustentar o paradoxo de que a linguagem não resulta da vida em sociedade; é sustentar, também, que as práticas ideológicas, bem como seus modos de operação e respectivas estratégias não eclodem da criatividade de agentes que, apesar de serem constituídos pela linguagem (no sentido de sua subjetividade), usam-na para estabelecer relações sociais, agindo sobre o mundo e sobre o outro, ao mesmo que tempo que são capazes de representá-lo.

No sentido do exposto acima, abraçamos a concepção faircloughiana de que devemos olhar o discurso como resultado da ação conjunta de três esferas que se inter-relacionam e se retroalimentam: o texto, a prática discursiva e a prática social. Reiteramos a necessidade de lançar mão dessas concepções no presente tópico, visto que as concepções teóricas delineadas aqui podem parecer, sob certo prisma, incompatíveis. No entanto, julgamo-nos capazes de enxergar elementos que unem essas concepções teóricas, aparentemente divergentes. Eis por que julgamos que o mero estudo de elementos intralinguísticos não nos capacitará entender e configurar em uma totalidade a multiplicidade de facetas que constituem a linguagem verbal, incluindo seu entorno relacionado a outras linguagens. Em nosso caso particular, propomo-nos a estudar o fenômeno da *responsividade*, que se configura como uma espécie de fractal da linguagem verbal, por assim dizer.

Então, seguindo a concepção de que o discurso se compõe de texto, prática discursiva e prática social, entendemos que deveremos estudar o sujeito do discurso na esfera das relações dentro da sociedade, na esfera da produção e distribuição do discurso, e também na esfera propriamente linguística. Neste caso, lembramos, precisamos identificar aquilo que formalmente coloca em evidência o sujeito do discurso: as marcas de subjetividade, que são a consequência da presença do sujeito em seu discurso. Nessa direção, abraçamos a concepção benvenistiana que explica que a subjetividade é a capacidade do enunciador para se colocar como “sujeito”.

No que diz respeito a entender o sujeito com respeito à sua prática social, cremos que a concepção foucaultiana sobre a relação que a sociedade tem com o discurso delineia, perfila um sujeito previamente enredado em uma estrutura preparada para recebê-lo, se não para constituí-lo, isso quando não o rechaça, excluindo-o, pois, na melhor das hipóteses, o sujeito é assujeitado, ou sofre um processo que o autor chama de *rarefação*. Para estes efeitos, Foucault identifica como causa uma série de procedimentos, que chama de: procedimentos externos – cujo efeito é a exclusão do sujeito; procedimentos internos – cujo efeito é o assujeitamento do indivíduo que se pronuncia; e os procedimentos chamados pelo teórico de princípios de controle – cujo efeito é a rarefação do sujeito. Lembramos que essa concepção teórica já foi exposta em um tópico anterior. Todos os princípios de controle, que compreendem os procedimentos externos e internos e o terceiro grupo de princípios de controle criam um prognóstico de sujeito discursivo que objetiva a dissipação de possíveis ameaças a uma ordem social hierarquicamente estabelecida.

Observe-se que muitos teóricos tomaram como objeto de pesquisa a noção de sujeito discursivo, entre os quais impõe-se a figura de Michel Foucault, que não reivindicava o objetivo imediato de construir uma teoria de análise do discurso. Diferentemente, como bem observa Gregolin (2004) suas temáticas sempre se mostraram amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental. Assim, esse pensador almejou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” na fase chamada “arqueológica”. Na fase chamada genealógica, tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes. Posteriormente, investigou a construção histórica das subjetividades, em uma “ética e estética da existência”. Ora, estas temáticas estão conectadas às pesquisas que tentam entender o discurso. Assim, no núcleo das transformações históricas em torno do fazer e do dizer é possível enxergar uma *teoria do discurso*. Um dos elementos fundamentais para a análise do discurso que eclodiram com as pesquisas de Foucault é a questão da **objetivação do sujeito**. (GREGOLIN, 2004)

Assim, o pesquisador francês procurou entender, primeiramente, como diferentes modos de investigação tentam alcançar o estatuto de ciência, produzindo, conseqüentemente, a objetivação do sujeito. As histórias da loucura, da medicina, e de outros campos do saber que trataram do tema da vida serviram como base para esse trabalho. Em um segundo momento, Foucault, empreendendo uma análise das articulações entre os saberes e os poderes, estudou a objetivação do sujeito naquilo que chama de “práticas divergentes”. Finalmente, esse pesquisador investigou a subjetivação a partir de *técnicas de si*, da *governamentalidade*, quer dizer, do governo de si e dos outros. Para isso, ele toma a direção da sexualidade e da constituição histórica de uma *ética e estética de si* (FOUCAULT, 1988, 2001, 2002; GREGOLIN, 2004).

Desse modo, para Foucault, o sujeito resulta da concorrência elaborativa de três elementos inscritos na ontologia do presente: do ser-saber, do ser-poder, do ser-si. Pode-se afirmar, conseqüentemente, que o sujeito é constituído de dispositivos para os quais há técnicas de fabricação, como a disciplinaridade, por exemplo. Seguindo esse sentido, é possível observar que há uma história, a qual Foucault procurou compreender, dos diferentes modos de subjetivação do ente humano na cultura ocidental, e essa história se constitui pelo discurso e pela relação entre linguagem, história e sociedade. (GREGOLIN, 2004)

Fairclough (2001), ao colocar-se sobre as apreciações teóricas de Foucault, sucintamente expostas nos parágrafos anteriores, admite um sujeito ideologicamente

posicionado, embora defenda que esse sujeito seja capaz de agir criativamente a ponto de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias, de modo a reestruturá-las, pois os seres humanos são capazes de transcender a ideologia. No entanto, da perspectiva da análise discursiva, não se pode entender a noção de sujeito sem entender o que é o discurso.

Mas, para Benveniste (2005, p. 286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. Adotando essa perspectiva, devemos voltar os nossos olhos, primeiramente, para a instância linguística, pois ela nos fornecerá um ponto de partida confiável para a compreensão do que chamamos de subjetividade – a propriedade daquilo que denominamos de sujeito. O escopo de nossa pesquisa não demanda, no entanto, que façamos incursões teórico-filosófico-psicológicas de como esse sujeito, de que tratamos aqui, instaure-se efetivamente. Contudo, precisamos entender, para efeito de nosso trabalho investigativo, como podemos flagrar o sujeito e as marcas de sua subjetividade nas relações que estabelece com outrem via trocas verbais, pois, conforme explica Saussure (2006, p 141), “a língua é uma forma, e não uma substância”. A este propósito, é na estrutura formal da língua que o falante encontra as condições necessárias e fundamentais para apresentar-se ao mundo como um ente detentor de faculdades subjetivas, e, portanto, como um sujeito que se contrapõe a um mundo objetivo e nele atua, age, por meio da linguagem verbal.

Benveniste (2005, p. 285) mostra-se discordante da concepção que vê a língua como um instrumento, pois, para ele, falar da língua como instrumento “é por em oposição o homem e a natureza”. “A língua está na natureza do homem, que não a fabricou”. Conforme o autor, não é possível flagrar o homem, em qualquer momento de sua evolução, reduzido a si mesmo, à procura de conceber a existência do outro. Aliás,

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. (BENVENISTE, 2005, p. 285)

Nos termos da citação acima, Benveniste alerta para o fato de que o vaivém da palavra sugere uma troca, o que nos levaria a contemplá-la como uma coisa, aparentando ter uma função instrumental, portanto. Contudo, para que a palavra assegure a comunicação, necessário se faz que a linguagem a habilite, pois a palavra é apenas a sua atualização.

Para chegarmos a entender essa constituição do sujeito pela linguagem, faz-se necessário entender a concepção benvenistiana que diz que “a consciência de si mesmo só é

possível se experimentada por contraste” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Quer dizer, a concepção de “eu” não existe absolutamente, mas só se emprega um “eu” na relação com um “tu”. O eu aparece na necessidade de contraposição ou diferenciação do tu. Justamente essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade, pois o “eu” se torna o “tu” quando o enunciador é alguém dirigindo a mim, seu interlocutor. Então, (eu) trato alguém como “tu”, ao mesmo tempo em que esse alguém me trata também como “tu”. Desse modo, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro. Então, o autor explica que “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (BENVENISTE, 2005, p. 287).

Benveniste ressalta que a linguagem é tão notadamente marcada pela subjetividade que é razoável perguntar se construída de outro modo poderia, ainda assim, funcionar e se chamar linguagem. O fato “de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os pronomes pessoais” corrobora a afirmativa anterior (BENVENISTE, 2005, 287). Ademais, esses pronomes se diferenciam de todas as designações articuladas por uma língua. Isto é, não remetem nem a um conceito, nem a um indivíduo, escapando, portanto, ao *status* de todos os outros signos da linguagem, pois eles só podem ser identificados no que chamamos instância de discurso. É por isso que só adquirem referência no momento da enunciação. É também por esse motivo, literalmente, que o fundamento da subjetividade, conforme afirma o autor, encontra-se no exercício da língua.

Para finalizar o presente tópico, devemos observar, na esteira de Benveniste (2005, p. 188), que os pronomes pessoais são o ponto de partida para o estabelecimento da subjetividade. Mas eles dependem de outra classe de pronomes, participantes do mesmo *status*. São eles os indicadores de *dêixis* que organizam tanto as relações espaciais quanto temporais. Eles estabelecem o aqui e o agora do enunciador. No entanto, em nossa tese, não trabalharemos com esses dêiticos, visto que só nos interessa a parte nuclear da subjetividade que se estabelece no discurso. O tópico a seguir acrescenta mais uma ferramenta útil à constituição e conseqüente defesa de nossa tese. Trata-se da teoria sobre modalidade.

3.2.2. Modalidade

A noção de modalidade tem sido objeto de estudo da Gramática Sistêmico-Funcional e como tal está ligada à função interpessoal (HALLIDAY, 2004). Nos parágrafos que seguem, falaremos, primeiramente, sobre a definição de modalidade. Em seguida, faremos a

distinção entre modalidade e modo antes de discorrermos sobre essa relação, pois consideramos útil mostrar essa distinção, a fim de que uma apreensão clara desses dois conceitos possibilite-nos evitar confusões teóricas, e, conseqüentemente, metodológicas. Em seguida, mostraremos a noção de modalidade em termos de categorias linguísticas, pois tais categorias serão utilizadas em nossa análise quantitativa e serão o ponto de partida, no que diz respeito à modalidade, para nossa análise qualitativa.

A linguagem, compreendida como instrumento de comunicação e interação social, cumpre, segundo Halliday (2004), três funções gerais: (a) *Metafunção Interpessoal*, ligada ao relacionamento entre as pessoas, segundo a qual expressamos nossa participação na situação de discurso; (b) *Metafunção Ideacional*, relacionada à representação dos mundos interior e exterior, permite interpretar o conjunto de nossa experiência e expressar certas relações lógicas elementares; (c) *Metafunção Textual*, que dá à sentença seu *status* de mensagem.

Ligada à função interpessoal, relembramos, a modalidade consiste no “julgamento do falante, ou solicitação de julgamento pelo ouvinte, do estatuto do que está sendo dito” (HALLIDAY, 2004, p.143)⁵. São, como diz Halliday (2004), graus intermediários entre o polo positivo ou negativo. Numa proposição, há dois tipos de possibilidades intermediárias entre o *sim* e o *não*, a saber, (a) *graus de probabilidade*: possível, provável, certo; (b) *graus de frequência*: às vezes, usualmente, sempre. Numa proposta, as possibilidades intermediárias são (a) *graus de obrigação*: permitido, requerido, imposto; (b) *graus de inclinação*: desejoso, ansioso, determinado. Halliday (2004) se refere a essas escalas de obrigação e inclinação como *modalização*, para distinguir de modalidade propriamente dita.

3.2.2.1. A definição de modalidade

Palmer (1986) destaca que muitos critérios têm sido levantados a fim de formalizar uma definição de modalidade, e uma gama considerável deles pode ser encontrada, por exemplo, em Lyons (1977). Este autor, a exemplo de Jespersen (*apud* Palmer, 1986, p. 16), que fala acerca do conteúdo da sentença, discorre sobre a proposição expressa pela sentença. Contudo, ambos se revelam preocupados com a distinção da sentença em relação à atitude ou opinião do falante em relação a ela. Tal distinção tem como pressuposto que há uma distinção entre os elementos modais e proposicionais, entre a modalidade e a proposição.

⁵ the speaker's judgment, or request of the judgment of the listener, on the status of what is being said (HALLIDAY, 2004, p.143).

Palmer (1986) chama a atenção para o fato de que a distinção entre proposição e modalidade é muito próxima àquela feita em relação ao ato ilocucionário, proposto por Austin (1962, p. 98). No ato locucionário, dizemos algo, enquanto que no ato ilocucionário fazemos algo – respondendo a uma pergunta, fazendo uma afirmação, dando um esclarecimento, ou fazendo uma promessa, sendo que esses elementos fornecem a base para os atos de fala. Palmer ressalta que essa dicotomia é bastante familiar.

A propósito dessa dicotomia mencionada pelo teórico retrocitado, podemos exemplificar com Lewis (1946, p. 49): “a proposição é asseverada”; “os conteúdos da asserção...” podem ser questionados, negados ou meramente supostos, e também podem ser hospedados em outros modos. Contudo, a modalidade, afirma Palmer (1986), uma vez que se refere a todos os elementos não proposicionais de uma frase, é mais ampla. Ela deveria incluir, diz Palmer, elementos como tempo e aspecto, os quais podem ser tomados como categorias gramaticais distintas.

Outro elemento definidor da noção de modalidade é a subjetividade. A lógica tradicional tem se preocupado mais com o conceito de modalidade objetiva, isso no que se refere à distinção entre modalidade subjetiva e objetiva. No entanto, assegura Palmer (1986), a modalidade na linguagem, sobretudo quando é gramaticalmente marcada, mostra-se ser essencialmente subjetiva. Portanto, a modalidade na linguagem relaciona-se com o componente subjetivo do enunciado. Nas palavras de Palmer (1986, p. 16):

A modalidade na linguagem é, portanto, relacionada às características subjetivas do enunciado, e é razoável argumentar que a subjetividade é um critério fundamental para a modalidade. A modalidade pode, por assim dizer, ser definida como a gramaticalização das atitudes e opiniões do enunciador.⁶

O último elemento convocado por Palmer com o fito de perfilar uma definição de modalidade é o que este autor chama de *factualidade* (em oposição à não-fatualidade). Palmer ressalta que essa noção foi introduzida por Lyons (1977, p. 794), que usa o termo para falar de frases não-factuais, como, por exemplo, *Ele deve ter ido para Paris*. Ou *Talvez ele foi para Paris*; ou ainda, *É possível que ele tenha ido para Paris*, devendo ser discutidas em termos de modalidade, pois contêm um verbo modal, um advérbio modal e um adjetivo modal, respectivamente. Contrastivamente, afirmações categóricas podem ser descritas como

⁶Modality in language is, then, concerned with subjective characteristics of an utterance, and it could even be further argued that subjectivity is an essential criterion of modality. Modality could, that is to say, be defined as the grammaticalization of speakers' (subjective) attitudes and opinions.

epistemicamente não-modais, porque o enunciador se compromete com a verdade do seu enunciado.

Palmer (1986, p. 17), no entanto, afirma que o termo *factivo*, e seus derivados, não é adequado por duas razões. Primeiro porque as definições dos dicionários (em Língua Inglesa) o relacionam à noção de fazer, mais do que à noção de fato. Assim, o mais natural e até correto é o termo *fatual*, juntamente com fatualidade. A segunda razão é que o termo *factivo* e não-*factivo* foram usados por Kiparsky (1971, p. 345 *apud* Palmer, 1986, p. 17) para se referir a orações subordinadas do tipo: *João lamenta que ela esteja indo embora*; ou *João acredita que ela esteja indo embora*. A partir da noção inicial de modalidade, entendamos a relação entre modalidade e modo.

3.2.2.2. Modalidade e Modo

Palmer (1986) estabelece que a modalidade é o domínio linguístico que compreende as atitudes e opiniões do falante em relação a uma proposição de sua autoria. A propósito, este autor salienta que só é possível estudar a modalidade porque esta se nos apresenta, em termos linguísticos, como uma categoria gramaticalmente identificável, ao mesmo tempo que o referido fenômeno linguístico pode ser descrito e comparado em diferentes línguas, mesmo entre aquelas que não compartilham da mesma origem. Palmer (1986) chama nossa atenção para o fato de que a caracterização semântica da modalidade é menos óbvia. A noção de modalidade é bastante vaga, afirma o citado autor, e deixa em aberto uma gama de definições possíveis. Bybee (1985) esclarece que sua manifestação se dá em, pelo menos, dois tipos semânticos: a modalidade orientada para o agente e a modalidade epistêmica – concepção que elaboraremos oportunamente. O citado autor esclarece ainda que o sistema modal da maioria das línguas, em geral conhecidas, é formalmente associado, juntamente com o tempo, o aspecto e a voz, com o sistema verbal da língua (lembrando que o gênero, o número e a pessoa também são marcados no verbo), ao passo que a modalidade não se relaciona semanticamente somente com o verbo, mas com a sentença inteira.

Para Bybee & Freischman (1992, p. 2), o modo, por seu turno, refere-se a uma categoria formalmente gramaticalizada do verbo, o qual possui uma função modal. Conseqüentemente, os modos são expressos flexionalmente, geralmente em grupos distintos de paradigmas verbais, como, por exemplo, indicativo, subjuntivo, optativo, imperativo, condicional, que variam de língua para língua, tanto no que se refere ao número, quanto às

distinções semânticas que estabelecem. A modalidade, distintamente, é o domínio semântico relacionado aos elementos de significado que as línguas expressam. Por essa razão, a modalidade cobre vasta gama de nuances semânticas: jussivo, desiderativo, atentivo, entre outros, cujo denominador comum é a adição de um suplemento de significado ao valor semântico mais neutro de uma afirmação, ou frase, nomeadamente, factual e declarativa. Conforme demonstrado em Bybee & Dahl (1989), a modalidade é um domínio semântico, ao passo que o modo, sendo uma categoria formal da ordem do gramatical, pode expressar tanto tipos gramaticais compartilhados por diversas línguas (subjuntivo, por exemplo), quanto categorias específicas de uma língua.

Bybee & Freischman (1992, p. 2) adiantam que na linguagem a modalidade pode ser expressa em uma variedade de formas: no âmbito morfológico, lexical, sintático, ou mesmo via entonação, sendo que tais formas não são mutuamente excludentes, como mostrado na sentença em espanhol: *dudo que haya ganado El premio*. Aqui, a modalidade que anuncia dúvida é expressa de forma redundante por ambos, pelo significado lexical do verbo principal, e pelo modo (subjuntivo) do verbo da oração subordinada, conforme exemplificam os autores retrocitados. Então, nossa curiosidade nos leva a perguntar como a modalidade se classifica.

3.2.2.3. A classificação da Modalidade

Bybee & Freischman (1992) lembram que nosso entendimento linguístico sobre modalidade tem suas raízes na lógica modal, que é um braço da Filosofia da Linguagem, em particular, na distinção entre modalidade deôntica e epistêmica. A lógica modal tem a ver com a noção de possibilidade e necessidade, conforme os citados autores, e suas categorias epistêmica e deôntica relacionam-se com essas noções em dois domínios diferentes. Quer dizer, a modalidade epistêmica tem a ver com a possibilidade ou necessidade da verdade das proposições, e está, conseqüentemente, associada com as funções sociais de permissão e obrigação.

Palmer (1986), retomando teóricos anteriores, adota a classificação da noção de modalidade em epistêmica e deôntica. Em outros autores, como Givón (1995), Dik (1997) e Cervoni (1989), que tomam emprestado termos da Lógica, os graus de probabilidade são conhecidos como modalidade epistêmica em que o falante avalia a realidade do estado de coisas em termos de seu conhecimento de mundo. Já os graus de obrigação constituem o que

se conhece por modalidade deôntica, em que o falante avalia a realidade do estado de coisas em termos de normas morais, legais e sociais.

Por razões metodológicas e práticas, também adotaremos essa classificação. Quer dizer, para levar a termo nossa pesquisa, necessitamos estabelecer categorias palpáveis em que se realiza esse fenômeno chamado modalidade, e a classificação esboçada Palmer (1986) revela-se útil para o nosso propósito. Assim, discorreremos, segundo os autores adotados, sobre os dois tipos de modalidade: a epistêmica e a deôntica. Em primeiro plano, falaremos mais detalhadamente sobre a modalidade epistêmica.

3.2.2.3.1. A modalidade epistêmica

Bybee & Freischman (1992) observam que a noção de modalidade epistêmica guarda importância considerável para a Linguística, dado que muitas línguas têm marcadores gramaticais que funcionam expressamente no sentido de manifestar certa avaliação sobre a verdade de dada proposição. Neste sentido, a maioria dos linguistas entende a modalidade epistêmica como a expressão do grau de comprometimento da falante com a verdade da proposição contida no que ele comunica.

Em nossa pesquisa, visto que nosso *corpus* será constituído das cartas ao editor em *Newsweek*, um gênero textual cuja natureza é eminentemente argumentativo – conforme Cardoso (2005) – hipotetizamos que iremos encontrar maior incidência de uso da modalidade epistêmica. Contudo, não desconsideramos a possibilidade de ocorrência de outros tipos de manifestação da modalidade, como a modalidade deôntica, pelo que discorreremos sobre esse tipo de modalidade nos parágrafos seguintes.

De acordo com os autores retrocitados, Bybee & Freischman (1992), o conceito de modalidade deôntica tem se revelado bastante útil para a Linguística, apesar de que sua manifestação em termos de categorias linguísticas não tem se mostrado tão simples como é o caso da noção da modalidade epistêmica. Quer dizer, o problema com a modalidade deôntica é a natureza imperfeita de sua correspondência com as categorias linguísticas que encontramos no mundo da linguagem. A modalidade deôntica falha ao distinguir subcategorias que são expressas flexionalmente (como os modos gramaticais, por exemplo), como o imperativo, como expressões de obrigação ou permissão, de natureza léxica e perifrástica. Além do mais, argumentam esses autores, a modalidade deôntica, como é entendida tradicionalmente, exclui certas noções semanticamente relacionadas tais como

habilidade (física e mental) e desejo que têm expressão linguística semelhante às aquelas referentes à permissão e obrigação.

Bybee & Freischman (1992, p. 5) advertem que a divisão em modalidade epistêmica e deontica revela alguns casos interessantes de polissemia, em que a mesma forma pode ser usada para os mesmos tipos. Assim, a palavra inglesa *may* pode expressar tanto modalidade deontica de permissão (*you may come in now*), ou possibilidade epistêmica (*this may be your lucky day!*), enquanto *must* pode expressar obrigação deontica (*you must be here by seven*), bem como probabilidade inferida (*that must be the mailman at the door*). Uma visão diacrônica dessa polissemia, afirmam os autores, dá suporte à observação, registrada em muitas línguas, de que os assim chamados significados deonticos tipicamente evoluem para significados epistêmicos.

Com relação às dificuldades ligadas ao deontico como uma supercategoria, até mesmo tal supercategoria muda do significado deontico para o significado epistêmico afetando de fato uma gama maior de categorias. Conquanto seja verdadeiro que os marcadores de obrigação podem ser usados para propósitos de função epistêmica, tais como probabilidade e inferência, no caso de marcadores de permissão, não é a permissão em si mesma que licencia um significado de probabilidade epistêmica (por exemplo, no caso de *may*). Virtualmente, todos os marcadores de permissão podem ser relacionados diacronicamente a expressões de habilidade, sendo a permissão apenas um sentido de um significado de possibilidade-raiz mais generalizado que surge, de habilidade (BYBEE & FREISCHMAN, 1992).

Mas Bybee & Freischman (1992) também apontam outro caso além do explicitado nos parágrafos anteriores. Trata-se do caso em que verbos que indicam desejo e obrigação se desenvolvem em “futuros”. Estas transformações, segundo os autores, correspondem à mudança de deontico para epistêmico em que uma mudança ocorre de uma expressão modal, predicando condições sobre um agente – uma modalidade condicionada pelo agente – para uma expressão modal que tem uma proposição inteira em seu escopo e comunica a opinião do falante em relação à verdade da proposição – uma modalidade condicionada pelo falante.

Pelo posto, Bybee (1985) propôs uma mudança na nomenclatura categorial dos modais, como segue: 1) **modalidade de orientação do agente**⁷, que abrange todos os

⁷ O termos originais em Inglês são, na ordem em que aparecem, os seguintes: agent-oriented modality, epistemic modality, speaker-oriented modality, com tradução do autor do presente texto.

significados modais que predicam condições sobre o agente com relação à finalização de uma ação referida pelo predicado principal, quer dizer, obrigação, desejo, habilidade, permissão e possibilidade primária; 2) **modalidade epistêmica**, que conserva sua definição tradicional – os epistêmicos são indicadores de natureza oracional do comprometimento do falante com a verdade da proposição. Marcadores de ordem, comando, como imperativos, optativos e permissivos, os quais representam atos de fala através dos quais um falante procura impelir um interlocutor a uma ação, são classificados como **modalidade de orientação do falante**.

A distinção entre as modalidades orientadas para o agente e para o falante traspassa a categoria tradicional de modalidade deôntica. Os modais orientados para o agente incluem afirmações deônticas (afirmações que descrevem obrigação e permissão), enquanto os modais de orientação do falante incluem atos de fala tais como imperativos que impõem condição ou obrigação. Para os citados autores, a motivação primária para substituir a categoria deôntica por uma categoria de orientação do agente é que a última reflete melhor tendências morfossintáticas gerais em expressão tipológica. Quer dizer, há uma tendência forte, quase universal da modalidade de orientação do agente ser expressa por verbos auxiliares ou por partículas não ligadas, enquanto os outros dois tipos (a modalidade de orientação do falante e a epistêmica) são frequentemente expressas inflexionalmente (BYBEE, 1985). Outro padrão universal é da ordem do diacrônico, nomeadamente, a tendência acima referida em que as modalidades de orientação do agente se traduzem esperadamente nos dois outros tipos.

Uma vez que nosso objeto de pesquisa é a responsividade, consideramos necessário chamar a atenção para o fato de que certos traços da manifestação do fenômeno da modalidade só vêm à tona na relação dialógica, fruto da interação de no mínimo dois interlocutores. Recentemente o exame de categorias em seu contexto de uso tem propiciado um maior entendimento delas. Assim, a modalidade, por sua vez, não pode ser estudada somente com respeito à narrativa, visto que muitas funções modais vêm à tona no discurso fruto da interação face a face, conforme ressaltam Bybee & Freischman (1992). É o caso, por exemplo, na imposição de obrigações (via afirmações ou via diretivas). De fato, conforme os citados autores, os modais também devem ser vistos como ferramentas linguísticas estratégicas para a construção da realidade social. Descendo às especificidades, falaremos a seguir sobre a modalidade manifesta em categorias linguísticas.

3.2.2.4. A Modalidade em termos de categorias linguísticas

A fim de levar a termo a tarefa que abraçamos, nos parágrafos subsequentes apoiar-nos-emos, principalmente, em Neves (2007), pois essa autora traz em detalhes a categorização da modalidade em Língua Portuguesa, o que nos poupa o trabalho de tradução dessas categorias para o nosso idioma. No entanto, uma vez que trabalharemos com cartas ao editor em Língua Inglesa, não deixaremos de ficar atentos para as particularidades da categorização da modalidade naquele idioma.

Neves (2007, p. 151), a exemplo de outros teóricos, chama a atenção para o fato de que de que “conceituar modalidade é uma tarefa complexa exatamente porque esse conceito envolve não apenas o significado das expressões modalizadas, mas, ainda, a delimitação das noções inscritas no domínio conceitual implicado”. A autora também lembra que duas questões fundamentais de investigação devem ser destacadas: a primeira diz respeito à própria avaliação da existência ou não de modalidade em enunciados sem marca de modalização explícita ou detectável, no mínimo como um segmento, ou como um elemento, do enunciado; a segunda refere-se ao estabelecimento de fronteiras entre a Lógica e a Linguística, em se tratando de modalidade.

Ora, conforme Neves (2007, p. 152), para que haja estudo linguístico sobre modalidade, faz-se necessária a pressuposição de que existam enunciados não-modalizados. Em linhas gerais, aprofunda a autora, deve-se dizer que se a modalidade é fundamentalmente um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, pelo que é razoável afirmar que não existem enunciados não-modalizados. Quer dizer, nas palavras de Neves (2007, p. 152):

Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada como uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca.

Neves, a propósito da asserção que faz, baseando-se em vários teóricos, desenvolve uma longa discussão sobre as possibilidades teóricas da modalização. Contudo, cremos que a discussão que fizemos nos parágrafos anteriores, também baseada em teóricos de reconhecimento, será suficiente para levar a termo os objetivos teórico-metodológicos da nossa pesquisa. Assim, passaremos para o estudo sobre como a modalidade se manifesta.

Conforme explica Neves (1996a, p. 167), a modalidade pode ser expressa por diferentes meios linguísticos, como nos seguintes exemplos apresentado por Neves (2007, p. 167), os quais transcrevemos:

1. Por um verbo
 - a. (auxiliar) modal:
 - *Esse casarão **deve** ser ideal para o romantismo de minha tia Margarida.*
 - *O presidente da república **pode e deve** ser denunciado como coautor do homicídio do major Vaz.*
 - b. Verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber:
 - ***Acho** que por humilhação maior jamais passaram.*
2. Por um advérbio, a que ainda pode associar-se um verbo modal:
 - *Carlos e Pedro Moreno cochichavam, discutindo **provavelmente** detalhes da agonia de Dona Leonor.*
 - *Esse exame propicia a visualização de vários dados, que **devem** ser **obrigatoriamente** pesquisados.*
 - *Ela deu uma olhada nele e achou uma anotação meio estranha, **talvez um escólio**.⁸*
 - *O ateniense, quando desconfia que alguém quer tornar os outros tão hábeis quanto ele próprio, zanga-se, **talvez por inveja**.*
3. Por um adjetivo em posição predicativa:
 - *Quem sabe nada disso vai ser **necessário**?*
 - *É **impossível** que o Brasil tome conhecimento de outra aberração.*
 - *É **preciso** que você fique perto de mim, sempre.*
4. Por um substantivo
 - *O homem não deve pensar muito, esta é a minha **opinião**.*
 - *Tenho a **impressão** de que um dos grandes erros da política brasileira nestes últimos vinte anos tem sido a matematização da vida econômica.*
 - *Cada folha sulfite dobrada em quatro dá **possibilidade** para oito páginas impressas.⁹*
5. Pelas próprias categorias gramaticais (tempo / aspecto / modo) do verbo da predicação:
 - *E a discussão ficaria nisso.*
 - *Esta obra **talvez tenha sido** um dos livros didáticos mais importantes da época.¹⁰*

⁸ Segundo a autora citada, a modalização por meio de advérbios pode incidir num constituinte, e não na preposição.

⁹ Neves chama a atenção para o fato de que a ocorrência de nome modalizador é bastante comum na posição de objeto do verbo-suporte, em que o verbo e o sintagma nominal objeto (em princípio não-referencial) formam, conjuntamente, o predicado.

¹⁰ Neves observa que essas categorias normalmente aparecem associadas a advérbios modalizadores.

Neves (2007, p. 168) complementa que além dos elementos anteriormente listados, expedientes puramente sintáticos podem ser usados na modalização dos enunciados, como por exemplo:

1. A unipessoalização (que alterna com a primeira pessoa do singular) minimiza a participação do falante:
 - *Eu sei – disse o ministro – que Vilar tem a admiração de vocês todos e, portanto, a minha também, mas é **preciso** que vocês, amigos dele, o advirtam.*
2. O efeito contrário, entretanto, é obtido, ou com intercalação ou apêndice de orações em primeira pessoa, ou com subordinação a orações em primeira pessoa; vejamos os exemplos, respectivamente:
 - *Perguntou-me se eu estava ali há muito tempo e eu – **acredito** hoje – disse a minha primeira mais grave mentira da vida: disse que não, havia subido para apanhá-lo, a barca aproximava-se do cais.*
 - *Não que esteja contra. Mas o feminismo é pra mulheres muito especiais, eu **acho**.*
 - *Mas **acho** que estou falando demais...*

Com os exemplos acima, consideramos atingido o objetivo de apresentar a modalidade em termos de categorias gramaticais.

Para Neves (2007), a função interpessoal emerge em um enunciado marcadamente modalizado “exatamente pela evidente presença do falante e do destinatário tanto no comprometimento epistêmico (...) como no envolvimento deôntico”. Contribui também para isso a forte ligação da modalidade com a evidencialidade. Segundo a autora, ao modalizar seu enunciado ou a evidenciar a fonte do conhecimento, o falante cumpre dois propósitos: o ideacional e o interpessoal. Todavia, a modalização epistêmica propriamente dita é mais aderente à função ideacional, já que representa que “o falante filtra, julga a ‘realidade’ do estado de coisas ou a ‘verdade’ da proposição, com ou sem opinião pessoal, e a partir daí faz distinções na escala do possível” (neves, 2007, p. 200). Já a evidencialidade, por representar que o falante assume uma relação com o mundo de outros falantes, trazendo-os ou não ao discurso como ‘interlocutores’ está mais ligada ao propósito interpessoal. A este propósito, e a propósito do entendimento do fenômeno modalidade em termos de categorias linguísticas, consideramos necessário esclarecer a modalidade epistêmica em si mesma e sua relação com a evidencialidade, dado que, conforme argumentado anteriormente, formulamos a hipótese de

que nas cartas ao editor em *Newsweek*, encontraremos uma incidência predominante da modalidade epistêmica. Então vejamos.

Palmer (1986, p. 51) defende que o termo epistêmico deve ser aplicado não somente aos sistemas modais que basicamente envolvem a noção de possibilidade e necessidade, mas a todo sistema modal que indica o grau de comprometimento por parte do enunciador acerca daquilo que ele enuncia. Em particular, afirma Palmer, o uso desse termo deveria considerar ‘evidenciais’¹¹ do tipo boato ou relatório, ou ainda a evidência dos sentidos. No caso, por exemplo, de ‘*moreover*’ (além disso) pode ser tomado como um membro de um sistema epistêmico não-marcado, muito embora, por definição, algumas línguas possuam declarativos não-marcados (não-modalizados).

Palmer argumenta que, no sentido exposto acima, o uso do termo ‘epistêmico’ pode ser mais abrangente do que o usual, embora seja, do ponto de vista etimológico, plenamente justificado, visto ser derivado da palavra grega ‘entendimento’, ou ‘conhecimento’ (mais do que ‘crença’), e, portanto, deve ser interpretado como evidenciando o *status* do entendimento ou conhecimento do enunciador. Essa perspectiva, afirma o autor, inclui ambos, tanto o julgamento como o tipo de garantia que o enunciador apresenta acerca do seu enunciado.

Segundo Palmer (1986, p. 51), há, pelo menos, quatro maneiras pelas quais o enunciador pode sinalizar que não está apresentando o seu enunciado como um fato, mas antes: a) que ele está em uma postura especulativa; b) que seu enunciado resulta de uma dedução; c) que seu enunciado foi uma informação por ele recebida; d) que se trata de uma questão de aparência, baseada na evidência dos sentidos. O citado teórico lembra que as possibilidades acima listadas podem ser reconhecidas em diferentes línguas, muito embora possa não haver uma língua que as reconheça no conjunto. Todas essas possibilidades estão relacionadas com a indicação por parte do enunciador de sua ausência de comprometimento com a verdade da proposição expressa, ressalta Palmer (1986). É possível, assim, encontrar paráfrases com uma oração subordinada introduzida por *que*, com a modalidade indicada por um item lexical na oração principal, como, por exemplo:

a) *É possível que... / penso que...*

b) *Conclui-se que... / concluí que...*

¹¹ Uma solução nossa para o termo evidentials.

c) *Diz-se que.../ N disse que...*

d) *Parece que...*

No que diz respeito à ação de julgar, ou estabelecer um julgamento, Palmer (1986, p. 57) adverte que em muitas línguas é possível estabelecer, pelo menos, dois tipos de julgamento epistêmico, um fraco, e um forte. Um exemplo típico é o Inglês com seus verbos modais MAY e MUST. Esta língua demonstra possuir claramente, segundo o citado estudioso, um sistema epistêmico envolvendo fundamentalmente os verbos modais MAY e MUST, embora haja outros verbos modais a serem considerados. A questão a ser discutida é a natureza das distinções semânticas estabelecidas por esses verbos. Neste sentido, há duas abordagens possíveis.

Primeiro, a relação entre eles pode ser claramente estabelecida em termos de possibilidade e necessidade. Eles expressam o que é epistemicamente possível e o que é epistemicamente necessário, embora a palavra ‘necessário em si mesma, alerta o autor, não está no sentido epistêmico da linguagem ordinária (por exemplo, *é necessário que...* não é uma paráfrase possível de MUST)

Palmer garante que as noções de possibilidade e necessidade são também claramente ilustradas nas relações que se estabelecem entre os modais em termos de negação. Julgamentos positivos podem ser feitos sobre proposições negativas e sobre julgamentos negativos. No caso de MAY, o Inglês usa *may not* para o primeiro destes, e *can't* para o segundo, respectivamente.

- *He may be there*
- *He may not be there*
- *He can't be there*

O segundo exemplo acima expressa a seguinte ideia: ‘é possível que ele não esteja lá’; e no terceiro exemplo acima tem-se: ‘não é possível que ele esteja lá.

Palmer (1986, p. 58) conclui que não há uma manifestação similar para MUST. Em vez disso, para um julgamento positivo acerca de uma proposição negativa (É necessário que não seja assim.) *can't* também pode ser usado, enquanto que para um julgamento negativo acerca de uma proposição positiva *may not* pode ser usado. Vejamos o exemplo dado pelo autor retrocitado:

- *He must be there.*

- *He can't be there.*
- *He may not be there.*

Palmer adverte que as mesmas formas são usadas, mas em uma ordem reversa. Isto, segundo o autor, é facilmente explicado em termos de relações lógicas entre possibilidade e necessidade, desde que *não possível* seja equivalente a *não necessário*, e *não necessário* seja equivalente a *não possível*. No entanto, o Inglês usa somente as formas CAN e MAY e isto, para o citado autor, é significativo.

Uma segunda maneira de abordar o significado de MAY e MUST é simplesmente em termos do tipo de julgamento que se faz, afirma Palmer (1986, p. 59), e especialmente entre especulação e dedução, podendo-se argumentar que possibilidade e necessidade são mais básicos, porque são passíveis de serem encontrados também no sistema de modalidade deôntica, encontrando expressão nos mesmos modais MAY e MUST. Tal fato fornece argumentos para que seja possível postular a inclusão das modalidades epistêmica e deôntica em um sistema que as abranja, embora também haja argumentos que contestam tal postulação.

Mas Palmer lembra que em Inglês não há apenas dois graus de modalidade epistêmica. Há também, inicialmente, o modal WILL em sentenças do tipo:

- *They'll be on Holiday at the moment.*
- *That'll be the postman.*

É possível contra-argumentar, adianta o autor, que MAY indica um julgamento possível, WILL indica um julgamento cabível, e MUST o único julgamento possível. Se assim fosse, replica Palmer (1986, p. 62) WILL se situaria entre o fraco MAY e o forte MUST. Contrariamente, WILL, a exemplo de MUST, indica que o julgamento baseia-se em fatos conhecidos, e, em particular, naquilo que é recorrente, como no exemplo acima exposto. Neste sentido, ele não é equivalente a 'provável', sendo razoável pensar, portanto, que um terceiro termo deveria ser introduzido no sistema de julgamento que contempla o *dedutivo* e o *especulativo*.

Palmer acrescenta que WILL também é usado para indicar tempo futuro, o que não é particularmente surpreendente, pois o futuro não é completamente conhecido, mas uma dedução razoável de algo que deverá acontecer. A propósito, é frequentemente possível parafrasear o uso epistêmico de WILL, como em: *you will find out... (você descobrirá que...)*.

Em todo caso, é evidente que existe uma diferença entre o WILL epistêmico e o WILL como marca de futuro.

Na verdade, como diz Neves (2006, p.200), não há uma função que deixe de ser cumprida na modalização pois “tanto entender o ambiente (função ideacional) como influir sobre outros (função interpessoal) são igualmente propósitos do usuário da língua”, e ambos são operacionalizados pela função textual. É a Metafunção Textual, portanto, que é responsável pela organização dos significados experienciais e interpessoais em um todo coerente.

Para concluir a presente seção, resta-nos falar sobre a relação que a modalidade, especificamente a modalidade epistêmica, guarda com a evidencialidade, sendo esta, segundo Bybee (1985), a noção que resulta dos evidenciais, os marcadores que indicam sobre a fonte da informação que compõe a proposição, e na ausência da marca evidencial, conforme observa Neves (2007, p. 165), deve-se entender que a fonte seja o próprio falante, o filtro imediato das proposições por ele formuladas. Ora, Neves (2007, p. 164) sustenta que a modalidade epistêmica, sendo ela uma atitude do falante em relação ao que diz, deve essencialmente relacionar-se com a fonte do conhecimento, com que pode ou não estar comprometido. Fitneva (2001), complementarmente, defende que conhecer a base epistêmica da informação veiculada pela linguagem não é menos importante do que conhecer a própria informação.

Para efeito de operacionalidade, adotaremos o conceito de Cornillie (2009, p. 45) sobre a evidencialidade, que a entende como a categoria funcional que se refere à base perceptual ou epistêmica capaz de produzir um ato de fala. Na classificação tradicional, a evidencialidade é dividida em evidencialidade direta e indireta. Os evidenciais diretos são usados quando o enunciador testemunhou o fato ou a ação, enquanto que os evidenciais indiretos são usados quando o enunciador não testemunhou o fato/a ação pessoalmente, mas deduziu o fato/ou a ação ou ouviu o relato do fato/da ação de outros. Quanto o fato/ou a ação é deduzida, falamos de inferenciais; mas quanto o fato/ou a ação é produto do relato de outrem, falamos de marcadores de relato.¹²

A divisão acima mencionada tem suscitado uma discussão cujos resultados convém mencionar aqui. Nuyts (2001a,b) e Cornillie (2007), por exemplo, fazem diferença entre evidencialidade de fonte e (inter)subjetividade. A primeira noção preocupa-se com os

¹² O termo original em Inglês é *hearsay markers*, que traduziremos por marcadores de relato.

tipos diferentes de conhecimento envolvidos, enquanto que a segunda refere-se ao estado compartilhado da evidência (bem como da proposição). Em uma discussão que faz sobre os diferentes tipos de inferenciais, Squartini (2008) defende uma distinção clara entre o modo de conhecimento e a fonte da evidência. O modo de conhecimento pode resultar de uma evidência sensorial ou visual, inferência ou relato. A fonte de informação, por seu turno, pode ser tanto o enunciador como a própria evidência.

No que se refere ao dito no parágrafo anterior, faz-se necessário ter em foco, conforme Nuyts (2001, p. 21), que a categoria epistêmica que corporifica a avaliação das chances que certo estado hipotético de fatos/ações sob consideração (ou certos aspectos deles) ocorrerá, está ocorrendo ou ocorreu em um mundo possível. O resultado da avaliação vai da certeza absoluta de que um estado de coisas é real para a certeza absoluta de que ele não é real. Entre esses dois extremos há um *continuum* incluindo probabilidade e possibilidade. Neste sentido, se contrastarmos a noção de evidencialidade como uma categoria funcional que se refere à base perceptual ou epistêmica capaz de produzir um ato de fala, e o conceito de modalidade epistêmica apresentada neste parágrafo, podemos postular que as duas noções são distintas. Esta distinção nos possibilitará trabalhar objetivamente com duas categorias, o que para nós é produtivo. Assim, trabalharemos em nossa pesquisa, no que se refere à modalidade epistêmica e à evidencialidade, com as referidas categorias, conforme estabelecidas no presente parágrafo, sem voltarmos os nossos olhos para as divergências do conceito de evidencialidade entre os estudiosos.

Neves (2007, p. 165) observa que a noção de evidencialidade não goza de consenso entre os estudiosos. Os pesquisadores, quanto a essa noção, compartilham apenas “a ideia de que se trata de indicação da origem do conhecimento de um enunciador”. No entanto, prossegue Neves, a ideia em si mesma já é fonte de discussão, pois a expressão de uma fonte de conhecimento demanda modalização do nível de conhecimento, configurando a ocorrência simultânea de duas categorias. Neste sentido, cabe indagar se está realmente em jogo a existência de duas categorias. Em caso de uma resposta afirmativa, qual delas está acima da outra? Seriam, no domínio semântico, dois modos distintos de as línguas qualificarem a codificação epistêmica. Cabe também perguntar, conforme a autora, se, sendo dois, devem ser tidos como paralelos, ou se um inclui o outro, numa relação entre primário e secundário.

Neves, baseada em Botne (1997), afirma não haver elementos suficientes para assegurar que haja uma fusão da qualificação epistêmica com a qualificação da fonte epistêmica, não havendo, conseqüentemente, evidências de uma subordinação de uma à outra.

Mas no caso de uma ser primária, tem-se que a modalização deva assumir essa posição, pois a indicação de evidências, para Neves (2007, p. 166), deve ser percebida como uma “prestação de serviço ao compromisso do falante com a verdade, com a sua crença na verdade, com o seu julgamento, e não o contrário”. Palmer (1986), Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989a, 1997) dão, no nível argumentativo, suporte a esse pensamento, para quem os evidenciais se configuram como um tipo de modal epistêmico, o que caracteriza a evidencialidade como situada na mesma camada que a modalidade subjetiva – ambas pertencentes à modalidade epistemológica, sendo esta a estruturante da terceira camada. Assim, essas duas categorias não estão no âmbito de incidência da outra, ao mesmo tempo em que ambas incidem sobre outra camada hierarquicamente inferior.

Mas há teóricos para quem a qualificação evidencial é determinante da qualificação epistêmica. Van Valin (1993), De Hann (1997), e Nuyts (1992, 1993a, 1993b, 2001), por exemplo, defendem que a evidencialidade é uma categoria independente da modalidade epistêmica, estando, também, posicionada em uma camada superior à camada da referida modalidade. Nuyts (1993a) assegura que a evidencialidade é responsável pela qualificação da modalidade que se encontra em seu âmbito de incidência, esta podendo ser subjetiva (no caso de o falante ser a fonte) ou não-subjetiva/intersubjetiva (no caso de a fonte ser uma comunidade em que o ouvinte pode estar incluído). Consequentemente, pode-se inferir do aqui exposto que a modalidade e a evidencialidade não podem ser tomadas como subcategorias pertencentes a um mesmo nível, aquele em que se organiza a modalidade epistemológica, o que corrobora o pensamento de Hengeveld (1988). Nesse caso, as duas subcategorias estariam apenas inter-relacionadas, estando uma fora do escopo da outra. Neste sentido, a evidencialidade exerce efeito sobre a própria qualificação modal do enunciado. Ora, Nuyts (1993a) é bastante razoável quando diz que, sem qualquer evidência, nenhuma avaliação da probabilidade do estado de coisas seria possível e então a única assertiva possível seria dizer que não se sabe.

Neves (2007, p 166) chama a atenção para uma terceira possibilidade, que é mesclar essas duas mais conhecidas. Nesse caso, deve-se entender que ambas, evidencialidade e modalidade epistêmica, são duas categorias de naturezas diferentes. No entendimento de Nuyts (1993), e em discordância com Hengevel (1988) e Dik (1997), pode-se compreender que a evidencialidade não é uma modalidade, embora situadas na mesma camada do enunciado (ainda que sem incidência, uma sobre a outra), como querem Hengeveld e Dik,

mas diferentemente do que pensa Nuyts. Assim, a modalidade estaria no âmbito de incidência da evidencialidade.

A seguir, e de forma consequente, apresentaremos a Teoria da Valoração em seus elementos que interessam diretamente à nossa pesquisa. Da referida teoria extrairemos elementos importantes para explicar o fenômeno da responsividade/responsabilidade da forma mais completa possível, quando agregados, naturalmente, às outras categorias que elegemos como razoavelmente importantes.

3.2.3. Valoração

Apresentando-se como um braço LSF (linguística sistêmico-funcional), e diretamente ligada à metafunção interpessoal, a assim chamada Teoria da Valoração interessa-se pela oração como troca, isto é, como fruto da interação social. Embora tenha sido apresentada ao público recentemente¹³, essa teoria é fruto de quinze anos de pesquisa. A teoria pode ser entendida como uma forma de análise textual por meio da qual se busca identificar o posicionamento pessoal do autor, ainda que ele esteja implícito ou pressuposto. Assim é que a valoração está associada à pressão ou ausência de expressão de sentimentos, bem como que tipos de sentimento são expressos e em que intensidade. Consequentemente, cada enunciador faz escolhas motivadas por significado e intenção, lançando mão do rico leque de opções oferecidas pelo sistema linguístico. Neste sentido, pode-se afirmar que essas escolhas nos permitem uma riqueza de apreensões a partir do enunciado, fornecendo suporte à crença de que não existe enunciado neutro, quer dizer, destituído de qualquer posicionamento de valor, ainda que conforme Stubbs (1996, p. 235) esses posicionamentos encontrem-se implícitos. Nestes termos, é possível, invariavelmente, resgatar posicionamentos ideológicos de qualquer que seja o discurso.

Martin (2000), no entanto, não deixa de ponderar que certos significados podem ser antecipados, levando em consideração os gêneros discursivos, tanto quanto o contexto de situação e cultura. Isto, entretanto, não anula nem exclui a vasta opção de escolhas linguísticas de que dispõe, a depender de sua posição ideológica e de sua intenção.

Martin e White (2005) adiantam que a Teoria da Valoração se estabelece sobre um tripé conceitual, nomeadamente: **posicionamento de atitude; posicionamento dialógico;**

¹³ A Teoria da Valoração surge a partir da publicação de um artigo de Martin (2000) intitulado *Beyond Exchange*, cujo objetivo foi reavaliar o pensamento que Halliday expressa sobre a função interpessoal.

e **posicionamento intertextual**. O posicionamento da atitude relaciona-se a atitudes que podem se materializar em textos, e se relacionam a emoções, conceitos éticos ou aspectos éticos. A outra coluna de sustentação desse tripé, o posicionamento dialógico, refere-se ao conceito bakhtiniano de polifonia e dialogismo, e diz respeito à forma pela qual o enunciador dá voz ao discurso do outro em seu próprio discurso. E finalmente, a terceira coluna do mencionado tripé, o posicionamento intertextual, preocupa-se em registrar o aparato textual (propriamente dito) usado para representar dentro do texto do enunciador as palavras ou pensamentos do texto de outrem.

Outros aspectos fundamentais – para o entendimento de sua teoria – para os quais Martin (2000) chama também atenção são, por exemplo, a percepção da realidade pelo prisma da dualidade – positivo/negativo, pois, de modo geral, avaliamos algo dentro de um contínuo com dois extremos opostos: positivo e negativo. Em qualquer análise que façamos esses dois extremos estão sempre presentes: bem e mal, feio e bonito, feliz e infeliz. Assim, Martin destaca a importância de se saber distinguir entre elementos avaliadores explícitos e implícitos, pelo que podemos depreender que a ausência de certos elementos mais comumente ligados à avaliação (como é o caso dos adjetivos, por exemplo) não nos desautoriza a afirmar que um posicionamento de valor esteja presente. Pelo contrário, observa-se a existência de avaliação implícita, cuja presença se faz por “tokens”, elementos usualmente não associados a uma avaliação, mas que assumem esse papel dada a intencionalidade do enunciador, logicamente associada à interpretação do coenunciador.

Outro elemento de fundamental importância para a Teoria da Valoração é o contexto, dado que um mesmo elemento é capaz de representar posicionamentos de valor diametralmente diferentes, como advertem Martin e White (2005, p. 52): “When it comes to language use in context, it is often the case that a given lexical item will vary its attitudinal meaning according to that context”.¹⁴ Por exemplo, o termo jogador de xadrez, que pode ser usado metaforicamente para se referir a um general de exército com notável capacidade estratégica, no contexto de um relacionamento afetivo pode significar um indivíduo frio e manipulador, com caráter avaliativo negativo. Vale notar que a expressão jogador de xadrez nos dois casos resulta de uma avaliação implícita, pois em si mesma a expressão não está associada a nenhuma avaliação.

¹⁴ No que se refere ao uso de linguagem em contexto, é usual um item lexical sofrer variação em seu significado de valor, conforme o contexto dado.

O contexto de situação e cultura deve ser sempre relacionado aos elementos intertextualidade e polifonia, mais um dos aspectos fundamentais para a Teoria da Valoração. Neste sentido, as palavras de Amorim (2001, p. 133) nos trazem uma melhor compreensão: “a pluralidade de contextos de enunciação habita assim cada texto e suas vozes serão tanto mais audíveis quanto permita a memória discursiva do leitor”. Quer dizer, cada texto carrega várias vozes resultantes de referências textuais, o que pode ensejar diferentes interpretações, na dependência, obviamente, das inferências intertextuais que cada coenunciador é capaz de fazer, partindo, logicamente, do seu prévio conhecimento de mundo. Assim, o sucesso da intencionalidade do enunciador depende da aceitação/interpretação do coenunciador. Então, é oportuno o pensamento de Bell (1991) que afirma que cada enunciado pode se desdobrar em dois: um do enunciador, e outro do coenunciador.

Aos aspectos acima mencionados, necessário se faz acrescentar aquele que diz respeito ao fato de não se poder analisar isoladamente as palavras usadas em avaliações dentro de um texto. Quer dizer, o texto deve ser visto como um todo, isto porque na criação de um texto o autor engendra uma estrutura lógica que interliga todas as proposições, considerando suas pressuposições sobre o seu coenunciador. Saliente-se, contudo, que as expectativas do enunciador nesse tocante nem sempre serão satisfeitas. Assim, não é incomum que alguns coenunciadores interpretem um enunciador de modo a frustrar as expectativas deste. Tal fato é compreensível em virtude da impossibilidade de o enunciador considerar corretamente toda experiência de vida e orientação ideológica que cada coenunciador coloca em atividade na hora de negociar o significado de um texto. Feitas as explanações de caráter geral, delinearemos, a seguir, os elementos teóricos relativos ao componente da Teoria da Valoração que utilizaremos em nossa análise.

A Linguagem compreende, de um lado, o sistema de dados do contexto social e, do outro, o sistema linguístico. Dentro da esfera do sistema linguístico encontram-se a Semântica, a Lexico-gramática e a Fonologia. Aqui nos interessa o componente semântico, que por sua vez se divide nos seguintes componentes: o ideacional, o interpessoal e o textual. A Teoria da Valoração, conforme já explicado, insere-se no componente interpessoal. Este, por sua vez, divide-se em envolvimento, valoração e negociação. A valoração divide-se em: atitude, engajamento e gradação. Bem, é o subcomponente *atitude* que nos interessa diretamente. Esta é composta pelos elementos: afeto, julgamento e apreciação. Compreendida essa hierarquia conceitual, procuraremos explicar a seguir o subcomponente **atitude** e sua divisão.

3.2.3.1. Posicionamento de atitude

No capítulo 2 intitulado “Attitude: ways of feeling”, Martin e White (2005, p. 42) fornecem as bases teórico-conceituais que possibilitam mapear “sentimentos” em textos escritos em Língua Inglesa. Os autores explicam que seu sistema envolve três regiões semânticas que cobrem o que é tradicionalmente referido como *emoção*, *ética* e *estética*. A emoção, para eles, está no centro dessas regiões, dado que é a matriz com a qual nascemos e a ela se referem como **afeto**.

O afeto compreende os sentimentos negativos e positivos; sejam os sentimentos de felicidade ou tristeza, confiança ou ansiedade, interesse ou indiferença. Já o **juízo** lida com as atitudes relacionadas ao comportamento, que admiramos ou criticamos, reforçamos ou condenamos. E, finalmente, a **apreciação** envolve avaliações de fenômenos naturais e semióticos conforme os modos pelos quais eles são valorizados ou não em dado terreno.

Martin e White (2005) constatarem que uma forma de pensar acerca de **juízo** e **apreciação** é vê-los como sentimentos institucionalizados, os quais nos desconectam de nosso universo de senso comum, para nos conectarem com mundos de senso incomum de valores comunitários compartilhados. Nesses termos, o **juízo** reelabora sentimentos na esfera das recomendações acerca do sentimento de como devemos nos comportar ou não. Algumas dessas recomendações são formalizadas como regras e regulamentos observados pela Igreja e/ou pelo Estado. A **apreciação**, por seu turno, reelabora sentimentos como proposições acerca do valor das coisas, no sentido de saber se elas valem ou não a pena. Algumas dessas avaliações são configuradas em sistemas de recompensas como preços, notas, concessão, prêmios, entre outros. Mas é lógico pensar que o aprendizado sobre o **juízo** e a **apreciação** começa no lar nos estágios iniciais do desenvolvimento linguístico.

Integralizando esses três conceitos, devemos destacar que o **juízo** encontra-se em um ponto privilegiado como sentimentos institucionalizados como recomendações; o **afeto** encontra-se no coração dessa relação; enquanto que a **apreciação** pode ser vista como aquele mundo de sentimentos institucionalizados como proposições. Então, entendamos melhor o conceito de **afeto** dentro da Teoria da Valoração.

3.2.3.1.1. Afeto

Conforme Martin e White (2005), o entendimento da **Atitude** como um sistema semântico do discurso se concretiza diversificadamente em uma gama de estruturas

Classificação sócio-cultural do sentimento	Negativa	Triste
Forma como o sentimento é Realizado	Comportamentos	Chorar, sorrir
	Manifestações internas	Ela gosta de chocolate (processo mental)
		Marina é bonita (processo relacional)
Relacionais	Mariana (emoter) é bonita (trigger)	
Gradação de sentimentos	Baixo	Filme bom
	Médio	Filme muito bom
	Alto	Filme excelente
Classificação de sentimentos em 3 grupos	Felicidade/infelicidade	Meu marido está superfeliz com a chegada do bebê

Temos ainda que mencionar outra classificação para o posicionamento de atitude. Trata-se da classificação entre autoral e não-autoral. Classificar o posicionamento de atitude como autoral significa dizer que o autor assume, em seu enunciado, vínculo interpessoal de cumplicidade com o ouvinte/leitor ao tomar a responsabilidade do posicionamento para si. Na segunda possibilidade dessa classificação – não-autoral – o autor não assume a responsabilidade direta pelo posicionamento feito, possibilitando, conseqüentemente, uma maior liberdade na negociação do significado por parte do ouvinte/leitor. A seguir, explicaremos qual o significado e o papel de outro elemento que compõe o posicionamento da atitude: **juízo**.

3.2.3.1.2. Juízo

Martin e White (2005) explicam que juízos classificam-se como estima social e aprovação social. A estima social diz respeito, conforme elucidado anteriormente, a questões de ‘normalidade’, ‘capacidade’ e ‘tenacidade’; a normalidade refere-se ao fato de alguém enquadrar-se dentro de uma faixa de comportamento que coincida com um padrão de comportamento adotado pelos membros do grupo social a que pertence; a capacidade serve para avaliar o quão efetivo alguém é na execução de suas ações/tarefas; e a tenacidade, por sua vez, refere-se ao nível de decisão adotado por certo membro de do grupo na execução de seus objetivos.

Diferentemente, os julgamentos de aprovação social relacionam-se ao conceito de ‘verdade’ – quão sincero alguém é -; e propriedade – quão correto o indivíduo em foco é. Vejamos o próximo quadro, explicativo o conceito de julgamento:

Quadro 2: explicativo para o parâmetro julgamento

PARÂMETRO JULGAMENTO E SUA CLASSIFICAÇÃO		
CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO	SUBCATEGORIA DE CLASSIFICAÇÃO	COMO IDENTIFICAR
Estima social	Normalidade	Ela é especial?
	Capacidade	Ela é capaz?
	Tenacidade	Ela é de confiança
Aprovação social	Veracidade	Ela é sincera
	Propriedade	Ela é correta?

Aqui é importante mencionar que todas essas categorias de classificação estão relacionadas a questões de ética, revelando uma escalaridade, sendo umas mais levadas a sério do que outras, aos olhos da sociedade. Por exemplo, a estima social negativa se apresenta como menos séria, uma vez que, com a ajuda de um analista, o indivíduo negativamente avaliado é capaz de resolver tal desvio social. Caso diferente se dá, por exemplo, com uma aprovação social negativa, pois pode ser comparada com um ato ilegal, demandando, para resolvê-la, a ajuda de um advogado, visto que pode se configurar como uma transgressão.

É oportuno observar, mais uma vez, a conexão entre LSF e a Teoria da Valoração. O trabalho de Halliday (2004) sobre o Modo Oracional, modalidade e metáfora interpessoal são relacionadas com o conceito de valoração, conforme observam Martin e White (2005, p. 54):

Começando com proposições, podemos construir uma série de realizações tanto para possibilidade, como para usualidade e capacidade, que começam com realizações congruentes e alcançando formas metafóricas através do léxico, as quais são fundamentalmente de caráter valorativo.¹⁵

Isto é, o sistema linguístico possibilita a existência de construções nas quais se podem identificar formas mais congruentes de modalidade que se dá pela escolha de estruturas gramaticalmente associadas à probabilidade, habitualidade e capacidade. De outro

¹⁵Beginning with propositions, we can construct a series of realizations for both probability, usuality and capacity which begins with congruent realizations and pushes through metaphorical ones towards lexis which is clearly appraisal in nature.

modo, permite também a existência de construções em que a modalidade incorpora formas lexicais mais metafóricas, que são essencialmente de caráter avaliativo.

Nos termos expostos no parágrafo anterior, faz-se necessário recorrer ao conceito de valoração implícita, explícita e pressuposta, para que seja possível o entendimento de como tais instanciações se manifestam. Desse modo, deve-se considerar que a forma lexicalizada pode ser mais comumente relacionada à valoração explícita; já a forma gramaticalizada deve ser relacionada à valoração pressuposta, dado que não é explícita; e a metáfora interpessoal deverá entrar no conceito de implícita, pois a sua interpretação como valoração é função da interpretação do coenunciador. As duas primeiras, logicamente, já trazem formas mais congruentes, e, conseqüentemente, mais relacionadas ao conceito de valoração em essência. O quadro a seguir fornece uma visão panorâmica do aqui exposto:

Quadro 3: Correlação entre LSF (modalidade) e a Teoria da Valoração (julgamento), Martin e White (2005).

TIPO DE MODALIDADE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FORMA LEXICALIZADA	SIGNIFICADO	TEORIA DA VALORAÇÃO
Modalização	Probabilidade		Provavelmente	É verdade?	Aprovação social (veracidade)
	Habitualidade		Geralmente	É normal?	Estima social (normalidade)
Modulação	Obrigaç�o		Deve	� correto?	Aprova�o social (propriedade)
	Disposi�o	Inclina�o	Disposto a	� de confian�a?	Estima social (tenacidade)
		Habilidade	Capaz de	� capaz?	Estima social (capacidade)

O quadro acima ajuda a entender a rela o entre modaliza o e modula o, evidenciando, por exemplo, que o verbo *dever*   uma forma consagrada de modaliza o (pois expressa probabilidade). Ent o ao dizer *O Brasil deve ocupar uma posi o melhor na pol tica internacional nos pr ximos anos*, tem-se a modaliza o (probabilidade). Mas ao dizer: *O Brasil   provavelmente o pa s onde as autoridades se preocupam menos com a educa o p blica*, tem-se uma forma lexicalizada em que a carga avaliadora de julgamento   mais expl cita do que no primeiro exemplo. A seguir, apresentaremos o significado te rico sobre outro elemento que comp e a **atitude** – a **aprecia o**.

3.2.3.1.3. Apreciação

A apreciação é o terceiro parâmetro de posicionamento de atitude na Teoria da Valoração. Como nos outros casos, o foco de atenção se volta para o objeto da avaliação, e não para o avaliador. Na apreciação, o que está em jogo não é uma avaliação sobre o comportamento social, mas a apreciação da forma, da estética, bem como o modo como o objeto avaliado se apresenta. Desse modo, podem ser submetidos à apreciação objetos, fenômenos naturais e desempenhos.

Martin e White (2005) detectaram em sua pesquisa três tipos de apreciação: reação (diz respeito ao comportamento que o avaliador adota com relação ao objeto avaliado); composição (avaliação sobre o equilíbrio e a complexidade que dado objeto apresenta); e valor (refere-se a quão inovador, original, autêntico o objeto é). O quadro a seguir ajuda o nosso entendimento:

Quadro 4: resumo do parâmetro apreciação (Adaptado de Martin e White, 2005)

PARÂMETRO APRECIÇÃO E SUA CLASSIFICAÇÃO		
CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO	SUBCATEGORIA DE CLASSIFICAÇÃO	COMO IDENTIFICAR
Reação	Impacto	Predeu minha atenção?
	Qualidade	Eu gostei?
Composição/Redação	Equilíbrio	Fez sentido?
	Complexidade	Foi difícil acompanhar?
Valor		Valeu a pena?

Observe-se mais uma vez o grau de filiação da Teoria da Valoração com a LSF no tocante ao parâmetro exposto no quadro acima. Para ‘reação’, as perguntas remetem ao significado interpessoal: *predeu minha atenção? Eu gostei?* Já as perguntas formuladas para ‘composição’ remetem ao significado textual propriamente dito: *faz sentido? Foi difícil acompanhar?* E finalmente a pergunta formulada para o parâmetro ‘valor’ remete ao significado experiencial: *valeu a pena?* Vejamos, então, o parâmetro **apreciação** no quadro a seguir:

Quadro 5: correlação entre apreciação e a LSF

PARÂMETRO DE APRECIÇÃO	METAFUNÇÃO DA LSF
Reação	Significado interpessoal
Composição/redação	Significado textual
Valor	Significado experiencial

A fim de levar a termo nossa pesquisa no que diz respeito à Teoria da Valoração, trabalharemos somente com os parâmetros **atitude** e **engajamento**. Cremos que o aspecto teórico referente a **atitude** já foi suficientemente explanado. A seguir faremos o mesmo com relação ao parâmetro **engajamento**.

3.2.3.2. Engajamento

O engajamento, conforme Martin e White (2005, p. 92) desenvolvem, diz respeito ao posicionamento dialógico adotado pelo autor do enunciado, isto é, a forma com que esse autor interage com outros participantes (outras vozes) do discurso, que podem ser os interlocutores; interlocutores aqui significa outros enunciadores que anteriormente já se manifestaram sobre o assunto focalizado no enunciado cujo posicionamento dialógico nos interessa. Os autores retrocitados fornecem um modelo a fim de registrar e explicar as diferentes possibilidades facultadas pela linguagem no que se refere ao posicionamento dialógico. Esse mapeamento torna possível investigar e entender os efeitos retóricos associados aos diferentes posicionamentos, bem como para explorar o que está em jogo a partir das escolhas, nesse sentido, feitas pelo enunciador. Teoricamente, essa abordagem se coloca numa tradição investigativa que se preocupa em entender o discurso como portador, de uma forma ou de outra, de um caráter posicional ou atitudinal. A esse respeito, os autores se alinham com o pensamento de Stubbs (1996, p. 197) que diz que quando e onde quer que um discurso seja gerado, o autor codifica ali seu ponto de vista. Mas fundamentalmente, a referida linha teórica se filia ao pensamento bakhtiniano, pois incorpora a noção de dialogismo¹⁶ e polifonia, que estabelece ser o discurso invariavelmente composto por um caráter dialógico e heterogêneo.

A referida perspectiva dialógica motiva a investigação de como e em que grau o enunciador, em seu enunciado, aborda enunciadores anteriores a ele dentro da cadeia dialógico em que se insere o seu discurso. Isto é, se o enunciador se alinha ideologicamente

¹⁶ Já discorremos sobre a noção de dialogismo em outra seção.

ou não, ou mesmo se adota uma atitude de neutralidade com as vozes que aparecem em seu enunciado. Concomitantemente, a mencionada perspectiva dialógica também motiva o estudioso a procurar entender o aspecto antecipatório do texto; os sinais que o enunciador fornece ao abordar antecipadamente as respostas dos seus coenunciadores. Assim, procura-se saber se a posição de valor é apresentada como algo que pode ser tomado como definido, certo; se foi direcionado a um interlocutor particular; ou se foi apresentado como algo de alguma forma inusitado, polêmico ou contencioso; ou mesmo se foi apresentado como algo que deve ser questionado ou rejeitado.

O modelo oferecido por Martin e White é destinado a fornecer uma descrição sistemática de como os posicionamentos acima referidos são linguisticamente alcançados. Desse modo, são fornecidos os meios para caracterizar o estilo interpessoal do enunciador, bem como suas estratégias retóricas em função do tipo de pano de fundo heteroglóstico oriundo de outras vozes e pontos de vista alternativos que os enunciadores constroem para seus textos, e também em função do modo com que se associam ao referido pano de fundo.

Mas os autores advertem que esse modelo se estabelece em relação ao significado no contexto, bem como em relação aos efeitos retóricos, mais do que em relação às formas gramaticais. Consequentemente, esse modelo é composto por uma seleção de locuções lexical e gramaticalmente diversas, pois elas operam no sentido de situar o enunciador com respeito às posições de valor referenciadas no texto, e também com relação ao pano de fundo configurado por opiniões alternativas, pontos de vista e julgamentos de valor em contraste com os quais os textos operam. Nestes termos, as referidas seleções incluem itens lexicais que tradicionalmente têm sido abordados no campo da modalidade, polaridade, evidencialidade, intensificadores, atribuição, concessão e consequencialidade. Assim, o referido modelo agrupa, sob a classificação de engajamento, todas as locuções que propiciam as condições para que a voz do autor possa se posicionar com relação às outras vozes e posicionamentos alternativos considerados em jogo no interior do contexto enunciativo em curso. Além de tudo, esse agrupamento inclui itens semânticos tradicionalmente classificados como *hedges*, *downtoners*, *boosters* e intensificadores, como, por exemplo, *somewhat*, *slightly*, *rather*, *very*, *entirely* e *sort of/kind of*, *true/pure*¹⁷. Para Martin e White (2005, p. 94), dentro da noção de engajamento, esses itens lexicais são classificados no interior da noção de **gradação**. Essa classificação justifica-se pelo fato de que são mecanismos pelos quais o enunciador gradua, seja a força do discurso, seja o foco da categorização através da qual os itens semânticos são

¹⁷ Um pouco, levemente, de preferência, inteiramente, tipo, verdadeiro, puro (tradução nossa)

identificados. Assim, interessa saber como as referidas locuções, sob a classificação de **gradação**, exercem um papel dialógico no que se refere ao enunciador apresentar-se mais ou menos identificado com a posição de valor apresentada no texto, e, dessa forma, situar-se com relação às comunidades de valores compartilhados e crenças associados com tais posicionamentos.

O posicionamento dialógico, lembramos, é uma das três colunas que sustentam a Teoria da Valoração. Mas o posicionamento dialógico se consubstancia no que os autores chamam de engajamento (envolvimento, para alguns tradutores). A noção de engajamento encapsula a forma com que o autor veicula seu posicionamento de valor no interior do seu enunciado, que pode apresentar-se mais ou menos explícito.

Na prática, o engajamento tem sua expressão linguística nos seguintes recursos: mitigação, modalidade, projeção, entre outros. Assim, Martin e White (2005, p. 97-98) identificam tipos e subtipos de recursos linguísticos evidenciadores de engajamento. Esses recursos tornam possível a interação do autor com outras vozes e posicionamentos apresentados em um mesmo contexto comunicativo, a depender da intenção do enunciador em se responsabilizar pelo posicionamento de valor que constrói em seu enunciado, ou imputar essa responsabilidade a outrem.

Concretamente, o posicionamento dialógico se decompõe em dois elementos, nomeadamente, expansão, ou contração dialógica, e vocalização externa ou interna. Para o primeiro elemento, interessa-nos saber que recursos linguísticos são utilizados dentro do contínuo contração-expansão dialógica. Por exemplo, se o enunciador dialoga com os participantes do discurso, podemos falar de expansão dialógica. Contrariamente, se o enunciador exclui ou reduz outras possibilidades de interpretação, podemos falar de contração dialógica. Já o segundo elemento, a vocalização externa ou interna, possibilita entender a quem pertence a voz da autoridade consubstanciada no interior do enunciado: se é a voz do enunciador que detém a autoridade sobre o que é dito, ou se a voz de alguém que não a do próprio enunciador. Vejamos o quadro a seguir para uma visão panorâmica do que foi dito acima:

Quadro 6: elementos componentes do posicionamento dialógico.

PARÂMETROS DE POSICIONAMENTO DIALÓGICO		EXPLICAÇÃO
EXPANSÃO DIALÓGICA		Diálogo entre os participantes do discurso.

CONTRAÇÃO DIALÓGICA		Ausência ou minimização de diálogo entre os participantes do discurso
VOCALIZAÇÃO	INTERNA	Autoridade de argumentação atribuída a fontes internas
	EXTERNA	Autoridade de argumentação atribuída a fontes externas

No sentido do exposto acima, quanto mais o enunciador abre a possibilidade de diálogo com outras vozes que se pronunciaram acerca do tema que o enunciado aborda, mais rico e mais preeminente será o caráter dialógico do seu enunciado. Contrariamente, quanto mais fechado ao diálogo (com outras vozes), mais pobre e abrandado será o caráter dialógico do seu texto. Nas palavras de Amorin (2001, p. 140), “a anulação do adversário [outra voz além da aural] anula também a esfera dialógica que garante a vida da palavra”. Nesses termos, os recursos de engajamento, conforme Martin e White (2005), são ferramentas dialógicas, pois permitem ao enunciador engajar-se em negociação de posicionamento de valor, podendo tal negociação ser mais ou menos explícita, com outras vozes, ou posicionamentos, presentes no seu enunciado.

Expusemos acima as bases teóricas que nos permitirão com segurança fazer o levantamento dos dados e sua conseqüente análise que nos possibilitarão defender a tese de doutorado que formulamos. Explicaremos, a seguir, a metodologia que utilizaremos para que nossa pesquisa seja levada a termo.

3.2.3.3. Conclusão

No presente capítulo, apresentamos os elementos teóricos que possibilitaram a categorização do *corpus* com que trabalhamos. As bases teóricas apresentadas aqui cobrem as formas que o enunciador utiliza para se reportar ao texto-base e também as formas que ele utiliza para se manifestar como subjetividade. Lembramos que todas as categorias elencadas no presente trabalho se relacionam com o enunciador, o coenunciador, a relação estabelecida entre estes via recursos linguístico-discursivos e o meio sócio-ideológico em que se insere a mencionada relação. No capítulo que segue, apresentaremos os procedimentos metodológicos que utilizamos na presente tese.

IV

METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a descrever os instrumentos e procedimentos metodológicos com os quais empreendemos a tarefa investigativa que nos permitirá comprovar a hipótese geral inicialmente formulada. Ao lado disso, reconhecemos a necessidade de explicar a terminologia centralmente constituinte das ações descritivas e interpretativas necessárias à consecução do presente trabalho de pesquisa.

4.1. Do corpus

Nosso *corpus* será constituído de 153 cartas enviadas ao editor da revista norte-americana *Newsweek*. As cartas ao editor foram colhidas em 29 edições sequenciadas dentro do intervalo temporal compreendido entre 1º de agosto de 2011 e 13 de fevereiro de 2012. Os textos a que as cartas se reportam (artigo, entrevista, notícia ou reportagem) também serão usados na ocasião da nossa análise com o propósito imprescindível de avaliar e entender o jogo dialógico-interacional existente.

A decisão de coletar as cartas ao editor da revista *Newsweek* foi motivada pelo fato de a referida publicação ter um alcance internacional. A revista é organizada em seções: NEWSBEAST, FEATURES, PLUS e OMNIVORE. Cada seção é dividida em subseções que procuram enquadrar os mais diversos aspectos da sociedade humana moderna. A seção NEWSBEAST, por exemplo, divide-se em PERISCOPE, NOTEBOOK, INTERNATIONAL, PERSON OF INTEREST, CRIME COMPASS, MY TURN, TECH E REPORTER AT LARGE. No entanto, a presença das subseções não é constante, podendo haver variações de uma edição para a outra. O alcance internacional que tem a revista *Newsweek* a torna um interessante campo de estudo para testar as hipóteses que formulamos sobre o grau de responsividade/responsabilidade de um texto. Leitores do mundo todo enviam suas impressões e críticas acerca dos textos publicados pela revista. Os textos, tanto das cartas quanto os autorizados pelos profissionais da publicação, são sempre escritos em Língua Inglesa, uma língua compartilhada internacionalmente, o que nos permitirá evitar aspectos exclusivamente culturais relacionados ao uso da referida língua por um nativo. Assim, as categorias que elegemos como importantes poderão ser estudadas como resultado do uso universal da linguagem humana. Além do mais, poderemos detectar os interesses dos leitores no âmbito internacional com respeito aos temas abordados pela publicação. Este aspecto é

importante como ponto de partida para o estudo do componente ideológico encontrado nas cartas e nos textos autorizados pelos jornalistas da *Newsweek*.

As cartas enviadas ao editor da *Newsweek* são reunidas em uma seção denominada *Letters* que aparece sempre entre as cinco primeiras páginas de cada edição. A seção sempre traz uma foto da capa da edição a que as cartas estão relacionadas, mas podemos encontrar uma ou duas cartas referentes a uma edição diferente da indicada. As cartas são publicadas em subgrupos que se subordinam sempre ao texto a que se reportam. Invariavelmente, uma carta estará sempre conectada a um texto, que chamamos de texto-base (artigo, reportagem, entrevista ou notícia). No final do espaço destinado às missivas, há um espaço especial intitulado *Letter of the week*, que destaca uma carta eleita como destaque entre as outras. A revista exige que as cartas sejam enviadas com a identificação do autor e o seu lugar de origem – país e estado. Ao lado do nome do leitor missivista, temos observado, de modo aleatório, a presença de uma identificação a mais, muitas vezes relacionada à qualificação que o leitor missivista possui para falar do assunto que aborda em sua carta. Há também a possibilidade de o missivista acrescentar alguma identificação outra feita no corpo da carta. Destacamos, ainda, que cada carta, ou grupo de cartas, aparece sempre antecedido do título do texto referido pela missiva, ou missivas.

É importante destacar que a heterogeneidade da origem dos leitores que escrevem ao editor da *Newsweek* é um elemento de grande importância para o estudo sobre o grau de responsividade/responsabilidade que precisamos levar a termo. A origem homogênea dos leitores não nos permitiria separar aspectos relacionados à cultura que embaçariam a observação adequada do fenômeno da responsividade/responsabilidade em seus contornos verdadeiros. Diante da amplitude da origem dos leitores da *Newsweek*, poderemos ter a segurança que estaremos aplicando as categorias com que trabalharemos em um *corpus* eminentemente universal. Esta característica é de vital importância, especialmente para o estudo do componente ideológico identificado nos textos.

No que diz respeito à origem dos leitores missivistas, estabelecemos uma divisão que consideramos útil, pois a necessidade de verificação objetiva do alcance da revista *Newsweek* impõe um mapeamento preciso da origem dos leitores que enviam cartas à publicação. Nestes termos, dividimos os leitores missivistas em três grupos distintos: os missivistas oriundos de países desenvolvidos, os provenientes de países em desenvolvimento e os que escrevem do país onde está sediada a revista – os Estados Unidos. Obviamente o grupo que escreve dos Estados Unidos também pertence ao um país desenvolvido, mas

arrazoamos ser necessário separar os leitores oriundos dos Estados Unidos, pois tal classificação nos permite avaliar alguns fatores como o tipo de interesse dos leitores americanos, o tratamento ideológico dado aos assuntos e a importância que tem a *Newsweek* dentro do seu país de origem. Estes aspectos servirão de apoio à análise qualitativa que vamos empreender, além de fornecer elementos puramente quantitativos. Sabemos que não podemos desprezar o uso do recurso ideológico por parte de uma nação dominante no mundo como é o caso dos Estados Unidos. Nestes termos, a origem do leitor nos permitirá observar com mais segurança uma abordagem ideológica da parte de algum leitor relacionada à esfera da manipulação ideológica.

Outro fato relacionado à esfera contextual em que se inserem as cartas enviadas à publicação é o canal. Para Bronckart (2003), o canal é o meio pelo qual o gênero chega ao seu destinatário. A revista *Newsweek* – seja ela impressa ou digital – é ao mesmo tempo o canal e o veículo por meio de que as cartas alcançam os contornos do gênero e cumprem os objetivos da comunicação. A propósito, o interlocutor do enunciado da carta se apresenta também como um aspecto contextual que não deve ser ignorado. Este primariamente pode ser o editor, mas há outras possibilidades de interlocução, muitas vezes designadas pelo próprio missivista como os outros leitores e o próprio articulista. Mas o enunciador da carta pode não designar o seu coenunciador, deixando-o implícito, o que pode funcionar como uma estratégia argumentativa. Lembramos que a função coenunciador pressupõe a existência do enunciador. Este se configura também como um elemento contextual que contribui fundamentalmente para as feições do gênero cartas ao editor. O enunciador da carta é a fonte geradora do enunciado que compreende uma intervenção motivada na existência do texto-base. A carta é enviada ao editor com o intuito de elogiar, criticar, acrescentar informação ou mesmo corrigir algum equívoco que o leitor missivista identifique como tal. Destacamos que o missivista é a figura central de nossa pesquisa, visto que é o texto que ele produz o ponto de partida de nossa investigação sobre o grau de responsividade/responsabilidade que hipotetizamos existir na carta. Então, o alcance que tem a revista *Newsweek* no mundo se confunde com o perfil de seus leitores, não só de um ponto de vista quantitativo, mas qualitativo também.

Por último, não podemos desconsiderar o caráter eminentemente intertextual das cartas ao editor enviadas à mencionada publicação. Como já destacamos, as cartas publicadas pela *Newsweek* são sempre uma resposta a determinado texto-base apresentado por ela. Assim, o leitor missivista não escolhe um assunto estranho a qualquer das edições da publicação. Neste sentido, é importante observar que formas de intertextualidade são

escolhidas com o objetivo de se reportar ao texto-base a que a missiva responde. No entanto, pela possibilidade de edição das cartas por parte da publicação, calculamos que esta função possa ser, pelo menos parcialmente, sacrificada, uma vez que em muitos casos não teremos o texto na íntegra conforme concebido pelo seu criador.

Os aspectos aqui mencionados constituem o perfil contextual do gênero cartas ao editor nos moldes fornecidos pela revista *Newsweek*. A contextualização aqui feita atende à necessidade de apresentar com clareza os parâmetros a serem considerados em nossa investigação. A seguir, apresentaremos os instrumentos os quais deveremos utilizar.

4.2. Dos instrumentos

Esta pesquisa será tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa. Para a análise quantitativa, usaremos o software SPSS (*Statistical Program for Social Science*) for Windows, versão 7.5, um programa de computador que faz análise estatística de dados de uma tabela, com variáveis e categorias definidas pelo usuário, oferecendo desde a frequência simples numérica e/ou percentual, cruzamento de dados até testes inferenciais.

Além desse instrumento para análise quantitativa, usaremos uma ficha de pesquisa que nos auxiliará na análise qualitativa. A ficha, abaixo exposta, contém os seguintes dados:

Ficha para leitura de cada carta

Carta nº	
1. Revista _____	2. Edição _____
4. Artigo Referido _____	
5. Tipo de remissão _____	6. Tipo de leitor _____
7. Resposta do editor _____	8. Temática da carta _____
9. Natureza da carta: () contributiva () laudatória () depreciativa () corretiva () sugestiva mista	
10. Identificação do leitor: () presente: _____ () ausente	
11. Coenunciador: () editor () articulista () outros leitores () genérico	
12. Marcas de subjetividade: () advérbios modalizadores () adjetivos modalizadores () verbos de julgamento () uso de pronomes () outros () ausentes	
13. Foco da remissão: () conteúdo relatado () tratamento do assunto () misto	
14. Atitude: Afeto () positivo () negativo; Julgamento () estima social () sanção social; Apreciação () reação () composição () valor	
15. Engajamento: () monoglóssico () heteroglóssico	
16. Modo de Operação da Ideologia Identificado _____	
17. Referência a manipulação ideológica () sim () não	

Ficha modos de operação da ideologia

Modos de Operação da Ideologia - Carta N° _____

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> legitimação por racionalização | <input type="checkbox"/> legitimação por universalização |
| <input type="checkbox"/> legitimação por narrativização | <input type="checkbox"/> dissimulação por deslocamento |
| <input type="checkbox"/> dissimulação por eufemismo | <input type="checkbox"/> dissimulação por tropo |
| <input type="checkbox"/> unificação por padronização | <input type="checkbox"/> fragmentação |
| <input type="checkbox"/> reificação | <input type="checkbox"/> <i>misto</i> <input type="checkbox"/> <i>não se aplica</i> |

Obs: _____

4.3. Do tratamento dos dados e dos procedimentos

Primeiramente, digitalizaremos todas as cartas selecionadas e preencheremos as fichas de pesquisa para cada carta lida e analisada, com os dados básicos. Em seguida, remetemo-nos ao texto referido pela carta, a fim de avaliarmos outros dados qualitativos. Terminada essa fase de organização dos dados, analisaremos cada carta quanto a fatores estruturais e sócio-interativo-funcionais, descritos a seguir.

4.3.1. Natureza da carta

A categoria natureza da carta se relaciona à Valoração e visa analisar a relação entre esta categoria e as demais categorias. Apresenta os seguintes parâmetros, propostos por nós (CARDOSO, 2005):

- a) ***contributiva***: a carta acrescenta informação ao texto referido.
- b) ***laudatória CR*** (conteúdo relatado): dá-se quando a carta elogia o conteúdo relatado pelo texto.
- c) ***laudatória TA*** (tratamento do assunto): ocorre quando a carta elogia o tratamento do assunto oferecido pelo texto da revista.
- d) ***laudatória TACR***: é uma mistura dos tipos (b) e (c), ou seja, ocorre quando a carta elogia ao mesmo tempo o conteúdo relatado e o tratamento do assunto.
- e) ***depreciativa CR***: trata-se de carta que deprecia o conteúdo relatado pelo texto da revista.

- f) *depreciativa TA*: dá-se quando a carta deprecia o tratamento dado ao assunto pela revista.
- g) *depreciativa TACR*: a carta deprecia o tratamento dado ao assunto pela revista e o conteúdo relatado.
- h) *sugestiva CR*: a carta faz uma sugestão sobre o conteúdo relatado pelo texto da revista.
- i) *sugestiva TA*: trata-se de carta que sugere um determinado tratamento ao assunto abordado pela revista.
- j) *sugestiva TACR*: há sugestão de um determinado tratamento ao assunto e, ao mesmo tempo, de um determinado conteúdo.
- k) *corretiva CR*: a carta faz correções ao conteúdo relatado pelo texto da revista.
- l) *corretiva TA*: a carta faz correções ao tratamento do assunto no texto da revista.
- m) *corretiva TACR*: faz correções ao conteúdo relatado pelo texto da revista e ao tratamento do assunto.
- n) *mista*: há uma combinação qualquer dos tipos anteriores, como em casos em que a carta é ao mesmo tempo depreciativa e sugestiva.

4.3.2. Temática das cartas

A variável temática das cartas diz respeito à manifestação da ideologia. Nosso interesse é verificar qual a temática mais recorrente e de que modo a temática se relaciona com o grau de responsabilidade/responsividade da carta. Esta categoria será refinada no decorrer na análise. Inicialmente, propomos as seguintes temáticas: (a) cotidiano; (b) política; (c) político-moral; (d) economia.

4.3.3. Tipo de remissão

Avalia a intertextualidade, traço marcante do gênero carta ao editor e visa analisar de que modo o tipo de intertextualidade está ligado ao grau de responsividade. A base teórica que utilizaremos em nossa análise encontra-se em Maingueneau (1997), baseado, por sua vez, em Authier-Revuz (cf. CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004). Adaptamos os tipos de remissão propostos pelos autores, devido à especificidade de nosso *corpus*. Desse modo, as formas de intertexto que retomam o texto-base no enunciado da carta apresentam as seguintes variantes:

- a) **excerto**: ocorre quando o leitor transcreve literalmente um trecho do texto aludido.

- b) **paráfrase**: é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro. De modo geral, a paráfrase exige uma continuidade semântica entre os dados que ela aproxima.
- c) **alusão ao tema**: remissão do texto por mera alusão ao tema, sem citações nem paráfrases.
- d) **referência ao título**: remissão por citação literal do título do texto.
- e) **negação**: remissão em que há duas proposições, uma primeira que afirma e uma outra que a nega.
- f) **pressuposição**: remissão em que o conhecimento do texto original é dado como pressuposto.
- g) **ironia**: remissão em que há uma espécie de subversão entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor, o que provoca certa ambiguidade.
- h) **palavras entre aspas**: a expressão aspeada é ao mesmo tempo usada e mencionada, dependendo, conseqüentemente, da conotação autonímica.
- j) **discurso indireto livre**: o enunciado não pode ser atribuído nem a um nem ao outro, e não é possível separar no enunciado as partes que dependem univocamente de um ou de outro.
- l) **discurso indireto**: aquele que cita faz uso de suas próprias palavras para citar outrem, ele reformula seus propósitos.

4.3.4. Resposta ao leitor

Relacionada à questão do dialogismo e da intertextualidade, visa testar se se estabelece uma relação de diálogo entre leitor e editor, através da resposta deste em número subsequente da revista. Contará, assim, com duas variantes: (a) presença de resposta do editor; (b) ausência de resposta do editor.

4.3.5. Identificação do leitor

Esta categoria visa construir um perfil do leitor da revista que mais faz uso do gênero e avaliar a relevância discursiva da identificação dada pelo próprio leitor. Vale ressaltar que esta identificação é opcional em *Newsweek*. Portanto, a análise desta variável será essencialmente qualitativa.

4.3.6. Tipo de leitor

Esta variável servirá para verificar eventuais diferenças de comportamento discursivo no que diz respeito às relações de poder. Terá quatro variantes: (a) **leitor norte-**

americano; (b) **leitor estrangeiro de país desenvolvido** (c) **leitor estrangeiro de país em desenvolvimento**.

4.3.7. Marcas de subjetividade

Esta variável pretende analisar se a presença de marcas de subjetividade altera o grau de responsividade/responsabilidade do enunciado da carta. Propomos as seguintes categorias, já apresentadas, em linhas gerais, no referencial teórico: (a) advérbios modalizadores; (b) adjetivos modalizadores; (c) verbos de julgamento; (d) uso de pronomes.

4.3.8. Referência ao coenunciador

Analisamos se a carta faz referência ao coenunciador e, em caso positivo, qual o tipo de coenunciador. Terá quatro possibilidades: (a) **editor**; (b) **articulista**; (c) **outros leitores da revista** e (d) **genérico**, quando o missivista alude genericamente a coenunciadores possíveis. Nosso intento com esta variável foi avaliar se esta referência se relaciona a estratégias argumentativas empregadas pelo autor da carta e se altera o grau de responsividade/responsabilidade que já explicamos.

4.3.9. Ideologia e alienação

Analisamos de que modo o sistema de crenças e a alienação se revelam no discurso das cartas, sendo legitimados, dissimulados, unificados, fragmentados ou reificados. Baseamo-nos, principalmente, em Thompson (2009), já referido, que nos fornece as seguintes categorias de análise: (a) **legitimação por racionalização**; (b) **legitimação por universalização**; (c) **legitimação por narrativização**; (d) **dissimulação por deslocamento**; (e) **dissimulação por eufemismo**; (f) **dissimulação por tropo**; (g) **unificação por padronização**; (h) **unificação por simbolização da unidade**; (i) **fragmentação** (j) **reificação**.

4.3.10. Valoração

Com base na Teoria da Valoração de Martin & White, analisamos o conjunto de textos quanto às categorias: (1) **atitude: afeto; julgamento: estima social, sanção social; apreciação: reação, composição, valor; engajamento: monglössico ou heteroglössico**.

4.3.11. Posição ideológica leitor/editor

Essa variável testou a relação entre a posição ideológica e o grau de responsividade. Terá como categorias: (1) **disjuntiva**, quando o leitor discordou ou corrigiu a posição da revista/articulista; e (2) **conjuntiva**, quando o leitor concorda ou elogia a posição da revista/articulista.

Após a categorização de cada ocorrência, conforme os fatores descritos, fizemos a análise quantitativa, a fim de verificarmos a frequência de determinadas categorias e observarmos possíveis influências de determinadas categorias sobre outras, com o fim de propor uma escala de responsividade.

A escala de responsividade/responsabilidade baseou-se nas variáveis já expostas consideradas do seguinte modo:

Quadro 7: Grau de responsividade/responsabilidade das cartas ao editor

Propriedade	Alta	Baixa
Posição ideológica	Disjuntiva	Conjuntiva
Modos de operação da ideologia	Presente	Ausente
Referência à manipulação ideológica	Presente	Ausente
Marcas de subjetividade	Presente	Ausente
Coenunciador	Presente	Ausente
Forma de intertextualidade remissiva	Marcadas textualmente	Não-marcadas
Relação de poder	Assimétrica	Simétrica
Atitude	Afeto e sanção social	Estima social e apreciação
Engajamento	Monoglóssico	Heteroglóssico

Conclusa a análise quantitativa, partimos para a análise qualitativa, a fim de interpretar, à luz da teoria, os resultados numéricos. Valemo-nos, nesta análise qualitativa, especialmente, de Fairclough (2001) e Foucault (1986; 1996). Para questões específicas, de Maingueneau (1997, 2001) e Bakhtin (1986) para a intertextualidade. Para a questão da valoração, de Martin & White (2005). Para a questão da ideologia, valemo-nos de Althusser (1980) e Thompson (1995). Para análise dos recursos linguísticos, buscamos apoio na Linguística Funcional, especialmente, em Halliday (2004) e Neves (2006). Analisamos detidamente cada um dos textos, buscando desvendar a relação entre os recursos estruturais e sócio-interativo-funcionais e a linha argumentativa usada pelo leitor na carta, avaliando os variados efeitos de sentido na busca de equilibrar as relações de poder.

ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

No presente capítulo faremos uma análise dos resultados. Analisamos 153 cartas colhidas da revista *Newsweek* dentro do período de setembro de 2011 a fevereiro de 2012. Estas foram numeradas de 1 a 153, sendo que cada carta possui um número adicional que remete ao mês e ao ano da edição em que a carta foi publicada. Estas categorias, em seu conjunto, possibilitarão que cheguemos ao grau de responsividade/responsabilidade identificável em cada carta do *corpus*.

No presente capítulo analisaremos, com a necessária exemplificação, os seguintes elementos: a natureza da carta; o tipo de remissão; o fato subjetividade, que envolve a identificação do leitor, o tipo de leitor, as marcas de subjetividade e a teoria da valoração; a ideologia, que compreende os modos de operação da ideologia, a referência à manipulação ideológica, e a posição ideológica. Estas categorias relacionam-se às hipóteses que formulamos inicialmente para a escalaridade responsiva no interior da relação dialógica entre texto-base e carta. Com o fito de facilitar a compreensão, forneceremos explicações mais detalhadas na ocasião da análise de cada categoria acima apresentada.

5.1. Natureza da carta

Uma das variáveis que compõem nossa análise é a **natureza da carta**. Assinalamos que esta variável é de importância especial, pois está diretamente relacionada à hipótese central de nossa tese. Nela defendemos que há uma escalaridade responsiva que varia entre 0 e 9, o que significa dizer que cada enunciado, notadamente o enunciado da carta ao editor, guarda um grau de responsividade/responsabilidade dado por diversos fatores. A natureza da carta expressa o grau de disjunção e conjunção que o leitor estabelece com o texto-base veiculado pela publicação. Esta variável constitui nos extremos o grau de conjunção e disjunção que o leitor estabelece com o texto-base veiculado pela publicação. Assim, no extremo da disjunção tem-se as cartas cuja natureza é depreciativa, e no outro extremo tem-se as cartas cuja natureza é laudatória. No meio desses extremos situam-se as cartas de natureza contributiva, corretiva e sugestiva. Chamamos a atenção para o fato de que as missivas de natureza contributiva, corretiva e sugestiva não trazem, necessariamente, em si mesmas um valor que possa se aproximar da natureza depreciativa ou laudatória, sendo imprescindível analisar cada carta com relação a essas naturezas intermediárias. Contudo,

aprioristicamente, podemos adiantar que as cartas de natureza corretiva tendem a ser disjuntivas e as cartas de natureza contributiva tendem a ser conjuntivas, ficando as cartas de natureza sugestiva em uma posição neutra entre os citados extremos. Assim, uma vez classificada a carta quanto à natureza, necessário se faz analisá-la, a fim de classificá-la como conjuntiva ou disjuntiva.

Pela tabela abaixo, que organiza em termos de percentual a categoria natureza da carta, pode-se ver que as cartas de natureza contributiva detêm o maior percentual, 49,7%. As cartas de natureza sugestiva ficam no outro extremo dessa relação, perfazendo um percentual de 0,7%. Dentro desses extremos de frequência, situam-se as cartas de natureza laudatória, 17,6%, depreciativa, 20,3% e corretiva, 11,8%. Observe-se o quadro que segue:

Tabela 1 — Natureza da Carta

Natureza	Nº	%
Contributiva	76	9,7
Laudatória	27	7,6
Depreciativa	31	0,3
Corretiva	18	1,8
Sugestiva	1	0,7
Total	153	100

Conforme já esclarecemos, o percentual em si referente à natureza da carta não revela o suficiente sobre o fator responsividade, fazendo-se necessário avaliar qualitativamente cada carta, considerando outras categorias que no conjunto possibilitarão uma análise confiável, a fim de confirmar nossa hipótese. O fato, por exemplo, de se ter uma maior percentual de cartas de natureza contributiva, apenas revela que, no conjunto, os temas suscitaram uma abordagem mais conjuntiva dos temas abordados pelos artigos publicados pela revista, ao passo que a análise qualitativa das cartas de natureza sugestiva poderá nos mostrar por que justamente essas cartas, pela consideração de outras categorias, revelam um teor responsivo mais ou menos contundente. A maior frequência de cartas de natureza contributiva pode resultar de diversos fatores. Entre eles podemos citar as temáticas, a origem

do leitor, a escolha de estratégias de argumentação, a obediência a regras de polidez, entre outras.

Paralelamente, pode-se observar que o segundo maior percentual de cartas é composto por missivas de natureza depreciativa (20,3%). Isso mostra que a motivação para contestar algo no texto-base se apresenta como um fator relevante na geração e envio de missivas. No entanto, as cartas cuja natureza é laudatória seguem de perto as de natureza depreciativa (17,6%), mostrando que em termos de motivação há certo equilíbrio, embora não possamos generalizar nossa observação, pois a natureza da carta depende de fatores circunstanciais, como a abordagem de certos temas relacionados à própria ideologia expressa pela revista, por exemplo. O *corpus* colhido para a análise feita na dissertação de mestrado em Cardoso (2005), por exemplo, refletia uma conjuntura composta por uma situação de conflito entre Estados Unidos e países de religião muçulmana, como o Afeganistão. Tal conjuntura ensejou e possibilitou uma abordagem frequente de temas polêmicos, fato que, para nós, ajuda a explicar uma maior incidência de cartas de natureza depreciativa. Com base em elementos como este, somos levados a afirmar que o referido equilíbrio entre o percentual de cartas de natureza depreciativa e laudatória não pode ser considerado um fator definidor nem do gênero, nem elucidativo das motivações que impelem os leitores a escreverem para a publicação. Desse modo, devemos advertir que a relação entre esses percentuais pode mudar de acordo com o período em que o *corpus* foi colhido. Mostraremos a seguir exemplos de cartas que apresentam as possibilidades anteriormente mencionadas para a natureza da carta.

Conforme dissemos, as cartas de natureza contributiva perfazem o maior percentual, com 49,7% do total de cartas. A carta de número 01 é de natureza contributiva. Vejamos com mais detalhes a referida carta:

(01) A China e a Arábia Saudita estão entre os poucos países ricos onde um trilhão de dólares extra pode ser disponibilizado ao FMI. Beijing deseja permanecer desobrigado, e Riyadh prefere gastar dinheiro incrementando a sua área militar. Não há nenhuma solução amistosa às mãos. Enquanto as economias ocidentais mantêm-se encolhendo, o que Christine Lagarde propõe parece inatingível a curto prazo.¹⁸

¹⁸ As traduções das cartas aqui apresentadas foram feitas de forma livre pelo autor.

*Mencius Ding, Beijing, China*¹⁹

(01.0212)

À primeira vista, esta carta nos leva a pensar que foi possivelmente editada, pois o assunto é abordado imediatamente, sem nenhuma introdução ou mesmo referência concreta ao texto que motivou a escrita da carta. É de natureza contributiva porque oferece uma curta análise sobre a política internacional da China e da Arábia Saudita, observando em primeiro plano que ambos são países ricos. Apesar disso, o leitor missivista ressalta que a China prefere não firmar compromisso com o FMI, enquanto a Arábia Saudita mostra preferência por fazer investimento em sua área militar. A natureza contributiva desta carta se circunscreve ao fato de que o leitor missivista oferece uma contribuição, não só por apresentar informações relevantes, mas também por avaliar o conteúdo do texto-base, fazendo referência à articulista, Christine Lagarde – *o que Christine Lagarde propõe parece inatingível a curto prazo*. O cunho avaliativo da carta é assegurado pelo termo *appears*, possibilitando-nos interpretar que o leitor missivista não oferece segurança absoluta sobre a observação que faz. O caráter avaliativo aqui expresso recebe reforço da expressão, *within the short term*, indicando que o projeto apresentado pela articulista pode ser bem sucedido a médio e/ou a longo prazos. Podemos acrescentar ainda que a natureza contributiva da carta baseia-se no fato de que o leitor missivista não elogia, mas também não oferece uma crítica frontal ao conteúdo do texto-base, visto que relaciona a sua avaliação a certa condição diretamente relacionada ao fator tempo.

As cartas de natureza depreciativa no *corpus* analisado perfazem o segundo maior percentual, 20,3%. Mesmo quando comparado a outros índices, este percentual não nos fornece segurança para afirmar que o gênero cartas ao editor é fortemente marcado por uma necessidade de contraposição na cadeia discursiva. Conforme já analisamos, esses índices variam de acordo com a temática e com o grau de interesse que dado tema suscita nos leitores, não só pelo tema em si, mas também pela forma como esse tema é abordado efetivamente. Não se pode esquecer também que o corpo editorial da revista *Newsweek* não é composto por

¹⁹ *China and Saudi Arabia are among the few cash-rich countries where an extra trillion dollars could be made available for the IMF. But Beijing wants to remain noncommittal, and Riyadh prefers to spend money on beefing up its military. There just isn't any amicable solution on hand. While western economies keep shrinking, what Christine Lagarde has proposed appears unachievable within the short term. (01.0212)*

membros absolutamente neutros aos interesses geopolíticos do país em que a revista encontra-se sediada – os Estados Unidos. Neste sentido, podemos até prever uma polarização entre a visão dos leitores oriundos de países cujos interesses internacionais não se alinham com os interesses norte-americanos e a visão expressa em determinado artigo ou reportagem publicado pela *Newsweek*. Analisemos, então, uma carta cuja natureza é depreciativa.

A carta de número 04 é o primeiro exemplo de carta depreciativa encontrado no *corpus*. Como na carta anterior, a missiva em foco também apresenta pistas que nos levam a pensar que ela foi editada, provavelmente com o propósito de torná-la mais objetiva, pois o texto nos remete diretamente ao assunto: a análise de Peter Beinart acerca do processo de eleição israelense. É interessante observar também que o leitor missivista escreve da Carolina do Norte e não de Israel, como se poderia esperar de um leitor missivista que se opõe a um texto que, segundo ele, insulta a cultura judaica. Na verdade, o que é ofensivo para o leitor, segundo se constata pela leitura da carta, é que Peter Beinart, o articulista, faz uma mistura entre as perspectivas liberal, ateuista e secularista no que diz respeito ao padrão de eleição israelense. A carta em análise tem sua transcrição logo abaixo.

(02) A combinação de liberal, ateuista e secularista na análise de Peter Beinart acerca dos padrões de voto judeus é um insulto. Os judeus abandonam a religião quando valorizam educação, apoiam a expansão dos direitos civis e direitos de votar, e acreditam na integridade de contratos sociais entre o governo e os sindicatos? Não, eles estão tentando cumprir preceitos fundamentais da sua religião quando apoiam a igualdade e se opõem à discriminação e à guerra.²⁰

Fred Schachat, Durham, North Carolina

O leitor missivista explica, elegendo como seu interlocutor o próprio articulista, que o comportamento dos judeus em relação a questões sociais e políticas se deve à busca de cumprir preceitos fundamentais de sua religião. A contra argumentação se concretiza em termos de perguntas que o missivista faz ao seu interlocutor, para finalmente deixar claro que

²⁰ *The conflation of liberal, atheist, and secularist in Peter Beinart's analysis of Jewish voting patterns is insulting. Have Jews abandoned religion when they value education, support expanding civil and voting rights, and believe in the integrity of social contracts between people and government, labor and corporations? No, they are trying to fulfill fundamental precepts of their religion when they support equality and oppose discrimination and war. (04.0212)*

o comportamento adotado, e alvo da crítica do articulista, fundamenta-se em princípios religiosos. O teor depreciativo da carta se mostra evidente pela frase: *A combinação de liberal, ateuista e secularista na análise de Peter Beinart acerca dos padrões de voto judeus é um insulto*. O que representa um insulto na concepção do missivista é justamente a tentativa de colocar na mesma esfera, ou seja, de uniformizar e apresentar como sendo da mesma natureza as perspectivas liberal, secularista e ateuista. Podemos notar também que a afirmação que caracteriza a carta como depreciativa é cercada por um esforço argumentativo para demonstrar o equívoco cometido por parte do jornalista Peter Beinart. A frase final responde a pergunta de teor argumentativo feita pelo missivista, fechando a argumentação: *Não, eles estão tentando cumprir preceitos fundamentais da sua religião quando apoiam a igualdade e se opõem à discriminação e à guerra*. A próxima carta exemplificará a natureza laudatória, cujo percentual é o terceiro maior – 17,6%.

Neste tipo de carta, o leitor missivista escreve para o editor da revista com o intuito de elogiar dado artigo ou reportagem publicado. É relevante dizer que o objeto do elogio pode ser também a forma como determinado tema foi abordado, ou mesmo a escolha de determinado tema. Podemos observar também que o expressivo percentual de cartas cuja natureza é laudatória afasta a hipótese de que os leitores escrevem prioritariamente com o intuito de criticar o comportamento da publicação, pois além do incômodo causado por determinado texto, há também a manifestação de satisfação por parte dos leitores missivistas, o que nos leva a observar que o gênero *cartas ao editor* é um gênero que não se sustenta somente por uma cadeia dialógica marcada pela tensão entre os interlocutores. Passemos, então ao exemplo de carta cuja natureza é laudatória.

A carta de número 05 é de natureza laudatória e foi enviada à revista *Newsweek* por um leitor do *Missouri*. A carta destinou-se a elogiar a articulista Rebecca Dana por oferecer aos leitores o que ela chama de *informativa e renovada de como outras mulheres modernas estão lidando com esse dilema geracional com uma solução de fertilidade única: vitrificação*. Antes de configurar o elogio, a autora da carta expressa o incômodo que é viver em um ambiente um tanto conservador do meio oeste norte-americano, deixando entrever sua identificação com as ideias expressas no artigo a que faz elogios.

(03) Como uma mulher de trinta anos vivendo em um ambiente conservador do meio-oeste, acho que minha compreensão sobre profissão e futuro familiar parece confrontar-se com a daqueles em minha volta. Obrigado a Rebecca Dana por mostrar um percepção informativa e renovada de como outras mulheres modernas

*estão lidando com esse dilema geracional com uma solução de fertilidade única: vitrificação.*²¹

Meaghan Ryan, St. Louis, Missouri

Digno de nota é o fato de que a leitora missivista atribuiu um valor negativo ao que chama de um ambiente conservador do meio oeste, alinhando-se incondicionalmente com a visão expressa no artigo de Rebecca Dana, que por contraposição é avançado na percepção da leitora.

O quarto maior percentual encontrado para a natureza da carta corresponde às cartas de natureza corretiva, 11,8%. Neste caso, também pode ser observada uma intenção de depreciar, seja a revista, seja um interlocutor mais específico. No entanto, a análise tem mostrado que há certa visão dos equívocos cometidos pela publicação que está mais associada a um comportamento tolerante por parte dos leitores. Vejamos a seguir um exemplo de carta cuja a natureza é corretiva. A carta de número 16 é um exemplo.

*(04) Todas as dicas neste artigo foram úteis e práticas, exceto a sugestão de “jogar jogos violentos”. Com as notícias de que alguns jovens estão se suicidando depois de serem vítimas de bullying por parte de colegas violentos, esta sugestão apenas encoraja as crianças a serem menos estressadas e a não se sentirem culpadas por atos errados como aplicar trotes. Como crianças podem ser inteligentes se não sabem como sentir simpatia? Jogos violentos não são a solução.*²²

Dahee Kim, Seoul, South Korea

²¹ As a 30-year-old woman living in a somewhat conservative Midwestern environment, I find my views on career and a future family often seem to clash with those around me. Thanks to Rebecca Dana for proving a refreshing, informative look at how other modern women are handling this generational dilemma with a unique fertility solution: vitrification. (05.0212)

²² Every tip in this article was helpful and practical, except the advice to “play violent videogames.” With news that some youths are taking their own lives after being bullied by violent peers, this tip only encourages kids to be less stressed and not feel guilt after wrongful acts like hazing. How can kids be smart if they don’t know how to feel sympathy? Violent videogames are not the answer. (16.0112)

A leitora missivista começa por assinalar a importância do artigo como fonte de sugestão e informação, para depois oferecer uma correção para aquilo que ela considera um equívoco: jogar jogos violentos. Após fazer algumas observações sobre as condições de vida atuais de criança e adolescentes, a autora da carta conclui dizendo que o uso de jogos violentos não fomenta a simpatia entre as pessoas, as quais podem ser estimuladas a não sentir culpa ou remorso por atos violentos, comportamento supostamente estimulado pelos referidos jogos.

É interessante que no caso desta carta de natureza corretiva, a argumentação se dá em primeiro plano pelo elogio ao artigo, e em segundo por mostrar argumentos racionais, ou lógicos, que visam reforçar o valor da correção. Causa interesse também notar que no final a missivista relaciona o desempenho eficiente da pessoa com a capacidade de sentir simpatia pelo outro.

A carta a seguir deve exemplificar a natureza sugestiva da carta. Somente 0,7% das cartas apresentou natureza sugestiva. Seria necessário um estudo mais profundo para tornar possível alcançar a raiz dessa tendência. O baixo percentual indica que os leitores missivistas não se sentem estimulados a fazer sugestão à publicação. Talvez porque julguem inócuo tentar interferir na política editorial da revista, já que uma revista como a *Newsweek* poderia apresentar certa resistência a aceitar sugestões externas, o que significaria uma forma de admissão de incapacidade na organização, produção e divulgação de seus textos. Vejamos a carta.

(05) Meu exemplar de 10 de outubro caiu aberto à visão de uma garota faminta. Foi muito triste porque deprivação não foi ditada por vontade, mas por um mundo da moda enlouquecido que ainda promove o mantra “Uma mulher nunca é rica demais ou magra demais.” Chame isto do que realmente é: uma mentira trágica.²³

Eileen Mericle, Bentonville, Arkansas

²³ My Oct. 10 magazine fell open to the sight of a starving girl. It was all the sadder because her deprivation was not dictated by want but by a nutty fashion world that still promotes the mantra “A woman can never be too rich or too thin.” Call it what it is: a tragic lie. (103.1011)

Nesta carta, a leitora missivista relata que o seu exemplar da revista *Newsweek* – a edição do dia 10 de outubro de 2011 – caiu aberta na fotografia de uma garota faminta. A missivista relata ainda que a visão a deixou triste, visto que a privação (de alimentos) não resultou de uma escolha (da garota), mas foi ditada por uma loucura do mundo da moda, que ainda promove o mantra: “*Uma mulher nunca é rica demais ou magra demais.*” A sugestão da leitora é de que isso deve ser entendido como uma mentira trágica.

A sugestão dada pela leitora é antecedida por uma argumentação que compreende basicamente identificar a força que impele as modelos a adotar ações que levam à magreza excessiva. Toda a argumentação se organiza em torno do eixo construído pela sugestão feita pela leitora, que também possui a força de uma conclusão.

O artigo a que se dirige a carta, intitulado *Color and chaos in Paris*, assinado por Robin Givhan, não trata do problema da excessiva magreza das modelos, mas visa noticiar um desfile que ocorreu em Paris. Assim, a missiva se relaciona com o texto-base, mas de forma indireta. De certa forma, visa oferecer uma contraposição ao *status quo* positivo sugerido pelo artigo.

A força da argumentação do leitor missivista se baseia também na forma com que ele diz ter sido levado a dar atenção ao artigo publicado pela *Newsweek*: *Meu exemplar de 10 de outubro caiu aberto à visão de uma garota faminta*. Este recurso se mostra um poderoso recurso argumentativo, pois faz com que a foto da modelo magra se imponha de forma imediata como algo fora do normal. Tal acontecimento leva à sequência argumentativa, de que já falamos. Concretamente, a missiva em foco caracteriza-se por seu teor sugestivo, mas é possível argumentar que há um tom reprovativo que, embora não recaia diretamente sobre o artigo, podemos afirmar que recai sobre a cultura e a ideologia que dá suporte à situação denunciada pela leitora missivista.

Do ponto de vista hierárquico, a categoria em análise revelou grande importância quando comparada com as outras categorias aqui analisadas, o que procuramos demonstrar no capítulo intitulado *Escala de Responsividade*. Neste sentido, reconhecemos que não podemos apresentar dados estatísticos que sustentem esta assertiva. No entanto, é necessário entender que a análise discursiva requer o componente qualitativo tanto quanto o quantitativo, pois, como já temos afirmado, a mera análise quantitativa – por si só – não se traduz como análise discursiva. No próximo tópico, analisaremos com exemplos a categoria tipo de remissão, um dos elementos de grande importância na defesa da nossa tese.

5.2. Tipo de remissão

Outra categoria importante em nossa pesquisa é o que chamamos intertextualidade remissiva ao texto-base. Neste caso, interessa-nos somente descrever e analisar a intertextualidade referente ao artigo publicado em dada edição da revista *Newsweek* presente em todas as cartas ao editor enviadas para a revista. À semelhança da categoria anteriormente descrita que é a natureza da carta, a intertextualidade remissiva se nos apresenta também como um elemento fundamental para o desenvolvimento de nossa tese.

A importância dessa categoria se dá devido estar diretamente ligada ao fenômeno do dialogismo, e, portanto, ao fenômeno da responsividade. Quer dizer, se podemos afirmar que o gênero cartas ao editor é dialógico por excelência, também podemos afirmar que ele também é responsivo por excelência. Na verdade, é justamente através do laço estabelecido pela intertextualidade remissiva que a carta se liga ao texto-base e torna possível a manifestação de outras categorias também ligadas ao fenômeno da responsividade, como, por exemplo, o coenunciador. Este se estabelece como uma função intimamente ligada ao fenômeno da intertextualidade, pois é justamente o intertexto o ponto de apoio para que se estabeleça a referência ao coenunciador, ainda que este não esteja concretamente designado na carta.

De fato, a escolha da forma de intertextualidade remissiva implica limitações visivelmente observáveis no fio dialógico estabelecido entre o leitor missivista e o seu interlocutor que, como já explicamos, não é somente o editor. Sobre este aspecto nos deteremos oportunamente. Por enquanto, queremos comentar e fazer uma breve análise sobre o aspecto do presente tópico, que é a escolha das formas intertextuais estabelecedoras da ligação direta entre a carta e o texto-base.

Antes de fazermos as observações cabíveis, queremos lembrar o que diz Bakhtin (1986). Uma primeira característica a ser lembrada é a de que o discurso citado obedece a tendências estáveis sedimentadas pelas relações sociais que são ao mesmo tempo mediadas pelo uso da linguagem. Então, é a sociedade quem acolhe e gramaticaliza os elementos de apreensão ativa, apreciativa da enunciação do outro. Estes elementos devem ser socialmente pertinentes e constantes.

Outra característica mencionada pelo citado autor é a de que na transmissão sob forma escrita da enunciação de outrem deve ser considerado o enunciatário. Ora, é precisamente a orientação para uma terceira pessoa que reforça as influências das forças

sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Consequentemente, os modos de apreensão do discurso de outrem, uma vez cristalizados, exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, no desenvolvimento das tendências de apreensão apreciativa, cujo campo é notadamente definido por essas formas.

Finalmente, um terceiro aspecto a se considerar, ainda conforme o citado autor, é que o enunciado alheio sofre, no interior do indivíduo que o apreende, uma reelaboração que acontece em termos da cultura deste e também da sua formação social.

A propósito das afirmações feitas pelo eminente teórico russo, acima mencionadas, chamamos atenção para o fato de que o enunciador, embora socialmente constrangido, possui alguma liberdade de escolha das formas de intertextualidade que deverão compor seu enunciado. De acordo com uma das hipóteses secundárias de nossa tese – a de que o fenômeno da intertextualidade está intimamente relacionado ao fenômeno da escalaridade responsiva – a referida escolha obedece ao propósito comunicativo intimamente derivado do efeito que o enunciador deseja criar na mente do enunciatário.

Tabela 2 — Tipo de Remissão

Remissão	Nº	%
Parafraseagem	8	5,2
Alusão ao tema	29	19
Referência ao título	4	2,6
Negação	12	7,8
Pressuposição	71	46,4
Ironia	4	2,6
Discurso indireto	6	3,9
Palavras entre aspas	11	7,2
Discurso direto	6	3,9
Discurso indireto livre	2	1,3
Total	153	100

Podemos ver pelo quadro acima que a ocorrência mais frequente de intertextualidade remissiva é a pressuposição (46,4%), seguida da alusão ao tema (19%). Observa-se, assim, uma preferência maior por parte dos leitores de formas de intertextualidade não marcadas textualmente. As formas de intertextualidade marcadas textualmente ficam claramente em segundo plano nessa preferência, já que a primeira que aparece em termos de percentual são as palavras entre aspas (7,2%), logo depois da negação (7,8%). Analisemos primeiramente a forma mais frequente de intertextualidade remissiva – a pressuposição – em uma carta.

Conforme explica Ducrot (1987), a pressuposição sempre implica a existência de dois enunciadores. O primeiro enunciador é responsável pelo pressuposto, enquanto o

segundo é responsável pelo pressuposto. Na carta de número 06, o recurso de intertextualidade remissiva utilizado pelo leitor missivista é a pressuposição. O missivista inicia a carta sem fazer uma introdução de modo que deixe o leitor da carta ciente do que ele vai abordar. Diferentemente, o leitor missivista organiza a carta de modo a entrar diretamente no assunto sem qualquer mediação que facilite a compreensão, como pode ser visto pela leitura da primeira frase da carta: *O desastre do Costa Concordia é uma metáfora para a situação difícil de nosso planeta*. Assim, o leitor da carta deve pressupor não só a existência do enunciador, interlocutor do missivista, mas também inferir sobre que assunto trata a missiva. É importante esclarecer aqui que há uma série de pistas contextuais que ajudam o leitor da carta a fazer tal inferência, como, por exemplo, já é dito antecipadamente sobre que artigo ou reportagem publicados pela revista se refere a carta. Ainda assim, caso o leitor da carta não consiga fazer a necessária inferência, este pode recorrer diretamente ao texto objeto dessa forma de intertextualidade na missiva em apreço. Ademais, uma leitura completa da carta possibilitará dirimir qualquer dúvida existente acerca de que assunto ela trata e acerca de qual texto-base a carta se refere.

*(06) O desastre do Costa Concordia é uma metáfora para a situação difícil de nosso planeta. Não somos um pouco como o capitão, observando as condições do mundo e ainda assim negligenciando nossas obrigações com um abandono cínico? Estamos destruindo as florestas e poluindo nossa água com vazamentos para garantir ainda mais combustível para queimar? Devemos pensar em nossa própria estupidez antes de apreciar as barbs sobre um palhaço que transformou um anvio em um metal inútil.*²⁴

Mike Caggiano, San Mateo, California

Pela leitura deste texto em sua integralidade, pode-se entender que o missivista faz referência a elementos marcantes no desastre Costa Concordia, fortemente explorados pela imprensa internacional, como o abandono prematuro da embarcação por parte do seu capitão, ou os danos ambientais causados pelo naufrágio em si do navio. Ainda assim, não retoma

²⁴ The Costa Concordia disaster is a metaphor for our planet's predicament. Aren't we a bit like the captain, looking at the world condition yet going about our tasks with oblivious abandon? Are we wasting the forests and polluting our water from fracking to ensure yet more fuel to burn? We might think of our own folly before we enjoy the barbs about a buffoon who crunched a ship into worthless metal. (06.0212)

pontualmente o objeto da atenção do artigo publicado pela *Newsweek*, que foi basicamente uma reflexão sobre as condições de segurança de navios cruzeiros, bem como a qualidade técnica de suas tripulações.

Sabemos que o referido desastre mexeu com a autoestima do povo italiano, pois além da pretensa imperícia do seu capitão, tem-se ainda o fato, reiteradamente explorado pela imprensa de diversos países, de o capitão ter se comportado de uma forma inesperada ao abandonar antecipadamente o navio, enquanto os passageiros eram deixados sem a devida assistência. O missivista, neste caso, explora esse fato de modo a tentar amenizar os aspectos negativos desse acontecimento, lembrando que em uma escala global há autoridades no mundo inteiro que metaforicamente fazem o mesmo em relação à questão ecológica, mundo afora.

Em suma, a forma de intertextualidade remissiva ao texto-base utilizada na carta acima analisada permite recuperar os elementos constantes no texto-base por utilizar-se de pontos marcantes utilizados no referido texto, ainda que a carta procure reformular o modo como o tema foi tratado no artigo, e, de um modo geral, pela imprensa internacional.

A segunda forma de intertextualidade remissiva ao texto-base é aquela que chamamos de alusão ao tema. Esta forma de intertextualidade não faz parte daquela lista trazida por Maingueneau (1997), mas foi observada por Cardoso (2005) na ocasião do estudo de um *corpus* composto também de cartas ao editor em *Newsweek*, a fim de comportar formas utilizadas por muitos leitores missivistas categorizáveis nos tipos já estudáveis nos tipos já estudados por teóricos da área. Denominamos essa nova forma de intertextualidade remissiva de *alusão ao tema*. Ela se dá quando o leitor, ao se remeter ao texto base, faz alusão ao tema do artigo ou reportagem. Analisemos a seguinte carta.

*(06) Os críticos de Geert Wilders claramente não viveram em uma autocracia muçulmana. Diria antes de qualquer coisa que ele é bastante brando acerca das consequências do Islam. Longe de ser um incitador de multidões, ele expressa uma preocupação real: que Sharia, com suas regras arbitrárias, não só não tem lugar no Ocidente como não tem lugar em qualquer lugar no mundo.*²⁵

²⁵ Geert Wilders critics clearly haven't lived in a Muslim autocracy. I'd say that if anything, he is too mild about the consequences of Islam. Far from being a rabble-rouser, he's expressing a real concern: that Sharia, with its arbitrary rulings, not only has no place in the West, it has no place anywhere in the world. (13.0212)

Paul Kastiner, Brooklyn, New York

O tema do texto-base aborda o comportamento crítico por parte de Geert Wilders em relação à religião muçulmana. Assim, o leitor missivista estabelece o seu diálogo com o texto-base pela construção da frase: *Os críticos de Geert Wilders claramente não viveram em uma autocracia muçulmana*. Na verdade, o leitor missivista sai em defesa de Geert Wilders, o que pode ser constatado pela leitura do seu texto como um todo, especialmente pela leitura da frase que segue à frase inicial.

O fato de que o leitor missivista não se dirige ao autor do artigo, em especial, mas aos críticos de Geert Wilders, corrobora nossa afirmação de que o missivista utilizou da alusão ao tema, a fim de se remeter ao texto-base, e não de mais uma forma de pressuposição, como se poderia pensar à primeira vista.

A terceira forma de intertextualidade remissiva mais recorrente é a negação, com 7,8% dos casos. De acordo com a teoria já estabelecida, lembramos, a negação consiste na encenação do choque direto entre duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois enunciadores diferentes, conforme explica Ducrot (1987). Analisemos um carta ao editor extraída do *corpus* da *Newsweek*, a fim de facilitar nosso entendimento desse fenômeno de intertextualidade. A carta de número 91 é um interessante exemplo.

*(07) Não, nós não podemos! Não quero ver o chão do nosso país sob o calcanhar de um homem que pensa que as pessoas que não podem achar um emprego devem culpar apenas a si mesmas. Ele quer taxar os pobres e os ricos no mesmo nível, e diz que as pessoas deveriam comprar “usados” se não têm muito dinheiro. Alguma vez Herman Cain já tentou comprar leite usado para suas crianças, combustível usado para o seu carro, ou mesmo pizza usada para o seu jantar?*²⁶

Bonnie Compton Hanson, Santa Ana, California

²⁶ No, we Cain't! I don't want to see our country ground under the heel of a man who thinks people who can't find jobs have only themselves to blame. He wants to tax the poor and rich at the same level, and says people should buy “used” if they don't have much money. Has Herman Cain ever tried to buy “used” milk for his kids, “used gas for his car, or even “used” pizza for his dinner? (91.1111)

Esta carta refere-se ao sobre Herman Cain, um possível candidato negro à presidência dos Estados Unidos que se autodenomina de *American black conservative* (conservador negro americano). O autor da missivista faz uso de um trocadilho para negar a possibilidade de Herman Cain ser o presidente dos Estados Unidos – *No, we Cain't*. De fato, a carta procura contradizer as supostas credenciais apresentadas sobre Herman Cain no artigo já referido. A carta também reprovava as declarações feitas por Cain acerca da situação de pobreza de cidadãos americanos, como sendo esses cidadãos pobres exclusivamente culpados pela pobreza em que vivem. A esta reprovação, o leitor missivista elabora uma série de perguntas com o fito de descredenciar as referidas afirmações feitas por Cain.

Digno de nota é o fato de que o artigo em si não toma partido por Herman Cain. Antes apresenta contraposições ao seu pensamento feitas por indivíduos não aparentemente ligados à publicação. Muito embora isto não ocorra, o artigo da revista concretamente apresenta as pretensões de Herman Cain de ser candidato à presidência da república. A esta possibilidade é que a carta acima exposta procura negar, apresentando argumentos supostamente racionais. A próxima que analisaremos traz como forma de remissão ao texto base *palavras entre aspas*. Essa forma de intertextualidade, em termos de percentual, segue de perto a negação, com 7,2% do total de cartas analisadas no *corpus*. A carta de número 106 é um exemplo. Vejamos.

*(08) Os Americanos estão cegos para o fato de que o Afeganistão é um país muçulmano ocupado por um país cristão de cor branca e de que qualquer afegão sensível se oporia à ocupação. As tentativas de taxar os talibans como “terroristas” não mudarão isto. Seus famosos minutemen e George Washington foram “terroristas” mesmo que reverenciados nos Estados Unidos. Vocês Americanos são cegos demais pelo seu autodenominado “excepcionalismo” para ver isto.*²⁷

Hendrik S. Weiler', Cairo, Egypt

²⁷ Americans are blind to the reality that Afghanistan is a Muslim country occupied by a white Christian country and that any sensible Afghan would oppose the occupation. No amount of branding of the Taliban as “terrorists” will change that. Your famous Minutemen and George Washington were “terrorists” – yet they are revered in the U.S. You Americans are too blinded by your self-labeled “exceptionalism” to see this. (106.1011)

Esta carta refere-se ao artigo veiculado na *Newsweek* de 10 de outubro de 2011 intitulado ‘*You Have the Watches, We Have the Time*’. O título do artigo, em si, faz referência à ausência de tecnologia entre os talibans, como relógios, calculadoras e outros itens semelhantes, mas a frase foi proferida por um soldado taliban capturado e encapsula a crença religiosa dos talibans na ajuda divina para afastar o exército invasor do seu território. O artigo relata a luta dos talibans contra o exército americano, personalizada na figura do subcomandante Mujahid Rahman.

A carta se reporta ao artigo acima mencionado por meio de duas palavras postas entre aspas – *terroristas* e *excepcionalismo*. As palavras em si não se encontram no texto-base, mas se configuram como uma forma de retomar o debate por trás do texto que originou a carta. Neste sentido, podemos falar de uma *arqui-cadeia* dialógica sobre a qual se assentam cadeias inferiores cujo elo pode ser identificado no texto-base, pois este estabelece uma discussão diferente daquela polarizada pela suposta existência de uma abordagem terrorista e o combate a essa abordagem, mas que se subordina a ela. A próxima forma de intertextualidade remissiva ao texto-base é a parafraseagem. Esta se configura como a quinta forma de intertextualidade remissiva ao texto-base mais utilizada pelos leitores missivistas.

A parafraseagem se caracteriza por transmitir o dito do interlocutor veiculado pelas palavras do locutor. Esta forma de intertextualidade pressupõe, conforme Maingueneau (1997), certa competência linguística e discursiva, pois implica o domínio tanto da linguagem usada pelo interlocutor, quanto o domínio do conteúdo do que foi dito. A carta de número 8 é um exemplo de parafraseagem, conforme veremos.

(09) *Sou uma avó de 76 anos e fico muito ofendida com sua capa chamando metade da população americana de estúpida e dividindo nosso país.*²⁸

Nora Jackson-Roberts, Palmetto, Florida

Nesta carta, a leitora missivista se identifica como uma avó de 76 anos e se diz ofendida com a capa de revista chamando a metade da população dos Estados Unidos de estúpida, o que gera como efeito dividir o País de uma forma discriminativa. De fato, a missivista se refere à frase exposta na capa da *Newsweek* edição de 23 de janeiro de 2012:

²⁸ (08.0212) I’m a 76-year-old grandma and take great offense at your cover calling half the U.S. population dumb and dividing our country.

Why are obama's critics so dumb? (Por que os críticos de Obama são tão estúpidos?). Esta frase chama a atenção para o artigo intitulado *The long game*. A referência da leitora missivista se dá diretamente em relação à referida capa e se liga indiretamente ao artigo mencionado.

A próxima forma de intertextualidade a analisar é o discurso direto, com 3,9% das ocorrências. Conforme Cardoso (2005), a escolha da forma de intertextualidade remissiva condiciona a abordagem do tema, bem como as estratégias discursivas utilizadas na argumentação. Esta forma de intertextualidade remissiva condiciona uma abordagem mais restrita, dado que obriga o missivista a focalizar todo texto em função da espinha dorsal estabelecida pelo uso do discurso direto. A carta de número 24 servirá como exemplo.

*(10) Amanda Foreman joga “aperta e solta” com as causas dos atuais problemas financeiros da Europa quando declara que Margaret Thatcher “parece ser absolvida com toda crise do euro”. A causa da crise foram as ideias nacionalistas de Thatcher e outros – os quais bloquearam com sucesso os esforços para conceder à União Europeia os poderes essenciais de governança.*²⁹

Dean Ekola, St. Paul, Minnesota

A leitora missivista começa fazendo uma observação acerca do comportamento adotado pela articulista, Amanda Foreman, autora do artigo intitulado *The New Thatcher Era*. A missivista começa dizendo que Amanda Foreman se porta de forma imprudente no que diz respeito às causas dos problemas financeiros da Europa ao declarar que Margaret Thatcher parece ser justificada (absolvida) com qualquer crise do euro. Aqui a missivista usa discurso direto para se reportar à declaração de Amanda Foreman. Lembramos, segundo Maingueneau (1997), que o discurso direto é uma das duas possibilidades do discurso relatado: o discurso direto e o discurso indireto. O discurso indireto também concorre com 3,9% das ocorrências de formas de intertextualidade remissivas ao texto-base.

²⁹ Amanda Foreman plays fast and loose with the causes of Europe's current financial problems when she declares that Margaret Thatcher “seems to be vindicated with every euro crisis.” The cause of the crisis was the nationalist mindset of Thatcher-and others- who successfully blocked efforts to grant the European Union the essential powers of governance. (24.0112)

A carta de número 12 contém o discurso indireto como forma de intertextualidade remissiva ao texto-base. Vejamos a carta.

*(11) Niall ferguson pare esquecer que nem toda Europa está próxima de um colapso fiscal quando diz que o modelo social europeu deveria ser copiado pelos Estados Unidos. Ele se refere ao Nordeste da Europa como o grand sonho dos economistas de esquerda e a pobre Europa mediterrânea a fim de assustar a América conservadora.*³⁰

Steve Funderburk, Pelham, Massachusetts

Esta carta refere-se ao texto base intitulado *Rich America, poor America*. O autor da carta cita primeiro o nome do articulista, Niall Ferguson, para depois relatar o que disse esse jornalista. A argumentação se faz em torno da ideia da parcialidade adotada pelo jornalista em relação à questão sobre que discorre. A carta, em sua totalidade, organiza-se em torno do discurso indireto aqui usado não somente como forma de remissão, mas também como estratégia para construir a argumentação.

Lembramos que a parafraseagem e o discurso relatado são formas de intertextualidade distintas, cada uma com características inconfundíveis, como demonstrado no capítulo da fundamentação teórica destinado a explicar as ocorrências de intertextualidade possíveis no *corpus* aqui analisado.

O percentual de ocorrências para a ironia como forma de intertextualidade remissiva foi de 2,6%, juntamente com a alusão ao tema, que também foi de 2,6%. A carta de número 02 traz essa de intertextualidade remissiva. *Vejamos a referida carta.*

³⁰ Niall Ferguson seems to forget that not all of Europe is near fiscal collapse when he says Europe's social model shouldn't be copied by the U.S. He refers to rich Northern Europe as the great dream of leftist economists and poor Mediterranean Europe to scare conservative America. (12.0212)

(12) *Espero que Christine Lagarde nos ajude com nosso caos monetário depois de ter resolvido o caos da zona do euro.*³¹

Joseph G. Scott, Chanhassen, Minnesota

A carta acima refere-se ao artigo intitulado *The Truth talker*, publicado na edição de 30 de janeiro de 2012 da revista *Newsweek*. O título do artigo faz referência à suposta competência de Christine Lagarde, ex-ministra francesa da área econômica e atual diretora gerente do FMI. O artigo em si tece uma série de elogios à competência de Christine Lagarde, pontuando o fato de ela ser do sexo feminino. O artigo não deixa dúvidas quanto à competência da referida profissional da área econômica, uma vez que mostra evidências o suficiente da sua competência. Ainda assim, o texto da carta se utiliza da forma de intertextualidade remissiva ao texto-base chamada ironia. Convém lembrar aqui que essa forma de intertextualidade se caracteriza por o locutor veicular um enunciado ao qual não assume integralmente ou em parte, conforme explica Maingueneau (1997). No caso da afirmação feita pela leitora missivista, a afirmação de que o leitor espera que Christine Lagarde preste assistência aos Estados Unidos na resolução da crise econômica é irônica, dado que a diretora do FMI teria que possuir superpoderes para chegar a tanto. Quer dizer, uma crise tão grave e profunda como a crise do euro não é algo a ser resolvido simplesmente com a intervenção de uma pessoa, por competente que seja. Ademais, se a afirmação feita pelo leitor missivista fosse totalmente assumida por ele, significaria a admissão de incompetência das autoridades em finanças tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

É interessante também observar que o leitor missivista, em vez de contestar as afirmações feitas no artigo a que se reporta, prefere aparentemente reafirmar o enunciado do seu coenunciador. No entanto, o recurso de intertextualidade remissiva utilizado, a ironia, deixa claro que o autor da carta não endossa o dito do seu coenunciador, pelo menos em sua totalidade.

A carta em análise possui curta extensão e observa-se a ausência de elementos que corroborem a hipótese de que o enunciado não carrega um teor irônico, como elogios ao artigo ou mesmo à personalidade de Christine Lagarde. Em suma, não há elementos que

³¹ I hope Christine Lagarde will assist with our monetary mess once she has resolved the euro-zone mess. (02.0212)

evidenciem o fato de que o leitor missivista assume a sua afirmação integralmente além da própria afirmação.

Outro fato interessante é que o recurso de intertextualidade utilizado possui a virtude de reportar-se ao texto-base em sua integralidade, sem de fato afirmá-lo ou negá-lo na sua superfície.

A próxima forma de intertextualidade que exemplificaremos é a alusão ao tema. Esta forma de intertextualidade remissiva compartilha com a ironia o mesmo percentual de ocorrência, 2,6%. Conforme já explicamos, essa forma de intertextualidade remissiva não consta nas ocorrências de intertextualidade registradas por Maingueneau (1997). A alusão ao tema foi observada por Cardoso (2005) e se dá quando o leitor missivista faz alusão ao tema do artigo ou reportagem para se reportar ao texto-base.

A carta de número quatro nos ajudará a exemplificar como a alusão ao tema de fato ocorre.

*(13) Os críticos de Geert Wilders claramente não viveram em uma autocracia muçulmana. Diria antes de qualquer coisa que ele é bastante brando acerca das consequências do Islam. Longe de ser um incitador de multidões, ele expressa uma preocupação real: que Sharia, com suas regras arbitrárias, não só não tem lugar no Ocidente como não tem lugar em qualquer lugar no mundo.*³²

Paul Kastiner, Brooklyn, New York

A carta acima refere-se a um artigo assinado por Christopher Dickey e intitulado *Can't someone tell Geert Wilders to stop his anti-muslim diatribes before somebody gets hurt?*. O artigo coloca em evidência o comportamento de Geert Wilders, um político alemão que combate a religião muçulmana abertamente. A carta de Paul Kastiner, um leitor missivista situado no Brooklyn, New York, não se reporta diretamente ao artigo, mas ao tema do artigo, argumentando que Geert Wilders é, em sua opinião, bastante brando em relação às consequências do Islamismo. A carta faz alusão ao tema porque, a fim de se reportar ao artigo, aborda o problema da religião muçulmana no contexto das potências ocidentais.

³² Geert Wilders critics clearly haven't lived in a Muslim autocracy. I'd say that if anything, he is too mild about the consequences of Islam. Far from being a rabble-rouser, he's expressing a real concern: that Sharia, with its arbitrary rulings, not only has no place in the West, it has no place anywhere in the world. (13.0212)

Finalmente, analisaremos uma carta cuja forma de intertextualidade remissiva é o discurso indireto livre. Esta forma de intertextualidade foi a menos frequente no *corpus*, razão por que conjecturamos que não é socialmente endossado, ou que os leitores missivistas não dominam esse recurso. Relembramos também que o uso de certa forma de intertextualidade depende, muitas vezes, da escolha consciente das estratégias argumentativas. Vejamos o exemplo.

*(14) Como um viciado em sexo por anos, apreciei este artigo. Sim, dependência de sexo, em última análise, não é com relação ao sexo; é uma doença relacional que muitas vezes se origina das feridas do abuso e da negligência. Para a maioria dos dependentes a jornada para a sobriedade começa com a constatação: “Eu não estou sozinho nisso.” Mas eu achei desconcertantes as fotos estimulantes. Elas poderiam seduzir um dependente em sexo que pode ser capturado por alimentar a dependência.*³³

Name withheld, Snoqualmie, Washington

Nesta carta, a leitora missivista começa por dizer que, na condição de viciada em sexo por vários anos, aprecia o artigo a que a carta se refere. O uso do discurso indireto livre se incorpora na frase: *Sim, dependência de sexo, em última análise, não é com relação ao sexo*. Esta frase é seguida por uma observação sobre o que é *sex addiction* (dependência de sexo).

O artigo a que se refere a carta se intitula *This man is addicted to sex* (Este homem é dependente de sexo), é assinado por Chris Lee e versa sobre a dependência por sexo sofrida por uma considerável parte da população mundial. A leitura integral do referido artigo nos autoriza a afirmar que a visão expressa nele entende a dependência do sexo como um distúrbio não necessariamente relacionado à simples busca do prazer sexual no contexto de uma vida equilibrada. Como exemplo, podemos citar o seguinte extrato retirado do artigo em foco: *Obsessively watching porn isn't the same as seeking out real live sex, but experts say*

³³ As a sex addict four years in recovery, I appreciated this article. Yes, sex addiction is ultimately not about sex; it is a relational disease often stemming from wounds of abuse or neglect. With most addicts the journey to sobriety starts with realizing. “I’m not alone in this.” But I did find the titillating photos disconcerting. They could captivate a sex addict who might get hijacked by feeding the addiction. (45.1211)

the former can be a gateway to the latter (“Assistir pornografia obsessivamente não é o mesmo que procurar o sexo real, mas especialistas dizem que o aquilo pode ser uma porta para isto”). Este extrato deixa claro que especialistas fazem a distinção entre uma experiência sexual equilibrada e a busca pelo sexo como um distúrbio de ordem psicológica.

A autora da carta, via discurso indireto livre, confirma as observações feitas com respeito à procura do sexo em função de um distúrbio psicológico. Em seguida acrescenta sua própria observação a respeito do assunto.

Nos parágrafos anteriores, procuramos exemplificar no *corpus* as formas de intertextualidade remissivas ao texto-base. É evidente que essas formas em si não corroboram nossa tese sobre a responsividade, havendo necessidade de relacioná-las às outras categorias influentes para o grau de responsividade. O nosso objetivo aqui foi somente apresentar exemplos, a fim de possibilitar a análise mais complexa que faremos adiante.

A categoria “tipo de remissão” possibilita lançar luz sobre a natureza das relações intertextuais do gênero em tela e também sobre o feixe de estratégias argumentativas de que faz uso o leitor missivista. A seguir, forneceremos exemplos sobre as marcas de subjetividade apresentadas pelos leitores missivistas nas cartas.

5.3. Subjetividade

5.3.1. Identificação do leitor

Uma categoria importante para nossa investigação deriva da possibilidade de o leitor se identificar. A revista *Newsweek* exige que o leitor se identifique revelando seu nome, a cidade e o país em que mora. Além dessa identificação mínima, o leitor missivista pode ainda acrescentar algo mais que o identifique. Em Cardoso (2005) analisamos a relevância discursiva dessa identificação feita a critério do enunciador. Em nossa dissertação de mestrado, observamos que essa identificação especial se dá, sobretudo, para revelar as credenciais do redator da carta, a fim de equilibrar as relações de poder entre ele e a publicação. Conforme observamos, muitas das identificações revelam a autoridade que o leitor possui para discorrer sobre determinado tema, mostrando-se muitas vezes capaz de corrigir equívocos cometidos pela *Newsweek*. Observamos, também em Cardoso (2005), que a identificação fornecida possui uma forte correlação com a natureza da carta. Assim, é razoável esperar que a identificação extra fornecida pelo leitor se apresente em um percentual

menor do que o percentual de cartas em que não há identificação além daquela exigida pela publicação.

Na tabela abaixo, observamos que a identificação do leitor³⁴ perfaz um percentual de 11,8%, e a ausência de identificação do leitor perfaz um percentual de 88,2%. A propósito, faremos uma análise qualitativa, para cada missiva – obviamente considerando as necessidades de demonstrar nossa tese –, do percentual em que a identificação do leitor esteja presente. Observe-se preliminarmente o quadro a seguir.

Tabela 3 — Identificação do leitor

Identificação	Nº	%
Presente	18	11,8
Ausente	135	88,2
Total	153	100

Apresentaremos, a seguir, uma carta em que há identificação do leitor, a fim de que possamos entender como essa identificação ocorre. A carta de número 146 é um bom exemplo. Vejamos a carta.

*(15) Como um médico da família, aplaudo este artigo. Sim, muitas infecções do sinus melhoram sem antibióticos, mas é mais rápido (ainda que mais caro) prescrever antibióticos do que dedicar alguns minutos extras explicando por que eles nunca funcional em infecções virais. Como estabelecido, medicina é negócio. Constatação que deve pavimentar o caminho para um sistema de saúde mais são.*³⁵

Larry Novik, M.D., Fairfield, Connecticut

A carta acima, do ponto de vista da identificação do leitor, é curiosa porque o leitor missivista se identifica duplamente: uma identificação do corpo da carta, e outra identificação ao lado daquela já exigida pela publicação. Assim, o autor da carta Larry Novik acrescenta as iniciais M.D. (*medical doctor*) ao lado do seu nome, o que por si só já chama

³⁴ Doravante chamaremos identificação do leitor a identificação dada por ele além daquela exigida pela *Newsweek*.

³⁵ As a family physician, I applaud this article. Yes, most sinus infections get better without antibiotics, but it's faster (thus more cost-effective) to prescribe antibiotics than to spend an extra few minutes explaining why they never work on viral infections. As it's set up, medicine is business. Realizing that might help pave the way for a more sane health-care system. (146.0911)

nossa atenção. Além disso, no corpo da carta, o autor começa por dizer que, como um médico de família, aplaude o artigo a que se refere a carta. Em seguida, após admitir a veracidade de certa informação apresentada no texto-base, o autor da carta acrescenta uma informação da sua parte ao dizer que, apesar de muitas infecções do sinus cederem sem a presença de antibióticos, prescrever antibióticos é mais simples do que gastar alguns minutos explicando por que eles nunca funcionam em infecções virais. Ao se identificar como médico, o leitor missivista apresenta as credenciais necessárias para fazer as afirmações que faz, inclusive criticando o comportamento de colegas que, a seu ver, tratam a questão como um negócio: *medicine is business* (medicina é um negócio).

A identificação do leitor que analisamos aqui é aquela feita voluntariamente pelo leitor missivista. Embora tenhamos detectado um baixo índice dessa variedade de identificação, chamamos atenção para a sua importância no que diz respeito às relações de poder estabelecidas entre o leitor missivista e o seu coenunciador. Neste sentido, é necessário analisar as cartas em que ela aparece, a fim de se chegar a um melhor entendimento da sua influência no conjunto de estratégias argumentativas arregimentadas pelo leitor missivista. Tal análise será posta em prática no próximo capítulo.

5.3.2. Tipo de leitor

O tipo de leitor também tem relevância em nossa pesquisa, visto que nos permite mapear o alcance da revista, mas também nos permite entender do ponto de vista geopolítico a perspectiva desse leitor missivista. Obviamente, seria ingenuidade ignorar esse dado, visto que ele nos possibilita, com mais segurança, identificar aqueles elementos globalmente compartilhados, bem como aqueles elementos compartilhados localmente. Como já dissemos, não podemos reivindicar um caráter internacional para a revista *Newsweek*, ainda que essa publicação possua assinantes no mundo inteiro. A nosso ver, a mencionada publicação só teria esse caráter internacional se fosse gerida por um grupo representativamente internacional, o que não ocorre em nossos dias. Ao contrário, a revista *Newsweek* se coloca como uma publicação eminentemente estadunidense, visto que a escolha dos temas que aborda, ou são notoriamente temas de interesse interno ao país, ou são aqueles temas relacionados à vida político-econômica externa aos Estados Unidos, mas relacionados a ele.

Pela divisão que fizemos, podemos observar, grosso modo, que os leitores podem ser separados em dois grupos distintos: os leitores norte-americanos, e os leitores estrangeiros.

Estes se subdividem em leitores estrangeiros de país desenvolvido, e leitores estrangeiros de país em desenvolvimento.

Pela tabela abaixo podemos observar que os leitores norte-americanos formam o maior grupo: 58,2%, presentes no total de 89 cartas. Os leitores de país em desenvolvimento perfazem o percentual de 21,6%, identificados em 33 cartas. Os leitores de país desenvolvido perfazem o percentual de 20,3%, revelados pelo total de 31 cartas. No *corpus* colhido, os leitores estrangeiros de país em desenvolvimento se equilibram com os leitores de país desenvolvido no que diz respeito tanto ao percentual quanto à quantidade de cartas analisadas. É também interessante observar que os leitores americanos não se distanciam muito dos leitores estrangeiros em termos de percentual. Enquanto os leitores norte-americanos representam um percentual de 58,2%, os leitores estrangeiros representam um percentual de 41,9%, o que deixa claro que a revista é bem lida fora dos Estados Unidos, pelo menos é o que indica o envio de cartas ao editor por parte dos leitores estrangeiros, considerando o *corpus* analisado. Em resumo, há certo equilíbrio tanto entre leitores americanos e estrangeiros quanto à subdivisão do grupo dos leitores estrangeiros: de país desenvolvido e de país em desenvolvimento. Para constatação do que afirmamos acima, observe-se a tabela abaixo:

Tabela 4— Tipo de leitor

Leitor	Nº	%
Norte-americano	89	58,2
Estrangeiro de país desenvolvido	31	20,3
Estrangeiro de país não desenvolvido	33	21,6
Total	153	100

Ora, a importância da identificação do tipo de leitor relaciona-se diretamente com o fator responsividade. Neste caso, é útil relacionar o tema da carta, o tipo de leitor, a origem do leitor e o grau de responsividade, estabelecido para dada missiva. Especificamente será significativo observar como o leitor missivista aborda temas relacionados aos interesses norte-americanos, sendo ele um leitor de dentro ou de fora dos Estados Unidos. Também consideramos importante observar como o leitor estrangeiro aborda temas nitidamente do interesse ideológico da nação americana, e também como o leitor norte-americano aborda esses temas. A seguir, apresentaremos um exemplo para cada tipo de leitor encontrado no *corpus*.

O leitor mais frequente, conforme pode ser visto no quadro, é o leitor americano. Vejamos uma carta escrita por esse tipo de leitor missivista. A carta de número 145 é um exemplo. Este leitor escreve da Califórnia, como pode ser observado a seguir.

(16) Depois de ficar profundamente deprimido por sua reportagem sobre o desemprego na Califórnia, sua rápida ascensão da educação universitária e o desmantelamento da rede de seguridade, fiquei arrasado pelo artigo elogiando Steve Jobs que diz que a Apple, valendo 350 bilhões de dólares, mantém a maior parte do seu dinheiro em uma subsidiária em Nevada a fim de evitar impostos. Ironia sem intenção de sua parte? Estou com Jesse Jackson, citado posteriormente no seu artigo: “Estamos vivendo em uma época em que muitas pessoas no topo do barco estão bem, mas deixando aqueles no fundo simplesmente se afogarem.”³⁶

Pat Ellis, Anaheim, Califórnia

Esta carta, escrita por Pat Ellis refere-se ao artigo publicado em 05 de setembro de 2011 pela *Newsweek* intitulado *California on the Brink*. Pat Ellis começa por se mostrar deprimida sobre a reportagem publicada pela revista sobre o desemprego na Califórnia. O leitor também se refere negativamente a um artigo que elogia Steve Jobs, ao mesmo tempo que fala das estratégias de mercado da Apple visando pagar menos impostos. O leitor americano mostrado aqui se interessa por um tema que diz respeito diretamente ao Estado da Califórnia, de onde escreve a carta. É importante também perceber que o fato de a leitora missivista escrever da Califórnia funciona como uma referência de autoridade para que possa dizer o que diz e se mostrar particularmente preocupada com o tema. Veremos a seguir, o exemplo de uma carta cujo leitor escreve de um país desenvolvido.

A carta de número 129 é um exemplo, como pode ser observado.

(17) Concordo com Niall Ferguson de que texting pode estar criando semiletrados, mas os livros que recomenda não passam de entretenimento e não melhoram a

³⁶ After being thoroughly depressed by your report on California’s unemployment, its skyrocketing college tuition, and the dismantling of our safety net, I was appalled by the article praising Steve Jobs that says Apple, worth \$350 billion, holds much of its money in a subsidiary in Nevada to avoid paying taxes. Unintentional irony on your part? I’m with Jesse Jackson, quoted later in your issue as saying, “We’re living in a time where many people on the top of the boat are OK with letting those at the bottom simply drown.” (145.0911)

*competitividade da América no mundo global. São interessantes. Isto é tudo. Se ele estivesse realmente preocupado com o futuro, recomendaria livros sobre geometria, física, química, biologia, astronomia.*³⁷

Andreas Kurt Richter, Bad Ragaz, Switzerland

O leitor missivista da carta acima escreve da Suíça e se reporta a um artigo publicado pela *Newsweek* em 19 de setembro de 2011 intitulado *Texting Makes U Stupid* (Texting torna vocês estúpido). A palavra *texting* traduz o comportamento atual de usuários da internet e de telefones celulares que criam formas de expressão linguísticas aquém do padrão aceito pela norma previamente estabelecida. O tema do artigo é um tema compartilhado mundialmente, uma vez que a internet é um fenômeno mundial. O interesse demonstrado por um leitor missivista proveniente de um país desenvolvido é uma demonstração disto. O leitor missivista Andreas Kurt Richter, da Suíça, escreve para dizer que concorda com o pensamento do articulista, apesar de discordar de suas indicações para resolver o problema. Neste sentido, o leitor missivista oferece uma alternativa que para ele é mais adequada. Na opinião desse leitor, em vez de recomendar leituras que, para ele, não passam de entretenimento, o articulista deveria recomendar livros de geometria, física, química, biologia, astronomia.

Vejamos agora um exemplo de um leitor missivista que escreveu ao editor da *Newsweek* de um país em desenvolvimento. A carta de número 133 foi escrita pelo leitor missivista K. Chidanand Kumar da Índia e refere-se a uma edição inteira publicada pela *Newsweek* em 12 de setembro de 2011 que trata do ataque terrorista ocorrido em 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas do *World Trade Center* em Nova Iorque. A referida edição traz na capa a palavra *Resilience*, chamando a atenção dos leitores para essa edição especial.

(18) Flexibilidade diante de uma grave perda – como aquela de Mary Duff depois da morte de seu marido – foi o que fez a cidade de Nova Iorque responder com

³⁷ I agree with Niall Ferguson that texting might be creating semi-illiterates, but the books he recommends are nothing more than entertaining and don't improve the competitiveness of America in a global world. They are nice. That is all. If he were really concerned for the future, he'd recommend books about geometry, physics, chemistry, biology, astronomy. (129.1011)

*toda vibração. Nosso coração segue com as famílias das vítimas, as quais enfrentaram a tragédia para viver outro dia.*³⁸

K. Chidanand Kumar, Bangalore, India

Causa-nos interesse observar que o acontecimento de 11 de setembro de 2001 tornou-se um evento histórico mundial, passando a dizer respeito aos cidadãos do mundo inteiro. Isto corrobora o pensamento de que a revista *Newsweek* está sediada no centro político-econômico do mundo.

A origem do leitor missivista não tem importância direta como evidência de nossa tese. No entanto, esse fator é de grande importância para enxergar a revista *Newsweek* como uma publicação que possui um alcance mundial. Além do mais, mapear a origem do leitor, nos ajuda a entender a atenção dada às temáticas pelos leitores missivistas de muitas nações. Do modo que já explicamos, a escolha da referida publicação se deu também pelo fato de a Língua Inglesa, idioma usado pela revista, ser a língua mundialmente difundida e usada para mediar relações internacionais, tanto entre instituições, quanto entre indivíduos. Este fato também nos dá segurança para apresentar as evidências a favor da nossa tese sobre a responsividade, pois o comportamento sócio-linguístico registrado no *corpus* não estará circunscrito a uma cultura somente. Analisaremos a seguir, mostrando exemplos, as marcas de subjetividade propriamente ditas. Estas refletem o caráter linguístico de nossa investigação além do caráter discursivo presente nela.

5.3.3. Marcas de subjetividade

Outro fator decisivo para a compreensão do grau de responsividade/responsabilidade que queremos analisar é o que chamamos de marcas de subjetividade. Compõem as marcas de subjetividade os advérbios modalizadores, os adjetivos modalizadores, os verbos de julgamento, o uso de pronomes. No caso do uso de pronomes, serão analisados, além dos possessivos, aqueles pronomes do caso reto e do caso oblíquo que permitam a referência do enunciador a si mesmo, inclusive os pronomes do caso oblíquo que

³⁸ (133.0911) Resilience in the face of grave loss – like that of Mary Duff after her husband’s death – is what has made New York City bounce back in all its vibrancy. Our heart goes out to the victims’ families, who have braved the tragedy to live another day.

envolvam o enunciador e o coenunciador ao mesmo tempo, mas que permitam a referência indireta ao enunciador.

A consideração do uso das marcas de subjetividades aqui elencadas resulta da hipótese de que a presença dessas marcas se associa a um maior grau de responsividade. Quer dizer, hipotetizamos que o uso linguístico das marcas de subjetividade implica um maior comprometimento do enunciador com aquilo que diz na carta ao editor. Neste caso, temos que considerar necessariamente que há um maior esforço argumentativo por parte daquele missivista que expressa em seu enunciado elementos que configurem mais nitidamente a relação, e também a interação, entre ele e o seu coenunciador.

Tabela 5 — Marcas de subjetividade

Marcas	Nº	%
Advérbios modalizadores	4	2,6
Adjetivos modalizadores	4	2,6
Verbos de julgamento	3	2
Uso de pronomes	63	41,2
Outras	8	5,2
Ausentes	42	27,5
várias	29	19
Total	153	100

Pela análise do quadro de marcas de subjetividade, podemos observar que o maior percentual ficou com o uso de pronomes, com 41,2% e o menor percentual ficou com o uso de verbos de julgamento. Devemos adiantar que esses percentuais não são auto-excludentes, podendo haver co-ocorrência deles. O que realmente forma uma polarização aqui é a presença ou a ausência de marcas de subjetividade. A fim de proporcionar melhor entendimento de cada um dos elementos apresentados no quadro acima, mostraremos exemplos no *corpus*, visto que o entendimento dos referido fatores é fundamental para possibilitar uma análise mais complexa, necessária na demonstração de nossa tese. Começaremos, então, com a marca de subjetividade mais recorrente, o uso de pronomes. Vejamos uma carta com um exemplo.

A carta a seguir, a de número 123 traz o uso de pronomes que estabelecem a inserção do sujeito em seu discurso, como pode ser visto. Trata-se de um leitor missivista chamado Daniel Grönquist, da Noruega. A carta se reporta ao artigo publicado pela revista *Newsweek* na edição de 26 de setembro de 2011 intitulado *'Dignity and Depravity'*.

(19) Li esta material enquanto voltava para casa de viagem para o Meio-Leste, onde trabalhei com jovens mulheres (e homens) altamente educadas. Levou-me em uma jornada emocional de medo, raiva, tristeza, liberação e esperança. Agradecimentos especiais a Toni Morrison por sua carta emocional a uma mulher sudanesa que foi brutalmente surrada. A coragem de se levantar novamente e novamente é uma triste necessidade ao desenvolvimento mais efetivo de nosso mundo – investidura de poder de mulheres.³⁹

Daniel, Grönquist, Oslo, Norway

O autor da carta começa com o pronome *I* (eu em inglês) afirmando que leu o artigo, ao mesmo tempo que declara que se emocionou de modo a sentir medo, raiva, tristeza, alívio e esperança. O artigo em questão (publicado em 26 de setembro de 2011) trata de um caso de estupro de uma mulher no Sudão, chamando a atenção para o fato de que aquele país vive sob um regime atrasado. É valioso notar que o autor da carta se posta claramente como um sujeito e menciona ter sido tomado por diversas emoções como resultado da leitura do referido artigo. Vale notar também que, sendo do sexo masculino, o autor da carta se sente solidário com o sofrimento de mulheres vítimas de ações violentas.

Analisemos mais uma missiva, desta feita para exemplificar um caso de uso de advérbio modalizador como marca da presença da subjetividade do leitor missivista em seu texto. A carta de número 79 mostra-se um interessante exemplo, como podemos ler logo abaixo.

(20) Obrigado, Niall Ferguson. Talvez estejamos começando a acordar tarde de nossa década de sonambulismo para os reais desafios que enfrentamos.⁴⁰

³⁹ I read this issue while traveling home from a business trip to the Middle East, where I worked with very educated Young women (and men). It took me on an emotional journey of fear, anger, sadness, relief, and hope. Special thanks to Toni Morrison for her emotional letter to a Sudanese woman who was brutally whipped. The courage to rise up again and again is a sad necessity for the most effective development tool of our world – empowerment of women. (123.1011)

⁴⁰ Thank you, Niall Ferguson. Perhaps we are at last starting to wake from our decades long sleepwalking to the real perils we face. (79.1111)

Christopher Kasparek, Carmel, California

No texto acima, o leitor missivista agradece a Niall Ferguson, articulista da *Newsweek*. O uso de advérbio modalizador, *perhaps*, aparece na frase seguinte: *Talvez estejamos começando a acordar tarde de nossa década de sonambulismo para os reais desafios que enfrentamos*. Por intermédio deste advérbio modalizador, o leitor missivista se projeta em seu enunciado ao expressar dúvida acerca de uma situação que inspira cuidados imediatos.

A carta de número 73 possibilita-nos exemplificar o caso em que o leitor missivista utiliza um adjetivo modalizador para projetar sua subjetividade no texto que envia ao editor. Transcrevemos a carta logo abaixo.

*(21) É óbvio que os palestinos esperam alcançar seus objetivos pelas Nações Unidas sem fazer as necessárias concessões para alcançar a paz. Não, o Cionismo não cumpriu sua trajetória. Não é um sonho, mas uma realidade.*⁴¹

Jacob Amir, Jerusalem, Israel

Nesta carta, o leitor missivista Jacob Amir, que escreve de Israel, diz que é óbvio que os palestinos esperam alcançar seus objetivos via Nações Unidas, sem fazer as necessárias concessões para atingir a paz. No final, o leitor afirma: *Não, o Cionismo não cumpriu sua trajetória. Não é um sonho, mas uma realidade*.

A inserção do leitor missivista na carta em análise se dá pelo uso do adjetivo modalizador *obvious* (óbvio). Assim, o autor da carta projeta sua subjetividade de modo que o uso do adjetivo modalizador cria o efeito argumentativo desejado sobre a primeira frase da carta, provocando a concordância por parte do ouvinte.

Vejamos um caso em que o leitor missivista usa um verbo de julgamento de modo a marcar sua intervenção no conteúdo que autoriza. A carta de número 74, que transcrevemos a seguir, mostra-se um exemplo interessante.

(22) Fiquei entusiasmado pelo pensamento de que nós “agricultores” podemos nos dar ao luxo de comprar roupas Versace – até que li 129 dólares por um vestido.

⁴¹ It's obvious the Palestinians hope to achieve their objectives through the U.N. without making concessions necessary to reach peace. No, Zionism has not run its course. It is not a dream but a reality. (73.1111)

*Posso comprar 3 modelistas por isso! Tanto quanto gosto de comprar no H&M aqui na França por barganhas, penso que irei ignorar a linha Versace.*⁴²

Christi Bishop Vergez, Biarritz, France

Nesta carta, o leitor missivista Christi Bishop Vergez, que escreve da França, diz que ficou entusiasmado com o pensamento de que os agricultores podem ser capazes de se permitir usar roupas assinadas por Versace pelo custo de 129 dólares por um vestido. Diz que pode comprar 3 modelos por esse preço. Afirma que por mais que lhe agrade fazer compras no H&M na França em promoção, acha que irá desconsiderar a linha Versace. O uso do verbo de julgamento *think*, em *I think*, configura o uso de um verbo de julgamento que nos permite observar a inserção desse leitor missivista como subjetividade em seu próprio texto.

Finalmente, há casos em que encontramos mais de um tipo de marca de subjetividade em uma mesma carta. O uso concomitante de mais de uma marca de subjetividade não altera o grau de responsividade, visto que o elemento subjetividade já está presente somente pelo uso de uma delas. No entanto, cremos ser relevante exemplificar e analisar pelo menos um desses casos. A carta de número 92 ajuda-nos a entender esse caso.

*(23) Obviamente, Herman Cain é um homem inteligente e realizado, mas política não é seu negócio. Parece que ele é mais interessado em promover seus livros do que em ser honesto sobre almejar a presidência. Ele tem slogans, mas nenhuma ideia palpável de como administrar o País.*⁴³

Ken Aten, Richardson, Texas

A carta acima, escrita por Ken Aten, do Texas, apresenta ao mesmo tempo um advérbio modalizador – *obviamente* – e um verbo de julgamento – *parece* – que podem ser identificados pela leitura da missiva. Em seu texto o leitor afirma que, *obviamente*, Herman Cain é um homem inteligente e realizado, mas a política não é a sua especialidade. Afirma

⁴² I was excited by the thought that we “peasants” might be able to afford Versace clothing – until read \$129 just one dress! I can buy three outfits for that! As much as I enjoy shopping at H&M here in France for bargains, I think I’ll pass on the Versace line. (82.1111)

⁴³ Obviously, Herman Cain is a smart and accomplished man, but politics is not his bailiwick. It seems he’s more interested in marketing his books than he is serious about seeking the presidency. He has slogans but not any substantive ideas on how to run the country. (92.1111)

que ele *parece* mais interessado em vender seus livros do que buscar a presidência. Afiança o leitor que Cain possui *slogans*, mas não tem ideias concretas de como governar um país. Ao usar o advérbio "obviamente", o autor da carta coloca uma opinião como incontestável. Já ao usar o verbo "parecer", o autor suaviza seu discurso, dando a informação como uma observação e não como um fato, ou noutras palavras, como aparência e não como ser. Note-se, a propósito, a diferença de sentido entre dizer "ele parece mais interessado em vender seus livros" e "ele está mais interessado em vender seus livros".

A respeito das marcas de subjetividade, falta-nos ainda comentar que encontramos outras marcas que garantem a inserção da subjetividade do leitor missivista em seu próprio texto. No entanto, o percentual encontrado dessas marcas estranhas à lista que elaboramos pode ser considerado desprezível em termos estatísticos. Por essa razão, fizemos o registro delas sob a tarja de *outros*, a fim de que, se necessário, possamos usar na análise complexa que faremos com o fito de fornecer ainda mais evidências para a tese que temos defendido até aqui.

As marcas de subjetividade permitem o entendimento de como o leitor missivista se apresenta como ente subjetivo no interior do seu enunciado. Neste caso, não negamos que o próprio enunciado é uma revelação implícita da subjetividade do enunciador. Contudo, as marcas de subjetividade aqui estudadas estão fortemente relacionadas ao valor argumentativo do enunciado, sobretudo quando entendidas na relação com outras estratégias argumentativas. O próximo elemento a ser analisado e exemplificado no *corpus* se circunscreve à Teoria da Valoração (ou Teoria da Avaliatividade, como muitos denominam).

5.3.4. Valoração

Diferentemente das outras categorias, consideramos as categorias oriundas da Teoria da Valoração como complementares para fornecer uma percepção mais clara acerca da nossa hipótese central, que já explicamos em outras oportunidades. Desse modo, entendemos que a aplicação da referida teoria em nossa pesquisa nos possibilitará chegar a conclusões mais seguras acerca de nossas postulações. Vejamos o quadro abaixo.

Tabela 6 — Frequência de Atitude

Atitude	Nº	%
Afeto positivo	3	2
Afeto negativo	1	0,7
Julgamento estima social	26	17
Julgamento sanção social	10	6,5

Apreciação reação	2	1,3
Apreciação composição	4	2,6
Apreciação valor	5	3,3
Misto	67	43,8
Ausente	35	22,9
Total	153	100

Uma vez que as subcategorias aplicadas podem coexistir, propomos a subcategoria misto. A fim de contemplar essa coexistência, criamos a subcategoria “misto”. A propósito, essa subcategoria, conforme esperado, é a que apresenta o maior percentual de cartas, 43,8%. A ausência da categoria **atitude** nas cartas também é expressiva, 22,9%, ocupando a segunda colocação como percentual e como número de cartas. Na terceira posição, do maior percentual para o menor percentual, aparece a subcategoria julgamento estima social, com 17%, seguida pela subcategoria julgamento sanção social, com 6,5%.

As outras subcategorias apresentam juntas percentuais acentuadamente menos expressivos e sobre elas deveremos comentar mais detidamente nos parágrafos que seguem, assim como sobre as categorias que apresentaram percentuais expressivos.

Como pode ser notado, o elemento que mais teve recorrência foi a subcategoria julgamento estima social, com 17% dos casos. A estima social, como elucidado na parte teórica, diz respeito a valores como a normalidade (estar dentro de um padrão aceito pelo grupo), capacidade (possuir habilidades que levem a ser bem sucedido em determinada tarefa) e tenacidade (que reflete o nível de confiança que o grupo tem em o indivíduo executar determinada tarefa). A carta de número 88 nos permite exemplificar esta subcategoria.

(24) A descrição do artigo sobre Seattle é incrível (Oct. 24). Faz o leitor querer começar uma nova vida lá, or pelo menos visitar um lugar tão incrível. Charles Johnson mostra como a cidade tem uma enorme diversidade em cultura, pessoas, espécies, e mesmo clima. Adoraria visitar Seattle algum dia.⁴⁴

Andres Castillo, Mexico City, Mexico

Aqui, o leitor chamado Andres Castillo escreve da Cidade do México. Inicia a carta referindo-se à reportagem escrita por Charles Johnson sobre a cidade de Seattle. O teor

⁴⁴ This article’s description of Seattle is incredible (Oct. 24). It makes the reader want to start a new life there, or at least visit such an amazing place. Charles Johnson shows how the city has an enormous diversity in culture, people, species, and even weather. I’d love to visit Seattle someday. (88.1111)

avaliativo da carta é expresso de início pelo elogio que faz a Charles Johnson, evidenciando indiretamente a capacidade do autor da carta: *This article's description of Seattle is incredible* (“Esta descrição (do artigo) de Seattle é incrível”). Em seguida, o missivista reforça a sua afirmação ressaltando o efeito de ler o referido artigo: *Faz o leitor querer começar uma nova vida lá, or pelo menos visitar um lugar tão incrível*. E termina mostrando concretamente o comportamento discursivo adotado pelo autor do artigo: *Charles Johnson mostra como a cidade tem uma enorme diversidade em cultura, pessoas, espécies, e mesmo clima. Adoraria visitar Seattle algum dia*.

A próxima subcategoria mais recorrente foi julgamento sanção social. Lembramos que essa subcategoria expressa é formada pelos subcomponentes veracidade e propriedade. Estes procuram mensurar, ou avaliar, respectivamente, a sinceridade e a correção do objeto da avaliação. A carta de número 70 nos permite exemplificar o que agora explicamos. Vejamos a referida carta abaixo.

*(25) Apreciei o artigo sobre Ruth Dayan (Nov. 7). Mas estou desapontado pela manchete confusa. Não é a tese do artigo, apenas uma parte truncada de uma das muitas observações que Dayan fez enquanto compartilhava sua história de vida e opiniões em uma matéria complexa e calorosa.*⁴⁵

Amy J. Goldstein, Yardley, Pennsylvania

Nesta carta, Amy J. Goldstein começa por dizer que apreciou o artigo sobre Ruth Dayan, publicado na edição de 7 de novembro de 2011. No entanto, sente-se desapontado pelo título enganoso. Acrescenta que não se trata da tese do artigo, mas uma parte truncada dos muitos comentários feitos por Dayan ao compartilhar sua história de vida e opiniões em um caloroso e complexo assunto. Aqui, o autor da carta refere-se ao subtítulo do artigo *Zionism has run its course: these startling words were uttered last week in Tel Aviv by 95-old Ruth Dayan, widow of one of Israel's founding fathers* (O Sionismo cumpriu seu destino: estas palavras iniciais foram proferidas semana passada em Tel Aviv por Ruth Dayan, de 95 anos, viúva de um dos patriarcas fundadores de Israel). O missivista muito provavelmente refere-se ao fato de o subtítulo mencionado estabelecer implicitamente a importância de Ruth

⁴⁵ I enjoyed the article on Ruth Dayan (Nov. 7). But I'm disappointed by the misleading headline. It is not the article's thesis, just a truncated part of one of many remarks Dayan made while sharing her life story and opinions on a complex, heated subject. (70.1111)

Dayan em função de ser esposa de um dos fundadores do Estado de Israel. De qualquer modo, o escritor da carta coloca em dúvida a honestidade de quem assinou o artigo, apesar do elogio que faz no começo da missiva. A despeito disso, o enunciador deixa claro que a tese do artigo está em acordo com seu pensamento, procurando focalizar o que foi deixado de lado no corpo do texto-base. Explicando melhor, o missivista se ressentido do fato de o autor do artigo não ter se reportado em detalhes ao discurso feito por Dayan em Tel Aviv, salientando a desarmonia existente entre o título, *misleading* (enganoso) e o referido discurso de Ruth Dayan.

A terceira subcategoria mais recorrente é a apreciação: valor, com 3,3 por cento dos casos. O significado relacionado ao valor, lembramos, remete ao fator experiencial, revelando quão dada experiência valeu a pena, ou não. A carta de número 68 é um bom exemplo dessa ocorrência. Esta se refere ao artigo intitulado *Moscow mon amour*, publicado na edição de 14 de novembro de 2011. De fato, o artigo mencionado relata, sobretudo, as mudanças estruturais que têm ocorrido em dias recentes naquela cidade mundialmente conhecida. A carta a seguir acompanha a citada reportagem.

(26) A Rússia tem me fascinado desde que encontrei um ex-namorado bebendo vodka e murmurando coisas em russo. Penso que ele estava se transformando em sua mente – como seu país, Rússia. E talvez a única diferença foi que ele se transformou de um bicho selvagem (como nova Moscou). Quero ver essa cidade mágica que tem incrível poder de mudar a si mesma e outras. Obrigado por abrir meus olhos.⁴⁶

Ana Garcia, Mexico City, Mexico

Esta carta é oriunda da Cidade do México e foi escrita por Ana Garcia. Nela, a missivista faz menção a um encontro que teve com um ex-namorado na Rússia, fornecendo detalhes do citado encontro. Ana Garcia acrescenta, a exemplo do relato da reportagem sobre Moscou, que aquela personalidade estava em mudança, mas, se comparado com seu país, ele se transformou de um ser selvagem, como a nova Moscou. A missivista termina sua carta

⁴⁶ Russia has fascinated me since I found an ex-lover drinking vodka and muttering things in Russian. I think in his mind he was transforming – like his country, Russia. And perhaps the only difference was that he transformed from a wild beast (like new Moscow). I want to see this magical city that has such power to change itself and others. Thanks for opening my eyes. (68.1111)

ressaltando que gostaria de ver a cidade com o poder mágico de se transformar e transformar os outros. Como fechamento da carta, a leitora missivista agradece à autora do artigo por abrir seus olhos.

Percebe-se, pela leitura da carta, que a enunciativa estabelece uma relação entre o namorado e, em especial, a cidade de Moscou, focalizando centralmente o aspecto da mudança – ponto também central no artigo sobre Moscou. É fundamental notar que a mudança ocorrida na personalidade do namorado segue o caminho inverso da mudança ocorrida na cidade – como demonstrado ao longo do artigo. O aspecto do valor frisado por parte da leitora missivista está no fato de que o artigo, nos termos já analisados, ajudou-a a enxergar um fato até então não percebido por parte de Ana Garcia, o que representa uma experiência valiosa do ponto de vista da recompensa obtida pela leitura do artigo.

A quarta ocorrência em termos de percentual foi a apreciação: composição. A subcategoria composição diz respeito ao sentido e à complexidade do texto, respondendo as perguntas sobre se o texto faz ou não sentido e sobre se o texto é difícil de acompanhar. A carta de número 26 nos ajuda a exemplificar esse ponto.

(27) A análise brilhante de Simon Schama sobre a vida de Christopher Hitchens foi um regozijo absorver. Hitchens queria pagar o preço da dúvida com a confiança suprema de um homem real sem “fé” e rejeitou tratamentos velados (subornos) de religiões organizadas para “arrepender-se” de modo a poder evitar a corrupção da moralidade. Descanse em paz, meu amigo literato, até que nos encontremos algum dia na Ressurreição.⁴⁷

John J. May, Dublin Ireland

O autor da carta, John J. May, que escreve de Dublin, Irlanda, ressalta o brilhantismo do autor do artigo Simon Schama acerca de uma análise sobre Christopher Hitchens. É necessário dizer que a importância de Christopher Hitchens decorre de ser ele um crítico literário britânico de reconhecimento. O artigo trata do seu trabalho como crítico

⁴⁷ Simon Schama’s brilliant review of Christopher Hitchens’s life was a joy to imbibe, and my heart responds thus. Hitchens was willing to pay the price of doubt with the supreme confidence of a real man without “faith” and rejected the veiled threats (bribes) of organized religions to “repent” so he might avoid the corruption of morality. Sleep in peace, my literary friend, until we meet one day in the Resurrection. (26.0112)

literário, mas também da forma como esse cidadão britânico enfrentou o câncer até sua morte em 2011.

Ao procurar evidenciar o brilhantismo do artigo de Simon Schama, o leitor missivista destaca indiretamente o elemento da coerência como característica do referido artigo, já que, para que um texto expresse a qualidade do brilhantismo, ele deve ser necessariamente coerente. A fim de garantir a força do elogio que fez a Simon Schama, John J. May faz algumas observações que reiteram a linha adotada pelo articulista e conclui sua carta com votos de paz para o Christopher Hitchens. A seguir, exemplificaremos a subcategoria afeto positivo, a quinta mais recorrente no *corpus*.

Exemplificaremos a subcategoria afeto com a carta de número 37. Leiamos a referida carta.

(28) *Que capa cativante. Angelina Jolie não é apenas linda, mas é inteligente e se preocupa com questões globais. Grande história.*⁴⁸

Bruce Gustafson, Marquette, Michigan

Nesta missiva, o autor elogia a capa da edição publicada em 26 de dezembro de 2011, que traz uma foto de Angelina Jolie e remete ao artigo sobre ela intitulado *Possessed by war* (possuído pela guerra). O artigo fala sobre um novo filme da atriz encenado na Bôsnia, que aborda a questão da guerra naquele país. Como pode ser visto, a carta em questão é bastante curta. No entanto, o missivista consegue lançar um *flash* de luz sobre o artigo inteiro, pois consegue observar que o artigo da *Newsweek* procura considerar tanto a beleza da atriz, quanto o seu talento.

A carta em análise traz em si um teor avaliativo de afeto positivo, pois focaliza, positivamente, em primeiro plano, a atitude da publicação em trazer a foto da atriz em sua capa na referida edição.

O exemplo a seguir é sobre a apreciação reação, a quinta ocorrência em termos de percentual encontrada no *corpus*. A apreciação reação, conforme preconizada na Teoria da Valoração, refere-se ao fato de o enunciador, no caso o leitor missivista na relação com o texto-base, ter uma experiência prazerosa perante o enunciado a que responde. Assim, a

⁴⁸ What an eye-catching cover. Not only is Angelina Jolie beautiful, but she's intelligent and cares about global issues. What a great story. (37.0112)

reação que o enunciador relata diz respeito ao fato de ele ter ou não gostado do enunciado, ou ao fato de o referido enunciado ter prendido a sua atenção. A carta de número 20 traz a apreciação reação como elemento valorativo. Observemos essa carta transcrita abaixo.

(29) O artigo de Suzy Hansen sobre a ex-primeira dama egípcia é interessante, mas sua descrição das Senhoras Mubarak, Bush e Reagan como apresentando um “andar inanimado e assexuado” é curioso. Hansen não descreveu nenhum dos homens em termos de sexualidade e apelo sexual. Trinta anos atrás foi um jornalista marculino que impensadamente imprimiu um caráter de objeto às figuras públicas femininas. Penso que quanto mais as coisas mudam mais permanecem as mesmas.⁴⁹

Anna Scotti, Santa Monica, California

Ao ler a carta transcrita acima, observamos que o teor valorativo em foco pode concretamente ser identificado logo na primeira frase: *O artigo de Suzy Hansen sobre a ex-primeira dama egípcia é interessante*. A leitora missivista Anna Scotti afirma que o texto-base, no caso o artigo assinado por Suzy Hansen, é interessante, ou seja, causa interesse, prende a atenção. É necessário dizer que esta referência avaliativa por parte da leitora missivista é seguida por outra frase, também de teor avaliativo, conectada pela conjunção adversativa *mas*. Nessa segunda frase, Anna Scotti, observa que a descrição das senhoras Mubarak, Bush e Reagan como tendo um andar rígido (*inanimado*) e assexuado é para ela, a leitora, curiosa, visto que a mesma abordagem não é feita em relação aos respectivos maridos.

Em sua integridade, o objetivo da carta em análise não é simplesmente notificar que a leitora missivista considera o artigo intitulado *Egypt's Mean Queen* (A rainha principal do Egito) interessante, mas notificar a articulista sobre uma possível incoerência na abordagem dos gêneros masculino e feminino, revelando certo preconceito em relação ao gênero feminino. Contudo, a leitora missivista deixa claro que o artigo, em geral, causou-lhe interesse, o que configura o teor valorativo mencionado. Observamos, ao lado de nossa

⁴⁹ Suzy Hansen's article on Egypt's former first lady is interesting, but her description of Mrs. Mubarak, Mrs. Bush, and Mrs. Reagan as having a “stiff, sexless walk” is curious. Hansen didn't describe any of the men in terms of sexuality or sexual appeal. Thirty years ago it was male journalists who mindlessly objectified female public figures. I guess the more things change, the more they stay the same. (20.0112)

classificação da carta como apresentando uma característica de apreciação reação, que a palavra *curious* – usada na frase: *mas sua descrição das Senhoras Mubarak, Bush e Reagan como apresentando um “andar inanimado e assexuado” é curioso* – não reflete o mesmo teor valorativo observado na primeira frase da carta. A conjunção *mas* introduzindo a referida frase não deixa dúvida de que a palavra *curioso* possui uma carga de desaprovação. Esta desaprovação é corroborada pela comparação que a leitora missivista faz entre a abordagem dispensada para os homens (os maridos) e a abordagem dispensada para as mulheres mencionadas na missiva. Lembramos que um dos possíveis sinônimos para a palavra *curious* em português é, ao lado de curioso (um dos sinônimos encontrados), estranho. Não podemos deixar de reconhecer, no entanto, que o estranho também captura nossa atenção, de qualquer modo.

Finalmente, a sexta ocorrência mais frequente no *corpus* foi o afeto negativo. No que diz respeito a esta forma de valoração, o indivíduo relata tristeza ou desapontamento em relação ao que foi enunciado.

A carta de número 107 concretiza a única ocorrência para afeto negativo manifesto isoladamente, o que significa dizer que não encontramos qualquer outro aspecto valorativo na missiva. Leiamos a referida carta.

*(30) O que mais me incomodou em seu artigo sobre os doadores de esperma é a sua arrogância em assumir que estão contribuindo para a sociedade ao se masturbarem. O bando genético precisa de novas gerações de pais comprometidos, não de mais seringas egocêntricas.*⁵⁰

Noel Lenski, Boulder, Colorado

A carta acima foi enviada para o editor da *Newsweek* em resposta ao artigo intitulado *The coffee shop baby* (A criança da lanchonete), e assinado por Toni Dokoupil. O artigo trata da facilidade de encontrar um doador de esperma na internet. Na carta o leitor missivista chamado Noel Lenski, do Colorado, diz que o que mais o irritou no artigo sobre os doadores de esperma foi a arrogância em alegar que eles estão contribuindo para a sociedade ao se masturbarem. Diz ainda que o conjunto genético precisa de novas gerações de pais

⁵⁰ What bothered me most about your article on sperm donors is their arrogance in assuming they are contributing to society by masturbating. The gene pool needs new generations of committed parents, not more self-absorbed squirts. (107.1011)

comprometidos e não de “seringas” de mente estreita. A referida missiva detém a característica de ser valorativa de afeto negativo por sua totalidade. Especificamente, esta carta possui um teor valorativo de afeto negativo pelo fato de o autor afirmar na primeira frase que se irritou, pela razão já mencionada.

Apresentados os exemplos acima, resta-nos falar sobre o caso em que duas ou mais subcategorias estão presentes na mesma carta. Houve para casos de co-ocorrência um percentual significativo – 43,8% - perto da metade das missivas analisadas. Mostraremos a seguir exemplos em que a categoria afeto se manifesta com duas ou mais subcategorias. Vejamos a carta de número 60.

(31) Não sabia que a palavra “charlatão” também era usada em Inglês, mas é a palavra certa para descreve este palhaço.⁵¹

Robert Mata, Santo Domingo, Dominican Republic

A carta em questão se caracteriza por ser uma missiva curta e refere-se ao artigo publicado pela *Newsweek* em 21 de novembro de 2011 intitulado *Not just any old charlatan* (Não se trata de qualquer velho charlatão) e assinado por Barbie Latza Nadeau. Esta missiva foi categorizada como possuidora de afeto positivo, estima social e valor. Roberta Mata, autora da carta, começa por dizer que não sabia que a palavra *charlatão* também é usada em inglês, mas reconhece que a escolha do termo foi boa para descrever Berlusconi, um palhaço, na opinião do leitora missivista.

⁵¹ I didn't know the word “charlatan” was also used in English, but that's the right word to describe this clown. (60.1211)

A missiva em análise carrega indiretamente um afeto positivo, pois o autor apoia incondicionalmente a escolha feita da palavra *charlatão* na descrição de Berlusconi. Ao elogiar a escolha, a missivista também afirma indiretamente a competência do escritor do artigo referido. Finalmente, o texto da carta nos autoriza a afirmar que o leitor deixa implícito, por não fazer qualquer observação contrária ao artigo, que o texto valeu a pena em sua integralidade, caracterizando a subcategoria valor, subordinada à categoria apreciação. Analisemos um segundo exemplo de uma carta com teor valorativo misto. A carta de número 59 é um bom exemplo.

(32) Aprecio este artigo inspirador escrito por Barbie Latza Nadeau, do qual aprendi algumas noções importantes sobre meu país de nascença. Mas não acrescenta nada o fato de que Silvio Berlusconi é chamado de Cavaleiro II (O Cavaleiro) não somente por causa de que uma forma que os italianos usam para se referirem a ele como seu líder, mas porque ele foi de fato sagrado cavaleiro pela Ordem do Mérito do Trabalho.⁵²

Franco Pedroni, Trento, Italy

Esta carta também foi enviada para o editor em resposta ao artigo sobre Silvio Berlusconi, cujos detalhes já foram fornecidos anteriormente. A missiva foi escrita por Franco Pedroni, da Itália, e reflete um posicionamento de atitude com afeto positivo, julgamento estima social e apreciação reação mais composição e valor. Então, mostraremos estes elementos na carta.

O autor da missiva começa por dizer que aprecia o inspirado artigo escrito por Latza Nadeau, do qual aprendeu algumas ideias importantes acerca do seu país de origem. No entanto, o missivista afirma que de nada vale que Silvio Berlusconi seja chamado de Cavaleiro II em razão de que os italianos se referem a ele como seu líder, mas porque ele foi sagrado cavaleiro pela *Order of Merit for Labour* (Ordem do Mérito para o Trabalho).

⁵² I appreciate this insightful article by Barbie Latza Nadeau, from which I learned a few important notions about my native country. But it's worth nothing that Silvio Berlusconi is called II Cavaliere (The Knight) not merely because that's a way Italians refer to him as their leader but because he was actually knighted by the Order of Merit for Labour. (59.1211)

Em primeiro plano o missivista diz que gostou do artigo, o que nos leva a classificá-lo como portador de atitude: afeto positivo. Em segundo plano o missivista faz menção ao de que aprendeu noções importantes sobre a Itália, informação que nos autoriza a classificá-lo como possuidor do parâmetro apreciação: valor. Além do mais, o fato de o leitor missivista classificar o artigo como inspirado autoriza-nos a categorizá-lo como possuidor do parâmetro apreciação: composição. E finalmente, de um modo indireto, o escritor da carta deixa claro que o artigo prendeu sua atenção por todas as qualidades que aponta no texto. Apresentaremos a seguir um exemplo em que há ausência de parâmetros de valoração. É o caso da carta de número 55, a qual pode ser lida a seguir.

*(33) Quanta renda a América está perdendo para todos esses quintais de venda rentáveis e de escambo, e abaixo de contratransações que forcem o assalariado comum a suportar o peso de sustentar a nação? Estou certo de que a IRS dará atenção à renda de 654,85 dólares de Baedeker.*⁵³

Martin Bensky, Richland, Washington

Para entender esta missiva, escrita de Washington por Martin Bensky, necessário se faz entender o texto-base, o artigo intitulado *Rent my life* (Alugue minha vida), assinado por Rob Baedeker e publicado na *Newsweek* de 28 de novembro de 2011.

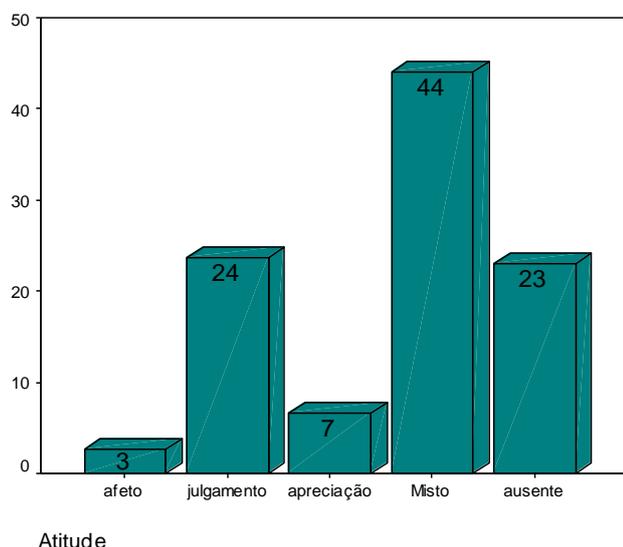
Martin Bensky escreve ao editor para chamar a atenção sobre as perdas do setor de arrecadação americano em relação ao tipo de atividade comercial descrito no artigo. Como pode ser observado, a carta não faz qualquer referência direta ao texto-base, mas aos efeitos adversos para a economia dos Estados Unidos em função da ausência de cobrança de impostos nas transações descritas no artigo. Então, observado o foco estabelecido para a detecção de teor valorativo em relação ao texto-base, ou mesmo ao coenunciador, autor do artigo, não se pode argumentar a favor da presença das categorias atitude, julgamento e apreciação, razão por que esta missiva não contribuiu positivamente em quaisquer dos percentuais expostos no quadro anterior. Isto não quer dizer absolutamente que a carta acima não possua teor valorativo. Na verdade, conforme afirma Martin e White (2005), todo texto

⁵³ How much revenue is America losing to all these rental, barter, yard-sale, and under-the-counter transactions that force the ordinary wage earner to bear the brunt of supporting the nation? I'm sure the IRS will make careful note of Rob Baedeker's \$654.85 income. (55.1211)

possui alguma marca de avaliatividade. No entanto, reiteramos que o teor avaliativo aqui exibido não apresentou como foco um desdobramento observado no artigo por parte do missivista.

Para entender as relações entre os percentuais, observe-se o quadro seguinte.

Gráfico 1: Atitude



A subcategoria **afeto** é a que detém o menor percentual, enquanto que a subcategoria **julgamento**, isoladamente, é a que detém o maior percentual. Logicamente, podemos adiantar aqui que para efeito de definição do gênero cartas ao editor, no que diz respeito ao *corpus* analisado, a subcategoria julgamento pode ser vista como um traço significativo do referido gênero, ainda que conjuntural. No caso, seria necessário estabelecer uma relação entre essa subcategoria e um *corpus* mais extenso e também colhido de outras publicações possuidoras de características semelhantes à revista *Newsweek*, como as revistas *Veja*, *Época*, *Times*, por exemplo.

Outra categoria de que fizemos uso da Teoria da Valoração é o **engajamento**. Conforme pode ser visto na tabela que segue, as duas subcategorias apresentaram equilíbrio no *corpus* estudado. Tem-se então um maior percentual de cartas que apresentaram o engajamento heteroglóssico, 53,6%, porém esse percentual é seguido de perto pelo grupo de cartas que apresentam o engajamento monoglóssico, 46,4%. Necessário se faz, então, cruzar essas subcategorias com outras categorias, a fim de que tal medida possibilite uma análise qualitativa desses cruzamentos, visto que, conforme pode ser notado, o equilíbrio em termos de percentual em si mesmo não explica muita coisa, fazendo-se indispensável verificar que

outras categorias estão presentes nas cartas que apresentam tanto o engajamento monoglóssico quanto o heteroglóssico.

Tabela 7 — Engajamento

Engajamento	Nº	%
Monoglóssico	71	46,4
Heteroglóssico	82	53,6
Total	153	100

A categoria engajamento requer exemplificação e análise, a fim que se torne clara não só em relação ao seu funcionamento, mas também em relação ao seu papel dentro da tese que aqui defendemos. Conforme Martin e White (2005), o engajamento monoglóssico se dá pela ausência de outras vozes do interior do enunciado, enquanto o engajamento heteroglóssico convoca outras vozes para o interior de certo enunciado. Analisaremos em primeiro plano o engajamento heteroglóssico, uma vez que este tipo de engajamento apresenta o maior percentual nas cartas. Analisemos um exemplo de engajamento heteroglóssico. A carta de número 48 apresenta esse tipo de engajamento. Leiamos a referida carta.

(34) O surgimento de China como um desafiante aos Estados Unidos na tecnologia de supercomputadores é preocupante (Dec. 5). Mas se a ameaça real repousa “na confecção de software” para essas máquinas, por que a China é um dos maiores de software da ANSYS. Não temos leis contra a exportação de tecnologia que pode ser prejudicial à nossa segurança? Pare que desejamos colocar sob ameaça nossa segurança pelo todo-poderoso metal.⁵⁴

Dale H., Tomlinson, Phoenix, New York

Esta carta refere ao artigo publicado pela *Newsweek* em 05 de dezembro de 2011, intitulado *Be afraid. Be very afraid* (Sinta medo. Sinta muito medo) e assinado por Dan Lyons. O artigo discute uma espécie de corrida cibernética polarizada pelos Estados Unidos e China. Nesta missiva fica clara a presença de outra voz no enunciado autorizado por Dale H.,

⁵⁴ China’s rise as a challenger to the U.S. in supercomputer technology is troubling (Dec. 5). But if the real challenge “lies in writing software” for these machines, why is China one of U.S. software company ANSYS’s biggest customers? Don’t we have laws against the export of technology that can be detrimental to our security? It seems we are willing to jeopardize our security for the almighty buck. (43.0112)

Tomlinson, uma vez que ele coloca entre aspas as palavras do próprio articulista: “*lies in writing software*”. Na verdade, o artigo a que se refere a carta é incorporado ao enunciado no princípio do texto, pois o missivista começa com uma afirmação, devidamente parafraseada, feita no artigo: *China’s rise as a challenger to the U.S. in supercomputer technology is troubling* (O surgimento da China como uma ameaça aos Estados Unidos na tecnologia de supercomputadores é perturbador). Na verdade, esse é o tema do artigo em sua totalidade.

Por uma leitura em câmera lenta, podemos observar que a convocação de outra voz para o interior da missiva se dá em função dos argumentos que o missivista pretende apresentar no meio e no final da carta, sugerindo uma possível solução para o que considera um grande problema para a nação americana.

Analisemos outra carta com engajamento heteroglóssico. A carta de número 27 traz esse tipo de engajamento. Leiamos a carta para melhor entendimento.

(35) Fitando a foto de Christopher Hitchens tragando um cigarro, segurando o maço em uma mão e uma bebida em outra, entristeceu-me de uma forma muito íntima. Um jornalista de tal envergadura e coragem, um homem que liberou a raça humana mentiras com segurança, não poderia (ou se recusaria) identificar a guerra pessoal e mortal que estrava travando com ambas as mãos. Se este triste nosso planeta é o “solo poluído” de uma civilização superior, como ele sugere, pode apostar que sua superioridade cerebral exclui a autodestruição insana. Como “Hitch” poderia tolerar sua própria ignorância?⁵⁵

David W. Page, Springfield, Massachusetts

Esta carta refere-se ao artigo intitulado *How Hitchens said goodbye* (Como Hitchens disse adeus), assinado por Simon Schama e publicado pela *Newsweek* na edição de 26 de dezembro de 2011. Na missiva o autor diz que se entristeceu profundamente ao fitar a

⁵⁵ Staring at the photo of Christopher Hitchens lipping a cigarette, holding the pack in one hand and a drink in the other, saddened me in an all-too-familiar way. A journalist of such verve and courage, a man who disabused humankind of its falsehoods with panache, could not (or refused to) identify the deadly personal war he was waging with both hands. If this sad planet of ours is the “dumping ground” for a superior civilization, as he suggests, you can bet their cerebral exceptionalism excludes mindless self-destruction. How could “Hitch” tolerate his own ignorance? (27.0112)

foto de Christopher Hitchens fumando um cigarro e segurando o maço em uma mão e uma taça de bebida em outra. Em seguida, observa, referindo-se a Hitchens, que um jornalista de tamanha energia e coragem, um homem que alertou com firmeza a humanidade sobre sua hipocrisia, não poderia personificar com ambas as mãos a guerra pessoal e mortal que encarou. O missivista diz ainda que se este nosso triste planeta é um *dumping ground*⁵⁶ (lixão) de uma civilização superior, como o próprio Hitchens sugere, pode-se apostar que a excepcionalidade (dessa civilização superior) exclui a autodestruição. Como Hitchens pôde tolerar sua própria ignorância? – pergunta o missivista.

Do ponto de vista do engajamento heteroglóssico, esta carta causa bastante interesse, pois o missivista aponta uma incoerência na personalidade homenageada pelo artigo e resolve colocá-la em destaque. Para tanto, o autor da carta procura dar voz ao próprio sujeito contestado – Christopher Hitchens – apresentando um de seus argumentos como forma de evidenciar a incoerência apontada. Mas, além da voz de Hitchens, presente na missiva, também identificamos a voz do articulista pelo uso da palavra Hitch, que é provavelmente uma maneira de mostrar proximidade afetiva com Hitchens. Pode-se observar que as linhas da argumentação se constroem em torno dessa aproximação solidária com a figura do jornalista inglês, identificada também no artigo da revista.

Apresentados exemplos sobre o engajamento heteroglóssico, mostraremos um exemplo sobre o engajamento monoglóssico. Este reflete a ausência de outras vozes ostensivamente indicadas no texto das cartas. A carta de número 53 é um exemplo de engajamento monoglóssico, como podemos ler logo abaixo.

⁵⁶ A expressão *dumping ground* foi usada por Christopher Hitchens em seu livro ***God is Not Great: How Religion Poisons Everything***, contextualizado no seguinte extrato: “My own view is that this planet is used as a penal colony, lunatic asylum and dumping ground by a superior civilization, to get rid of the undesirable and unfit. I can't prove it, but you can't disprove it either.”

(36) Desta distância, Michael Bloomberg se parece com um bom prefeito de uma cidade grande, mas seu poder midiático e aspirações devem fazê-lo começar a se parecer com um conhecido Silvio Berlusconi. Não é um pensamento bonito.⁵⁷

Clionna Dempsey, Edinburgh, Scotland

Esta carta, assinada por Clionna Dempsey, da Escócia, refere-se ao artigo publicado pela *Newsweek* em 28 de novembro de 2011. O artigo intitula-se *Bloomberg's World-Domination Plan* (O plano de Bloomberg para dominar o mundo) e foi assinado por Nick Summers. Na carta, não registramos a presença de vozes além da voz do missivista. Nela, o autor afirma que, de longe, Michael Bloomberg se parece com um bom prefeito de uma cidade grande⁵⁸. No entanto, prossegue o missivista, o seu poder no âmbito dos meios de comunicação pode fazer com que ele pareça com o “reputado” Silvio Berlusconi, o que não é uma ideia simpática, na opinião do autor da carta. Como pode ser constatado pela leitura, a missiva não acolhe outra voz além da sua. Vejamos mais outro exemplo.

A carta de número 64 é outro exemplo de engajamento monoglóssico, como pode ser constatado pela leitura da missiva.

(37) Para viajantes experientes, uma lista dos melhores filmes de viagem deve incluir Pan Nalin's Samsara. O melhor filme de viagem sobre os Himalayas deveria ser visto por todas as pessoas que amam viajar.⁵⁹

Poonam Sharma, Katmandu, Nepal

Assinada por Poonam Sharma, do Nepal, esta missiva foi escrita em referência ao artigo assinado por Justin Marozzi e intitulado *12 Best Travel Movies* (Os 12 melhores filmes de viagem). Como o título sugere, o artigo aborda filmes do cinema em que personagens executam jornadas associadas ao desenvolvimento do enredo. A propósito, o leitor missivista

⁵⁷ From this distance, Michael Bloomberg looks like a good mayor of a major city, but his media power and aspirations might make him start to look like a putative Silvio Berlusconi. Not a pretty thought. (53.1211)

⁵⁸ O missivista refere-se a Bloomberg como prefeito da cidade de Nova Iorque.

⁵⁹ For seasoned travelers, a list of the best travel movies must include Pan Nalin's Samsara. The best travel film ever about the Himalayas should be watched by all people who love traveling. (64.1211)

escreve para sugerir que o filme *Pan Nalin's Samsara* seja incluído na lista do articulista, observando que o filme de que sugere a inclusão é o melhor “filme de jornada” sobre os Himalaias, o qual deveria ser visto por todos que amam viajar. Esta carta, como claramente pode ser visto, não apresenta outras vozes diferentes daquela do missivista.

Como é razoável, o engajamento monoglóssico exclui o engajamento heteroglóssico. Obviamente, faremos uma análise mais detalhada da categoria engajamento no que concerne ao seu papel para o grau de responsividade/responsabilidade que aqui levantamos e defendemos. Devemos reforçar que nossa tese repousa fundamentalmente sobre o comportamento sistêmico de todas as categorias postas em relação. Até o presente momento, tratamos de apresentar todas as categorias e subcategorias importantes para o estabelecimento do grau de responsividade/responsabilidade que em última análise pretendemos demonstrar. Daremos sequência a esse processo de apresentação e exemplificação das categorias com o fator ideologia.

Esta categoria não se mostrou influente sobre o grau de responsividade. Calculamos que a ausência de influência se deve ao fato de que o teor avaliativo esteja presente nas cartas possuídas de naturezas diversas. Em outras palavras, a valoração não revelou conexão preponderante com a natureza disjuntiva ou com a natureza conjuntiva. Na próxima seção, analisaremos o fator ideologia presente nas cartas.

5.4. Ideologia

Como já explicamos, o componente ideológico é de capital importância no fenômeno da responsividade, especialmente quando o grau de responsividade/responsabilidade tende para mais. Neste sentido, reafirmamos que o conceito de ideologia com que trabalhamos é beneficiário tanto da teoria desenvolvida por Fairclough (2001) quanto por Thompson (2009).

Fairclough salienta que, sendo todo discurso necessariamente ideológico, é tanto uma propriedade de eventos quanto de estruturas. Endossamos, então, esta assertiva de Fairclough (2001). Contudo, optamos por buscar identificar em nossa pesquisa aquele discurso ideológico responsável pelo estabelecimento e manutenção de relações de dominação, de acordo com Thompson (2009).

Para Thompson a noção de ideologia encontra sustentação em três bases distintas: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido (das formas

simbólicas) se presta ao estabelecimento e manutenção das relações de dominação. Lembrando que o termo dominação tem, para o autor, sempre um sentido negativo. A propósito, é importante notar que para o citado teórico não é a estrutura hierárquica de determinada sociedade algo a ser suplantado, se tal estrutura baseia-se na justiça e na observância das necessidades essenciais dos indivíduos participantes do grupo social em essa hierarquia nasce e se estabelece. Já as relações de dominação se apresentam como um empecilho a ser vencido para que o indivíduo, notadamente aquele que se encontra no lado inferior da hierarquia social, tenha acesso aos meios fundamentais para a consecução da plenitude de sua existência.

5.4.1. Modos de operação da ideologia

Os modos de operação da ideologia são aqueles elencados e discutidos no capítulo II destinado à fundamentação teórica. Nossa preocupação central foi justamente identificar esses modos de operação da ideologia nas cartas e verificar como determinado modo de operação se comporta em relação a outras categorias que contribuem para mensurar o grau de responsividade. Uma vez que o grau de responsividade/responsabilidade é mensurado nas cartas, não nos preocupamos em identificar os modos de operação da ideologia nos textos da revista *Newsweek* a que se referem as cartas, a menos que a necessidade dessa identificação resultasse das características encontradas na missiva em análise. Contudo, na ficha de categorização, colocamos um item destinado a registrar se o leitor missivista faz ou não referência a qualquer tipo de manipulação ideológica.

Os modos de operação da ideologia constantes da ficha de categorização são os seguintes: legitimação por racionalização, legitimação por narrativização, dissimulação por eufemismo, unificação por padronização, reificação, legitimação por universalização, dissimulação por deslocamento, dissimulação por tropo e fragmentação. Nas referida ficha também procuramos registrar quando há mais de um modo de operação da ideologia em curso, ou mesmo quando não há nenhum modo de operação da ideologia registrado. Os modos de operação da ideologia identificados nas cartas nos ajudarão a entender a construção argumentativa das missivas, bem como observar, pela presença, se o grau de responsividade/responsabilidade tende para mais ou para menos. Asseguramos que uma análise complexa será feita com a devida atenção no capítulo vindouro. Por enquanto, limitar-nos-emos a apresentar cada modo de operação da ideologia nas cartas, a fim de

facilitar a apreensão e acompanhamento deles em uma análise mais complexa. Passemos, então, para a exemplificação dos modos de operação da ideologia acima listados.

Observando o quadro abaixo podemos visualizar os percentuais encontrados para cada modo de operação da ideologia e suas respectivas estratégias de construção simbólica. As estratégias de construção simbólica para cada modo de operação da ideologia encontram-se automaticamente colocadas ao lado de cada modo de operação. Assim, a legitimação como ocorrência no *corpus* apresentou o percentual de 49%; o *modus operandi* conhecido como dissimulação alcançou o percentual de 5,3%; a unificação, o terceiro *modus operandi* listado no quadro abaixo, alcançou o percentual de 0,7%; e a reificação alcançou o percentual de 3,9%. A ausência de modos de operação da ideologia nas cartas, colocada sob a tarja de *não se aplica*, detém o percentual de 35,2% das cartas. E a situação em que há mais de um modo de operação da ideologia em curso, que denominamos de misto, alcançou o percentual de 5,2% das missivas.

Tabela 8 — Ideologia

	Nº	%
Legitimação por racionalização	50	32,7
Legitimação por universalização	6	3,9
Legitimação por narrativização	19	12,4
Dissimulação por deslocamento	5	3,3
Dissimulação por tropo	3	2,0
Unificação por padronização	1	0,7
Fragmentação	1	0,7
Reificação	6	3,9
Não se aplica	54	35,3
Misto	8	5,2
Total	153	100

Neste ponto, consideramos necessário fazer alguns esclarecimentos. O primeiro deles é explicar por que não nos preocupamos em identificar os modos de operação da ideologia nos textos-base. Ora, quanto a isso, temos a dizer que os modos de operação da ideologia nos textos-base só nos interessam enquanto objetos da preocupação dos missivistas, uma vez que o grau de responsividade/responsabilidade é mensurado somente nas missivas, e não nos textos da revista *Newsweek*.

Uma segunda dúvida ou contestação que pode surgir deriva do próprio conceito de ideologia em Thompson (2009). Este autor diz que ideológica é qualquer forma simbólica usada para estabelecer e sustentar relações de dominação entre pessoas ou entre grupos. Ora, o referido teórico também afirma que os modos de operação da ideologia também servem

para subverter ou contestar relações de dominação. Esta perspectiva justifica a procura dos *modus operandi* da ideologia nas cartas, dado que, sob a perspectiva que adotamos, o leitor missivista não se encontra numa relação de simetria com a revista de onde retiramos o *corpus* que categorizamos em nossa pesquisa.

Outra explicação que devemos fornecer é sobre as interpretações que fazemos para afirmar que há um ou mais modos de operação da ideologia em ação em determinada carta. Neste aspecto, fundamentamo-nos tanto na observação do ato enunciativo como no fenômeno dialógico, tendo como referência Bakhtin (2000), que nos garante a relação necessária entre a carta e o texto-base. O dialogismo nos fornece a convicção de que toda enunciação deve relacionar-se com um enunciado anterior a ele, de modo a incorporá-lo. Quer dizer, toda resposta impõe uma atualização do enunciado a que responde. Nestes termos, devemos procurar traços do texto-base na carta, não só quanto à forma de intertextualidade que remete a ele, mas também com relação à direção argumentativa tomada. Neste sentido, a natureza da carta também pode nos ajudar a entender que direção a argumentação está seguindo. Desse modo, uma carta de natureza depreciativa, por exemplo, pode indicar o uso de um modo de operação da ideologia como forma de subversão de uma relação de poder desfavorável ao enunciador da carta.

Na carta de número 112 o missivista usa o modo de operação da ideologia conhecido por legitimação por racionalização. Thompson (2009) explica que a legitimação por racionalização se caracteriza por se tentar legitimar determinada relação de dominação usando fundamentos racionais que apelam para a legalidade das regras dadas. Para melhor entendimento, leiamos a carta transcrita abaixo.

(38) Fiquei chocado que Niall Ferguson mencionou somente de passagem a luta brava e destemida pelo seu Estado. A sugestão de que “eles conseguirão seu próprio estado somente quando dos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas estiverem convencidos de que não irão abusar dos privilégios de um estado trai o pensamento colonialista insidioso que tem arrastado o conflito por tanto tempo. De acordo com essa perspectiva, seria uma afronta para os palestinos ousar levar os israelenses a responder pelos crimes em curso e quebrar as leis internacionais.”⁶⁰

⁶⁰ I was struck that Niall Ferguson mentioned only in passing the Palestinians’ bold and brave bid for statehood. The suggestion that “they will get their own state only when the members of the U. N. Security Council are

James Baker, London, England

Esta carta possui natureza depreciativa e procura apresentar uma contraposição ao pouco valor que o articulista Niall Ferguson deu ao fato de que os palestinos têm sido corajosos em apresentar propostas para a criação de um estado. Diz o missivista, em seguida, que a ideia, expressa no artigo, de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas somente possibilitará a existência de um estado palestino quando os membros do referido conselho estiverem seguros de que os palestinos não irão abusar dos privilégios de possuírem um estado próprio trai a insidiosa mentalidade colonialista que tem arrastado o conflito por tanto tempo. Para James Baker, o autor da carta, essa ideia trai a insidiosa mentalidade colonialista a qual tem arrastado o conflito até o presente. O leitor acrescenta ainda que, considerando tal visão – a de Niall Ferguson expressa no artigo – seria uma afronta se os palestinos levassem as autoridades israelenses a responder por seus crimes atuais rompendo com acordos internacionais.

Alertamos, quanto ao modo de operação da ideologia identificado na carta, que o missivista não procura estabelecer uma relação de dominação com o autor do artigo, intitulado *You Were Expecting Statehood?* (Vocês estavam esperando um estado?). Antes, conforme já adiantamos, o missivista procura oferecer uma réplica a uma tentativa de manipulação ideológica por parte do missivista. No artigo, Ferguson apresenta um argumento racional para justificar por que os palestinos ainda não conseguiram instituir o seu Estado diante da comunidade internacional. O que o missivista faz é, por um argumento igualmente racional, evidenciar o equívoco do articulista, sem considerar a sua intencionalidade manipulativa diretamente.

Não afirmamos aqui que há relação de dominação do missivista para o articulista, mas do articulista para os leitores em geral. Como todo enunciado é na verdade uma resposta, inclusive uma resposta a possíveis interpretações, não podemos dissociar absolutamente, no que toca à questão ideológica, o artigo do texto-base. Devemos, ao contrário, adotar uma perspectiva dialética. Assim, de alguma maneira, a carta contém o texto-base, pois o incorpora de algum modo, com o fito de respondê-lo. É fácil entender por que não existe manipulação ideológica sem que um diálogo se estabeleça, ainda que a parte dominada se expresse somente

convinced they won't "abuse the privileges of statehood" betrays the insidious colonialist mindset that has dragged this conflict on for so long. According to this view, it would be an affront for the Palestinians to dare to take the Israelis to task for their ongoing crimes and breaches of international law. (112.1011)

para concordar com os termos do manipulador. Assim, uma resposta bem sucedida, no sentido da carta acima exposta, compreenderá a adoção dos recursos argumentativos do coenunciador, a fim de desautorizá-lo. Veremos a seguir um exemplo de legitimação por narrativização.

A construção argumentativa da carta de número 113 apresenta a legitimação por narrativização como forma de abordar o caráter ideológico do texto-base. Transcrevemos a carta logo abaixo.

(39) O foco de Niall Ferguson seria diferente se sua terra natal fosse dada a outro povo à medida que observasse sem esperança. Imagino que ele seria menos cavalheiro e não procuraria justificar o pleito dos palestinos simplesmente porque os polacos, durante o último século, sofreram tragédia ainda maior. A avassaladora maioria de ambos os lados quer a paz. Voltemos para as fronteiras de 1967, reconhecendo a Palestina como um estado independente e tornemos Jerusalém uma cidade internacionalmente administrada. E os vizinhos árabes de Israel reconheceriam e assinariam tratados de paz, garantindo a existência de Israel e suas fronteiras.⁶¹

Suleyman Tonbul, Istanbul, Turkey

Esta é uma missiva relativamente longa que trata do mesmo artigo tratado na carta 112. À primeira vista, é importante notar que o leitor missivista, chamado Suleyman Tonbul, escreve da Turquia. Esta carta também possui natureza depreciativa, pois o seu enunciador se contrapõe às ideias expressas por Niall Ferguson em seu artigo, cujo título já apontamos. Nela, o missivista desenvolve um tipo de narrativa que visa demonstrar os equívocos supostamente cometidos pelo articulista.

O missivista começa por afirmar que o foco de Niall Ferguson seria diferente se sua terra natal fosse dada a outro povo à medida que ele observasse isso sem esperança. Diz

⁶¹ Niall Ferguson's tune would be different if his homeland were given to other people as he looked on helplessly. I imagine he'd be less cavalier and would not seek to justify the plight of Palestinians simply because the Poles during the last century suffered even greater tragedy. The overwhelming majority on both sides wants peace. Let's go back to the 1967 borders, recognize Palestine as an independent state, and make Jerusalem an international U.N.-administered city. And Israel's Arab neighbors should recognize and sign peace treaties guaranteeing Israel's existence and borders. (113.1011)

que imagina que Ferguson seria menos cavalheiro e não procuraria justificar o infortúnio dos palestinos simplesmente porque os poloneses sofreram uma tragédia maior no último século. Afirma que a grande maioria em ambos os lados deseja a paz. Sugere retornar para as fronteiras existentes em 1967, reconhecendo os palestinos como um estado independente e tornando Jerusalém uma cidade internacional, administrada pelas Nações Unidas.

Pela leitura atenta desta carta, podemos notar que o missivista reprova sutilmente a perspectiva adotada pelo articulista ao procurar minimizar, conforme denunciado pelo autor da carta, a dimensão do problema dos palestinos ao compará-los com o sofrimento de outras nações durante a Segunda Guerra. A fim de justificar sua reprovação, o enunciador da carta insere o articulista no interior de uma narrativa como um personagem observador de origem palestina. O personagem criado para Niall Ferguson viu sua terra ser tomada por outro povo sem que ele pudesse fazer algo para evitar tal tragédia. Igualmente importante é o fato de que o missivista coloca em evidência a tentativa de minimizar a dor dos palestinos pela apresentação de uma tragédia supostamente maior. Observe-se que Niall Ferguson coloca em prática um recurso manipulativo, visto que tenta decrescer a importância do sofrimento do povo palestino em função do sofrimento de outros povos, apelando para aspectos quantitativos e não qualitativos. É também essa forma de manipulação que o leitor missivista coloca em evidência. Vejamos a seguir um exemplo de legitimação por universalização, encontrado no *corpus*.

A carta de número 64 é um exemplo desse *modus operandi*. Para possibilitar a sua leitura, transcrevemos a seguir a referida carta.

*(40) Para viajantes experientes, uma lista dos melhores filmes de viagem deve incluir Pan Nalin's Samsara. O melhor filme de viagem sobre os Himalayas deveria ser visto por todas as pessoas que amam viajar.*⁶²

Poonam Sharma, Katmandu, Nepal

A carta acima é interessante pelo fato de não apresentar natureza depreciativa em relação ao texto-base. Diferentemente, a missiva em tela apresenta natureza contributiva, pois o missivista visa dar uma contribuição à lista de filmes de viagem apresentada pela revista

⁶² For seasoned travelers, a list of the best travel movies must include Pan Nalin's Samsara. The best travel film ever about the Himalayas should be watched by all people who love traveling. (64.1211)

Newsweek. Este enunciado nos possibilita perceber que nem todo texto necessita apresentar uma abordagem de contraposição para conter um modo de operação da ideologia.

Na carta em análise, o leitor explica que uma lista de filmes de viagem deve incluir o filme *Pan Nalin's Samsara* que, em sua opinião, é o melhor filme de viagem sobre os Himalaias e deveria ser visto por todos aqueles que amam viajar. Aqui o enunciador da carta não explica por que o filme que sugere para a lista é bom. Apenas diz se tratar do melhor filme. O fato de acrescentar que o filme deveria ser visto por todos que amam viajar funciona como uma espécie de reforço a sua afirmação anterior. Notemos que a inclusão da palavra *ever* confere característica ao filme que o posiciona numa relação de atemporalidade e, portanto, de universalidade, já que não precisa ser inserido, no que toca à sua qualidade, em um contexto espacial. Passemos agora ao próximo exemplo.

Exemplificaremos na carta transcrita abaixo o modo de operação da ideologia denominado de dissimulação por deslocamento. A carta de número 60 é um exemplo; vejamos.

(41) *Não sabia que a palavra “charlatão” também era usada em Inglês, mas é a palavra certa para descreve este palhaço.*⁶³

Robert Mata, Santo Domingo, Dominican Republic

A presente carta já foi usada anteriormente para exemplificar outra categoria. Quanto ao modo de operação da ideologia, nesta missiva foi identificado o modo de operação chamado dissimulação por deslocamento, porque nela registramos a presença de dois termos usados aqui em um sentido conotativo. A primeira é a palavra *charlatan*; a segunda é a palavra *clown* (palhaço, em inglês). A dissimulação por deslocamento se caracteriza pelo emprego de um termo deslocado do seu uso habitual. Desse modo, há a transferência de conotações positivas ou negativas associadas ao termo, gerando como efeito uma forma de manipulação.

No exemplo acima, as palavras que foram deslocadas do uso habitual são *charlatão* e *palhaço*. Sabemos que a palavra *charlatão* não é usada para adjetivar políticos,

⁶³ I didn't know the word “charlatan” was also used in English, but that's the right word to describe this clown. (60.1211)

pois este termo é usado para descrever alguém que diz possuir capacidades de cura ou mesmo poderes mágicos os quais de fato não possuem. E como sabemos, a palavra palhaço denotativamente significa aquele profissional que geralmente trabalha em circo fazendo as pessoas rirem. É revelador notar que o leitor missivista usa a palavra *charlatan* numa relação com a palavra *palhaço*, ao dizer que a palavra *charlatão* é uma boa escolha no sentido de descrever o *palhaço* Berlusconi. Assim, a palavra *palhaço* assume uma densidade tal que chega a simular o seu uso denotativo normal.

Mostraremos agora um exemplo de dissimulação por tropo. Thompson (2009) explica que na dissimulação por tropo é aplicada uma forma de uso figurativo da linguagem que pode ser a metonímia, a sinédoque ou a metáfora. A carta de número 81 é um exemplo do uso da dissimulação por tropo, conforme a transcrição a seguir.

*(42) Humilde a despeito de sua riqueza, temente a Deus a despeito de seu sucesso, compassivo a despeito de sua força. Tudo isto em um pugilista: Pacquiao = Legend.*⁶⁴

J. T. Cruz, Bacacay, Philippines

O leitor missivista refere-se, na sua missiva, ao lutador de boxe Pacquiao – tema de um artigo da revista *Newsweek* publicado em 7 de novembro de 2011. O leitor missivista começa a carta fazendo referências diretas ao mencionado boxeador, dizendo que ele é humilde a despeito de sua riqueza, é temente a Deus a despeito do sucesso que alcançou e compassivo a despeito da força que possui. Diz que todas as mencionadas qualidades encontram-se em uma só pessoa: Pacquiao = a uma lenda.

Para melhor entendimento sobre a existência do modo de operação da ideologia identificado na carta em análise, devemos adiantar que a palavra lenda diz respeito, originalmente, às narrativas de caráter maravilhoso em que se exaltam certos atributos e valores considerados relevantes para determinada sociedade. Ao dizer que Pacquiao é uma lenda, o enunciador está associando as características primárias de uma lenda com a figura do boxeador a quem tece elogios. Devemos lembrar também, neste caso, das epopeias que construíam personagens cujos atributos figuravam entre aqueles dignos de serem cultivados e

⁶⁴ Humble in spite of his wealth, God-fearing in spite of his success, compassionate in spite of his strength. All these in a boxer: Pacquiao = Legend. (81.1111)

alcançados pelos homens comuns do mundo inteiro, como é o caso das epopeias de Homero. Assim, pelas razões expostas acima, afirmamos que a carta em apreço configura-se como um exemplo do uso da dissimulação por tropo.

Exemplificaremos o próximo modo de operação da ideologia, a unificação por padronização, na carta de número 107 transcrita logo abaixo.

*(43) O que mais me incomodou em seu artigo sobre os doadores de esperma é a sua arrogância em assumir que estão contribuindo para a sociedade ao se masturbarem. O bando genético precisa de novas gerações de pais comprometidos, não de mais seringas egocêntricas.*⁶⁵

Noel Lenski, Boulder, Colorado

A carta de número 107 já foi utilizada para servir de exemplo do afeto negativo, associado à Teoria da Valoração, ocasião em que já explanamos o seu conteúdo. Esta carta configura um caso de unificação por padronização porque procura universalizar um perfil, estendendo-o como um padrão a ser aceito universalmente.

Pela leitura atenta da missiva, pode-se notar que o seu enunciador estabelece uma contraposição a uma situação que reprova. Esta contraposição se dá entre um padrão inaceitável por parte do missivista – doadores de esperma (que o missivista chama de *absorbed squirts*) – e um padrão que ele fornece para substituir esse padrão indesejado – *committed parentes* (pais comprometidos). É necessário observar aqui que o termo *absorbed squirts*, que traduzimos livremente como seringas carregadas, funciona como o outro lado da mesma moeda no intento de estabelecer uma universalização por padronização, pois o enunciador da carta classifica os doadores de esperma desta forma, como seringas carregadas. Esta estratégia argumentativa posiciona os mencionados doadores como seres objetificados, destituídos de subjetividade, ou de alma. Assim, ao criar um padrão negativo, o enunciador oferece um padrão positivo que deve substituí-lo – *the gene pool needs a new generation of committed parentes* (o conjunto genético precisa de uma nova geração de pais comprometidos).

⁶⁵ What bothered me most about your article on sperm donors is their arrogance in assuming they are contributing to society by masturbating. The gene pool needs new generations of committed parents, not more self-absorbed squirts. (107.1011)

O nosso próximo exemplo é sobre a fragmentação. Esta é um tipo de modo de operação da ideologia que procura alcançar uma relação de dominação por ter efeito oposto ao da unificação. Consiste na segmentação de indivíduos e grupos de indivíduos que representam perigo ao poder. De outro modo, a fragmentação também pode apresentar-se como resultado da direção de forças de oposição potencial a um alvo que é retratado como mal, perigoso e ameaçador. A carta de número 08 é um exemplo, como pode ser lido na transcrição que segue.

(44) *Sou uma avó de 76 anos e fico muito ofendida com sua capa chamando metade da população americana de estúpida e dividindo nosso país.*⁶⁶

Nora Jackson-Roberts Palmetto, Florida

Nesta missiva, a enunciativa Nora Jackson-Roberts, da Flórida, diz que se sente ofendida, na condição de avó, pela capa da *Newsweek* chamando metade da população dos Estados Unidos de *dumb* (estúpida), gerando como efeito dividir a nação. A referida capa, lembramos, está na edição de 23 de janeiro de 2012 cuja manchete é *Why are obama's critics so dumb?*. Indiretamente a autora da carta faz referência ao fato de os eleitores americanos, grosso modo, poderem ser associados aos dois partidos principais dos Estados Unidos: o Partido Republicano e o Partido Democrático. Neste caso, os críticos de Obama, os eleitores do Partido Republicano, segundo a missivista, foram chamados de estúpidos, o que gera como efeito dividir a população entre inteligentes – os eleitores do Partido Democrático – e estúpidos – os eleitores do Partido Republicano. É necessário observar que isto não é afirmado categoricamente no artigo. Mas é lógico pensar, como salientou a missivista, que, se os críticos de Obama são estúpidos, também são estúpidos aqueles que não votaram nele. Ao denunciar a tentativa de manipulação ideológica, a missivista opta por minar essa relação de poder ilegítima. Quer dizer, é natural a existência de pensamentos discordantes no interior de um regime democrático. A seguir exemplificaremos a reificação como modo de operação da ideologia com a ajuda da carta 22, transcrita no parágrafo abaixo.

A reificação, conforme Thompson (2009), consiste em descrever uma situação transitória como permanente, natural, atemporal. Os processos, então, são descritos como

⁶⁶ I'm a 76-year-old grandma and take great offense at your cover calling half the U.S. population dumb and dividing our country. (08.0212)

coisas ou como acontecimentos praticamente naturais, de modo a obliterar a faceta histórica daquele processo ou acontecimento. Leiamos a carta abaixo para melhor entendimento.

(45) Que linda história! Obrigado à persistência de Rhona Murphy, às coisas indizíveis feitas às mulheres no Congo não serão feitas a esta garota. Sim há crianças sofrendo no sistema dos Estados Unidos também, mas acredito que criança e mãe encontram-se, e neste caso elas estavam em diferentes continentes.⁶⁷

Ivanna Farro, Mexico City, Mexico

Nesta carta a autora da carta Ivanna Farro, que escreve do México, elogia o artigo da *Newsweek* intitulado *Light, in the Heart of Darkness*, assinado por Rhona Murphy e publicado em 09 de janeiro de 2012. O artigo retrata a situação de crianças órfãs na República do Congo.

A carta em análise foi classificada como apresentando uma ocorrência de reificação pelo fato de a leitora missivista classificar um acontecimento fortuito – o fato de uma criança encontrar uma mãe adotiva – como algo de natureza atemporal, ao dizer que *child and mother find each other* (filha e mãe encontram uma à outra). Na verdade, sabemos que isso nem sempre ocorre, pois os orfanatos de países pobres estão muitas vezes superlotados de crianças órfãs aguardando pais adotivos.

É interessante notar aqui que a mãe adotiva descrita no artigo reside nos Estados Unidos, país em que há crianças esperando por adoção nos orfanatos. Por isso mesmo, a leitora missivista procura justificar o fato de uma mulher americana não ter adotado uma criança de orfanatos americanos, propondo que mãe e filho compartilham de um destino previamente traçado, para o qual têm de se encontrar a fim de cumpri-lo, ainda que estejam em continentes diferentes.

Mostraremos agora um exemplo em que foi identificado mais de um modo de operação da ideologia na carta. Neste caso, a carta foi classificada como mista. Estes casos são menos raros do que imaginamos previamente, pois apresentam 5,2% dos casos, um

⁶⁷ What a beautiful story! Thanks to Rhona Murphys's persistence, the unspeakable things done to women in Congo will not happen to this girl. Yes, there are children languishing in the U.S. system too, but I believe child and mother find each other, and in this case they were on different continents. (22.0112)

percentual significativo se posto diante de outros percentuais encontrados para o mesmo *corpus*.

A carta de número 44 é um exemplo em que há mais de um modo de operação da ideologia posto em ação. Transcrevemos a referida carta logo abaixo.

*(46) O artigo de Simon Schama atinge a unha precisamente no centro. É erudito, conciso e visionário. É tempo de aqueles entre nós que sabem e entendem a catástrofe que acontecerá se a União Européia for deixada a sucumbir falarem. Não podemos permitir que a voz estridente do nacionalismo e do interesse mesquinho prevalecer.*⁶⁸

Flo Clucas, Brussels, Belgium

A carta em análise refere-se ao artigo publicado pela *Newsweek* em 12 de dezembro de 2011 intitulado *Why you should care about Europe* (Por que deveríamos nos preocupar com a Europa). O artigo aborda o tema da crise econômica na Europa relacionando-a ao ressurgimento de movimentos ultranacionalistas. Esta missiva possui duplo modo de operação da ideologia porque faz uso figurativo da linguagem, caracterizando a dissimulação por tropo, ao mesmo tempo que usa a legitimização por racionalização.

A dissimulação por tropo consiste no uso da expressão *Simon Schama's article hits the nail squarely on the head* (O artigo de Simon Schama atinge a unha justamente na cabeça). Esta metáfora lança uma impressão densa sobre o artigo como um todo, pois ao mesmo tempo que faz um elogio sobre sua eficácia, também transmite a ideia de uma ação necessária – a advertência sobre possíveis consequências na crise na Europa do euro – evidenciando a sobriedade do articulista.

O segundo modo de operação da ideologia nesta carta é uma forma de legitimização por racionalização, pois o enunciador lança um argumento que apela para a razão do seu enunciador: *É erudito, conciso e visionário*. Vale notar que os dois modos de operação da ideologia atuam em conjunto, reforçando-se mutuamente. Outro aspecto a ser observado é que

⁶⁸ Simon Schama's article hits the nail squarely on the head. It's erudite, concise, and prescient. It is time that those of us who know and understand the catastrophe that will result if the European Union is allowed to fail to speak out. We cannot permit the strident voices of nationalism and short-term self-interest to prevail. (44.0112)

esta missiva é de natureza laudatória. Neste caso constatamos o fenômeno do alinhamento do leitor missivista com as ideias do articulista.

Observada em sua totalidade, a missiva em análise é composta por dois blocos gerais. O primeiro bloco lança a impressão do missivista sobre a qualidade do pensamento do articulista. O segundo bloco sumariza a ideia geral identificada no artigo.

Para finalizar, devemos mencionar o caso em que nenhum modo de operação da ideologia foi identificado. Como o próprio Thompson (2009) afirma, um modo de operação da ideologia só existe em função da intenção de estabelecer uma relação de dominação. Neste caso, um aspecto a ser observado em cada carta é o coenunciador da missiva. Nem sempre o coenunciador é o editor ou o articulista. Em muitos casos, o coenunciador eleito pelo leitor missivista é o leitor em geral da revista. Assim, pode ocorrer de o leitor missivista incorporar o modo de operação da ideologia aplicado no artigo a fim de potencializar seu efeito sobre o leitor em geral. Por isso mesmo, uma análise mais complexa é indispensável, a fim de que possamos estudar o fenômeno da responsividade/responsabilidade considerando outras categorias.

Outro aspecto a ser avaliado, é a preferência majoritária por determinado modo de operação da ideologia. Entender este aspecto nos possibilitará entender o embate dialógico entre o leitor missivista e o seu coenunciador, bem como estabelecer um perfil mais próximo da realidade do gênero cartas ao editor, pelo menos no que diz respeito ao grau de responsividade. É necessário também levar em consideração que a escolha mais frequente por determinado modo de operação da ideologia lança luz sobre as relações de poder implicadas entre os enunciados carta e texto-base, entre o enunciador da carta e seu co-enunciador, entre leitor missivista e a revista *Newsweek*. Até aqui, nosso objetivo tem sido simplesmente apresentar exemplos das categorias que nos possibilitarão mensurar o grau de responsividade, a fim de que seja possível propor um padrão responsivo relacionado ao grau para os textos em geral.

O fato de podermos trabalhar com os modos de operação da ideologia na categorização do *corpus* escolhido revela a consistência da formulação teórica feita por Thompson (2009). Do ponto de vista do grau de responsividade/responsabilidade, esta categoria revelou ser de capital importância para o entendimento do fenômeno da responsividade ativa, particularmente no sentido de entender a busca, por parte do leitor missivista, do equilíbrio das relações de poder entre os enunciadores. Agora nos ocuparemos em abordar o quesito **referência à manipulação ideológica**, que nos ajudará a entender

melhor qual o nível de consciência que o leitor missivista possui em relação ao componente ideológico existente nos textos da revista *Newsweek*.

5.4.2. Referência à manipulação ideológica

A referência à manipulação ideológica é também uma categoria importante, pois é capaz de fornecer evidências da percepção do leitor missivista acerca de qualquer processo de manipulação ideológico em curso, identificado por ele no texto-base. A presença de alguma referência à manipulação ideológica sinaliza para a possibilidade de uma atuação harmônica de outras categorias que em sua totalidade remetam para um elevado grau de responsividade, identificável na carta. Essa referência também aponta para o fato de o leitor missivista ter consciência dos mecanismos de manipulação ideológica, ainda que essa consciência não seja dada pelo conhecimento, por exemplo, dos modos de operação da ideologia estabelecidos por Thompson (1995), ou por qualquer outro teórico dessa área de que não tenhamos conhecimento bibliográfico. Contudo, é da ciência geral das pessoas, e até do senso comum, de que existem ideologias circulando dentro das sociedades e, conseqüentemente, há manipulações ideológicas em curso que têm por objetivo estabelecer e manter relações de poder assimétricas. Neste sentido, é razoável pensar que os leitores missivistas da revista *Newsweek* também estejam alerta para a referida possibilidade de manipulação.

No entanto, a simples ausência de uma referência direta à manipulação ideológica não significa que o leitor missivista não tenha consciência dela ou que não a tenha identificado no texto-base. Desse modo, faz-se necessária, conforme já temos reiterado, uma análise qualitativa, pois o leitor missivista pode optar por oferecer uma contraposição que esteja velada por manobras linguísticas que podem ser veiculadas pela escolha de uma forma de intertextualidade remissiva, a ironia, por exemplo, ou mesmo por qualquer outro tipo de recurso como, por exemplo, uma simples correção ao conteúdo do texto-base. Contudo, no caso da presença da referência à manipulação ideológica, é indispensável uma análise cuidadosa, a fim de entender como esse dado se interrelaciona com outras categorias e como ele pode contribuir para corroborar ou negar nossa hipótese fundamental – a escalaridade como traço da responsividade/responsabilidade na acepção bakhtiniana. Para um melhor esclarecimento sobre a referência à manipulação ideológica, vejamos a tabela a seguir.

Tabela 9 — Referência à manipulação ideológica

Referência	Nº	%
Presente	52	34
Ausente	101	66
Total	153	100

Como é possível ver na tabela, a referência à manipulação ideológica está presente em 52 cartas do *corpus* que analisamos. A nosso ver, esse percentual revela o forte caráter argumentativo-responsivo do gênero cartas ao editor, pois, embora represente apenas 34% do total de cartas, possui o valor qualitativo considerável porque a simples identificação de manipulação ideológica em curso estabelece um caráter disjuntivo que deve necessariamente ser visto.

A propósito do que foi dito acima, o percentual de cartas em que não há referência à manipulação ideológica é 66%. Mas, conforme já dissemos, é útil e necessário verificar se essa ausência não está compensada por qualquer outro recurso que não seja uma referência direta ao tipo de manipulação em questão. Assim, faremos uma análise com o auxílio das cartas, em relação a essa categoria e também com relação ao cruzamento dessa categoria com outras, a fim de verificar se nossa hipótese central pode ser corroborada ou negada nesses termos. Mas a mensuração em termos de percentual da relação entre o leitor missivista e o seu coenunciador também poderá ajudar a esclarecer, a exemplo da referência à manipulação ideológica, o aspecto ideológico veiculado nas cartas. Devemos observar nas cartas como se dá a referência à manipulação ideológica. A carta de número 110, transcrita abaixo, possibilita-nos um melhor entendimento.

*(47) Era necessário focalizar tanto a aparência de Camila Vallejo? Do cabeçalho ao seu “sorriso largo”, e seus “olhos verdes suaves”, esta “estudante sedutora” é considerada “um melhor encaixe em andar felino”. Sério? Qual a relevância disto para o ativismo no Chile?*⁶⁹

Jo Doyle, Luanda, Angola

⁶⁹ Was it necessary to focus so much on Camila Vallejo’s looks? From the headline to her “billboard smile,” and her “soft green eyes,” this “student siren” is considered “a better fit on the catwalks.” Seriously? What’s the relevance of this to her activism in Chile? (110.1011)

Nesta carta, o leitor missivista Jo Dyle, que escreve de Angola, indaga, referindo-se ao artigo publicado na edição de 10 de outubro de 2011 intitulado *Hard-left heartthrob* e assinado por Mac Margolis, se era necessário focalizar tanto a aparência de Camila Vallejo. O missivista destaca, entre aspas, os adjetivos em referência à aparência de Camila Vallejo como *billboard smile* (um sorriso claro) e *soft green eyes* (olhos verdes suaves). No final, o leitor missivista pergunta qual a relevância desse destaque para o ativismo de Camila Vallejo no Chile. É interessante observar que o artigo traz uma foto de Camila Vallejo em que ela posa para uma foto, claramente destacando suas qualidades físicas.

Não podemos deixar de notar que esse missivista é de Angola, um país preponderantemente de raça negra. O leitor se mostra incomodado com o destaque de características definidoras da raça branca expostas no artigo. Assim, embora o enunciador da carta não faça referência direta à manipulação ideológica por parte do articulista, o conjunto das referências destacadas, todas ligadas à aparência da personalidade homenageada no artigo, nos autorizam a afirmar que o missivista denuncia em sua carta a tentativa de associar o mérito de Camila Vallejo ao fato de pertencer à raça branca, caracterizando uma tentativa de manipulação ideológica que sugere delicadamente a existência de qualidades especiais associadas a determinada raça.

Mostraremos mais um exemplo de referência à manipulação ideológica feita pelos leitores missivistas. A carta de número 137 traz uma referência objetiva por parte do leitor missivista acerca da manipulação ideológica encontrada no artigo intitulado *Philosopher of B.S.* e publicado na edição de 12 de setembro de 2011, assinado por William Underhill. Transcrevemos a referida carta abaixo, a fim de facilitar a leitura e necessária compreensão.

(48) Fiquei profundamente ofendido pelas fotografias que acompanham o seu artigo sobre o novo livro de Stephen Law. A implicação é óbvia: aqueles que acreditam na fé católica estão crendo em esterco. Como pode uma revista tão conceituada endossar uma posição tão ridícula e blasfema, especialmente uma tão intolerante? Vale a pena lembrar a frase de G. K. Chesterton, “O louco não é um homem que perdeu sua razão. O louco é o homem que perdeu tudo exceto a razão.”⁷⁰

⁷⁰ I was deeply offended by the photographs accompanying your article on Stephen Law’s new book. The implication is obvious: those who believe in the Catholic faith are believing in bullshit. How could such a reputable magazine support such a ridiculous, blasphemous position, especially one so intolerant? It might be

Mark Kalpakgian, Gaming, Austria

Nesta carta, o leitor missivista se revela profundamente ofendido pelas fotografias que acompanham o artigo sobre o livro de Stephen Law. Afirma que há implicações que são óbvias: aqueles que acreditam na fé católica acreditam em asneiras. Pergunta como uma revista de tanta reputação como a *Newsweek* acolhe uma posição blasfema e ridícula, particularmente tão intolerante. Conclui lembrando uma frase de G. K. Chesterton: “*The madman is not the man who has lost his reason. The madman is the man who has lost everything except his reason.*” (O louco não é aquele que perdeu a sua razão. O louco é aquele que perdeu tudo com exceção de sua razão.)

As fotografias referidas pelo leitor missivista são duas. Uma traz a estátua de uma mulher (jovem) adorando uma imagem da Virgem Maria que aparece na outra foto. Na primeira imagem, uma frase incompleta diz: *Eu sou a*; a segunda frase parece completar a primeira e diz: *concepção*. As duas imagens com as duas inscrições parecem exercer um efeito discursivo negativo sobre o leitor. Mas o efeito que parece incomodar o leitor missivista é o fato de as imagens serem associadas ao título do artigo: *Philosopher of B.S.* (filósofo da besteira). A sigla *B.S.* remete à associação direta **BULLSHIT**. De fato, o subtítulo do artigo é o seguinte: BRITISH ACADEMIC STEPHEN LAW IS INTENT ON WARNING PEOPLE ABOUT THE PERILS OF BULLSHIT, claramente usando a palavra *bullshit*, como sugere o título.

Não se pode negar que a associação sugerida pelo leitor missivista é inevitável. É importante observar que o uso de *B.S.* em vez de *bullshit* sugere uma forma de organização institucional das asneiras supostamente combatidas pelo autor do livro, o que cria um efeito discursivo mais potente do que o mero uso da palavra em questão.

A referência à manipulação ideológica feita pelo leitor missivista remete ao fato de que muitos dos enunciadores da carta não só têm consciência do elemento ideológico presente no texto-base como também são capazes de identificá-lo objetivamente no texto. Feitas as explanações, com exemplos, do que entendemos por referência à manipulação ideológica, não consideramos necessário exemplificar a ausência de referência à manipulação ideológica. Então, tentemos entender a próxima categoria, a posição ideológica.

worth remembering G. K. Chesterton’s phrase, “The madman is not the man who has lost his reason. The madman is the man who has lost everything except his reason.” (137.0911)

5.4.3. Posição ideológica

No que se refere ao componente ideológico da nossa pesquisa, consideramos oportuno e útil mensurar em termos de percentual o que chamamos de posição ideológica. A posição ideológica significa entender em dois extremos, da disjunção e da conjunção, a relação que o leitor missivista venha a estabelecer, *a priori*, com o editor – seu coenunciador primário, por assim dizer. Se a posição ideológica é conjuntiva significa que o leitor missivista se alinha com a posição ideológica veiculada no texto-base. Se a posição ideológica é disjuntiva, significa que o leitor missivista adota uma posição ideológica estranha àquela veicula pelo texto-base a que a carta se refere. Na prática, a posição ideológica deriva diretamente da natureza da carta. Então se a carta dirigida ao editor for de natureza contributiva, laudatória ou sugestiva, dizemos que a posição ideológica é conjuntiva entre leitor missivista e seu coenunciador. Se a carta apresentar natureza depreciativa ou corretiva, dizemos que a posição ideológica é disjuntiva.

No quadro abaixo, observa-se que o maior percentual está com as cartas que apresentam uma posição ideológica conjuntiva (68%), e o menor percentual encontra-se com a posição ideológica dita disjuntiva (32%). Isto significa, grosso modo, que se tem quase a proporção de uma posição ideológica disjuntiva a cada 3 cartas. Vejamos, então o quadro a seguir.

Tabela 10 — Posição ideológica leitor/editor

Posição	Nº	%
Disjuntiva	49	32
Conjuntiva	104	68
Total	153	100

Logicamente, o quadro acima representa um dado a mais que nos possibilitará tirar conclusões mais seguras acerca do grau de responsividade, nossa hipótese central. Neste sentido, é precípua uma análise qualitativa, não só do ponto de vista da categoria em si mesma, mas também do ponto de vista da relação dessa categoria com outras categorias presentes em nosso estudo, como, por exemplo, o coenunciador. Este estará sempre presente no interior da carta, ainda que o leitor missivista se dirija a um coenunciador genérico. A presença do coenunciador nas cartas ao editor será estudada no interior do nosso estudo sobre as relações de poder no *corpus* aqui analisado. No que se refere à posição ideológica, não

consideramos necessário apresentar exemplos, pois já exemplificamos a categoria natureza da carta. Falaremos a seguir sobre as relações de poder.

O agrupamento das diversas naturezas de carta mapeadas anteriormente mostrou-se bastante útil para a mensuração e conseqüente entendimento do grau de responsividade/responsabilidade nas missivas. Entretanto, alertamos para o fato de que mesmo entre cartas de natureza disjuntiva, por exemplo, haver uma espécie de hierarquia que deve ser observada, o que faremos na oportunidade de uma análise complexa. Este capítulo destina-se a apresentar as categorias de análise com exemplos. A próxima categoria é a que denominamos “presença do coenunciador”. Esta também se mostrou de grande valor para o entendimento do grau de responsividade/responsabilidade presente nas cartas.

5.4.4. Presença do coenunciador

A designação de um coenunciador, ou mesmo a escolha de não designá-lo reflete o aspecto da comunicação dialógica envolvida nas relações de poder. Então, é na interação entre enunciador missivista e o coenunciador, direta ou indiretamente conectado ao texto-base, que se pode flagrar a relação de poder em curso. Sobre as relações de poder, defendemos que todo ato comunicativo está imerso invariavelmente dentro dessas relações. Esta afirmação deriva da constatação de que todo texto, toda enunciação carrega sempre um teor ideológico. Assim sendo, em todo ato comunicativo estará sempre presente a tensão ideológica que, mesmo gerada dentro de relações de poder ditas simétricas, é passível de identificação. Neste sentido, postulamos que nenhuma troca comunicativa é perfeitamente simétrica, visto que é impossível estabelecer ou defender uma simetria perfeita, mesmo entre enunciadores detentores de posições sócio-econômico-políticas idênticas. Haverá sempre uma tensão mínima no interior do fenômeno comunicativo, portanto.

Conforme explicado anteriormente, o coenunciador está sempre presente nas cartas ao editor, ainda que não seja objetivamente nomeado, como é o caso do coenunciador genérico. Para afirmar objetivamente a presença de dado coenunciador, usamos a referência direta do leitor missivista ao coenunciador escolhido para dirigir sua carta. Os tipos de coenunciadores detectados em nossa análise foram os seguintes: editor, articulista (autor do texto-base), outros leitores, genérico. Mas ao contrário do que somos induzidos a pensar pela designação do gênero como “cartas ao editor”, não é o editor o coenunciador mais frequente nas cartas ao editor da revista *Newsweek*. De fato, o coenunciador mais frequente é o próprio

articulista, o que não é ilógico, dado que é bastante razoável pensar que o que motiva efetivamente o envio de uma carta para o editor é objetivamente o texto-base, na forma de um artigo ou reportagem. Assim, na relação entre a carta ao editor e o texto-base, é compreensível que o coenunciador natural para o leitor missivista seja o articulista.

O segundo maior percentual foi registrado para as cartas em que o coenunciador é genérico (43,8%). Ou seja, o leitor missivista não elege objetivamente nem os leitores da revista, nem o editor, nem o articulista como seu coenunciador. Neste caso, qualquer uma das possibilidades, o editor, o articulista ou os leitores, pode estar na mente do missivista, sem deixarmos de considerarmos a possibilidade de todos os coenunciadores mencionados aqui estarem na mente do autor da carta. Devemos, inclusive, considerar a possibilidade de o autor da missiva usar o coenunciador genérico como estratégia discursiva para contemplar as três possibilidades de coenunciadores encontradas em nossa análise.

Avaliamos ser importante procurar entender a razão de o maior percentual, 50,3% de coenunciador articulista, ser seguido proximamente pelo segundo maior percentual, coenunciador genérico, 43,8%. Quer dizer, essa relação de proximidade não se mantém para os outros coenunciadores, levando em conta a totalidade das cartas. No entanto, é também curioso o fato de que o coenunciador editor (5,2%) ser seguido proximamente pelo coenunciador “outros leitores” (0,7), estando estes dois últimos a uma “distância” apreciável dos coenunciadores de maior percentual. No caso, reiteramos o que dissemos para outras variáveis, é necessário entender qualitativamente os resultados que obtivemos pela análise quantitativa. É relevante também o fato de o editor ocupar percentualmente a penúltima colocação como coenunciador, só perdendo para o coenunciador “outros leitores”.

Se entendermos que o editor representa em última análise a própria revista *Newsweek*, podemos inferir que, do ponto de vista ideológico, o baixo interesse do leitor missivista pelo editor como seu coenunciador pode significar que aquele não aborda o caráter ideológico do texto-base como resultado também de uma política editorial autorizada pela publicação. Quer dizer, na prática, ainda que o escritor da carta tenha consciência de que dado texto-base deve estar em harmonia com uma política editorial – que abraça uma ideologia pré-definida – ele prefere travar seu embate ou com o próprio articulista, ou como segunda possibilidade, com um coenunciador genérico. Neste sentido, adiantamos que faremos uma análise qualitativa dos casos em que a posição do leitor missivista é disjuntiva e elege como seu coenunciador o próprio editor, como é natural esperar.

Em todo caso, devemos lembrar que toda carta destinada à revista deve ser objetivamente enviada ao editor, que é o responsável também por selecionar e editar as cartas que deverão ser publicadas.

Tabela 11 — Coenunciador

Leitor	Nº	%
Editor	8	5,2
Articulista	77	50,3
Outros leitores	1	0,7
Genérico	67	43,8
Total	153	100

Com respeito ainda às relações percentuais, podemos afirmar que o fato de o coenunciador articulista estar na mais alta preferência dos missivistas aponta para um traço que hipotetizamos ser essencialmente do gênero cartas ao editor. Conforme temos afirmado, o gênero em questão é dialógico por natureza. Esta afirmação é corroborada pelo alto percentual em que o leitor missivista elege o articulista como seu coenunciador. Mesmo o fato de um coenunciador genérico também ter alta preferência dos missivistas não desautoriza esta afirmação, pois, conforme temos destacado, o coenunciador genérico, em vez de não apontar para um enunciador específico, pode muito bem apontar para vários coenunciadores, entre os quais estão os que detectamos nos *corpus*. Esta pode significar uma estratégia bastante frutífera, a depender das intenções do enunciador.

Apresentaremos agora exemplos dos possíveis coenunciadores, listados no quadro acima, encontrados no *corpus* que analisamos. Vejamos o caso em que o leitor elege o editor como seu coenunciador.

Na carta de número 23 o leitor missivista estabelece um diálogo com o editor, como pode ser verificado na carta transcrita no parágrafo seguinte.

(49) Parabéns por uma revista tão imparcial e de alta qualidade. Apreciei seu apanhado sobre os maiores perdedores de 2011, mas penso que o prêmio “como não governar um país” não deveria ter ido para os líderes da Índia, mas para o ex-primeiro ministro grego Gerge Panadreou. Em apenas dois anos, seu desgoverno

*piorou a crise da dívida aqui e em toda Europa. O resto do mundo terá que salvar este país.*⁷¹

Chris Kontas, Thessaloniki, Greece

Pela leitura da carta acima, pode-se entender com clareza que o leitor missivista elege o editor como seu coenunciador primário, pois começa a carta dando parabéns à revista *Newsweek* por sua alta qualidade e imparcialidade. De fato, o leitor missivista se refere a uma lista publicada pela *Newsweek* que traz os “perdedores” (fracassados) de 2011. Apesar de essa lista possuir um autor identificado, o leitor missivista prefere parabenizar a revista, o que sugere que a iniciativa de publicar a referida lista se deve mais à revista do que ao seu autor. Como cada edição vem à luz pelo trabalho de um corpo editorial, a única referência objetiva que o leitor missivista pode fazer, ao parabenizar a publicação, é ao editor.

No caso em que o leitor missivista elege o articulista como seu coenunciador, podemos também seguir as pistas contextuais, quando essa identificação não é feita objetivamente. A carta de número 24 é um exemplo típico de coenunciador articulista, como pode ser constatado na transcrição a seguir.

*(50) Amanda Foreman joga “aperta e solta” com as causas dos atuais problemas financeiros da Europa quando declara que Margaret Thatcher “parece ser absolvida com toda crise do euro”. A causa da crise foram as ideias nacionalistas de Thatcher e outros – os quais bloquearam com sucesso os esforços para conceder à União Europeia os poderes essenciais de governança.*⁷²

Dean Ekola St. Paul, Minnesota

⁷¹ Congratulations on such an impartial and high-quality magazine. I enjoyed your roundup of 2011’s biggest losers, but I think the How-Not-to-Run-a-Country Award should have gone not to the leaders of India but to former Greek prime minister George Papandreou. In just two years, his mismanagement worsened the debt crisis here and in all of Europe. The rest of the world will have to save this country. (23.0112)

⁷² Amanda Foreman plays fast and loose with the causes of Europe’s current financial problems when she declares that Margaret Thatcher “seems to be vindicated with every euro crisis.” The cause of the crisis was the nationalist mindset of Thatcher-and others- who successfully blocked efforts to grant the European Union the essential powers of governance. (24.0112)

Pela leitura da carta acima, nota-se de imediato que o leitor missivista Dean Ekola se refere objetivamente a Amanda Foreman, autora do artigo *The New Thatcher Era*, publicado em 26 de dezembro de 2011, ao dizer: *Amanda Foreman joga “aperta e solta” com as causas dos atuais problemas financeiros da Europa quando declara que Margaret Thatcher “parece ser absolvida com toda crise do euro”*. Pode-se argumentar neste caso, pelo fato de o missivista se referir a Amanda Foreman na terceira pessoa, que o coenunciador indicado não é o articulista. No entanto, argumentamos que não faz parte das regras de polidez nesse tipo de relação discursiva estabelecer uma relação direta com o articulista, uma vez que previamente se estabelece que as cartas devem ser dirigidas ao editor. Neste caso não se observa o autor da carta nomear objetivamente o editor como seu coenunciador, razão pela qual argumentamos que o enunciador da carta procura se dirigir, de fato, ao articulista como seu coenunciador. Um fato que corrobora nosso argumento é a ausência de qualquer referência ao editor, ou mesmo à revista como entidade autorizadora do artigo publicado. O fato de o missivista referir-se formalmente ao enunciador do artigo, selecionando extratos do texto-base, mais a absoluta ausência de um enunciador explícito, autoriza-nos a afirmar categoricamente que o coenunciador designado nesta missiva é o próprio articulista. Além de tudo, devemos olhar para a cadeia dialógica imediata e observar que não cabe ao editor, ou a quem quer que seja além do articulista, formalizar uma resposta ao missivista, pois, reforçamos, a tensão direta entre enunciados não deixa dúvidas acerca de quem é o enunciador designado pelo enunciador da carta.

O terceiro caso de coenunciador identificado no *corpus* é o que chamamos “outros leitores”. Já explicamos que o leitor missivista pode eleger os leitores da revista como seu coenunciador. Neste caso, os argumentos apresentados no enunciado da carta são destinados a convencer ou interpelar os outros leitores. Observamos ao lado da argumentação a ausência de referência direta ou indireta ao editor ou ao articulista de forma a ligar dialogicamente os dois enunciados: a carta ao editor e o texto-base. Diferentemente, o leitor missivista estabelece o seu diálogo com o leitor em geral da revista *Newsweek*. Ilustremos esse tipo de coenunciador com uma carta.

A carta de número 136 é uma das poucas ocorrências desse tipo de coenunciador, como pode ser constatado na transcrição a seguir.

(51) *Seu perfil sobre o rei do Marrocos Mohammed VI (Sept. 5) retratou um quadro distorcido do rei e das décadas – velho processo de reforma democrática no Marrocos. Em apenas 10 anos, ele liderou reformas que garantiram a*

*igualdade feminina, promoveram os direitos humanos e a tolerância religiosa e focalizou os abusos aos direitos humanos no passado. Quando os marroquinos votaram “sim” à sua recente proposta de reforma constitucional, eles mostraram confiança em sua liderança e que queriam continuar no caminho da reforma. Seus leitores deveriam saber que o Marrocos foi o primeiro país a reconhecer a independência americana e permanece um forte e vital aliado na região.*⁷³

Edward M. Gabriel, former U.S. ambassador to Morocco Washington, D.C.

Pela leitura da carta, a primeira direção que se têm é que o leitor missivista estabelece uma relação dialógica com o articulista. Mas por uma leitura atenta, podemos observar que todos os argumentos da carta revelam uma preocupação central de convencer os leitores da revista acerca dos argumentos apresentados na carta. A intenção revelada não é de convencer o articulista, ou mesmo o editor acerca das crenças do leitor missivista. Mas o autor da carta estabelece um canal dialógico com o leitor da revista em geral.

Em sua carta, Edward M. Gabriel, ex-embaixador em Marrocos, começa por argumentar que o perfil esboçado sobre o Rei Mohammed VI retratou uma imagem distorcida do rei e das décadas – o velho processo de reforma democrática em Marrocos. A carta prossegue listando argumentos que corroboram a afirmação inicial. Na conclusão, o missivista, que evidencia sua autoridade para discorrer sobre o assunto, observa que os leitores da revista *Newsweek* deveriam saber que Marrocos foi o primeiro país a reconhecer a independência dos Estados Unidos, permanecendo um forte e vital aliado na região.

A denúncia de que o articulista traçou uma imagem distorcida do rei remete à ideia de que havia uma intenção prévia de criar essa distorção. Por essa razão, somos autorizados a pensar que o leitor missivista não procura convencer o articulista acerca dos seus argumentos. Diferentemente, seu alvo comunicativo centraliza-se na mente dos outros leitores, a quem o autor da carta procura alcançar, mostrando que sua preocupação comunicativa é com ele, e não com os agentes autorizados pela publicação.

⁷³ (136.0911) Your profile of Morocco’s King Mohammed VI (Sept. 5) painted a distorted picture of the king and the decades – old process of democratic reform in Morocco. In just 10 years, he has led reforms that guarantee women’s equality, promote human rights and religious tolerance, and address past human-rights abuses. When Moroccans voted yes to his recent proposed constitutional reforms, they showed confidence in his leadership and that they want to continue on this path of reform. Your readers should know that Morocco was the first country to recognize America’s independence and remains a strong, vital ally in the region.

A despeito das possibilidades em que os coenunciadores são identificáveis, ao menos pelas pistas contextuais, também há casos em que não é possível dizer a quem o leitor missivista se dirige objetivamente. Tal é o caso do coenunciador que chamamos de coenunciador genérico. Para melhor entendimento, apresentaremos um exemplo. A carta 138, transcrita adiante, é um exemplo.

(52) Steve Jobs serviu bem ao seu país e melhorou a vida das pessoas mundo afora, mostrando as maravilhas da criatividade e do poder de uma mente incessantemente inquiridora. Ele corporifica o espírito do empreendimento e, no pico da sua força, mostrou graça à face de grande adversidade.⁷⁴

Phill Coirsello, Denver, Colorado

A leitura atenta desta carta nos leva a perceber que o leitor missivista não se dirige a um coenunciador em particular. Antes, seu enunciado é aberto a qualquer coenunciador, independente de qualquer perfil de enunciatário que possamos imaginar no âmbito dos leitores da revista *Newsweek*. Em outras palavras, o enunciado da carta não arregimenta um coenunciador prévio, pois a construção discursiva aqui remete a elementos gerais que podem se encaixar na mente de qualquer coenunciador *ad hoc*, independente de idade, sexo, cor ou nacionalidade.

Um fato que corrobora nossa análise está na relação da identificação do leitor missivista e do lugar de onde ele escreve. Apesar de escrever de um estado norte-americano, o autor da carta refere-se Steve Jobs de uma posição distante, apesar de ambos compartilharem a mesma cidadania: *Steve Jobs serviu bem ao seu país e melhorou a vida das pessoas mundo afora, mostrando as maravilhas da criatividade e do poder de uma mente incessantemente inquiridora*. Destacamos aqui a referência *his country*, criando a impressão de distanciamento.

Um fenômeno interessante a ser observado aqui é que o ato de arregimentar um coenunciador genérico conecta-se intimamente com as referências pessoais ou impessoais que o enunciador fornece de si mesmo e também do coenunciador que pretende convocar. A carta em análise permite observar isto.

⁷⁴ (138.0911) Steve Jobs has served his country well and enhanced people's lives around the world, showing the wonder of creativity and the power of an unceasingly inquiring mind. He embodies the spirit of entrepreneurship, and, at the peak of his power, has shown grace in the face of great adversity.

A propósito das afirmações que fizemos acima, uma variável que nos propiciará uma apreciação mais confiável da categoria coenunciador é a sua explicitude ou implicitude. O quadro abaixo nos fornece uma visão da taxa percentual em que essa explicitude ou a ausência dela acontece nas cartas ao editor do *corpus* em análise. No referido quadro, o coenunciador é explícito em 56,2% das cartas, e é implícito em 43,8% delas.

Tabela 12 — Explicitação do coenunciador

Coenunciador	Nº	%
Explícito	86	56,2
Implícito	67	43,8
Total	153	100

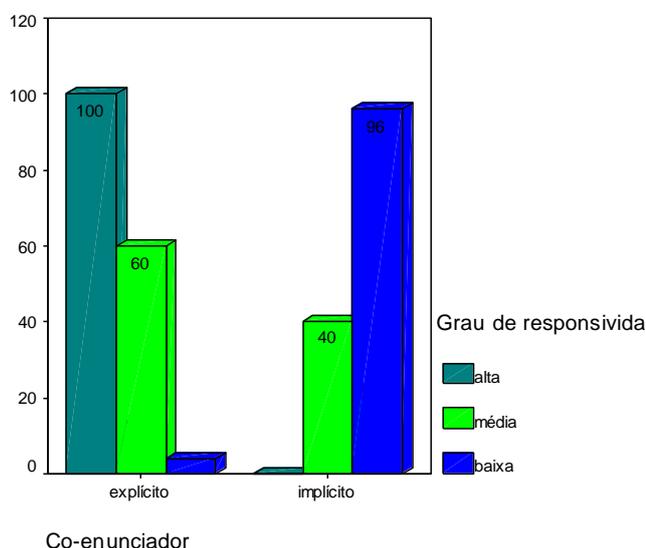
Mais uma vez, os dados aqui apresentados apontam para o já mencionado caráter dialógico das cartas. Quer dizer, o fato de o coenunciador se apresentar mais explícito do que implícito ressalta o caráter fortemente dialógico do gênero. Ao eleger um coenunciador e explicitá-lo, o enunciador abre uma linha de comportamento discursivo que tem implicações diversas, incluindo o grau de comprometimento que passa a ter com o seu enunciado. Quer dizer, temos afirmado até aqui, direta ou indiretamente através da hipótese central que formulamos, que o grau de responsividade/responsabilidade de um enunciado, especificamente dos enunciados aqui estudados na forma do gênero cartas ao editor da revista *Newsweek*, relaciona-se com a forma com que o coenunciador é tratado. Por tratamento queremos significar a forma linguístico-discursiva com que o leitor missivista se dirige ao coenunciador.

Neste sentido, o simples fato de o enunciador se dirigir a um coenunciador por ele explicitado implica um maior comprometimento dele, enunciador, com o que diz, de modo que esse fato em si mesmo contribui, conforme nossa postulação, com o grau de responsividade/responsabilidade a ser observado no enunciado. Melhor explicando, a diferença entre explicitar e não explicitar o coenunciador é digna de atenção, pois um coenunciador difuso requer estratégias discursivas diferentes daquelas necessárias no enunciado cujo coenunciador é implícito. Conforme mencionamos em parágrafos anteriores, o coenunciador ocupa certa posição que só pode ser conhecida quando sabemos quem ele é na cadeia discursiva, que posição social ele ocupa e que autoridade possui ele para dizer o que diz. Assim, explicitá-lo significa eleger estratégias discursivas específicas para aquele coenunciador; enquanto não explicitá-lo condiciona estratégias discursivas mais genéricas, pois a tensão, ou pelo menos o fio dialógico, é menos facilmente observável. Desse modo,

podemos inferir que as referências feitas ao enunciado do outro (coenunciador implícito) são menos carregadas de um teor de responsabilidade que seria mais facilmente atribuível a um coenunciador definido, conhecido. Conseqüentemente, o teor responsivo em que o coenunciador é identificado é maior, pois requer estratégias discursivas pensadas em termos de um coenunciador com certas características, certa posição sociopolítica, e certa autoridade para dizer o que é esperado em seu enunciado.

A propósito, analisemos algumas cartas em que será possível exemplificar e corroborar o teor de nossas afirmações relativas à questão da implicitude ou explicitude do coenunciador. Mas antes, observemos o quadro a seguir, a fim de verificar com mais clareza os dados a que fizemos referências sobre a mencionada variável.

Gráfico 2: Co-enunciador



Como pôde ser observado, um coenunciador explícito implica um grau de responsividade/responsabilidade notadamente diferente daquele cujo enunciador é implícito na carta. O grau de responsividade/responsabilidade tende a ser maior para os coenunciadores explícitos, e conseqüentemente menor para os enunciadores implícitos. O gráfico acima mostra essa relação com mais clareza.

No caso do coenunciador explícito (colunas da esquerda), o gráfico mostra que todos os casos de responsividade/responsabilidade alta (100%) têm co-enunciador explícito. E que 96% de responsividade/responsabilidade baixa têm co-enunciador implícito. Se a responsividade/responsabilidade é média, então temos 60% de explícitos e 40% implícitos, fato que corrobora nossa hipótese inicial para esta variável de que há uma escalaridade com

respeito ao grau de responsividade, e de que essa escalaridade pode ser observável em termos de variáveis, como, por exemplo, a relação do enunciador com o seu coenunciador.

Neste caso, pode-se notar que há um percentual médio tanto para o coenunciador explícito quanto para o coenunciador implícito. É digno de nota que os percentuais médios para coenunciadores explícitos e implícitos não se distanciam muito – 60% e 40%, respectivamente – fato que a nosso ver reforça a nossa hipótese, pois o grau de responsividade/responsabilidade médio se coloca como uma região intermediária entre os dois extremos da variável coenunciador. Neste sentido, é natural que seja registrado um grau de responsividade/responsabilidade médio relacionado às duas ocorrências aqui estudadas.

Vejamos dois exemplos para a implicitude e explicitude do enunciador retirados do *corpus*. A carta de número 10 é um interessante exemplo de coenunciador explícito.

*(53) Seu ataque desesperado e comprometido àqueles que discordam de Obama não é digno de papel de embrulhar peixe.*⁷⁵

Mark Reed Minneapolis, Minnesota

De relance podemos constatar que a missiva acima é bastante curta. Isto nos leva a crer que foi possivelmente editada, pois ela não só introduz o tema de forma drástica, mas também o trata de forma imediata, sem qualquer introdução. Escrita por Mark Reed, de Minnesota, a missiva em tela refere-se ao artigo da *Newsweek* publicado em 23 de janeiro de 2012 e assinada pelo articulista Andrew Sullivan, que traça um perfil de Barak Obama, apresentando-o de forma positiva.

Se fizermos uma leitura cuidadosa da carta, veremos que ela é composta de um único período e que o leitor missivista dirige-se diretamente ao articulista, estabelecendo um diálogo direto com ele: *Seu ataque desesperado e comprometido àqueles que discordam de Obama não é digno de papel de embrulhar peixe*. Não há dúvidas neste caso de que o coenunciador é identificado – *your* - , estando, portanto, explícito.

O segundo exemplo que queremos apresentar é do coenunciador implícito. É o caso em que o enunciador não é objetivamente identificado pelo leitor missivista, caso que

⁷⁵ Your hopelessly compromised and misguided attack on those who disagree with Obama isn't worthy of fish wrap. (10.0212)

denominamos de coenunciador genérico em outra modalidade de análise. Vemos o seguinte exemplo.

A carta de número 30 refere-se ao artigo intitulado *Mysterious Merkel*, publicado pela *Newsweek* na edição de 19 de dezembro de 2011, assinado por Roger Boyes. O artigo perscruta o temperamento da Primeira Ministra alemã, estabelecendo uma relação com o contexto político-econômico com a zona do euro. Leiamos a carta.

(54) Angela Merkel é uma mulher impressionante. Depois do desastre da usina nuclear de Fukushima, ela rapidamente decidiu que a Alemanha se voltaria para a energia não-nuclear. Espero que o Japão siga sua liderança desde que há de fato dano causado pelo problema da radiação.⁷⁶

Kazuki Okamura, Tokyo, Japan

O leitor missivista Kazuki Okamura destaca que Angela Merkel é uma mulher que causa impressão. Observa que depois do desastre nuclear de Fukushima, Merkel decidiu que a Alemanha geraria energia não nuclear. Deseja que o Japão siga a sua liderança, visto que há dano real oriundo do problema da radiação.

Nesta missiva, observamos que o missivista não faz referência a um coenunciador em particular, mas se expressa como se estivesse falando para si mesma ou para quem quer que se interesse por sua fala. O coenunciador está meramente implícito, pois o texto da carta funciona como se fosse uma verificação de compreensão do texto-base e uma concordância integral com ele.

A este propósito, uma análise qualitativa pode lançar luz sobre o caso de grau de responsividade/responsabilidade médio relacionado às duas ocorrências de coenunciador, implícito e explícito.

Em suma, pela análise preliminar das variáveis que elegemos como fundamentais para mensurar o grau de responsividade/responsabilidade proposto em nossa hipótese central, a de que existe um grau de responsividade/responsabilidade passível de ser observado, podemos afirmar que existe uma escala de responsividade/responsabilidade. Agrumentamos

⁷⁶ (30.0112) Angela Merkel is an impressive woman. After the Fukushima nuclear-plant disaster, she quickly decided that Germany would convert to non-nuclear energy. I hope Japan follows her lead since there is actual damage from the radiation problem.

que o *corpus* categorizada e analisado é suficientemente representativo para que possamos ampliar nossa hipótese para o gênero cartas ao editor, observadas as características com as quais ele se apresenta na revista *Newsweek*. Nenhuma carta nessa publicação está desconectada a um texto-base, característica que por si só já remete para o traço eminentemente dialógico do gênero em apreço.

Mas a resposta ao editor da revista *Newsweek* impõe escolhas e a primeira delas é o propósito, que deve compor logicamente com os limites impostos pelo gênero em si. De acordo com o mapeamento que fizemos em pesquisa anterior, em Cardoso (2005), o gênero cartas ao editor contempla os seguintes propósitos: contribuir, elogiar, depreciar, corrigir, sugerir. Podemos afirmar com alto grau de segurança, dado que já analisamos dois *corpora* colhidos em diferentes períodos da *Newsweek*, o primeiro pode ser encontrado na pesquisa que fizemos em Cardoso (2005), em razão de nossa dissertação de mestrado, e o segundo compõe o presente estudo, que não foi encontrado qualquer outro propósito comunicativo além destes aqui listados. Dos propósitos comunicativos acima deriva a categoria que chamamos de natureza da carta. Assim, a natureza da carta pode ser: contributiva, laudatória, depreciativa, corretiva ou sugestiva. Essas possibilidades estão agrupadas em dois grupos distintos: o grupo das disjuntivas e o grupo das conjuntivas, conforme também explicado.

Com relação ao grau de responsividade, pela divisão percentual da natureza da carta, podemos afirmar que a distribuição equilibrada que se dá entre as diferentes naturezas, com exceção das cartas cuja natureza é contributiva, abre possibilidade, pelo menos no que concerne a essa categoria, para que haja diferentes níveis de envolvimento do leitor missivista no tocante ao seu enunciado. Desse modo, a fim de demonstrar a validade de nossa hipótese, no que diz respeito a essa categoria, será necessário confrontar outras variáveis contidas no interior de cada missiva.

Sobre a variável “tipo de remissão”, observamos uma característica recorrente tanto no *corpus* analisado em nossa pesquisa anterior, Cardoso (2005), quanto no presente *corpus*, que é a pressuposição como o tipo de remissão mais frequente. Ora, sendo o espaço destinado a uma “carta ao editor” bastante limitado, é compreensível que seja essa forma de intertextualidade a mais utilizada pelos leitores missivistas. Mas também é necessário levar em conta que as cartas são editadas com o objetivo, conforme explica o editor, de se encaixar no espaço destinado a elas, e também com o objetivo de promover a clareza. Devido a isso, não se pode dizer exatamente que tipo de forma remissiva foi escolhida pelo leitor, levando em conta que sua carta pode ter sido editada. No entanto, temos de trabalhar com o texto

efetivamente apresentado pela revista *Newsweek*. O fato de o editor editar as cartas pode se configurar como uma queda de qualidade no fluxo dialógico entre a carta e o texto-base. A análise das cartas nos leva a crer que muitas missivas carecem de um conteúdo introdutório, o que nos leva a pensar que tais cartas foram alvo da edição por parte do editor, pois muitas cartas são iniciadas como que em *media res*, sem sequer uma alusão ao assunto de que tratarão no corpo do texto. Vemos na edição das cartas uma explicação razoável para o fato de que em tantas cartas identificamos a pressuposição como forma de remissão – 46,4% do total de cartas. Por outro lado, devemos também destacar que a pressuposição também implica um gasto menor de energia e atenção por parte do leitor missivista, uma vez que ele não tem que incorporar com o cuidado necessário o enunciado do seu interlocutor. Quer dizer, outros tipos de remissão exigem um maior cuidado e atenção por parte do leitor missivista, como é o caso, por exemplo, do discurso direto, ou da paráfrase.

Reiteramos, contudo, que no caso da intertextualidade remissiva ao texto-base, é precípua uma análise qualitativa em que se possa cruzar variáveis que juntas configuram certo grau de responsividade. Isto será feito em nossa análise sobre a escala de responsividade/responsabilidade propriamente dita. A distribuição equilibrada das outras formas de intertextualidade remissiva ao texto-base também remete à necessidade dessa análise.

Mas é curioso notar que o dado percentual sobre a forma mais comum de intertextualidade remissiva não contradiz o fato de os leitores se identificarem pouco nas cartas. Pelo contrário, o fato de o leitor se identificar pouco deve ser relacionado à escolha da forma de intertextualidade identificada em seu enunciado. Assim, que nos mostra a identificação do leitor, nada diz em si mesmo sobre a escala de responsividade/responsabilidade que defendemos na presente tese. Conforme temos afirmado, a escala de responsividade/responsabilidade só pode se tornar visível pela composição de todas as variáveis aplicadas em cada missiva.

Neste sentido, uma variável que pode parecer estranha no confronto com outras categorias relacionadas à escala de responsividade/responsabilidade é a variável que denominamos tipo de leitor. De fato, essa variável pode nos fornecer dados relacionados à ideologia e, conseqüentemente, à questão do interesse dos leitores agrupados nessa variável: leitor norte-americano, leitor estrangeiro de país desenvolvido e leitor estrangeiro de país em desenvolvimento. Pelo que temos explicado, o componente ideológico é fundamental na proposição de uma escalaridade na responsividade, nos termos bakhtinianos. A distinção do

tipo de leitor é importante no sentido de como o aspecto ideológico é abordado por cada tipo, sobretudo no caso em que podemos identificar os três tipos com a atenção voltada para o mesmo texto-base. E conforme já destacamos, o quadro tipo de leitor mostra com clareza que a revista *Nesweek* possui de fato um alcance internacional. Nestes termos, essa divisão é também útil no sentido de entender com mais clareza as situações em que os leitores se identificam como leitores estrangeiros, ou pertencendo a um país que não seja os Estados Unidos, ou mesmo pertencendo a um país atingindo negativamente, de algum modo, por um artigo ou reportagem veiculado na *Newsweek*.

A propósito da questão da identificação do leitor, faz-se também útil verificar a variável “marcas de subjetividade”, a fim de entendermos outros aspectos relativos ao teor responsivo da missiva, pois, conforme hipotetizamos, colateralmente à nossa hipótese central, a presença das marcas de subjetividade lança luz não somente sobre as características fundamentais do gênero cartas ao editor, mas também nos permite corroborar a propriedade escalar da noção de responsividade, de acordo com o que foi esclarecido por Bakhtin (2000). Nos parágrafos seguintes, analisaremos as marcas de subjetividade na inter-relação com as outras categorias aqui aplicadas, a fim de averiguar o papel dessas marcas na escalaridade responsiva de que temos falado.

É de se esperar, entretanto, que as marcas de subjetividade acima, preliminarmente analisadas, liguem-se ao componente valoração, por nós requisitado da Teoria da Valoração. Este componente foi aqui concretamente categorizado como um aspecto da referida teoria – a atitude. De acordo com que já explicamos, a propósito do quadro que mostra os percentuais encontrados, a maior frequência percentual foi a atitude na forma de julgamento estima social. É importante cruzar esse dado com a natureza da carta e entender se tal percentual encontra base lógica quando relacionado também a outras categorias.

Ainda com relação à variável atitude, é útil atentar para o fato de que a subcategoria afeto apresentou o percentual mais baixo. Este fato lança luz sobre o que sabemos sobre o gênero cartas ao editor. O baixo percentual do afeto, uma subcategoria que não é excludente, remete ao fato de que o gênero cartas ao editor não comporta a manifestação predominante de expressão de sentimentos como tristeza e felicidade.

Ao contrário de constataremos elementos de natureza emocional do gênero, temos notado a presença de elementos associados à característica argumentativa desse gênero, como é o caso de outro elemento que pedimos emprestado da Teoria da Valoração – o engajamento. Os dados referentes a essa variável mostram que há uma preferência predominante a utilizar o

engajamento heteroglóssico, o que significa permitir na carta, conforme explicado acima, a presença de outras vozes.

Como conclusão preliminar, apontamos o fato de que a referida predominância mostra que o gênero em foco possui uma marca intertextual a ser analisada, pois, como também já mostramos, o gênero carta ao editor já possui traço de sempre trazer formas de intertextualidade que remetem diretamente ao dizer do outro – o coenunciador do missivista.

Outra variável que impõe a necessidade de um maior entendimento é a referência à manipulação ideológica. O simples fato de que se obteve o maior percentual para a ausência de referência à manipulação ideológica não destitui absolutamente o enunciado de um tratamento ideológico identificado no texto-base. Isto é o que veremos mais detidamente na análise qualitativa que deveremos fazer no próximo capítulo.

O mesmo pode ser dito com respeito à variável posição ideológica leitor/editor. O maior percentual de cartas que apresentam a posição ideológica conjuntiva impõe a necessidade de uma análise qualitativa, a fim de que se possa verificar nossas afirmações preliminares sobre o grau de responsividade.

E na variável coenunciador, o maior percentual de coenunciadores articulistas remete ao fato de que o traço do dialogismo é um dos mais salientes para o gênero. No entanto, o percentual apresentado para coenunciadores genéricos também impõe um estudo mais detalhado, em que possam ser identificadas que estratégias compensam a ausência de nomeação direta de um coenunciador, uma vez que, como já foi dito, toda carta nasce do propósito de responder diretamente a um texto-base veiculado na revista *Newsweek*. O mesmo pode ser dito para a variável explicitude/implicitude do coenunciador.

VI

ESCALA DE RESPONSABILIDADE

A noção de responsividade/responsabilidade que adotamos na presente pesquisa de tese é aquela fornecida por Bakhtin (2000), que diz que o “receptor” – coenunciador em nossa pesquisa – não é um ente passivo, como preconizado por outros teóricos. Ao contrário, o coenunciador adota uma atitude responsiva, denominada pelo autor de atitude responsiva ativa, que nada mais é do que a fase inicial e preparatória para uma réplica. O filósofo russo explica que é no diálogo que encontramos a forma mais simples e mais clássica da comunicação verbal. O diálogo, por seu turno, caracteriza-se pelo confronto de enunciados. Mas as fronteiras dos enunciados são determinadas pela alternância de sujeitos falantes, o que pode ser visto com clareza. A este propósito, Bakhtin ressalta que isto sucede nas outras esferas da comunicação cultural, como nas ciências e nas artes, pois as fronteiras do enunciado são sempre da mesma natureza. Quanto a isto, é relevante acrescentar, nas palavras de Bakhtin (2000, p. 298), que:

As obras de construção complexa e as obras especializadas pertencentes aos vários gêneros das ciências e das artes, apesar de tudo, o que as distingue da réplica do diálogo, são, por sua natureza, unidades de comunicação verbal: são identicamente delimitadas pela alternância dos sujeitos falantes e as fronteiras, mesmo guardando sua nitidez externa, adquirem uma característica interna pelo fato de que o sujeito falante – o autor da obra – manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra.

A propósito do trecho acima transcrito, é relevante destacar que a nossa tese situa-se precisamente no interior da relação entre enunciados, justamente pelo fato de estes se originarem na necessidade de cada sujeito falante procurar manter em funcionamento o diálogo em que se engaja pela ocasião de eclosão de sua enunciação.

Então, interessa-nos entender em termos de elementos linguísticos e extralinguísticos o que mantém em funcionamento o fenômeno dialógico – o fenômeno da responsividade. De acordo com o que diz Bakhtin (2000, p. 298),

A obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma da esfera cultural.

Pelas palavras acima, Bakhtin procurar esclarecer que todo enunciado, inclusive uma obra, é na verdade uma resposta, parte de uma cadeia dialógica infinita. Destacamos

aqui, a propósito de suas palavras, que ele, na busca de aclarar o que chama de compreensão responsiva ativa, prevê a existência das variedades de formas em que essa compreensão responsiva ativa se concretiza, como a busca de exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos continuadores. A esse respeito, chamamos a atenção para nossa constatação, decorrente de nossa investigação sobre o *corpus* que colhemos da revista *Newsweek*, de que essas formas supracitadas foram, de fato, encontradas nas variedades de propósitos responsivos identificados nas cartas ao editor.

A atitude responsiva ativa resulta da recepção e compreensão da significação linguística de um discurso, concordando ou discordando (total ou parcialmente) desse discurso, completando-o ou adaptando-o, ou mesmo aprontando-se para executá-lo. Neste caso, uma elaboração do ouvinte, compreendida no interior dessa atitude, é constante durante o processo de recepção.

Para nós, é importante entender também que a compreensão passiva das significações é para Bakhtin (2000, p. 290) “apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente”. Em outras palavras, não existe, para o referido teórico, compreensão passiva, pois toda e qualquer “compreensão” estará sempre marcada por um ato de elaboração do locutor, de onde é possível depreender que, ainda que uma resposta objetiva não tenha sido concretizada, haverá sempre uma resposta em execução na mente do interlocutor.

A propósito, a tese que defendemos aqui é que há uma escalaridade mensurável no enunciado enquanto resposta ativa a outro enunciado. Para melhor vislumbre dessa proposição, face às objeções que podem ser levantadas, necessário se faz explicar que a propriedade escalar da responsividade/responsabilidade ativa (nos termos bakhtinianos) deve ser necessariamente associada à noção de responsabilidade. Esta abarca toda gama de possibilidades relacionadas à relação que o enunciador estabelece com seu próprio enunciado, considerando centralmente o grau de responsabilidade que o enunciador investe em seu enunciado. Assim, em nossa tese, a responsividade/responsabilidade ativa deve estar necessariamente conectada à responsabilidade do enunciador sobre o seu enunciado. Esta associação fundamenta nossa proposição sobre o grau de responsividade/responsabilidade ativa, visto que um argumento que pode ser levantado contra a proposição de nossa tese é de que não existe grau zero de responsividade/responsabilidade ativa. Propor um grau zero de responsividade/responsabilidade seria propor que na tarefa de compreender/responder o

enunciado de outrem se poderia constatar a compreensão no grau zero; ou seja, não haveria compreensão alguma. Sabemos, contudo, que, embora possamos identificar uma compreensão diametralmente diferente daquela pretendida pelo enunciador, não é possível postular uma compreensão zero. Assim, advertimos que o que estamos de fato propondo em nossa tese é entender a responsividade/responsabilidade ativa em duas dimensões: a dimensão do enunciado destinado ao outro e a dimensão do enunciado condicionado à responsabilidade que o enunciador investe no seu próprio enunciado. Lembremos, a propósito, que essa relação – responsividade/responsabilidade – não pode ser desfeita sem que haja prejuízo para a nossa tese, pois a dissociação desses aspectos justificaria o argumento de que o que estamos propondo é mensurar, de fato, o grau de responsabilidade, flagrado isoladamente, investido pelo enunciador em seu enunciado. A isto respondemos que o fenômeno que ambicionamos descrever, com base em evidências, compreende a dinâmica entre enunciador, coenunciador, respectivos enunciados e o contexto ideológico em que a relação enunciador/coenunciador se insere.

Assim, conforme já explicado em outra oportunidade, a proposição de uma escala de responsividade/responsabilidade que apresenta uma possível variação entre zero e nove não significa que postulamos a existência de uma responsividade/responsabilidade zero. De fato, não encontramos no levantamento dos dados aqui apresentados nenhum caso característico de um grau de responsividade/responsabilidade zero. Tampouco encontramos qualquer caso em que registramos o grau de responsividade/responsabilidade 09. Mas, como já é esperado em qualquer abordagem de natureza estatística, a maioria dos casos encontra-se na escala média de responsividade/responsabilidade, exibindo graus 4, 5 e 6 de responsividade/responsabilidade.

Em poucas palavras, o fenômeno que queremos descrever e mensurar em termos de uma escalaridade é o fenômeno da responsividade/responsabilidade. Estes dois aspectos são indissociáveis, uma vez que eles, reiteramos, abarcam os seguintes fatores: enunciador, enunciado, coenunciador e o contexto ideológico em que se inserem os outros elementos citados. Este fenômeno será observado nas cartas ao editor destinadas à revista *Newsweek*, que constituíram o *corpus* com que trabalhamos em nossa investigação. Relembramos que a escolha do gênero cartas ao editor se deveu ao fato de este gênero se caracterizar por ser uma resposta imediata a um texto publicado em revistas ou jornais.

As cartas ao editor, representando uma tentativa do leitor de equilibrar as relações de poder, posicionam-se numa escala gradativa de responsabilidade/responsividade que será

tanto maior quanto seja a assimetria percebida pelo missivista e manifesta nas escolhas lexicogramaticais. Noutras palavras, consideramos que a responsividade/responsabilidade das cartas é uma propriedade escalar que depende prioritariamente dos seguintes fatores: 1) natureza da carta; 2) evidência da ideologia; 3) marcas de subjetividade; 4) presença do coenunciador; 5) formas de intertextualidade remissivas ao texto-base. Mas, antes de empreendermos uma análise complexa desses fatores, consideramos a necessidade de entendimento do que chamamos de grau de responsividade.

6.1. Grau de responsividade

O grau de responsividade/responsabilidade das cartas foi avaliado, conforme expusemos na metodologia, em função de 9 fatores, o que resultou em uma escala de 10 graus possíveis, partindo do grau 0 ao grau 9. A frequência desta variável está ilustrada no quadro que mostra o grau de responsividade/responsabilidade em termos de percentual.

Tabela 13 — Escala de responsividade

Grau	Nº	%
Grau 1	2	1,3
Grau 2	3	2
Grau 3	20	13,1
Grau 4	33	21,6
Grau 5	42	27,5
Grau 6	32	20,9
Grau 7	15	9,8
Grau 8	6	3,9
Total	153	100

Como é comum ao manuseio de dados estatísticos, há uma predominância percentual de cartas possuidoras do grau de responsividade/responsabilidade médio (graus 4, 5 e 6). Percentualmente, estas cartas respondem por 70% do total de cartas – 107 de 153 cartas. Não nos surpreende o fato de que não se registra no *corpus* cartas possuidoras do grau de responsividade/responsabilidade 0 e 9. Já explicamos que a própria noção de responsividade/responsabilidade não comporta o grau de responsividade/responsabilidade zero. Para a existência deste grau, só podemos imaginar uma situação de troca comunicativa em que um dos falantes se expressasse em um idioma totalmente estranho ao seu interlocutor, e vice-versa. Neste caso, não haveria compreensão (ou haveria compreensão zero) em função da estranheza dos idiomas desconhecidos dos interlocutores. Mesmo assim, calculamos que, no caso de uma troca comunicativa falada, haveria um esforço compreensivo possibilitado por outras linguagens subjacentes à linguagem verbal, como a linguagem corporal, por exemplo.

Quanto ao grau de responsividade/responsabilidade 9, este é, do ponto de vista estatístico, pouco provável, apesar de possível. A fim de facilitar o intercruzamento das variáveis aqui utilizadas, procedemos à transformação da escala de 0 a 9 em uma escala ternária, que torna possível descrever a escala em termos de grau de responsividade/responsabilidade baixo, médio e alto. Assim, os valores 1, 2 e 3 descrevem o grau de responsividade/responsabilidade baixo; os valores 4, 5 e 6 correspondem ao grau de responsividade/responsabilidade médio; e os valores 7, 8 e 9 permitem que falemos de um grau de responsividade/responsabilidade alto. Deste modo, passamos a ter uma escala ternária que facilitará por demais nossa análise complexa. Esta divisão ternária pode ser visualizada no quadro abaixo.

Tabela 14 — Grau de responsividade

Responsividade	Nº	%
Alta	21	13,7
Média	107	69,9
Baixa	25	16,3
Total	153	100

Pelo quadro acima, podemos afirmar que as cartas ao editor apresentam preponderantemente um grau de responsividade/responsabilidade médio. E também podemos afirmar que o grau de responsividade/responsabilidade alto se sobressai em relação ao grau de responsividade/responsabilidade baixo, se compararmos os dois polos da responsividade, pois o grau de responsividade/responsabilidade 8 apresenta maior percentual de carta do que o grau de responsividade/responsabilidade 1. Mas em termos da divisão ternária, constatamos maior predominância do grau de responsividade/responsabilidade baixo em relação ao alto. Já o bloco do grau de responsividade/responsabilidade médio responde por 69,9% dos casos, pois este grau de responsividade/responsabilidade foi constatado em 107 cartas, o que representa um valor decisivamente predominante.

Apresentaremos nos próximos parágrafos exemplos de cartas com responsividade/responsabilidade baixa, média e alta. Aqui já será possível analisar mais de uma variável no interior do enunciado. No entanto, avisamos que os exemplos a seguir visam introduzir o significado da responsividade/responsabilidade, a fim de facilitar nossa apresentação das evidências a favor de nossa tese e sua consequente defesa.

Vejamus em primeiro plano a carta de número 50, que apresenta o grau de responsividade/responsabilidade 1; a sua transcrição abaixo nos ajudará a entender por quê.

(55) *Que história de vida fascinante. Agora Alek Wek está em uma posição de estimular a consciência acerca da escassez global e da fome, a mais assustadora das desordens alimentares.*⁷⁷

Ivanna Farro, Mexico City, Mexico

Esta carta refere-se ao artigo da *Newsweek* publicado em 05 de dezembro de 2011, intitulado *Hunger Diary* (Diário da fome). O artigo retrata o drama de uma mulher sudanesa, agora modelo reconhecida, chamada Alek Wek, que chegou a passar fome junto com os familiares, e agora mora nos Estados Unidos onde, segundo depoimento, não teve mais de passar fome.

Na carta, o leitor missivista tece elogios à história de vida de Alek Wek e diz que a modelo agora se encontra na posição de estimular a consciência sobre a desnutrição e a fome, a “desordem alimentar” mais temível entre todas.

Conforme as hipóteses que formulados, o grau de responsividade/responsabilidade sofre influência dos fatores apresentados no quadro abaixo. Assim, por exemplo, o grau de responsividade/responsabilidade varia para mais quando: 1) a posição ideológica é disjuntiva; 2) registra-se a presença de algum modo de operação da ideologia; 3) há a presença de marcas de subjetividade, especificamente aquelas que indicamos como influentes; 4) o coenunciador é identificado; as formas de intertextualidade remissivas ao texto-base são marcadas textualmente; 5) as relações de poder são assimétricas; 6) há a presença de teor valorativo de atitude, especificamente o afeto e a sanção social; 7) a forma de engajamento é monoglóssica. Ao contrário, a responsividade/responsabilidade é baixa quando encontramos valores opostos para os elementos supracitados. Lembramos que estes elementos estão dispostos nas cartas em combinações várias, o que gera uma escala de responsividade/responsabilidade que conseqüentemente varia de 0 a 9 – sendo o zero apenas um parâmetro referencial, pois não constatamos esse grau de responsividade/responsabilidade no *corpus* analisado.

⁷⁷ What an amazing life story. Now Alek Wek is in a position to raise awareness about global famine and hunger, the scariest “eating disorder” of all. (50.1211)

Quadro 8: Grau de responsividade/responsabilidade das cartas ao editor

Propriedade	Alta	Baixa
Posição ideológica	Disjuntiva	Conjuntiva
Modos de operação da ideologia	Presente	Ausente
Referência à manipulação ideológica	Presente	Ausente
Marcas de subjetividade	Presente	Ausente
Coenunciador	Presente	Ausente
Forma de intertextualidade remissiva	Marcadas textualmente	Não-marcadas
Relação de poder	Assimétrica	Simétrica
Atitude	Afeto e sanção social	Estima social e apreciação
Engajamento	Monoglóssico	Heteroglóssico

A propósito, a carta acima revela o grau de responsividade/responsabilidade 01. Este grau de responsividade/responsabilidade resulta de determinada composição dos parâmetros acima descritos. Deste modo, registramos a presença dos seguintes parâmetros na carta em análise. O tipo de remissão ao texto-base é a pressuposição – não marcada textualmente. A natureza da carta é laudatória. O leitor missivista não fornece uma identificação além daquela exigida pela revista *Newsweek*. O coenunciador é do tipo genérico. Não se registra a presença de marcas de subjetividade. O parâmetro valorativo encontrado foi atitude: afeto. E o engajamento encontrado foi do tipo heteroglóssico. Também não registramos qualquer referência à manipulação ideológica. Na carta, identificamos o modo de operação da ideologia classificado como dissimulação por deslocamento, o que influencia o grau de responsividade/responsabilidade para mais.

Com exceção da presença do parâmetro valorativo atitude: afeto, e do registro do modo de operação da ideologia dissimulação por descolamento, todos os outros elementos influenciam o grau de responsividade/responsabilidade para menos. Então, arrazoamos ser necessário comentar, para efeito de melhor entendimento, os parâmetros identificados na carta.

O interesse que o leitor missivista demonstra pelo assunto pode estar ligado ao fato de ser ele oriundo de um país em desenvolvimento – o México – que se caracteriza pela existência de problemas de caráter social, como a pobreza, a violência. De qualquer modo, o leitor missivista mostra-se sensibilizado pelo passado de sofrimento relatado pela modelo Alek Wek e contente com a qualidade de vida atual da modelo sudanesa.

Como temos procurado deixar claro, o grau de responsividade/responsabilidade não é estabelecido a partir de convenções que achamos adequadas, mas pela conjunção de fatores que evidenciam o maior ou o menor empenho do enunciador em oferecer uma réplica

a uma troca comunicativa iniciada pela eclosão do texto-base. Analisando a carta em questão, podemos notar que a sua natureza visa elogiar, laudar, o artigo a que responde. Por ser laudatória, a missiva implica um alinhamento por parte das ideias dos missivistas com a linha ideológica expressa no artigo. Neste sentido, podemos falar de uma espécie de neutralização na interação entre coenunciadores implicada nessa abordagem laudatória. Neste caso, não havendo embate e sim concordância, o enunciador da carta não precisa lançar mão de estratégias linguístico-discursivas que visem neutralizar a assimetria da relação de poder existente. A natureza da carta, que por seu turno resulta do propósito comunicativo, tende a arregimentar um composto de elementos que seja harmônico com ela. Assim, não por coincidência, podemos observar a copresença de elementos que cooperam para a neutralização entre os coenunciadores, como, nesta carta, o coenunciador genérico, a ausência de marcas de subjetividade, o tipo de engajamento e a ausência de qualquer referência ao teor manipulativo existente no texto-base. Como é perfeitamente razoável, pode-se depreender que a ausência de elementos denunciadores de um confronto discursivo resulta logicamente do fato de que, embora exista uma relação dialógica, não há qualquer conflito ideológico a ser resolvido.

Com relação aos elementos registrados nesta carta que influenciam o grau de responsividade/responsabilidade para mais, convém tecer alguns comentários. O teor valorativo da carta se dá devido ao parâmetro atitude: afeto. Este se caracteriza pela frase no início da missiva: *What an amazing life story* (“Que história de vida fascinante!”). Apesar de não apresentar sinal de exclamação, a frase por si só não deixa dúvida acerca do seu teor afetivo. Esta abordagem inicial, que revela uma ligação afetiva do leitor missivista com o conteúdo relatado no texto-base, aproxima-o do seu enunciado enquanto sujeito, impossibilitando uma abordagem totalmente impessoal no restante do texto.

E quanto ao modo de operação da ideologia identificado no enunciado em análise, devemos observar o seguinte. O *modus operandi* da ideologia utilizado pelo leitor missivista foi a dissimulação por deslocamento, o que quer dizer, objetivamente, que o enunciador deslocou um termo de um contexto para outro. De fato, o emissor da carta usou o termo “*eating disorder*” (transtorno alimentar) deslocado do seu uso normal, que é na medicina, significando um distúrbio alimentar do âmbito da saúde das pessoas. É patente o fato de que o leitor missivista usou esse recurso de forma consciente, visto que o colocou entre aspas, expressando também o fato de que uma voz diferente da sua estava sendo credenciada em seu texto. A estratégia adotada pelo autor do texto em questão produz um efeito interessante ao

estabelecer uma contraposição entre dois meios diferentes – o meio em que fartura de alimentos e o meio em que há falta de alimentos (como em alguns países africanos, por exemplo). Sabemos que as desordens alimentares são relacionadas ou ao uso excessivo de alimentos ou ao seu uso escasso que se dão em função de problemas de ordem psicológica, notadamente em países desenvolvidos. Outro efeito, a nosso ver, propiciado pela aplicação do *modus operandi* aqui registrado é estabelecer um ponto de densidade discursiva que tem o mérito de capturar a atenção de leitores dos diferentes meios. A inserção do termo *eating disorder* no interior da frase *a mais assustadora das desordens alimentares* provoca um efeito impactante na mente de quem lê a missiva, pois o termo *scariest* assume um efeito discursivo múltiplo por induzir a uma interpretação qualitativa, em vez de meramente quantitativa das potencialidades do problema. Notemos que a expressão *of all* apenas reforça o superlativo *scariest*.

Feita a análise de uma carta com grau de responsividade/responsabilidade 01 – baixa responsividade/responsabilidade – podemos passar agora a fazer a análise de uma carta com grau de responsividade/responsabilidade 05 – média responsividade/responsabilidade. Em uma carta com o grau de responsividade/responsabilidade médio, podemos encontrar uma mescla de elementos que influenciam a tendência da responsividade/responsabilidade para mais e para menos, gerando um grau de responsividade/responsabilidade mediano.

A carta de número 40 ajuda-nos a exemplificar o grau de responsabilidade/responsabilidade médio. Esta carta, conforme pode ser visto na transcrição abaixo, apresenta o grau de responsividade/responsabilidade 05.

(56) Como um coletor de arte em um nível muito mais modesto, aprecio este artigo. Uma grande ironia do mercado de arte inflado é que uma simples, e frequentemente superestimada peça pode ser vendida por uma quantia que manteria uma inteira organização de arte em atividade. Desejo que aqueles detentores dos meios e com desejo de dar uma verdadeira contribuição deveriam, em vez, investir seus dólares em nossos museus maravilhosos, sem fins lucrativos, residências e espaços de arte alternativa.⁷⁸

Lorraine Lupo, Berkeley, California

Nesta missiva, Lorraine Lupo, da Califórnia, explica que na condição de coleitora de arte em um nível mais modesto, aprecia o artigo. Acrescenta que uma grande ironia do mercado de arte inflado é que uma simples peça, muitas vezes tratando-se de uma peça desproporcionalmente sobreavaliada, pode ser vendida por um valor que manteria uma organização de arte inteira em atividade. Finaliza sua missiva dizendo que deseja que aqueles com os meios e o desejo de fazer uma verdadeira contribuição cultural invistam seu dinheiro nos museus maravilhosos, sem fins lucrativos, residências e espaços de arte alternativos.

A categorização desta carta mostra que o tipo de remissão é alusão ao tema. Trata-se de um leitor americano. A natureza da carta é contributiva. Nota-se também que a leitora acrescenta à sua identificação que é uma coleitora de arte. A carta apresenta o uso do pronome pessoal “I”. A carta também exibe o parâmetro valorativo atitude afeto positivo e o parâmetro julgamento estima social, bem como o parâmetro apreciação reação. O tipo de engajamento da carta é monoglóssico e ela não traz qualquer referência à manipulação ideológica. Finalmente, é indispensável salientar que o *modus operandi* identificado na carta é a legitimação por racionalização e que a relação de poder alcança simetria pelo fato de a leitora missivista ter se identificado como coleitora de arte, o que lhe confere autoridade para discorrer sobre o assunto. Feitas estas considerações, devemos procurar entender por que esta carta apresenta o grau de responsividade/responsabilidade médio.

⁷⁸ As an art collector on a much more modest level, I appreciate this piece. A great irony of the inflated art market is that a single, often hugely overrated piece can sell for an amount that would keep an entire arts organization alive. I wish those with the means and desire to make a true cultural contribution would instead throw their dollars at our wonderful museums, nonprofits, residencies, and alternative-art spaces. (40.0112)

Em primeiro plano, os elementos que puxam o grau de responsividade/responsabilidade para menos são os seguintes: 1) o tipo de remissão não marcado – alusão ao tema; 2) a natureza da carta contributiva, com posição ideológica conjuntiva; 3) o coenunciador genérico – apenas implicitamente alvejado; 4) os parâmetros valorativos apreciação reação e julgamento estima social; o engajamento monoglóssico; 5) ausência de referência à manipulação ideológica.

Do outro lado, elevando o grau de responsividade/responsabilidade para mais, há os seguintes aspectos: 1) a identificação do leitor além daquela exigida pela publicação; 2) o uso do pronome pessoal “*I*” – presença de marca de subjetividade; 3) parâmetro valorativo atitude afeto; 4) presença do modo de operação da ideologia legitimação por racionalização.

Se confrontarmos os aspectos que elevam o grau de responsividade/responsabilidade para mais com os aspectos que puxam o grau de responsividade/responsabilidade para menos, teremos uma espécie de neutralização, o que gera o grau de responsividade/responsabilidade mediano, conforme pode ser constatado. No entanto, é indispensável enxergar, além do aspecto quantitativo, o aspecto qualitativo presente na esfera discursiva do enunciado em análise. Então, vejamos como isso se processa.

Para a melhor compreensão da carta, necessário se faz entender de que trata o artigo da revista *Newsweek* a que ela se dirige. De fato, o artigo intitulado *Why Does Art Cost So Effing Much?*, assinado por Blake Gopnik e publicado na edição de 12 de dezembro de 2011, aborda a incongruência entre o valor de certas obras de arte em relação ao que de fato elas representam como resultado do trabalho artístico genuíno.

A leitora missivista começa por elogiar o artigo, mas na condição de coletora de arte, o que é feito pela forma de remissão chamada de alusão ao tema. Ao elogio segue a frase que se configura como questão central abordada no artigo e reforçada pela afirmação da missivista: *Uma grande ironia do mercado de arte inflado é que uma simples, e frequentemente superestimada peça pode ser vendida por uma quantia que manteria uma inteira organização de arte em atividade.* Esta frase, ao mesmo tempo que reforça a ideologia expressa no texto-base, apela para a racionalidade do coenunciador, legitimando o pensamento do enunciador – seja o enunciador da carta, seja o enunciador do texto-base, pois ambos encontram-se alinhados pela mesma orientação ideológica. Pode-se observar que a forma de remissão utilizada não explicita esse alinhamento, mas, ao se identificar como uma coletora de arte, a leitora missivista procura alçar à posição de autoridade tanto quanto o articulista. Isto assume a densidade desejada pelo uso do pronome pessoal de primeira pessoa

“I”, pois este uso remete ao nível de responsabilidade investido pela autora da carta. Deve-se notar que a identificação fornecida no início do texto interage harmonicamente com o nível de pessoalidade impresso no discurso como um todo. Outro ponto a ser analisado é o fato de que a forma de remissão, alusão ao tema, deixa implícita a concordância do enunciador da carta com o conteúdo expresso no texto-base em sua integralidade. Aqui é importante salientar que a natureza da carta – contributiva – resulta da tentativa de suprir o espaço vazio deixado pelo texto-base, pois, lembremos, a leitora missivista é coletora de arte em nível que, apesar de mais modesto do que o nível mencionado no artigo, confere à missivista a autoridade para dar a contribuição que dá. A contribuição consiste em sugerir que aqueles que detêm os meios e o desejo de fazer uma verdadeira contribuição à cultura invistam seus recursos em organizações de arte pequenas como museus e espaços alternativos.

E quanto aos elementos que não influenciam o grau de responsividade/responsabilidade para mais, identificados nesta missiva? Sobre isto devemos destacar que a natureza da carta estabelece um eixo que organiza as estratégias discursivas de modo a neutralizar o grau de responsividade/responsabilidade. O elogio ao artigo, a forma de remissão escolhida, e a ausência de referência à manipulação ideológica se subordinam ao propósito da carta – que é oferecer uma contribuição.

Em resumo, a missiva consiste em três partes. A primeira visa fornecer a identificação do leitor e elogiar o texto-base. A segunda reforça a linha ideológica manifesta no artigo. A terceira consiste em dar a contribuição da missivista em relação ao tema. A propósito, a terceira parte, por concretizar a contribuição da carta, é anunciada pela segunda. Esta, por seu turno, abriga o *modus operandi* legitimação por racionalização como parte do planejamento discursivo do enunciado em sua totalidade.

A análise de uma missiva em que se identifica o grau de responsividade/responsabilidade máximo ajudará a entender melhor a dinâmica entre os elementos que estabelecem esse aspecto em um enunciado.

(57) Fiquei chocado que Niall Ferguson mencionou somente de passage a luta brava e destemida pelo seu Estado. A sugestão de que eles conseguirão seu próprio estado somente quando dos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas estiverem convencidos de que não irão “abusar dos privilégios de um estado” trai o pensamento colonialista insidioso que tem arrastado o conflito por tanto tempo. De acordo com essa perspectiva, seria uma afronta para os palestinos

*ousar levar os israelenses a responder pelos crimes em curso e quebrar as leis internacionais.*⁷⁹

James Baker, London, England

A carta acima já foi utilizada no capítulo anterior, para exemplificar o modo de operação da ideologia chamado legitimação por racionalização. Portanto, não pensamos ser necessário parafrasear o seu conteúdo. Passemos então à análise do grau de responsividade/responsabilidade nela registrado.

Esta carta apresenta o grau de responsividade/responsabilidade 08, o maior grau registrado no *corpus* que categorizamos, sendo necessário entender por quê. Para tanto, devemos identificar os elementos responsáveis por estabelecer o grau de responsividade/responsabilidade neste nível. Pela leitura da missiva, podemos ver que a natureza da carta é disjuntiva, pois é depreciativa, significando uma oposição frontal ao conteúdo do texto-base. Sustentamos que a natureza da carta goza de certa primazia em relação às estratégias discursivas arregimentadas pelo leitor missivista na construção do seu discurso. Assim, as estratégias que circunscrevem a natureza da carta e trabalham harmonicamente com ela são as seguintes: 1) o tipo de remissão é a parafraseagem – marcada textualmente; 2) o coenunciador que o missivista elege é o próprio articulista; 3) o missivista usa o pronome pessoal “I”; 4) há o parâmetro valorativo atitude: afeto negativo e o parâmetro julgamento sanção social; 5) o parâmetro de engajamento é heteroglóssico, permitindo a concorrência de outras vozes em seu discurso; 6) o modo de operação da ideologia identificado na carta é a legitimação por racionalização; 7) e, por fim, há uma clara referência à manipulação ideológica imputada ao articulista.

Por outro lado, há um elemento registrado na carta que não influencia o grau de responsividade/responsabilidade para mais. Tal é o caso da ausência de identificação do leitor no que diz respeito às suas credenciais de autoridade para emitir o discurso concretizado no enunciado da carta.

⁷⁹ I was struck that Niall Ferguson mentioned only in passing the Palestinians’ bold and brave bid for statehood. The suggestion that they will get their own state only when the members of the U. N. Security Council are convinced they won’t “abuse the privileges of statehood” betrays the insidious colonialist mindset that has dragged this conflict on for so long. According to this view, it would be an affront for the Palestinians to dare to take the Israelis to task for their ongoing crimes and breaches of international law. (112.1011)

Analisada em mais detalhes, esta carta inicia com a manifestação de desgosto por parte do leitor missivista acerca da abordagem “parcial” por parte do articulista em pouco valorizar a luta dos palestinos pela consecução de um estado próprio. Em seguida, o enunciador da carta denuncia o pensamento do articulista que, segundo o autor da carta, trai a mentalidade colonialista que tem feito o conflito perdurar por tanto tempo. O missivista finaliza sua carta dizendo que, de acordo com a visão expressa pelo articulista, seria uma afronta que os palestinos ousassem levar os israelenses a responderem pelos seus crimes e violações da lei internacional.

Pode-se ver na superfície da carta que ela apresenta natureza depreciativa, pois o missivista apresenta um confronto entre suas ideias e as ideias expressas no artigo. O recurso da intertextualidade remissiva utilizado, a paráfrase, funciona como uma espécie de referência textual que permite que o enunciador da carta estabeleça um diálogo mais próximo com o conteúdo veiculado no artigo. Esta relação dialógica é ancorada principalmente no fato de que o leitor missivista elege o articulista diretamente como seu coenunciador: *I was struck that Niall Ferguson mentioned only in passing the Palestinians’ bold and brave bid for statehood*. Como dissemos em outra oportunidade, o fato de o leitor missivista dirigir-se ao articulista em terceira pessoa não nos autoriza a sustentar que há outro enunciador além dele, pois o parâmetro que julgamos confiável para dizer quem de fato é o coenunciador nada mais é do que observar como o diálogo se estabelece. Neste caso, embora tenhamos a impressão de que o enunciador da carta se reporta ao editor da revista, podemos notar claramente que o seu diálogo é com o autor do texto-base que originou a resposta. Como já explicamos, não faz parte das possibilidades dialógicas (socialmente autorizadas) do gênero cartas ao editor a ação de o missivista dirigir-se diretamente ao articulista, ainda que tenhamos registrado casos como esse.

Na carta, também observamos a presença do parâmetro valorativo atitude afeto (negativo) expresso na primeira frase da missiva: *Fiquei chocado que Niall Ferguson mencionou somente de passagem a luta brava e destemida pelo seu Estado*. Notamos aqui também o uso inicial do pronome pessoal “I”, posicionando o leitor missivista, e de forma imediata, como uma subjetividade que confronta outra subjetividade. Notemos que há uma menção objetiva do nome do articulista, Niall Ferguson, em vez de reportar-se unicamente ao conteúdo do artigo, configurando um diálogo entre dois sujeitos.

No corpo da missiva, o enunciador confronta o pensamento do seu coenunciador, denunciando uma contradição, a de que a consecução de um estado palestino está associada

ao convencimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas de que, como detentores de um Estado, não irão abusar dos privilégios resultantes desse *status*. A denúncia dessa contradição se dá pelo uso do recurso de legitimação por racionalização, pois o missivista utiliza um argumento racional para expor a referida contradição: *A sugestão de que eles conseguirão seu próprio estado somente quando dos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas estiverem convencidos de que não irão “abusar dos privilégios de um estado” trai o pensamento colonialista insidioso que tem arrastado o conflito por tanto tempo.*

Em poucas palavras, a carta em análise apresenta o grau de responsabilidade/responsabilidade máximo, registrado no *corpus* categorizado, pelas razões acima expostas. A natureza da carta é depreciativa e o leitor missivista entra em confronto ideológico com o articulista, posicionando-se como uma subjetividade em relação a outra. A forma de intertextualidade remissiva ao texto-base é textualmente marcada. Este recurso permite um trato dialógico mais direto, ao mesmo tempo que facilita o confronto de ideias. A presença do *modus operandi* da ideologia conhecido como legitimação por racionalização aponta para o esforço do missivista no sentido de oferecer uma réplica à altura do que identifica no texto-base como tentativa de manipulação ideológica. A estratégia discursiva de em primeiro plano evidenciar o tratamento parcial do tema do conflito entre palestinos e israelenses por parte do articulista precede a abordagem do que o leitor missivista considera a mais importante ameaça contida no artigo: a tentativa de negar que os palestinos alcancem o reconhecimento internacional como uma nação.

6.2. A natureza da carta

Antes de tudo, é útil lembrar como se chegou a essa classificação da natureza da carta que utilizamos na categorização do *corpus* desta tese. Quanto à natureza, as cartas são classificadas em 5 tipos: laudatórias, sugestivas, contributivas, corretivas e depreciativas. Há ainda a possibilidade de uma carta apresentar mais de uma natureza. Neste caso ela é classificada como mista.

Como já elucidamos, a carta de natureza laudatória visa elogiar, tecer comentários elogiosos ou favoráveis, muitas vezes fazendo menção direta ao conteúdo, ou mesmo fazendo menção à forma como o assunto foi tratado, ou até mesmo à escolha de determinado tema.

As cartas de natureza sugestiva visam, como o próprio termo indica, fazer sugestões que acrescentam algo ao conteúdo ou à forma como o leitor missivista acha que o

tema deve ser abordado. Pelo que temos observado, as cartas de natureza sugestiva apresentam um alinhamento ideológico conjuntivo com o texto-base.

As cartas de natureza contributiva, diferentemente das duas anteriores, visam oferecer uma contribuição, no mais das vezes relacionada ao conteúdo veiculado no texto-base. As cartas com essa natureza apresentam um alinhamento ideológico conjuntivo.

As cartas de natureza corretiva visam corrigir o que foi considerado erro, ou equívoco, identificado pelo leitor missivista no texto-base. É razoável pensar que esse tipo de carta lança seu foco sobre o conteúdo do artigo ou reportagem. Mas temos registrado cartas de natureza corretiva cujo objetivo se relaciona à busca de corrigir também a forma com que o tema foi abordado. Estas cartas apresentam uma natureza disjuntiva em relação à ideologia expressa no texto-base.

Finalmente, as cartas de natureza depreciativa expressam uma contraposição frontal por parte do leitor missivista a alguma forma de comportamento discursivo identificada no texto-base, seja do ponto de vista do conteúdo, seja do ponto de vista da abordagem do assunto. A exemplo das cartas de natureza corretiva, esse tipo de carta também exibe uma natureza disjuntiva em relação ao texto-base. A propósito, esse tipo de carta é o mais disjuntivo entre todos os tipos aqui listados, pois não deixa dúvidas sobre o posicionamento ideológico do leitor missivista em relação ao enunciado do texto-base.

Os quadros seguintes deverão mostrar o grau de responsividade/responsabilidade em relação à natureza de cada. No quadro que mostra como a natureza da carta influencia o grau de responsividade/responsabilidade, pode ser observado que as cartas de natureza depreciativa e corretiva apresentam ocorrências de graus de responsividade/responsabilidade altos, de modo que devem ser consideradas no sentido de evidenciar nossa hipótese fundamental sobre a escalaridade responsiva. O contrário também é verdadeiro, já que as cartas de natureza laudatória e contributiva apresentam graus de responsividade/responsabilidade baixos. Destacamos que só há uma ocorrência em que a carta é de natureza sugestiva, razão por que não podemos considerar, para efeitos estatísticos significativos, para a escalaridade responsiva que queremos provar em nossa tese.

Tabela 15 — Natureza da carta X escala de responsividade

		Grau de responsividade							Total		
		Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5	Grau 6	Grau 7		Grau 8	
Natureza da carta	Contributiva	Nº	1	2	17	27	19	7	3	76	
		% da natureza da carta	1,3	2,6	22,4	35,5	25	9,2	3,9	100	
	Laudatória	% grau de responsividade	50	66,7	85	81,8	45,2	21,9	20	49,7	
		Nº	1	1	2	6	8	7	1	1	27
	Depreciativa	% da natureza da carta	3,7	3,7	7,4	22,2	29,6	25,9	3,7	3,7	100
		% grau de responsividade	50	33,3	10	18,2	19	21,9	6,7	16,7	17,6
	Corretiva	Nº					9	11	7	4	31
		% da natureza da carta					29	35,5	22,6	12,9	100
	Sugestiva	% grau de responsividade					21,4	34,4	46,7	66,7	20,3
		Nº			1		6	7	4	1	18
	Total	% da natureza da carta					33,3	38,9	22,2	5,6	100
		% grau de responsividade					14,3	21,9	26,7	16,7	11,8
		Nº			1						1
		% da natureza da carta			100						100
		% grau de responsividade			5						0,7
	Nº	2	3	20	33	42	32	15	6	153	
	% da natureza da carta	1,3	2	13,1	21,6	27,5	20,9	9,8	3,9	100	
	% grau de responsividade	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Pelo quadro acima, é claramente constatável que a natureza da carta tem influência relevante para a geração do grau de responsividade. Observamos, por exemplo, que as cartas de natureza contributiva estão presentes em todos os graus de responsividade, com exceção do grau de responsividade/responsabilidade 08. Mas observamos também que as cartas desta natureza estão mais associadas ao grau de responsividade/responsabilidade médio (graus 4 e 5, o que corresponde a 35,5% e 25% dessas cartas, como pode ser visto no quadro), embora haja um percentual expressivo – 22,4% e 17 ocorrências – para o grau de responsividade/responsabilidade 03 (baixo). Então, as cartas de natureza contributiva tendem a gerar graus de responsividade/responsabilidade medianos e baixos, apesar de observamos, para esta natureza, graus de responsividade/responsabilidade que vão de 1 a 7. Este resultado corrobora nossa hipótese inicial sobre a natureza da carta contributiva e sua influência sobre o grau de responsividade/responsabilidade.

Com referência às cartas de natureza laudatória, nossa hipótese inicial era de que as cartas com essa natureza apresentariam preponderantemente graus de responsividade/responsabilidade baixos. De posse dos dados, podemos afirmar que as cartas com essa natureza apresentam graus de responsividade/responsabilidade preponderantemente médios, o que é esperado em qualquer tratamento estatístico. No entanto, obliterando os graus de responsividade/responsabilidade médios, o que temos é que há cartas de natureza laudatória também nos graus de responsividade/responsabilidade baixos e altos. Contudo, se

fizemos uma contraposição entre graus baixos e altos, veremos que se registram – 14,8% de graus baixos contra 7,4% de graus altos – percentuais mais expressivos para os graus de responsividade/responsabilidade baixos, como pode ser checado no quadro acima. Resumidamente, podemos dizer que as cartas de natureza laudatória, observando os extremos, influencia o grau de responsividade/responsabilidade para a faixa onde se configura a responsividade/responsabilidade baixa.

As cartas de natureza depreciativa contribuem para a responsividade/responsabilidade alta, de acordo com o que pode ser averiguado do quadro acima. De fato, não foi verificada a existência de cartas com natureza depreciativa que apresentasse graus de responsividade/responsabilidade 1, 2, 3 ou 4. O grau de responsividade/responsabilidade mínimo para essas missivas foi 5, indo até o grau 8. Conforme esperado do ponto de vista estatístico, há uma incidência natural para o grau de responsividade/responsabilidade médio (comum a todas as missivas). Mas, observando detidamente os percentuais para os graus de responsividade/responsabilidade altos, nota-se o seguinte. As cartas de natureza depreciativa são eminentemente responsivas, pois registramos o percentual de 22,6% de cartas dessa natureza com o grau sete, o que é um percentual muito significativo, levando em consideração que este número encontra-se equilibrado com os percentuais para os graus de responsividade/responsabilidade médios. Neste sentido, as cartas com o grau 8 (o grau mais alto de todos, praticamente encontrados) encontram-se também em situação de equilíbrio, pois a diferença, embora considerável, não é muito distante em relação aos percentuais registrados para os outros graus registrados para a natureza depreciativa. De qualquer forma, o percentual para o grau 8 – 12,9% - é bastante expressivo. Isto mostra, levando em consideração que não há cartas para os graus de responsividade/responsabilidade baixos, que a natureza depreciativa tende a posicionar as cartas na faixa dos graus de responsividade/responsabilidade altos. Isto também corrobora nossa hipótese inicial para a natureza depreciativa nas missivas. Mais do que isso, a natureza da carta tende a condicionar a seleção de estratégias linguístico-discursivas que configuram graus de responsividade/responsabilidade altos.

As cartas de natureza corretiva apresentam comportamento muito semelhante às cartas de natureza depreciativa. Como no caso anterior, as cartas de natureza corretiva não apresentam percentuais para a responsividade/responsabilidade baixa; somente para os graus de responsividade/responsabilidade médios e altos. Desse modo, o percentual para o grau de responsividade/responsabilidade 08 é 5,6%, um tanto menor do que para as cartas de natureza

depreciativa. Mas, conforme nossa hipótese inicial, as cartas mais responsivas são as de natureza depreciativa, pois, pelo que já explicamos, elas representam uma contraposição frontal entre o enunciador da carta e seus possíveis coenunciadores. Já com as cartas de natureza corretiva, esse posicionamento frontal não ocorre, pois, embora seja de natureza disjuntiva, as cartas corretivas não visam confrontar, mas corrigir um equívoco, seja ele contextualizado dentro de um propósito ideológico ou não. Quanto ao grau de responsividade/responsabilidade 07 – grau alto – o comportamento é praticamente idêntico, com percentual de 22,2%. Novamente, é um valor expressivo, mostrando que as cartas de natureza disjuntiva “puxam” o grau de responsividade/responsabilidade para mais. É importante dizer que o percentual para o grau de responsividade/responsabilidade 06 – médio – é 35,5%, o que significa um percentual bastante expressivo. No entanto, é valioso observar que o grau 06 está no extremo superior da responsividade/responsabilidade média, reforçando a ideia de que as cartas de natureza corretiva (disjuntiva) tendem a elevar o grau de responsividade. De fato, se tomarmos os graus de responsividade/responsabilidade para o tipo de carta em análise, é fácil perceber uma parábola com a curva para cima, que coincide com o grau 06. Com base nos dados expostos no quadro anterior, podemos chegar às seguintes conclusões.

As cartas de natureza contributiva ostentam preponderantemente o grau 04, revelando um grau de responsividade/responsabilidade médio, com 35,5% das ocorrências para este tipo de natureza da carta. Observando o seu entorno, notamos que há uma inclinação para o grau de responsividade/responsabilidade 05 – com 25% no grau 05 contra 22,4% no grau 03. No confronto entre os três níveis de responsividade, baixo, médio e alto, podemos destacar que as cartas cuja natureza é contributiva se situam preponderantemente dentro dos graus de responsividade/responsabilidade baixo e médio. Portanto, as cartas de natureza contributiva tendem para o grau de responsividade/responsabilidade baixo, confirmando nossa hipótese inicial para essa categoria.

As cartas de natureza laudatória situam-se eminentemente no grau de responsividade/responsabilidade 05, pois, para este grau, apresentam um percentual de 29,6% das cartas laudatórias. Contudo, mais uma vez observando o entorno, destacamos que as outras ocorrências encontram-se em maior número nos graus de responsividade/responsabilidade baixos, superando, portanto, o número de ocorrências para os graus de responsividade/responsabilidade altos. Assim, podemos afirmar que, no que diz respeito às cartas de natureza laudatória, nossa hipótese também foi corroborada.

Diferentemente, para as cartas de natureza corretiva, as ocorrências situam-se preponderantemente no grau 06 de responsividade/responsabilidade, com um percentual de 38,9%. Destacamos que o grau 06 está na fronteira com os graus de responsividade/responsabilidade altos. E se observarmos o entorno do grau de responsividade/responsabilidade 06, constatamos que não há ocorrências nem para os graus médios, aquém do grau 06, nem para os graus baixos, pelo que também podemos afirmar que, no que diz respeito à natureza corretiva, nossa hipótese de que as cartas de natureza corretiva são mais responsivas foi confirmada.

Mostrando semelhança com as cartas de natureza corretiva, as cartas de natureza depreciativa possuem o maior número de ocorrências no grau 06, pois apresentam um percentual de 35,5% das ocorrências para este tipo. Pela observação do entorno, podemos assegurar que a natureza depreciativa nas cartas impõe a existência de graus de responsividade/responsabilidade altos, pois, se comparado com as cartas de natureza corretiva – que detêm 25,8% das ocorrências em graus de responsividade/responsabilidade 7 e 8 – as cartas com natureza depreciativa detêm um percentual de 35,5% das ocorrências nos graus 7 e 8 (os mais altos).

Finalmente, só foi encontrada uma ocorrência para a natureza sugestiva nas cartas e encontra-se no grau de responsividade/responsabilidade 03. Para efeito estatístico, uma única ocorrência não é significativa. Ainda assim, ressaltamos que nossa hipótese inicial para este tipo de carta é de que apresentaria graus de responsividade/responsabilidade baixos. Conjecturamos que não foi mera coincidência encontrarmos essa missiva neste grau de responsividade/responsabilidade, pois a natureza sugestiva não posiciona os interlocutores em lugares ideológicos diametralmente opostos. Pelo contrário, defendemos que há possibilidade de um alinhamento ideológico, em vez de oposição ideológica, gerando um grau de responsividade/responsabilidade ainda mais baixo do que 03.

Pelos dados relativos à natureza da carta apresentados no quadro anterior, podemos afirmar conclusivamente que, se tomarmos qualquer grau de responsividade/responsabilidade – variando de 01 a 08 –, poderemos antecipar probalisticamente qual a natureza da carta a ser encontrada em determinada missiva. Neste sentido, se tomarmos as diferentes naturezas de carta aqui previstas, podemos observar um percurso que pode ser acompanhado, em termos de preponderância, a partir do grau de responsividade/responsabilidade 03. Assim, tem-se a natureza sugestiva para o grau 03; a natureza contributiva para o grau 04; a natureza laudatória para o grau 05; a natureza corretiva

para o grau 06; e a natureza depreciativa para o grau 06. No entanto, ressaltamos que não podemos generalizar esta interpretação, ainda que seja para outro *corpus* de cartas ao editor extraído da *Newsweek*, embora possamos fazer generalizações em relação aos graus baixo, médio e alto.

Ao estender nossa análise para todos os graus entre 1 e 8, tem-se o seguinte. Para o grau 1 há duas possibilidades: cartas de natureza contributiva ou laudatória. Para o grau 2, há tendência de encontrarmos cartas de natureza contributiva. Para o grau 3, a tendência é que encontremos também cartas de natureza contributiva. Para o grau 4, teremos preponderantemente cartas de natureza contributiva. Para o grau 5, a possibilidade é que encontremos cartas de natureza contributiva. Para o grau 6, a tendência é que deparemos com cartas de natureza depreciativa. Assim, podemos afirmar que a tendência, conforme demonstrado do quadro, é que as cartas de natureza laudatória ou contributiva apresentem graus de responsividade/responsabilidade baixos. Ao contrário, a tendência das cartas de natureza depreciativa é apresentarem graus de responsividade/responsabilidade mais altos.

O quadro seguinte também elucida a relação entre a natureza da carta e o grau de responsividade/responsabilidade. Pela visualização do quadro, percebe-se que todas as naturezas de carta apresentam percentuais expressivos para a responsividade/responsabilidade média, com exceção da carta que apresenta natureza sugestiva. No *corpus*, tem-se somente uma ocorrência de carta com natureza sugestiva, motivo por que não deve ser considerada para análise estatística. Ao isolar os percentuais para a responsividade/responsabilidade média, podemos agrupar as cartas de natureza depreciativa e corretiva no grupo das disjuntivas e observar percentuais mais expressivos para a responsividade/responsabilidade alta (35,5% e 27,8% respectivamente). Também, agrupando as cartas de natureza laudatória e contributiva, observa-se que essas cartas apresentam percentuais mais expressivos para a responsividade/responsabilidade baixa, (14,8% e 26,3% respectivamente). É produtivo observar também que não há percentuais para a responsividade/responsabilidade baixa no caso das cartas de natureza disjuntiva (depreciativa e corretiva). Tal fato é bastante significativo no sentido de corroborar a hipótese fundamental de nossa tese sobre a escalaridade responsiva.

Algo que também se pode notar é que, no caso das cartas de natureza depreciativa, se comparada com outras naturezas, a diferença é bem menor entre os percentuais para o grau de responsividade/responsabilidade média e o grau de responsividade/responsabilidade alta – 35,5% e 64,5%. Este dado aponta para a

expressividade da responsividade/responsabilidade alta em cartas desta natureza. Em outras palavras, mostra-se bastante evidente o fato de as cartas cuja natureza depreciativa apresentarem índices de alta responsividade.

Em nossa hipótese inicial sobre a natureza da carta, que está intimamente relacionada ao grau de responsividade, situamos a natureza depreciativa no extremo para a responsividade/responsabilidade alta, ficando as cartas de natureza laudatória no outro extremo. No entanto, para o caso do cruzamento entre o grau de responsividade/responsabilidade e a natureza da carta, são as cartas de natureza contributiva que se enquadram melhor nesta polaridade, visto que apresentam o percentual de 26,3% de responsividade/responsabilidade baixa. Este percentual é superior ao percentual apresentado para a responsividade/responsabilidade baixa das cartas cuja natureza é laudatória.

Conforme já foi tangenciado, fica claro pela visualização do quadro abaixo que as cartas de natureza contributiva e depreciativa não apresentam percentuais para o grau de responsividade/responsabilidade baixo. As cartas de natureza laudatória e contributiva, ao contrário, apresentam percentuais pouco expressivos na faixa da responsividade/responsabilidade alta, enquanto apresentam percentuais expressivos para o grau de responsividade/responsabilidade baixo. Os percentuais apresentados para o grau de responsividade/responsabilidade médio são expressivos, mas, conforme já advertimos, índices medianos já são normalmente esperados em quaisquer tratamentos estatísticos. No entanto, destoam dos padrões médios encontrados no quadro abaixo o fato de os percentuais médios localizados para as cartas de natureza contributiva e corretiva apresentarem menor diferença para o grau de responsividade/responsabilidade alto do que as cartas de natureza contributiva e laudatória apresentam entre o grau de responsividade/responsabilidade médio e o baixo. Isto aponta para o aspecto eminentemente responsivo das cartas de natureza corretiva e depreciativa.

Outro aspecto que merece destaque, como já explicamos, é que as cartas de natureza contributiva são menos responsivas do que as cartas de natureza laudatória, como pode ser constatado no quadro abaixo. Ou seja, o percentual para a responsividade/responsabilidade baixa das cartas contributivas é de 26,3%, contra 14,8% das cartas de natureza laudatória. Este aspecto menos responsivo das cartas de natureza contributiva é reafirmado pelo percentual que essas cartas apresentam para a responsividade/responsabilidade alta – 3,9% -, o que a nosso ver reforça o aspecto de baixa responsividade/responsabilidade apresentado por essas missivas. Paralelamente, o percentual

para baixa responsividade/responsabilidade apresentado pelas cartas de natureza laudatória é menor do que as cartas de natureza contributiva, o que faz com que as cartas de natureza laudatória apresentem tendência a serem mais responsivas do que as cartas de natureza contributiva. Esta tendência é corroborada pelo percentual dessas missivas encontrado para a responsividade/responsabilidade alta – 14,3%.

Se listarmos as cartas de diferentes naturezas utilizando como critério o grau de responsividade, do menor para o maior, teremos a seguinte ordem: cartas de natureza contributiva, laudatória, corretiva e depreciativa. Como já esclarecemos, a única ocorrência encontrada para a natureza sugestiva não nos permite fazer uma leitura nem quantitativa nem qualitativa.

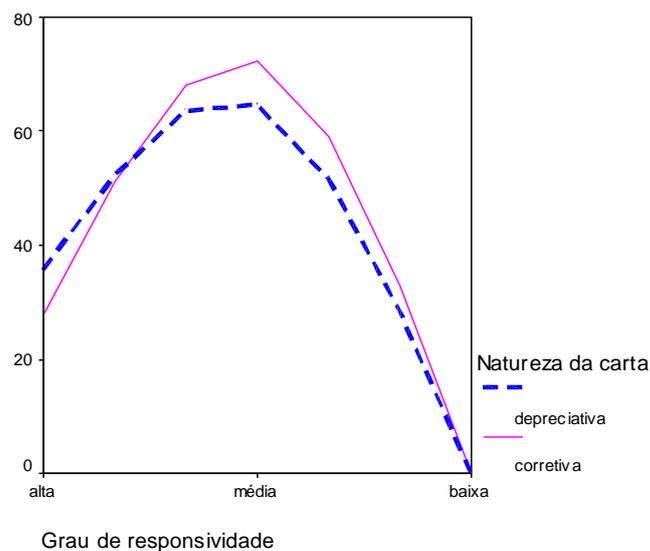
Tabela 16 — Natureza da carta X Graus de responsividade

		Grau de responsividade			Total	
		alta	Média	Baixa		
Natureza da carta	Contributiva	Nº	3	53	20	76
		% da natureza da carta	3,9	69,7	26,3	100
		% grau de responsividade	14,3	49,5	80	49,7
	Laudatória	Nº	2	21	4	27
		% da natureza da carta	7,4	77,8	14,8	100
		% grau de responsividade	9,5	19,6	16	17,6
	Depreciativa	Nº	11	29		31
		% da natureza da carta	35,5	64,5		100
		% grau de responsividade	52,4	18,7		20,3
	Corretiva	Nº	5	13		18
		% da natureza da carta	27,8	72,2		100
		% grau de responsividade	23,8	12,1		11,8
	Sugestiva	Nº			1	1
		% da natureza da carta			100	100
		% grau de responsividade			4	0,7
Total		21	107	25	153	
		13,7	69,9	16,3	100	
		100	100	100	100	

O gráfico abaixo mostra o grau de responsividade/responsabilidade em relação com as cartas de natureza depreciativa e corretiva. Conforme já foi ressaltado, há sempre uma predominância de grau de responsividade/responsabilidade médio para qualquer tipo de carta analisada segundo a natureza. Obliterando o grau de responsividade/responsabilidade médio, pode-se notar no gráfico abaixo que as cartas de natureza depreciativa apresentam um grau de responsividade/responsabilidade mais alto do que as cartas de natureza corretiva, ainda que essa diferença não seja comparativamente grande. De fato, as duas naturezas caminham em linhas paralelas próximas, sendo que tal proximidade apresenta diferença a partir do grau de

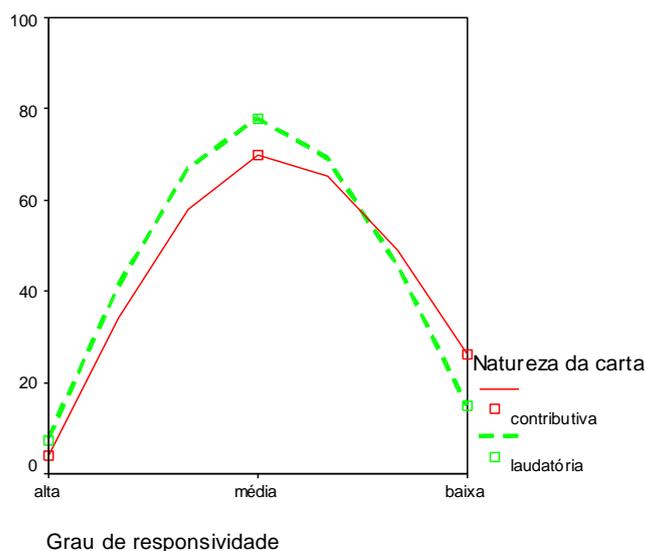
responsividade/responsabilidade médio para o grau de responsividade/responsabilidade alto. É interessante também observar que as cartas de natureza depreciativa apresentam uma parábola mais regular, enquanto que as cartas de natureza corretiva apresentam uma parábola com uma curva mais acentuada no grau de responsividade/responsabilidade médio, caindo um pouco mais bruscamente do que a parábola das cartas de natureza depreciativa.

Gráfico 3: Grau de responsividade



O gráfico a seguir é complementar ao gráfico anterior, pois mostra a relação entre o grau de responsividade/responsabilidade e das cartas de natureza conjuntiva: as laudatórias e as contributivas. Mais uma vez, registra-se a maior ocorrência para o grau médio de responsividade. No entanto, a diferença entre o gráfico abaixo e o anterior é que se tem maiores percentuais para o grau de responsividade/responsabilidade baixo. As cartas de natureza contributiva aqui são as que apresentam menor grau de responsividade. Logicamente, essas cartas de natureza contributiva e laudatória apresentam ocorrência inexpressiva para o grau de responsividade/responsabilidade alto. Vejamos o gráfico.

Gráfico 4: Grau de responsividade



Comparando-se os dois gráficos anteriores, podemos fazer observações preliminares. A primeira observação é que, conforme os referidos gráficos, podem-se

estabelecer os dois extremos. Em um extremo situamos as cartas de natureza depreciativa, e no outro situamos as cartas de natureza contributiva. Outra observação que se pode fazer é a similaridade nas curvas das quatro parábolas estabelecidas para cada tipo de carta. E por último, pode-se observar que as cartas de natureza disjuntiva tendem a quase zero no ponto referente ao grau de responsividade/responsabilidade baixo, enquanto que as cartas de natureza conjuntiva apresentam um grau de responsividade/responsabilidade alto um pouco mais expressivo do que as cartas de natureza disjuntiva apresentam para a responsividade/responsabilidade baixa.

Creemos que a apresentação de mais exemplos acerca da natureza das cartas para os graus de responsividade/responsabilidade baixo, médio e alto, focalizando o aspecto qualitativo nas missivas, ajudará a entender melhor a escalaridade responsiva relacionada à sua natureza. Neste caso, apresentaremos exemplos para os graus baixo, médio e alto para as naturezas contributiva e depreciativa. Começaremos com 03 cartas de natureza contributiva que apresentam, respectivamente, graus de responsividade/responsabilidade baixo, médio e alto.

*(58) Suzanne Mubarak pode viver no luxo agora, mas não perdurará muito ante seus feitos inescrupulosos sejam revelados ao mundo. Ela já perdeu aquilo que ela mais estima: sua reputação e o status internacional ruíram, e, desde que sua amada família perdeu poder, ela é a única Mubarak que ainda não está na cadeia ou em julgamento.*⁸⁰

Victor Looi Yi En, Singapore

A carta 19, transcrita acima, apresenta grau de responsividade/responsabilidade baixo e tem a natureza contributiva. Nesta carta, o leitor missivista Victor Looi Yi En, que escreve de Singapore, diz que Suzanne Mubarak deve estar vivendo no luxo atualmente, mas não irá demorar muito até que seus feitos inescrupulosos sejam revelados ao mundo. Diz ainda que ela já perdeu o que mais aprecia: sua reputação e sua posição internacional ruíram,

⁸⁰ (19.0112) Suzanne Mubarak may be living in luxury now, but it won't be long before more her unscrupulous deeds are revealed to the world. She's already lost what she most cherishes: her reputation and international stature have crumbled, and since her beloved family lost power, she is the only Mubarak not in jail or on trial.

e sua amada família perdeu poder e é a única da família Mubarak que não está na prisão ou enfrentando julgamento.

Pela leitura atenta desta missiva, constata-se que foi enviada de um país em desenvolvimento. A forma de remissão ao texto-base é a pressuposição – não marcada textualmente. O leitor também não apresenta qualquer identificação além daquela exigida pela publicação. Observa-se também que o coenunciador é genérico e que não se registra o uso de pronome de tratamento de primeira pessoa do caso reto. A marca de subjetividade encontrada é *may be*, tangencialmente modalizando o discurso. O foco do missivista é o conteúdo relatado. Também não se registra a presença de parâmetros valorativos e o tipo de engajamento é monoglóssico. Finalmente, não há qualquer referência à manipulação ideológica apontada pelo missivista no texto-base, ao mesmo tempo que também não se observa qualquer modo de operação da ideologia em execução.

O artigo refere-se ao artigo intitulado *Egypt's mean queen*, que revela que a ex-primeira dama do Egito ainda vive no luxo, controlando o Egito “nos bastidores”, apesar de não ser mais primeira dama. A propósito, o missivista se alinha com esse pensamento e oferece uma informação que contribui para a abrangência informativa do artigo: *Ela já perdeu aquilo que ela mais estima: sua reputação e o status internacional ruíram, e, desde que sua amada família perdeu poder, ela é a única Mubarak que ainda não está na cadeia ou em julgamento.*

Esta carta possui baixa responsividade/responsabilidade porque reflete um alinhamento ideológico da carta com o texto-base, manifestando uma espécie de retroalimentação entre os dois textos. A autor da carta limita-se a apresentar informações que parecem se impor como fatos objetivos e incontestáveis, razão por que não encontramos elementos que representem a inserção do enunciador em seu enunciado. A única expressão que insere o leitor missivista em seu discurso é *may be*, mas é justamente esta expressão que retoma o que foi dito no texto-base e, de fato, não expressa dúvida do leitor missivista acerca do *status* político da ex-primeira dama do Egito. De fato, as frases seguintes evidenciam que a referida expressão possui um valor mais retórico do que modalizador, pois o enunciado, em sua maior parte, apresenta o que deve ser o desdobramento da situação atual, desfavorável a Suzanne Mubarak. O leitor missivista apresenta uma descrição que, embora contribua com o texto-base, reforçando-o, parece-se mais com um relatório do que com uma interpretação da realidade. Como não há oposição ideológica, nem mesmo diferenciação no plano das ideias

do artigo publicado, o efeito é que se tem um grau de responsividade/responsabilidade evidentemente baixo.

A carta de número 14, transcrita abaixo, apresenta grau de responsividade/responsabilidade médio. Entenderemos por quê.

(59) É interessante ver um artigo que olha além do homem para o impacto que a sua problemática ideologia tem no mundo. Depois de ler sobre a falta de educação de Wilders, não posso controlar meu riso com respeito à ironia que ele mesmo é tão ignorante quanto os extremistas islâmicos que ele ama odiar. Obviamente, sua opinião sobre os Islam foi formada somente pelas ações sobre os extremistas.⁸¹

Hasnizah Shanhul Hamid, Melaka, Malaysia

Esta carta refere-se ao artigo publicado pela *Newsweek* intitulado *Geert Wilders's Dangerous Anti-Muslim Diatribes*. O artigo trata das investidas antimuçulmanas de um político holandês chamado Geert Wilders. Uma análise dos elementos presentes nesta carta nos mostrará que a forma de remissão ao texto-base é a pressuposição – não marcada textualmente. A natureza é contributiva e o coenunciador é genérico. Foi registrado o uso de advérbios modalizadores e o uso de pronomes pessoais. Há também o parâmetro valorativo atitude afeto negativo. O autor da carta faz referência à manipulação ideológica. O foco da referência ao texto-base é o conteúdo relatado. E não identificamos qualquer modo de operação da ideologia.

O uso de advérbios modalizadores e o uso de pronomes, juntamente com o parâmetro valorativo atitude afeto negativo e a referência à manipulação ideológica explicam por que esta carta apresenta grau de responsividade/responsabilidade médio. A ausência de identificação do leitor, a forma de remissão, a ausência de *modus operandi* da ideologia contrabalançam os fatores que elevam o grau de responsividade/responsabilidade.

Como se poder constatar, o leitor missivista se alinha com as ideias expressas no artigo da revista *Newsweek* e elogia o fato de o artigo abordar questões que vão além da mera

⁸¹ (14.0212) It's nice to see a piece that looks beyond the man to the impact his flawed ideology has on the world. After reading about Wilders's lack of formal education, I can't help but laugh at the irony that he himself is as ignorant as the Islamic extremists he loves to hate. Obviously, his opinion of Islam has been shaped only by the actions of extremists.

análise do comportamento do homem que é foco do artigo: Geert Wilders. O enunciador da carta classifica como irônico o fato de o artigo revelar que Wilders não ostenta educação formal. A referência à manipulação ideológica está implícita quando o missivista diz que as opiniões de Wilders sobre o Islam foram moldadas por extremistas islâmicos. Isto significa que as opiniões de Wilders também são as opiniões de um extremista, ainda que não seja islâmico. Esta assertiva aparece antecedita de um advérbio modalizador: *obviously*. É frutífero constatar nesta carta que o uso deste advérbio tem a função de encaixar as informações fornecidas no artigo no arremate final da carta. Este arremate se concretiza como a contribuição do leitor missivista: *Obviamente, sua opinião sobre os Islam foi formada somente pelas ações sobre os extremistas*. Esta frase é também uma forma de neutralizar o valor das opiniões de Wilders, significando que elas valem tanto quanto as ideias dos extremistas que ele ataca.

O uso do pronome de primeira pessoa do caso reto (pronome sujeito) exerce uma função curiosa. Apesar do alinhamento do missivista com as ideias expressas no artigo, ele centraliza o diálogo com o texto-base em torno de sua subjetividade. A ausência da designação de um coenunciador específico confirma essa necessidade. O coenunciador não é nomeado objetivamente porque o efeito que o enunciador da carta deseja causar não prevê esse diálogo direto.

A carta de número 63, transcrita abaixo, possui alto grau de responsividade, grau 7, apesar de apresentar natureza contributiva. Vejamos por quê.

*(60) Sendo um aficionado em cinema, particularmente apreciei esta descrição (Nov. 14). Mas é estranho que Casablanca esteja na lista. É um clássico, mas o fato de que Rick envia Ilsa em um avião na última cena não o torna um filme de viagem. Gostaria de oferecer minhas próprias sugestões. Que tal Y Tu Mamá También e o Diário de Motocicleta, para não mencionar o grande The Man Who Knew Too Much de Hitchcock e Intriga Internacional?*⁸²

Kenneth Charles Curmi, Hamrun, Malta

⁸² (63.1211) Being a film aficionado, I particularly enjoyed this feature (Nov. 14). But it's odd that Casablanca is on the list. It is a classic, but the fact that Rick sends Ilsa on a plane in the last scene does not make it a travel movie. I'd like to offer my own suggestions. How about Y Tu Mamá También and The Motorcycle Diaries, not to mention Hitchcock's great The Man Who Knew Too Much and North by Northwest?

Na carta de número 63, o leitor missivista explica que sendo um aficcionado por cinema gostou particularmente do artigo, publicado em 14 de novembro de 2013 e intitulado *Best travel movies* (que trata dos melhores filmes de viagem), assinado por Christopher Elliot. Afirma que é “estranho” que Casablanca esteja na lista, pois, apesar de ser um clássico, o fato de Rick enviar Ilsa em um avião na última cena não o torna um filme de viagem. Diz ainda que gostaria de oferecer suas sugestões: *Y Tu Maá También* e *The Motorcycle Diaries*, para não mencionar *The Man Who Knew Too Much* e *North by Northwest*.

Sabemos que o editor da *Newsweek* não responde às cartas enviadas pela revista, apenas as publica. No entanto, o leitor missivista faz as suas sugestões em forma de pergunta, estabelecendo um diálogo explícito com o enunciador escolhido – o articulista. Então, analisemos os fatores que influenciam o grau de responsividade/responsabilidade na missiva em análise.

Os fatores que elevam o grau de responsividade/responsabilidade nesta missiva são os seguintes. O coenunciador é objetivamente identificado. Há marca de subjetividade, concretizada pelo uso do pronome pessoal sujeito “*P*”. O tipo de engajamento é monoglóssico. Registrou-se a presença do *modus operandi* da ideologia chamada legitimação por racionalização. Por outro, há também fatores que fazem o grau de responsividade/responsabilidade decrescer. São eles os seguintes. A forma de remissão é alusão ao tema. A natureza da carta é contributiva, significando ausência de oposição ideológica. Notamos a presença do parâmetro valorativo julgamento estima social e do parâmetro atitude afeto positivo. E não há referência a qualquer tipo de manipulação ideológica.

Objetivamente, o leitor missivista diz que gostou do artigo, mas na condição de um aficcionado em cinema, para depois afirmar que é estranho que Casablana esteja na lista. A fim de justificar sua discordância, apela para um argumento racional, mostrando por que o referido filme não é, em sua opinião, um filme de viagem. Esta argumentação se configura como uma forma de modo de operação da ideologia chamado legitimação por racionalização, pois o enunciador procura dar legitimidade ao seu discurso por meio de um argumento racional. Por se identificar como um aficcionado por filmes, o enunciador apresenta as credenciais que tem para emitir sua opinião, ao mesmo tempo que busca equilibrar as relações de poder entre ele e o articulista, provavelmente um especialista em Cinema. De fato, o

missivista apresenta quatro filmes os quais considera dignos de figurar na lista elaborada pelo articulista, o que também corrobora sua condição de conhecedor de Cinema.

Analisando o posicionamento ideológico do missivista, podemos destacar que não há um embate ideológico frontal. Há apenas uma discordância acerca de um item da lista de filmes publicada no artigo, razão por que esta carta é contributiva e não outro tipo. Sobre um possível argumento de que esta missiva possui natureza sugestiva, já que nela o missivista usa o substantivo *suggestions*, é que em sua totalidade ela se configura como contributiva, pois o enunciador contribui ao observar que dado filme não deve figurar na lista e indicar quatro títulos que podem figurar na lista. Não é tampouco corretiva, pois o adjetivo *odd* indica que o missivista não garante intransigentemente a afirmação que faz.

Estabelecendo uma comparação entre as três cartas acima analisadas, e sem perder de vista que compartilham a mesma natureza, embora possuam graus de responsividade/responsabilidade diferentes, podemos apontar padrões convergentes e divergentes entre elas.

A carta de número 19 apresenta baixa responsividade, pois o seu autor limita-se a confirmar informações fornecidas no artigo e no final acrescenta sua contribuição que, por seu turno, segue a mesma linha ideológica expressa no artigo. A ausência de marcas de subjetividade nela, por exemplo, revela essa conformidade entre as ideias do leitor e as do articulista.

Na carta de número 14, diferentemente, nota-se uma presença marcante da subjetividade do enunciador, apesar de percebermos, a exemplo da carta 19, um alinhamento entre a ideologia do missivista e a ideologia expressa no artigo. Aqui, no entanto, percebe-se a busca de oferecer uma contraposição às ideias da personalidade referida no artigo – Geert Wilders – o que explica o nível maior de inserção do missivista no interior do seu discurso. Há, sem dúvida, um diálogo estabelecido entre o texto-base, com coenunciador genérico, e o missiva. Mas podemos dizer também que há a busca de estabelecer uma réplica às ideias de Geert Wilders, com quem, de fato, há uma dissensão clara. Isto implica uma maior responsabilidade por parte do autor da carta.

Finalmente, na carta de número 63, o diálogo que se estabelece é diretamente com o texto-base, pois o coenunciador alvejado é o articulista. Neste caso, a inserção do enunciador em seu enunciado é ainda maior, pois podemos destacar a nomeação do articulista como coenunciador, a presença de pronome sujeito de primeira pessoa e a discordância

parcial sobre informações fornecidas no artigo. Registra-se também uma relação de poder assimétrica, que o enunciador da carta procura equilibrar ao fornecer uma credencial de autoridade, considerando, obviamente, o ato de discordar da autoridade que assina o artigo. Para legitimar sua inconformidade, o leitor missivista lança mão do recurso do argumento racional. Assim, na primeira carta, não há dissensão. Na segunda carta, a dissensão se dá com alguém referido no texto-base. E, na terceira carta, a dissensão se estabelece diretamente entre missivista e articulista, o que justifica o fato de a última carta ser a mais responsiva entre as três.

As próximas missivas, transcritas a seguir, são de natureza corretiva e apresentam graus de responsividade/responsabilidade média e alta, respectivamente. O *corpus* não apresentou cartas dessa natureza para o grau de responsividade/responsabilidade baixo. O propósito da análise das duas cartas abaixo é estabelecer uma apreciação comparativa entre de cartas da mesma natureza e graus de responsividade/responsabilidade distintos.

A carta de número 148 possui grau de responsividade/responsabilidade 05 e foi escrita por um leitor missivista norte-americano, do Estado de Illinois. A carta foi em resposta ao artigo publicado em 23 de agosto de 2013 e assinado por Sharon Begley. O artigo trata dos problemas relacionados a procedimentos médicos muitas vezes prescritos desnecessariamente e que causam danos aos pacientes.

*(61) Concordo com muitas de suas observações sobre testes desnecessários, mas pessoas que leem o artigo podem inferir que eles nunca vão precisar de uma colonoscopia ou ressonância magnética. Minha mãe recentemente morreu de câncer de colon, e ela sempre recusou o teste. Algumas vezes “no” pode não ser a escolha correta.*⁸³

Robert Gelles, D.P.M., Buffalo Grove, Illinois

O leitor missivista que escreve esta carta, chamado Robert Gelles, se identifica como *D.P.M. (doctor of podiatric medicine)* e começa por dizer que concorda com as observações do articulista sobre exames desnecessários. Contudo, acrescenta que as pessoas

⁸³ I agree with many of your observations on unnecessary testing, but people who skim the article may infer that they don't ever need a colonoscopy or MRI. My mother recently passed away from colon cancer, and she always refused the test. Sometimes “no” may not be the correct choice. (148.0911)

que leem de relance o texto podem inferir que não necessitam de uma colonoscopia ou de uma ressonância magnética (*MRI – magnetic resonance imager*). Termina por dizer que sua mãe, morta recentemente em decorrência de um câncer de cólon, sempre se recusou a fazer o exame. Arremata a carta dizendo que muitas vezes “dizer não” pode não ser a escolha correta.

Os fatores responsáveis por elevar o grau de responsividade/responsabilidade são os seguintes. A carta é de natureza corretiva; o autor da carta fornece identificação – médico especialista em podiatria; o coenunciador identificado é o articulista; há marcas de subjetividade: verbo de julgamento e pronome pessoal de primeira pessoa do carro reto. E os fatores que diminuem o grau de responsividade/responsabilidade são os seguintes. O tipo de remissão é a negação – não marcada textualmente. Há o parâmetro valorativo afeto estima social; não há modo de operação da ideologia em ação; não há qualquer referência à manipulação ideológica.

A forma de remissão usada pelo missivista é bastante relevante neste caso, pois ajuda a definir o comportamento discursivo adotado no restante da missiva. Sustentamos, a propósito, que a natureza corretiva condiciona o caráter argumentativo tanto do enunciado quanto da enunciação. Neste sentido, o fato de o leitor missivista se identificar como especialista em determinada área médica, fornecida ao lado do seu nome, também tem a função de suprir o aspecto enunciativo um tanto atrofiado neste gênero textual. Percebe-se que o esforço argumentativo nesta missiva é considerável. Mas podemos notar que não há uma oposição frontal exercida pelo enunciador, pois, no início do seu texto, ele diz concordar com muitas das observações feitas pelo articulista, para finalmente negar uma das linhas fundamentais do artigo: a de que alguns dos procedimentos médicos não são apenas caros, mas também podem prejudicar mais do que ajudar. O médico chama a atenção para a possível criação de um preconceito, conclamando os outros leitores a adotar uma atitude racional perante o problema. Com o fito de reforçar sua restrição a esta linha adotada pelo articulista, o enunciador da carta cita o exemplo de sua mãe, cuja morte teve como causa um câncer de cólon. A argumentação do missivista assume uma densidade considerável quando ele retoma o título do artigo em foco em sua frase: *Sometimes “no” may not be the correct choice*. A frase flexibiliza a assertiva (configurada no título do artigo) pelo uso modalizador *may not be*, que assume uma dimensão trágica em face do exemplo citado pelo médico. Este missivista não faz referência à capa da edição em que o artigo foi publicado. Esta traz a foto de um suposto paciente (com a expressão de medo) em uma cama cercado por cinco mãos que empunham bisturis em torno do seu peito, que, por sua vez, exhibe uma linha pontilhada no

sentido longitudinal ao seu corpo. A figura é impactante, pois ao seu lado pode-se ler a seguinte frase: *one word that will save your life*.

A carta de número 136, transcrita abaixo, apresenta o grau de responsividade/responsabilidade 07. Esta carta foi enviada à *Newsweek* em resposta ao artigo publicado na edição de 05 de setembro de 2011 intitulado *The survivor* e assinado por Dan Ephron. O artigo trata de como o rei do Marrocos chegou ao poder. Leiamos a carta.

(62) Seu perfil sobre o rei do Marrocos Mohammed VI (Sept. 5) retratou um quadro distorcido do rei e das décadas – velho processo de reforma democrática no Marrocos. Em apenas 10 anos, ele liderou reformas que garantiram a igualdade feminina, promoveram os direitos humanos e a tolerância religiosa e focalizou os abusos aos direitos humanos no passado. Quando os marroquinos votaram “sim” à sua recente proposta de reforma constitucional, eles mostraram confiança em sua liderança e que queriam continuar no caminho da reforma. Seus leitores deveriam saber que o Marrocos foi o primeiro país a reconhecer a independência americana e permanece um forte e vital aliado na região.⁸⁴

Edward M. Gabriel, former U.S. ambassador to Morocco Washington, D.C.

Nesta carta, o leitor missivista Edward M. Gabriel, ex-embaixador dos Estados Unidos no Marrocos, procura corrigir um erro supostamente cometido pelo articulista Dan Ephron. Antes de uma análise qualitativa, procuremos entender o que ergue o grau de responsividade/responsabilidade desta carta para 07. Os fatores que elevam o grau de responsividade/responsabilidade nesta carta são os seguintes. A carta é de natureza corretiva. O leitor identifica-se como ex-embaixador no Marrocos. O coenunciador objetivamente alvejado é o articulista, embora, secundariamente, perceba-se que os outros leitores também sejam alvo

⁸⁴ Your profile of Morocco’s King Mohammed VI (Sept. 5) painted a distorted picture of the king and the decades – old process of democratic reform in Morocco. In just 10 years, he has led reforms that guarantee women’s equality, promote human rights and religious tolerance, and address past human-rights abuses. When Moroccans voted yes to his recent proposed constitutional reforms, they showed confidence in his leadership and that they want to continue on this path of reform. Your readers should know that Morocco was the first country to recognize America’s independence and remains a strong, vital ally in the region. (136.0911)

da referência ao coenunciador nesta missiva. O foco da remissão é o tratamento do assunto. O parâmetro valorativo nela registrado é atitude afeto e julgamento sanção social. Há referência à manipulação ideológica e identificamos o modo de operação da ideologia chamado legitimação por racionalização.

Por outro lado, os fatores que fazem o grau de responsividade/responsabilidade decrescer são os seguintes. A forma de remissão ao texto-base é a negação – não marcada textualmente, portanto. Não se observa a presença de marcas de subjetividade. O tipo de engajamento é monoglóssico.

Em seu enunciado, o leitor missivista reclama que o perfil que o articulista traçou sobre o rei do Marrocos retratou uma imagem distorcida do rei e das décadas – velho processo de reforma democrática no Marrocos. Diz que em 10 anos o rei conduziu reformas que garantem a igualdade das mulheres, promovem os direitos humanos e a tolerância religiosa e revisam os abusos aos direitos humanos. Afirma ainda que quando os marroquinos votaram a favor da sua proposta de reforma constitucional, mostraram confiança na sua liderança, indicando que querem continuar na sua trilha de reforma. Sugere que os leitores da revista deveriam saber que o Marrocos foi o primeiro a reconhecer a independência dos Estados Unidos e permanece um forte e vital aliado na região.

A primeira frase do leitor missivista goza da propriedade de negar o artigo publicado na *Newsweek*, o que configura o tipo de remissão registrado. O leitor missivista, a partir daí, elabora uma lista de ações do rei do Marrocos que evidenciam a suposta distorção apontada no artigo a que responde. Por fim, Edward Gabriel acrescenta um dado que mostra a ligação de cooperação mútua entre o seu país e Marrocos. Sua frase inicial, espinha dorsal de sua missiva, é corroborada pelo uso do recurso de legitimação por racionalização, pois o missivista usa de argumentos racionais, com a apresentação de informações concretas, para dar suporte à sua contraposição.

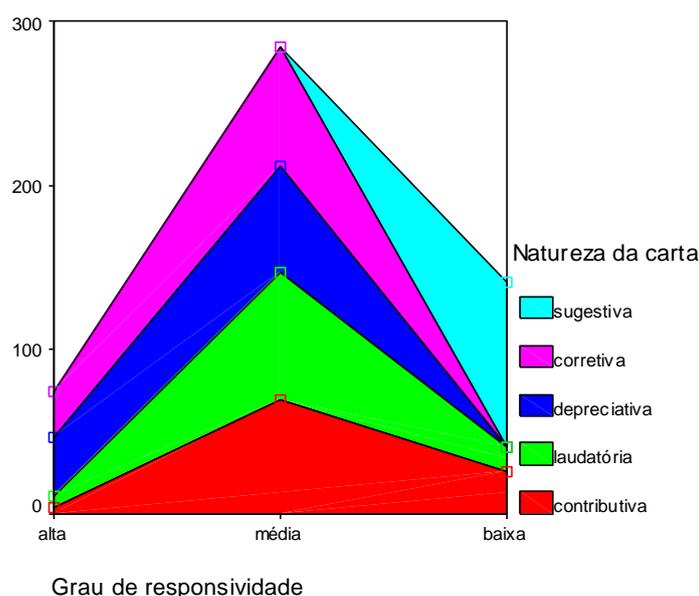
Esta carta se caracteriza como contributiva em função do fato de o enunciador da carta apresentar contribuições em termos de informações que julga ausentes no artigo da publicação. Mas para isso, procura equilibrar as relações de poder, *a priori* desfavoráveis, ao dizer que foi embaixador no Marrocos. Vale notar que a credencial apresentada pelo escritor da carta tem a virtude de expressar duplo significado: o significado político, de quem é uma autoridade no âmbito diplomático; e o significado experiencial, visto que para ser embaixador há a necessidade de residir no país onde exerce as prerrogativas inerentes ao cargo.

A frase final imprime o teor corretivo da carta, pois corrige o fato de o articulista não atentar para uma relação preexistente entre as duas nações: Estados Unidos e Marrocos. A ausência de marcas de subjetividade caracteriza uma abordagem formal, típica de um enunciador que conhece as regras do diálogo eminentemente diplomático. Isto explica a completa ausência dessas marcas no enunciado em análise.

Pela análise comparativa entre a missiva 148 e a missiva 136, podemos tirar algumas conclusões que consideramos úteis no sentido de entender melhor o grau de inserção do leitor missivista em seu enunciado. Ambas apresentam a natureza corretiva, mas a carta de número 136 expressa um empenho maior em oferecer uma réplica ao que o leitor missivista considera um equívoco por parte do articulista. A contraposição observada na carta 136 é mais direta do que na carta 148. Há a apresentação de credenciais em ambas as cartas, mas a presença de marcas de subjetiva na carta 148 e a ausência delas na carta 136 aponta para as implicações dessas credenciais. Ser embaixador condiciona um discurso marcado pela impessoalidade – o discurso da representação (mas não no sentido teatral), enquanto todo o conteúdo da carta 148 aponta para a exigência da inserção da subjetividade do leitor missivista, visto que este enunciador cita como exemplo a doença da mãe. Finalmente, a abordagem inicial nas duas cartas requisita caminhos e estratégias discursivas diferentes. Isto explica a heterogeneidade entre os graus de responsividade/responsabilidade.

O gráfico que segue apresenta o conjunto relativo à natureza da carta. O referido gráfico, para melhor entendimento, pode ser lido em termos de espessura de faixa. Por este gráfico percebe-se claramente o alto teor de responsividade/responsabilidade associado às cartas de natureza corretiva, enquanto que as cartas de natureza depreciativa aparecem em segundo lugar. As cartas de natureza laudatória aparecem em terceiro plano com um baixo percentual para a alta responsividade. Observe-se também que a responsividade/responsabilidade média é sempre muito expressiva para todas as cartas.

Gráfico 5: Grau de responsividade



Do lado oposto ao da alta responsividade, é possível visualizar que as cartas de natureza contributiva apresentam números expressivos para o baixo grau de responsividade, enquanto, desta perspectiva, as cartas de natureza laudatória aparecem em segundo plano. Mas também, as cartas de natureza laudatória apresentam um grau de responsividade/responsabilidade alto mais expressivo do que as cartas de natureza contributiva.

O gráfico acima corrobora, como os anteriores sobre a natureza da carta, a afirmação de que o agrupamento em termos de cartas de natureza conjuntiva e disjuntiva não deixa dúvidas acerca da nossa hipótese fundamental sobre a escalaridade responsiva nas cartas ao editor em *Newsweek*. A própria coerência da escalaridade no interior dos mencionados grupos é uma evidência clara das hipóteses que formulamos no início da pesquisa.

O fato de as cartas de natureza laudatória não apresentarem o mais baixo grau de responsividade, como hipotetizamos no início da pesquisa, não invalida nossa tese, uma vez que a natureza das cartas que apresentam o mais baixo grau de responsividade/responsabilidade ainda pertence ao grupo das cartas de natureza conjuntiva.

A natureza da carta, além da influência que tem sobre o grau de responsividade/responsabilidade, também nos permite uma característica do gênero cartas ao editor. Os leitores escrevem ao editor pelos mais diversos motivos: hora para elogiar, hora

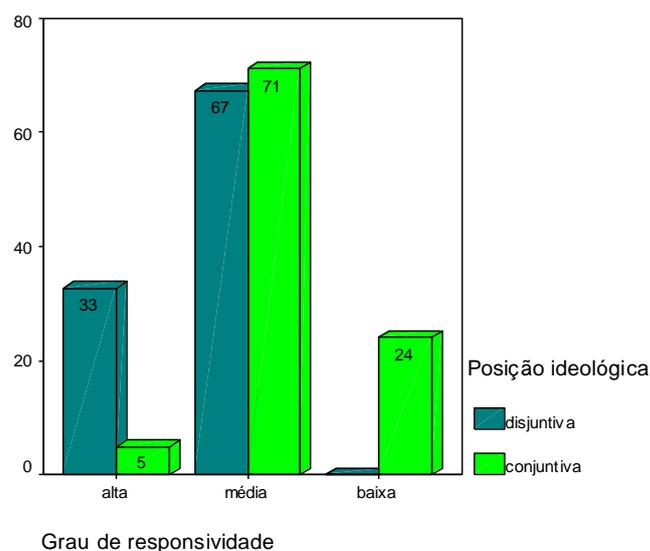
para contribuir, hora para reprovar, hora para corrigir possíveis erros cometidos pela publicação. No entanto, reconhecemos ser a natureza da carta uma espécie de eixo organizador das estratégias argumentativas identificáveis nos enunciados das missivas. A natureza da carta nos permitiu conceber a categoria que denominamos “posição ideológica”. Entendamos a importância dessa categoria para o grau de responsividade/responsabilidade.

6.3. Posição ideológica

O gráfico que segue apresenta visualmente a ocorrência do grau de responsividade/responsabilidade nas cartas em relação à posição ideológica. Como já foi esclarecido, a posição ideológica é a categoria que permite acompanhar e entender que posição o leitor missivista adota em relação ao texto-base: se ele concorda com as ideias expressa naquele texto ou discorda delas. Se concorda, dizemos que sua posição ideológica é conjuntiva; se discorda, dizemos que é disjuntiva. A posição do leitor missivista condiciona suas estratégias de argumentação, notadamente a escolha da forma de intertextualidade remissiva ao texto-base, embora reconheçamos que esta escolha nem sempre é feita conscientemente. Contudo, pudemos observar ao longo da pesquisa que a posição ideológica está intimamente relacionada à natureza da carta, ao lado do modo de operação da ideologia e à referência à manipulação ideológica, elementos que nos ajudaram a mensurar o grau de responsividade/responsabilidade nas cartas ao editor em Newsweek.

No tocante à posição ideológica, que pode ser contemplada no gráfico abaixo, notamos que há uma maior quantidade de cartas com grau de responsividade/responsabilidade médio relacionada a ambas as posições. A posição conjuntiva está demonstrada nas colunas verde-claro; enquanto que a posição disjuntiva pode ser observada nas colunas verde-escuro.

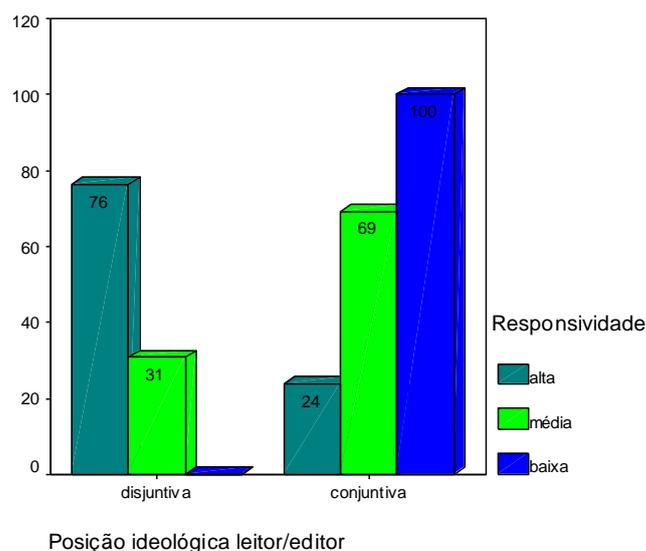
Gráfico 6: Grau de responsividade



O gráfico que ilustra a relação entre o grau de responsividade/responsabilidade e a posição ideológica leitor/editor também confirma a hipótese sobre o grau de responsividade. Para a posição ideológica disjuntiva o grau de responsividade/responsabilidade é expressivamente alto, enquanto que para a posição ideológica conjuntiva o grau de responsividade/responsabilidade é notadamente baixo. E o grau de responsividade/responsabilidade médio mostra equilíbrio entre os extremos da disjunção e conjunção.

O gráfico abaixo também relaciona a posição ideológica com o grau de responsividade/responsabilidade, desta feita, expressando a posição ideológica no eixo horizontal, enquanto que o grau de responsividade/responsabilidade encontra-se no eixo vertical. A coluna em azul mostra que o grau de responsividade/responsabilidade é expressivamente baixo quando a posição ideológica é conjuntiva, enquanto que podemos ver considerável expressividade no grau de responsividade/responsabilidade alto para a posição ideológica disjuntiva. O grau de responsividade/responsabilidade médio, razoavelmente, é expressivo tanto para a posição ideológica disjuntiva quanto conjuntiva. Outro detalhe que salta aos olhos é que a coluna azul – que representa o grau de responsividade/responsabilidade baixo – é quase imperceptível para a posição ideológica disjuntiva. Este gráfico ajuda a esclarecer a hipótese que formulamos sobre a relação entre o grau de responsividade/responsabilidade e a posição ideológica. Essa hipótese está confirmada, portanto.

Gráfico 7: Posição ideológica leitor editor



Vimos pela análise acima que a posição ideológica apresenta um efeito marcante sobre o grau de responsividade/responsabilidade. Pudemos observar também a tendência clara que outras estratégias argumentativas possuem de comporem harmonicamente com a posição ideológica. Este é o caso, por exemplo, da referência à manipulação ideológica. Vejamos como ela funciona diante de outras categorias componentes do grau de responsividade/responsabilidade.

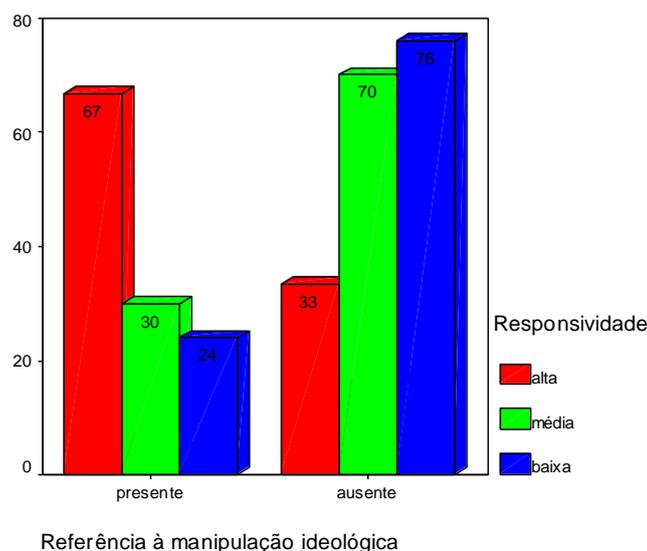
6.4. Referência à manipulação ideológica

Ao lado da posição ideológica, analisada anteriormente, outra hipótese é que a referência à manipulação ideológica contribui para incrementar o nível de responsividade/responsabilidade do leitor missivista em relação ao enunciado que produz. Arrazoamos, paralelamente, que a referência à manipulação ideológica está intimamente ligada à posição ideológica.

No gráfico abaixo, podemos notar que a referência à manipulação ideológica se expressa em termos de sua ausência ou presença. No eixo horizontal podemos ver a sua manifestação, enquanto que no eixo vertical registramos o grau de responsividade/responsabilidade (baixa, média ou alta). A torre em vermelho expressa o grau de responsividade/responsabilidade alto; a torre em verde claro expressa o grau de responsividade/responsabilidade médio. E a torre em azul expressa o grau de responsividade/responsabilidade baixo.

A propósito, notamos neste quadro que, quando não há referência à manipulação ideológica – ausência –, o grau de responsividade/responsabilidade é baixo. Neste caso, a coluna em azul é a mais expressiva, apresentando um percentual de 76%. Ao contrário, quando há referência à manipulação ideológica, o grau de responsividade/responsabilidade é alto, pois apresenta um percentual de 67% das missivas. O grau médio é expressivo para ambas as possibilidades. No entanto, conforme já explicamos, a expressividade média é natural em qualquer tratamento estatístico de dados. Também é importante destacar que tanto há responsividade/responsabilidade baixa nas cartas em que há referência à manipulação ideológica, quanto há responsividade/responsabilidade alta para os casos em que há ausência de referência à manipulação ideológica. No entanto, os percentuais respectivos mostram relativamente pouca expressividade – 24% e 33 por cento frente a 76% (na faixa da ausência) e 67% (na faixa da presença).

Gráfico 8: Referência à manipulação ideológica



Logo abaixo analisaremos três missivas, visando um melhor entendimento, em que há referência à manipulação ideológica. Os três exemplos serão para os graus de responsividade/responsabilidade baixo, médio e alto. Começaremos, então, com uma missiva em que o grau de responsividade/responsabilidade é baixo.

A carta 147 foi escrita pelo leitor missivista Lynette Mahoney em resposta ao artigo assinado por *Sharon Begley* de Illinois e intitulado *No! The One Word That Can Save Your Life*. Esta missiva apresenta baixo grau de responsividade/responsabilidade – grau 03.

(63) Faço exceção à premissa deste artigo. Enquanto todos nós queremos custos com saúde mais baixos, você nunca vê o elefante na sala: advogados. Certamente, para alguns pacientes uma ressonância pode não provar ser de valor, mas que tal os pacientes que de fato têm uma doença? Tudo que um advogado tem que perguntar é “Doutor, por que o senhor não solicitou uma ressonância”? Até que reformulamos as leis de má prática, os estímulos às ações excessivas de pacientes irão sem dúvida continuar.⁸⁵

Lynette Mahoney, D.P.M., Buffalo Grove, Illinois

Neste enunciado, o missivista começa por dizer que faz exceção à premissa do artigo. Prossegue dizendo que enquanto todos querem custos mais baixos com tratamento de saúde, o articulista nunca menciona o “elefante na sala”: os advogados. Indica ainda que concorda com articulista, pois para alguns pacientes, uma ressonância magnética não mostra resultados, no entanto, pergunta o missivista, o que dizer dos pacientes que não têm um problema de saúde? O missivista continua por dizer que tudo o que os advogados têm que perguntar é por que o médico não solicitou uma ressonância. Finaliza afirmando que até que se reforme a prática equivocada do Direito, a excessiva incidência de ações judiciais deverá continuar, sem dúvida.

Em termos de categorias para mensuração da responsividade/responsabilidade, a missiva 147 apresenta o seguinte *status*. A forma de intertextualidade remissiva é a negação – portanto não marcada textualmente. A carta é de natureza contributiva. Há a presença da identificação do leitor. O coenunciador objetivamente designado é o próprio articulista. No que se refere às marcas de subjetividade, há a presença de advérbios modalizadores e o uso de pronomes.

A referência à manipulação ideológica se dá pela seguinte frase do missivista: *you never mention the elephant in the room: lawyers*. O enunciador da missiva chama a atenção para o fato de que enquanto se deseja um sistema de saúde mais barato, não se dá a devida

⁸⁵ I take exception to the premise of this article. While we all want lower health costs, you never mention the elephant in the room: lawyers. Sure, for some patients an MRI may not prove valuable, but what about the patient who does have a malignancy? All a lawyer has to ask is “Doctor, why didn’t you order an MRI?” Until we reform malpractice laws, overly thorough work-ups of patient complaints will undoubtedly continue. (147.0911)

atenção ao fato de as ações judiciais, devido à má prática de advocacia, encarecerem esse mesmo sistema. Lynette Mahoney também rebate a assertiva de que se o articulista ressalta o fato de uma ressonância não produzir resultados com alguns pacientes, por outro lado também se deve considerar o caso em que os pacientes não têm, de fato, doença alguma.

A carta é de natureza contributiva, pois fornece uma contribuição por chamar a atenção para um aspecto (possível ou propositalmente) esquecido pelo articulista. É importante mencionar que o leitor missivista desta carta se identifica como médico – D.P.M. (*Doctor of Podiatric Medicine*), fato que o qualifica para produzir o enunciado nos termos desta missiva. Notemos a composição de elementos que se harmonizam e se somam no sentido de aumentar o poder argumentativo do enunciado.

Embora a forma de intertextualidade remissiva não seja marcada, a identificação fornecida pelo leitor compõe com a referência à manipulação ideológica, visto que posiciona o leitor missivista em um patamar semelhante ao do articulista, se não superior. O articulista, por seu turno, não apresenta qualquer qualificação específica, como a apresentada por Lynette Mahoney. Além da identificação do leitor, percebe-se também que o uso do pronome pessoal do caso reto coloca o leitor missivista no centro do embate discursivo, pois ele não fala em nome de uma organização ou instituição, apesar de a identificação que fornece sugerir isto, ainda que tangencialmente. Não podemos deixar de mencionar também o fato de que a referência à manipulação ideológica praticamente obriga o enunciador a identificar objetivamente o seu coenunciador.

Em resumo, a referência à manipulação ideológica se conecta diretamente com a natureza da carta que, por seu turno resultado do propósito comunicativo. A escolha das estratégias discursivas aponta para uma hierarquização e composição harmônica no sentido de favorecer a efetividade da argumentação.

A missiva 43, transcrita abaixo, apresenta grau de responsividade/responsabilidade médio (grau 05). Ela também apresenta referência à manipulação ideológica. Nela, o missivista começa por dizer que o surgimento da China como um desafio para os Estados Unidos é perturbador. Pergunta, no entanto, que se o real desafio repousa na programação dessas máquinas, por que é a China um dos maiores compradores de software da Empresa ANSYS dos Estados Unidos. Pergunta se os Estados Unidos não têm leis contra a exportação de tecnologia que possa ameaçar a sua segurança. Finaliza afirmando que parece que os americanos estão querendo colocar sob ameaça sua própria segurança em prol do todo poderoso dólar.

(64) *O surgimento de China como um desafiante aos Estados Unidos na tecnologia de supercomputadores é preocupante (Dec. 5). Mas se a ameaça real repousa “na confecção de software” para essas máquinas, por que a China é um dos maiores de software da ANSYS. Não temos leis contra a exportação de tecnologia que pode ser prejudicial à nossa segurança? Pare que desejamos colocar sob ameaça nossa segurança pelo todo-poderoso metal.*⁸⁶

Dale H., Tomlinson, Phoenix, New York

Nesta carta, o leitor missivista Tomlinson, de Nova York, expõe uma contradição existente no artigo publicado pela Newsweek em 12 de dezembro de 2011, assinado por Dan Lyons e intitulado *Be Afraid. Be very Afraid*. O artigo trata do surgimento da China como potência na fabricação de supercomputadores.

Neste enunciado, identificamos os elementos que listaremos a seguir. A forma de remissão ao texto-base é o discurso direto. A natureza da carta é contributiva. O coenunciador é genérico, pois o leitor missivista não destaca objetivamente um coenunciador, seja pelo uso de pronomes, seja por alguma denominação específica. Há marcas de subjetividade na carta – verbo de julgamento. Existe referência à manipulação ideológica e o modo de operação da ideologia identificada foi a legitimação por racionalização.

A referência à manipulação ideológica no texto-base reside na detecção da contradição embutida na frase do articulista: *The real challenge lies in writing software that can run across all these chips* (“O desafio real repousa na confecção de *software* que podem rodar em todos esses *chips*”). O articulista parece ignorar que os chineses são grandes compradores de programas da empresa americana ANSYS, o que significa a transferência dessa tecnologia para a China. Podemos deduzir que esses programas se destinam ao uso nesses supercomputadores também chineses. Se o leitor comum focaliza somente a informação dada no artigo, será levado a enxergar a China como uma nação cujo objetivo é desbancar os Estados Unidos de sua hegemonia na área da construção de supercomputadores

⁸⁶ China’s rise as a challenger to the U.S. in supercomputer technology is troubling (Dec. 5). But if the real challenge “lies in writing software” for these machines, why is china one of U.S. software company ANSYS’s biggest customers? Don’t we have laws against the export of technology that can be detrimental to our security? It seems we are willing to jeopardize our security for the almighty buck. (43.0112)

e respectivos programas. De posse da informação fornecida pelo missivista, podemos entender que há um fluxo consentido de informação entre os Estados Unidos e a China.

A propósito, o missivista usa o discurso direto para se reportar ao artigo referido, o que é bastante revelador. Importante destacar que o enunciador da carta estabelece um diálogo com um coenunciador genérico usando o recurso de interrogações. A natureza contributiva da carta se caracteriza pela contribuição que o enunciador da carta oferece, chamando a atenção do articulista e dos leitores em geral para aspectos contraditórios, bem como para a necessidade de aplicação de leis que protejam os interesses americanos nesse campo.

A análise da missiva 43 mostra-nos que a referência à manipulação ideológica compõe com diversas outras estratégias argumentativas, como a natureza da carta, a forma de remissão ao texto base, o tipo de engajamento e o modo de operação da ideologia escolhido – a legitimação por racionalização. Embora o leitor missivista identifique contradições no artigo a que se reporta, não podemos afirmar que ele estabelece uma oposição frontal ao articulista, mesmo porque ele estabelece um coenunciador genérico com quem dialoga ao longo da missiva.

Para finalizar a demonstração de como a referência à manipulação ideológica influencia o grau de responsividade, analisaremos a carta 85, cujo grau de responsividade/responsabilidade 07. Esta carta foi escrita em resposta à reportagem publicada na edição de 31 de outubro de 2011 e intitulada *The obscenity of death*, que traz uma foto do corpo do ditador Muammar Gaddafi autorizada por Mahmud Turka.

*(65) Fiquei chocado porque vocês publicaram a foto do corpo morto de Gaddafi parcamente vestido coberto de sangue. Sim, ele foi um tirano e a Líbia está melhor sem ele, mas há certos limites que devem ser cruzados. Esperava mais de vocês.*⁸⁷

Erika Giles, Mercer Island, Washington

Erika Giles, a autora da carta, inicia a carta dizendo que ficou chocada com a publicação da foto de Gaddafi morto parcamente vestido com o corpo coberto em sangue.

⁸⁷ I was appalled that you published the photo of Gaddafi's barely clothed dead body covered in blood. Yes, he was a tyrant and Libya is better off without him, but there are certain boundaries that shouldn't be crossed. I expected better of you. (85.1111)

Sim, diz a missivista, ele era um tirano e a Líbia está melhor sem ele, mas há certos limites que deveriam ser ultrapassados. Finaliza afirmando que esperava mais de quem publicou a foto. Esta imagem do ditador morto não é acompanhada de um artigo, mas figura na seção da revista chamada *News Gallery*.

A responsabilidade final de publicação de artigos, reportagens, entrevistas e notícias é do editor. Portanto, a leitora missivista se dirige a ele, apesar de o autor da foto figurar no final de reportagem. Neste caso, o coenunciador designado é o próprio editor. A foto em questão é acompanhada de um pequeno texto que figura como a notícia a ser passada ao público leitor da revista. Contudo, a missivista focaliza a publicação da foto e dá pistas de como recebeu o teor comunicativo da imagem publicada.

A primeira frase da missivista destina-se a revelar sua indignação com a ação levada a termo pela revista em publicar uma foto que, para ele, é chocante. A segunda frase retoma a imagem que Gaddafi possui perante o Mundo Ocidental – a imagem de um ditador sanguinário. A foto, como descrita pela missivista é eloquente no sentido de mostrar como o déspota foi tratado em sua morte: da forma semelhante com que ele tratou seu povo. Esta visão é retomada pela segunda frase da leitora: *Sim, ele foi um tirano e a Líbia está melhor sem ele, mas há certos limites que devem ser cruzados. Esperava mais de vocês*. Esta frase traz uma acusação implícita por parte da missivista de como o responsável pela publicação da foto enxergam a figura de Gaddafi – um tirano – e, conseqüente, que tipo de imagem do ditador deveria ser transmitida ao público. De fato, o texto da notícia não o denomina de tirano, mas a foto em si discursa neste sentido, pelo menos para a leitora missivista.

A imagem de Gaddafi nas condições apresentadas se contrapõe à sua imagem como líder máximo de seu país, com poderes absolutos que detinha na condição de ditador. No entanto, a leitora missivista acusa o editor de um comportamento que para ele é reprovável, pois tal comportamento ultrapassa os limites do aceitável em sua visão.

Há um esforço argumentativo que pode ser visto aqui em termos de grau de responsividade/responsabilidade identificados na carta em análise. O grau de responsividade/responsabilidade encontrado na missiva 85 é 07, um grau alto. Os fatores que responsáveis pela elevação do grau de responsividade/responsabilidade desta carta são os seguintes. A natureza da carta é depreciativa. O coenunciador é explícito. Identificamos o uso de pronome pessoal do caso reto mais o uso do modalizador “yes”. E há referência à manipulação ideológica.

A carta 121, transcrita logo abaixo, é uma resposta ao artigo publicado pela *Newsweek* na edição de 26 de setembro de 2011, assinado por Mac Margolis, cujo título é *Don't Mess With Dilma*. O artigo trata do desenvolvimento do Brasil conectado à liderança da presidente Dilma Rousseff.

Nesta carta, o leitor missivista David Brokensha diz que o artigo referido não menciona a controversa e destrutiva política na Amazônia do governo Dilma, onde o desenvolvimento está sendo promovido às expensas do meio ambiente e da população indígena. Afirma que isto é perturbadoramente similar ao que o regime militar fez 40 anos atrás.

*(66) Seu artigo sobre a presidente do Brasil Dilma Rousseff não mencionou seu governo controverso, políticas destrutivas na Amazonia, onde o desenvolvimento está sendo promovido à custa do meio ambiente e de povos indígenas. É angustiantemente similar ao que o regime militar fez 40 anos atrás.*⁸⁸

David Brokensha, Fish Hoek, South Africa

Esta carta apresenta grau de responsividade/responsabilidade 07; entendamos por quê. O missivista usa como forma de remissão ao texto-base a referência ao tema. A natureza da carta é contributiva. Como marca de subjetividade, registramos o uso do advérbio modalizador *distressingly* (“afritivamente”). Além da referência à manipulação ideológica, também registramos o modo de operação da ideologia denominado legitimação por narrativização. Os elementos nesta carta que elevam o grau de responsividade/responsabilidade são: a referência ao coenunciador, a presença de marca de subjetividade; a referência à manipulação ideológica e o uso do modo de operação da ideologia legitimação por narrativização. Por outro lado, os elementos que fazem o grau de responsividade/responsabilidade decrescer são os seguintes: a forma de remissão referência ao título; a natureza da carta; o tipo de engajamento – monolítico.

A referência à manipulação ideológica nesta carta se dá pela frase: *Seu artigo sobre a presidente do Brasil Dilma Rousseff não mencionou seu governo controverso,*

⁸⁸ Your article on Brazil's President Dilma Rousseff didn't mention her government's controversial, destructive policies in Amazonia, where development is being promoted at the expense of the environment and indigenous people. It's distressingly similar to what the military regime did 40 years ago. (121.1011)

políticas destrutivas na Amazonia, onde o desenvolvimento está sendo promovido à custa do meio ambiente e de povos indígenas. Esta frase é um tanto irônica, pois o artigo se caracteriza por fazer referências ao talento de Dilma como administradora e política. De fato, há uma acusação implícita por parte do leitor missivista ao comprometimento do artigo, pois no artigo inteiro não há qualquer referência aos aspectos negativos da personalidade em questão. Ao dizer que o articulista não menciona tais e tais aspectos, o enunciador da carta cria a impressão de uma complementação que de fato não cabe fazer. Este comportamento discursivo carrega, portanto, uma acusação velada: a de parcialidade, o que em outras palavras é uma forma de manipular a interpretação ou, em última análise, a opinião de alguém.

Como também pode ser observado nos exemplos anteriores, a referência à manipulação ideológica nesta carta, uma ação discursiva claramente divergente, harmoniza-se com outras estratégias argumentativas como a identificação do coenunciador, a natureza da carta, a presença de marcas de subjetividade e a utilização de um modo de operação da ideologia.

Na carta em questão, a natureza contributiva se destaca pela referência à manipulação ideológica sutilmente posta. O tom de discordância do missivista fica ainda mais evidente pela comparação feita com o regime militar do passado – 40 anos atrás. O recurso argumentativo dado pela comparação com o regime militar coloca mais em destaque o caráter parcial do artigo dedicado à presidente Dilma Rousseff.

Pela análise das missivas em que identificamos referências à manipulação ideológica, podemos entender que as estratégias discursivas funcionam em conjunto no sentido de cumprir o objetivo primário do ato enunciativo. Neste sentido, podemos adiantar que quatro elementos se mostram salientes em função de sua recorrência: a natureza da carta, a identificação do coenunciador, as marcas de subjetividade e o tratamento ideológico no discurso.

A seguir, analisaremos as marcas de subjetividade e seu papel em relação ao grau de responsividade/responsabilidade nas cartas ao editor em *Newsweek*. Essas marcas exercem um papel importante no interior da escala de responsividade/responsabilidade que defendemos em nossa tese.

6.5. Marcas de subjetividade

A hipótese de que as marcas de subjetividade, aqui elencadas, exercem influência no grau de responsividade/responsabilidade resulta da consideração de que essas marcas ajudam a mensurar o grau de inserção e de responsabilidade do enunciador em seu próprio enunciado. Lembramos, conforme se tem visto, que a intenção determina a natureza da carta. Esta, por seu turno, motiva, ou pelo menos restringe, a escolha das estratégias argumentativo-discursivas que irão servir aos propósitos daquele que se engaja em uma troca dialógica. Então, o uso de pronomes de primeira do caso reto e do caso oblíquo é, conforme hipotetizamos, forte indicador do grau de responsividade/responsabilidade que o enunciador imprime em seu enunciado.

Complexa é a natureza das relações sociais entre humanos. Há interações sociais cujo propósito é simplesmente manter vínculos, enquanto há outras cujo propósito é estabelecer vínculos. Há ainda interações que se caracterizam pela busca da mobilidade em termos do *status* que o indivíduo tem dentro do seu grupo. Há interações que visam corrigir alterações entendidas como negativas no seio da vida em comunidade, ou mesmo reforçar intervenções vistas como positivas para a vida comunitária. Aqui estão algumas das motivações para que um indivíduo interaja com outro indivíduo, ou um indivíduo interaja com um grupo, ou o contrário, ou ainda um grupo interaja com outro grupo social. Lembramos que, na prática, essas formas de interação apresentam sempre como porta-voz um único indivíduo, ainda que na tarefa de locutor.

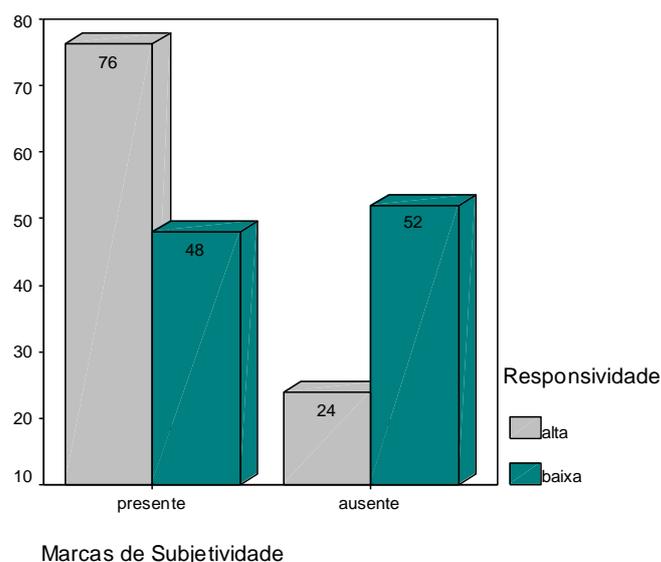
Relacionadas a essas interações, as marcas de subjetividade podem funcionar como sinalizadoras que indicam o modo como o indivíduo se apresenta no interior do seu enunciado: se ele fala em seu próprio nome, ou se prefere indicar um apagamento da sua subjetividade no interior do seu enunciado; se o enunciador deseja sugerir certo grau de isenção ou comprometimento com o que diz. Afora a possibilidade de o próprio enunciador exercer total controle sobre o que diz, também temos de atentar para a ausência de um controle absoluto sobre o discurso que ele formula, resultante da falta de competência sócio-linguístico-discursiva. Além disso, em qualquer análise de discurso, devemos considerar as restrições apresentadas pelo gênero com que se trabalha. Neste caso, considerando a análise feita em Cardoso (2005), sabemos que este gênero é um misto de discurso que se caracteriza tanto pela pretensão de isenção como de comprometimento com o dito. Esta condição decorre do amplo espectro de leitores missivistas no âmbito sócio-político-educativo, pois há leitores

missivistas que ostentam um nível educacional e político muito elevado, e há leitores que não dispõem de tal nível para apresentar como credencial.

A propósito, formulamos a hipótese de que as marcas de subjetividade se manifestam mais predominantemente quando o processo dialógico instaura a contraposição entre dois sujeitos envolvidos em um esforço argumentativo diferenciado de interações comuns. A necessidade imediata de estabelecer com que marcas deveríamos trabalhar em nossa pesquisa nos levou a considerar razoável que os pronomes de primeira pessoa, do caso reto e do caso oblíquo, juntamente com a modalização do enunciado – nomeadamente, advérbios e verbos modalizadores e os verbos de julgamento – seriam os elementos mais prováveis de serem encontrados exercendo a função a que já nos referimos. Sabemos que existem outras marcas que servem para expressar a subjetividade do enunciador. Contudo, as necessidades metodológicas e da pesquisa em si preconizam a inviabilidade de se trabalhar com o puramente aleatório. Assim, para os casos em que pudessem aparecer marcas de subjetividade não contempladas entre as que escolhemos, deixamos a opção “outros”, a fim de cobrir possibilidades não previstas aprioristicamente.

O gráfico a seguir mostra a influência das marcas de subjetividade no grau de responsividade/responsabilidade. As colunas em cinza representam o grau de responsividade/responsabilidade alto, enquanto que as colunas em azul representam o grau de responsividade/responsabilidade baixo. Para os casos em que registramos a presença de marcas de subjetividade, o grau de responsividade/responsabilidade é consideravelmente alto, atingindo 76 pontos percentuais, enquanto que para os casos em que registramos a ausência das marcas de subjetividade, o grau de responsividade/responsabilidade é baixo – apresentando 52 pontos percentuais das missivas. Observamos que tanto para a ausência quanto para a presença de marcas de subjetividade existem ocorrências de missivas com graus de responsividade/responsabilidade altos e baixos. No entanto, as colunas da extrema esquerda e da extrema direita – 76% e 52%, respectivamente – não deixam dúvida de que nossa hipótese inicial se confirmou. Ou seja, que a presença de marcas de subjetividade em uma missiva tende efetivamente a elevar o grau de responsividade/responsabilidade. Quer dizer, o grau de comprometimento do enunciador da carta com seu enunciado. No entanto, arrazoamos ser necessário fazer uma análise em que há ocorrências tanto de pronomes quanto de modalizadores e verbos de julgamento, a fim de entendermos o efetivo papel que essas marcas exercem no interior dos enunciados em análise. Desse modo, poderemos traçar um perfil e estabelecer um padrão de recorrência dessas marcas na relação com outras categorias.

Gráfico 9: Marcas de Subjetividade



Entendido o quadro acima, analisaremos primeiro uma carta que apresenta um advérbio modalizador como marca de subjetividade. A carta de número 135 é um bom exemplo, pois traz um advérbio modalizador sem a concorrência de outras marcas de subjetividade. Leiamos a carta.

*(67) Audácia de Newt ou não, o GOP ainda está achando difícil apontar o candidato certo para presidente. Embora eles devam ser vistos como obsoletos, a velha guarda do GOP parece se manter reemergindo. A menos que emerja um desafiante carismático, limpo e corajoso ao homem em serviço, 2012 será muito provavelmente um ano de Obama novamente.*⁸⁹

John T. Spencer, Singapore

A carta acima foi escrita em resposta ao artigo publicado na edição de 19 de dezembro de 2011, intitulado *Newt Wants You!* e assinado por Peter J. Boyer. O artigo fala do renascimento da campanha de Newt Gingrich pelo Partido Republicado à presidência dos Estados Unidos.

⁸⁹ Audacity of Newt or not, the GOP is still finding it difficult to put up the right candidate for president. Though they might be seen as obsolete, the old guards of the GOP seem to keep resurfacing. Unless there emerges a charismatic, clean, and courageous challenger to the incumbent, 2012 will most likely be Obama's year again. (35.0112)

A carta foi escrita por John T. Spencer. Nesta missiva, o enunciador começa por dizer que sendo audácia ou não de Newt, o Partido Republicano ainda está encontrando dificuldade em propor o candidato certo à presidência. Afirma que embora eles continuem sendo vistos como obsoletos, os velhos guardiões do Partido parecem se manter em evidência. Finaliza dizendo que a menos que surja um desafiante carismático, limpo e corajoso ao “homem em serviço”, o ano de 2012 será muito provavelmente o ano de Obama novamente.

No tocante aos elementos que influenciam o grau de responsividade/responsabilidade, a carta 35 apresenta os seguintes aspectos. A forma de remissão ao texto-base é a pressuposição. A sua natureza é contributiva. O coenunciador é genérico. Há a presença de um advérbio modalizador. O foco da remissão é conteúdo relatado. O modo de operação da ideologia identificado é a unificação por padronização e não há referência à manipulação ideológica.

Em uma análise mais detida, podemos notar que o leitor missivista faz uma leitura da situação do Partido Republicano americano em relação ao lançamento de um candidato à presidência da república. O título do artigo faz referência à busca de Newt Gingrich por eleitores que apoiem sua candidatura. O enunciador coloca Newt como um membro da velha guarda do partido, que ressurge. Este estratagema de argumentação posiciona o presidente Obama como uma alternativa moderna para a disputa do cargo de presidente: *Embora eles devam ser vistos como obsoletos, a velha guarda do GOP parece se manter reemergindo. A frase seguinte possui um teor avaliativo implícito sobre o tipo representado por Newt: A menos que emerja um desafiante carismático, limpo e corajoso ao homem em serviço, 2012 será muito provavelmente um ano de Obama novamente.* Em outras palavras, o leitor missivista afirma indiretamente que Newt não possui essas qualidades listadas na última frase da missiva.

O uso do advérbio modalizador lança uma pequena margem de dúvida sobre as assertivas do enunciador da carta, mas, por outro lado, possui a virtude de lançar crédito sobre a análise que o missivista faz de toda a situação, pois a manifestação da dúvida, em uma análise ou avaliação, é uma forma de se apresentar como honesto diante do público. Então, o uso do advérbio modalizador neste caso tem uma vantagem retórico-discursiva que não pode ser desprezada.

Cabe observar como o conteúdo da carta se harmoniza com alguns aspectos identificados nela. Por exemplo, podemos citar o fato de o caráter analítico da carta se harmonizar com o fato de o missivista não ter designado um coenunciador específico.

Também podemos mencionar o fato de que não se registrou parâmetro valorativo de natureza emocional, especialmente porque o foco da remissão é o conteúdo relatado. O leitor missivista simplesmente oferece sua análise como que para complementar o conteúdo do artigo. Neste sentido, o modo de operação da ideologia e a ausência de referência à manipulação ideológica trabalham juntos no sentido de aumentar o poder argumentativo do enunciado da carta. Nestes termos, o fato de o coenunciador ser genérico aponta para um alinhamento, considerando os outros elementos supracitados, entre o leitor missivista e o articulista.

Os adjetivos modalizadores figuram como marcas de subjetividade em nossa investigação. Neste caso, necessário se faz analisar uma missiva que apresente esses elementos que, de acordo com a hipótese que formulamos inicialmente, permitem-nos afirmar que alteram o potencial responsivo e o nível de responsabilidade que o leitor missivista adota para com o enunciado que emite na forma de carta ao editor. Os adjetivos modalizadores, embora também sejam marcas de subjetividade, funcionam de modo diferente dos advérbios modalizadores, por exemplo.

A carta de número 73 apresenta um adjetivo modalizador. Esta carta foi escrita Jacob Amir, de Israel, em resposta ao artigo publicado na edição de 14 de novembro de 2011. O título do artigo é *Zionism Has Run Its Course* e foi escrito por Rula Jebreal. Leiamos a transcrição da carta a seguir.

(68) É óbvio que os palestinos esperam alcançar seus objetivos pelas Nações Unidas sem fazer as necessárias concessões para alcançar a paz. Não, o Sionismo não cumpriu sua trajetória. Não é um sonho, mas uma realidade.⁹⁰

Jacob Amir, Jerusalem, Israel

Nesta carta, o enunciador diz que é óbvio que os palestinos esperam atingir seus objetivos através da Organização das Nações Unidas sem fazer as necessárias concessões para alcançar a paz. Prossegue afirmando que o Sionismo não cumpriu o seu objetivo. Finaliza dizendo que não é um sonho, mas uma realidade.

No enunciado da missiva, o adjetivo modalizador encontra-se na primeira frase: *It's obvious*. Mas, observando os elementos que interferem no grau de

⁹⁰ It's obvious the Palestinians hope to achieve their objectives through the U.N. without making concessions necessary to reach peace. No, Zionism has not run its course. It is not a dream but a reality. (73.1111)

responsividade/responsabilidade, podemos registrar o seguinte. O tipo de remissão é a pressuposição. A natureza da carta é contributiva. O coenunciador é genérico. Como marca de subjetividade, registramos a presença de um adjetivo modalizador. Não há referência à manipulação ideológica, nem se registra qualquer modo de operação da ideologia em curso.

A frase inicial da missiva retoma o conteúdo do artigo e deixa claro o alinhamento ideológico entre os dois enunciados, pois, como vimos, não há oposição, nem restrição a partes do artigo. É revelador o fato de que essa ausência de oposição ideológica entre missivista e articulista compõe com o fato de o enunciador da carta não designar um coenunciador específico. Paralelamente, a forma de remissão ao texto-base, a pressuposição, afrouxa os laços dialógicos. Dessa perspectiva, podemos afirmar que o alinhamento destacado configura um bloco ideológico que estabelecerá polaridade com um posicionamento divergente das ideias defendidas no artigo.

Outra marca de subjetividade se configura pelo uso de verbos de julgamento. Esses verbos também refletem o grau de responsividade/responsabilidade que o leitor missivista imprime em seu enunciado e apresentam função discursiva diferente dos adjetivos e advérbios modalizadores, estudados até aqui. Neste caso, necessário se faz analisar o caso em que esse tipo de marca de subjetividade está presente. A carta de número 61, transcrita a seguir, traz um verbo de julgamento.

(69) Baseado em reportagens sobre insurgência na Itália, a resignação de Berlusconi não parece tornar as coisas melhores. Você só pode fazer planos financeiros e corte de benefícios antes de neutralizar qualquer chance da economia repicar. Sem rendimentos de impostos e uma economia robusta, tudo isto é apenas retardar o inevitável. Parece que a Europa marcha novamente para a recessão.⁹¹

Steve Prendergast, Jacksonville, Florida

Nesta carta, o leitor missivista Steve Prendergast, que escreve da Flórida, Estados Unidos, reporta-se ao artigo publicado em 21 de novembro de 2011, assinado por Barbie

⁹¹ Based on reports of rioting in Italy, Berlusconi's resignation doesn't seem to make matters better. You can do only so much budget and benefit cutting before you kill any chance of the economy bouncing back. Without tax revenue and a robust economy, all this is just delaying the inevitable. Looks like Europe is headed back to recession. (61.1211)

Latza Nadeau, cujo título é *Not Just Any Old Charlatan*. O artigo aborda a figura de Silvio Berlusconi como uma personalidade que representa o povo italiano em certos aspectos.

Na missiva, o enunciador inicia afirmando que, baseado em notícias sobre de protestos na Itália, a resignação de Berlusconi não parece tornar as coisas muito melhores. Prossegue dizendo que a única coisa que se pode fazer é elaborar planos econômicos e cortar benefícios diante do fato de se eliminar qualquer chance de a economia reagir. Complementa dizendo que sem reforma fiscal e uma economia robusta, tudo isto é apenas adiar o inevitável. Conclui afirmando que “parece” que a Europa está caminhando para uma recessão.

Os elementos que alteram o grau de responsividade/responsabilidade nesta carta são os seguintes. De um lado, tem-se a presença de um verbo de julgamento, como marca de subjetividade. Do outro, tem-se a forma de intertextualidade remissiva; a natureza da carta, que é contributiva; o coenunciador genérico.

Sem perder de vista os elementos supracitados, podemos afirmar que a carta reflete uma contribuição do leitor missivista à visão exposta no artigo. A forma de intertextualidade remissiva escolhida, a pressuposição, compõe com o fato de que, em vez de oposição ideológica, há um alinhamento por parte do leitor com as ideias do articulista. De fato, o leitor missivista faz uma análise da situação econômica da Itália no contexto europeu. O verbo de julgamento *seem* (“parece”) ajuda a conferir o caráter de análise ao enunciado como um todo. A dúvida concretizada pelo uso deste verbo de julgamento lança a impressão de honestidade na formulação da análise, pois a manifestação de segurança absoluta nesse tipo de ação discursiva não sugere um comportamento absolutamente honesto, visto que a expressão de certeza absoluta não condiz com uma abordagem científica, mas religiosa ou preconceituosa. No entanto, a manifestação da dúvida não se baseia em dados cientificamente coletados, mas em notícias sobre manifestações populares no interior da Itália: *Based on reports of rioting in Italy, Berlusconi's resignation doesn't seem to make matters better* (“Baseado em notícias sobre manifestações na Itália, a resignação de Berlusconi não parece melhorar a situação”).

Podemos trabalhar com a hipótese de que a presente carta é uma simples resposta ao artigo publicado pela *Newsweek*. Mas uma análise atenta, confirmada pelo grau de responsividade/responsabilidade – grau 04 – registrado para esta missiva, revela que o discurso produzido se posta lateralmente ao discurso do texto-base. Concretamente, a forma de remissão, a natureza da carta, o tipo de coenunciador, a ausência de modo de operação da ideologia e a ausência de referência à manipulação ideológica ajudam a afirmar que o grau de

responsividade/responsabilidade deste enunciado é médio. A oportunidade em que registramos a subjetividade do missivista em seu enunciado, concretizada pelo uso do já mencionado verbo de julgamento, mostra-se como uma estratégia que gera o efeito tanto de lançar credibilidade sobre o discurso, como de ajudar a caracterizá-lo como uma análise a contribuir com o conteúdo veiculado no artigo.

Resta-nos analisar a marca de subjetividade que consideramos a mais nuclear de todas – o pronome pessoal do caso reto “eu”, “I” em inglês, uma vez que o uso do pronome mencionado produz efeito tanto sobre o enunciado quanto sobre o ato enunciativo, pois o enunciador não deixa dúvida de quem é a responsabilidade do enunciado, apresentando-se como eixo do ato responsivo.

Uma das hipóteses colaterais à nossa hipótese central é a de que o uso de pronomes implica um maior grau de responsividade/responsabilidade, visto que também significa maior envolvimento por parte do enunciador em relação a seu enunciado. No quadro abaixo, têm-se os percentuais que revelam o uso dos pronomes. Pelo quadro, percebe-se que no *corpus* o uso de pronome de primeira pessoa combinado com pronomes de terceira pessoa é o mais frequente, apresentando um percentual de 32%. O uso isolado de pronomes de primeira pessoa também apresentou alta frequência, com 20,3% do total de cartas. Em terceiro lugar aparece o uso de pronomes de terceira pessoa, com 19% das cartas analisadas. O uso combinado de pronomes de primeira e terceira pessoas juntos pode implicar uma polarização que deverá ser confirmada ao se tentar cruzar a natureza da carta, se conjuntiva ou disjuntiva, a fim de facilitar o entendimento dessa ocorrência no interior da hipótese que formulamos sobre a escalaridade responsiva.

Tabela 17 — Uso dos pronomes

Pronome	Nº	%
1ª pessoa	31	20,3
2ª pessoa	7	4,6
3ª pessoa	29	19
Não se aplica	12	7,8
1ª + 2ª pessoa	15	9,8
1ª + 3ª pessoa	49	32
2ª + 3ª pessoa	7	4,6
1ª + 2ª + 3ª pessoa	3	2
Total	153	100

A carta de número 82, abaixo transcrita, traz o uso de pronome do caso reto “I”.

(70) Fiquei entusiasmado pelo pensamento de que nós “agricultores” podemos nos dar ao luxo de comprar roupas Versace – até que li 129 dólares por um vestido. Posso comprar 3 modelistas por isso! Tanto quanto gosto de comprar no H&M aqui na França por barganhas, penso que irei ignorar a linha Versace.⁹²

Christi Bishop Vergez, Biarritz, France

Esta carta foi escrita como resposta ao artigo publicado pela *Newsweek* na edição de 7 de novembro de 2011, intitulado *Versace on a Budget*. Este artigo foi assinado por Jacob Bernstein. O artigo reporta o fato de que roupas do famoso costureiro Versace são vendidas por um preço acessível à população pobre na loja *H&M*.

O leitor missivista Christi Bishop Vergez inicia o seu texto dizendo que estava entusiasmado com a ideia de que os trabalhadores agrícolas pudessem se dar ao luxo de vestir Bersace, até saber que um único vestido custava 129 dólares. Prossegue dizendo que pode comprar três roupas por aquele valor. Conclui afirmando que por mais que goste de comprar no *H&M* em promoção na França, acha que vai ignorar a linha Versace.

Nesta carta, a forma de remissão ao texto-base é a ironia porque o seu autor contrapõe a ideia expressa no artigo – sugerindo que pessoas de baixo poder aquisitivo podem ter acesso a modelos Versage exclusivos – com o fato de que os agricultores, grupo em que o missivista se inclui, não podem se permitir, na prática, usar uma roupa desenhada pelo mencionado estilista. O efeito irônico é alcançado pelo clima de suspense criado pelo missivista na formalização da referida contraposição. Para tanto, percebe-se a necessidade de gerar o enunciado em primeira pessoa, apesar de o missivista também usar “we” com o fito de indicar que pertence ao grupo dos agricultores.

Do ponto de vista dos elementos relacionados ao grau de responsividade/responsabilidade registrado no enunciado em análise, tem-se o seguinte. A

⁹² I was excited by the thought that we “peasants” might be able to afford Bersace clothing – until read \$129 just one dress! I can buy three outfits for that! As much as I enjoy shopping at H&M here in France for bargains, I think I’ll pass on the Versace line. (82.1111)

forma de remissão ao texto-base usado é a ironia – não marcada textualmente, portanto. A natureza da carta é contributiva. O coenunciador é genérico. Não há modo de operação da ideologia em curso, nem referência à manipulação ideológica. Por outro lado, aumentando o grau de responsividade/responsabilidade desta carta, tem-se o uso do pronome pessoal reto e de um verbo de julgamento.

Uma análise mais atenta permite que entendamos que o uso do pronome pessoal “I” cumpre o propósito de fazer com que o leitor missivista se coloque como uma subjetividade no interior do seu enunciado, responsabilizando-se por ele de maneira indubitável. A projeção da subjetividade do leitor missivista no interior do seu enunciado possibilita que ele arregimente recursos discursivos que permitam gerar o efeito argumentativo desejado. Percebe-se que o efeito irônico compõe com o uso de pronome pessoal, uma vez que a expressão de desapontamento e decepção só é possível pelo suspense que o missivista cria ao descrever o processo de leitura do artigo, relacionando-o a impressões pessoais.

Como pudemos registrar, a presença de marcas de subjetividade exerce um importante papel na argumentação e, por conseguinte, no grau de responsividade/responsabilidade identificável. Pudemos notar, também, que essas marcas não funcionam isoladamente, pois, como é razoável esperar, tendem a contribuir para potencializar o teor argumentativo do enunciado, uma vez que se configuram como um meio concreto de o enunciador não só se projetar no interior de seu próprio discurso, mas também manifestar sua responsabilidade por ele, potencializando o teor responsivo da troca dialógica, pois essa projeção não se dá sem consequências.

Com respeito às marcas de subjetividade acima analisadas, podemos observar que, além de compartilharem o traço de projetarem o sujeito do discurso em seu próprio discurso, tais marcas possuem diferentes funções no interior do discurso que compõem. Dessa perspectiva, a escolha de uma ou de outra marca de subjetividade, considerada a competência discursiva e linguística do enunciador, aponta para a organização de determinada estratégia argumentativa. Quer dizer, não se pode usar uma ou outra marca de subjetividade indistintamente sem alterar o resultado final que se deseja alcançar. De fato, pelas análises acima, pudemos observar diferentes efeitos argumentativos, propositalmente almejados ou não por parte do leitor missivista. A seguir, veremos como o enunciador posiciona o coenunciador com o fito de alcançar o efeito argumentativo almejado.

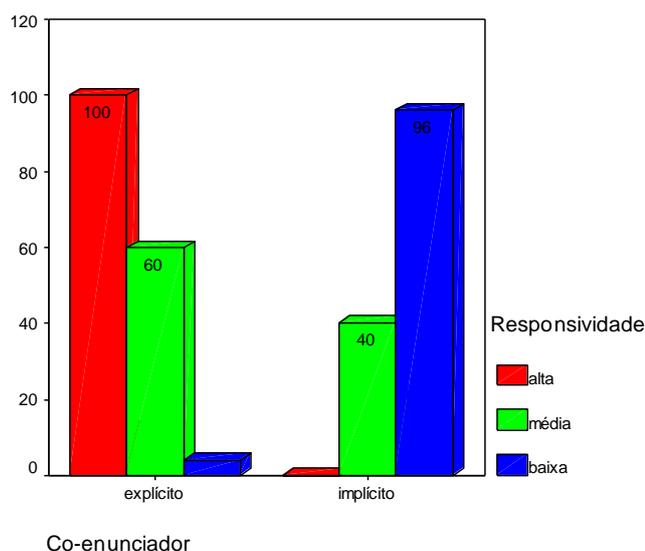
6.6. Presença do coenunciador

Outra variável de capital importância para a mensuração do grau de responsividade/responsabilidade nas cartas ao editor é a presença do coenunciador. Este é fundamental na troca dialógica entre a carta e o texto-base, pois, relembramos, as cartas ao editor em *Newsweek* são sempre uma resposta ao um artigo ou reportagem publicados na mencionada revista. Neste sentido, o coenunciador alvejado pelo missivista estará sempre relacionado ao texto-base a que a carta se refere. Esse coenunciador poderá ser o editor, o articulista, outros leitores ou um coenunciador genérico, que o missivista prefere não identificar. De qualquer modo, há sempre um coenunciador presente. O coenunciador será explícito quando houver a identificação objetiva dele. Ao contrário, o coenunciador será implícito quando não houver sua identificação feita objetivamente por parte do leitor missivista.

Certamente não podemos entrar na mente de cada missivista e saber se havia ou não uma intenção consciente ao designar o seu coenunciador. No entanto, podemos analisar os efeitos discursivo-argumentativos que o enunciado produz na relação com o coenunciador implicado, levando em consideração outros elementos que também influenciam o grau de responsividade/responsabilidade na carta. O quadro abaixo exposto demonstra a relação entre estes dois tipos de coenunciador – implícito e explícito – e o grau de responsividade/responsabilidade encontrado para cada carta.

Certamente, o enunciador explícito guardará possibilidades que merecem figurar em uma análise mais detida levando em conta outros elementos ligados ao grau de responsividade/responsabilidade. Devemos analisar, por exemplo, se a designação do editor como coenunciador explícito exerce um efeito diferente da designação do articulista no tocante ao teor discursivo-argumentativo encontrado no enunciado da carta, sem perder de vista, obviamente, o foco da remissão. E no caso do coenunciador implícito, que resultados se podem esperar e quais os resultados discursivo-argumentativos efetivamente se registram no enunciado da carta. Antes disso, no entanto, necessário se faz compreender o papel do tipo de coenunciador no grau de responsividade/responsabilidade, o que pode ser visto no quadro abaixo.

Gráfico 10: Co-enunciador



Neste quadro, podemos constatar que 100% das missivas com responsividade/responsabilidade alta apresentam coenunciador explícito. Do outro lado, podemos verificar que 96% das cartas com responsividade/responsabilidade baixa apresentam o tipo de coenunciador implícito. E para as cartas com grau de responsividade/responsabilidade médio, tem-se, respectivamente, 60% e 40% de coenunciadores explícitos e implícitos.

Estes dados percentuais evidenciam a importância do papel do coenunciador na alteração do grau de responsividade/responsabilidade, corroborando uma das hipóteses que formulamos no início de nossa investigação – a de que se o enunciador explicita seu coenunciador, o grau de responsividade/responsabilidade aumenta; do contrário, o grau de responsividade/responsabilidade tende a decrescer. Contudo, para além dos dados percentuais aqui apresentados, devemos compreender o funcionamento da explicitude do coenunciador no interior do discurso.

A carta 114, abaixo transcrita, apresenta o grau de responsividade/responsabilidade 08. Esta carta foi escrita em resposta a uma entrevista a Carlos Slim feita por Lloyd Grove publicada na edição 3 de outubro de 2011 da revista *Newsweek*. Carlos Slim explorava o negócio de telecomunicações e era um dos homens mais ricos do México na data da referida entrevista.

(71) Vocês de fato perguntaram a Carlos Slim sobre a economia? Ele ganhou bilhões do pagamento pelo governo corrupto do México por um monopólio virtual da indústria de telecomunicações. Se ele tem quaisquer respostas viáveis, por que

*solicita seu governo para colocá-las em prática e tornar o México uma economia de ponta no mundo. Suas respostas atendem aos próprios interesses e são historicamente reprováveis.*⁹³

Jim Bybee, Park Hill, Oklahoma

Nesta carta, o leitor missivista inicia indagando ao entrevistador Lloyd Grove se ele perguntou a Carlos Slim sobre a economia. Prossegue afirmando que Slim ganhou bilhões pagando o governo corrupto do México por um monopólio virtual da indústria de telecomunicações. Indaga que se Slim tem respostas viáveis, então por que ele não traz sua administração para colocá-las em prática e tornar o México uma economia de ponta. Finaliza dizendo que as respostas de Slim são convenientes a ele e historicamente reprovadas.

A carta em análise possui os seguintes elementos que interferem no grau de responsividade/responsabilidade. Os elementos que aumentam, de um lado, o grau de responsividade/responsabilidade são os seguintes. A carta é de natureza depreciativa. Há a presença explícita de coenunciador designado pelo missivista. O modo de operação da ideologia identificado foi legitimação por narrativização. Por outro lado, os elementos encontrados na missiva que fazem o grau de responsividade/responsabilidade decrescer são os seguintes. A forma de remissão é a negação – não marcada textualmente. Não há a presença de marcas de subjetividade. O engajamento é heteroglóssico. Não há referência à manipulação ideológica.

Nota-se que o enunciador da carta se dirige imediatamente ao entrevistador, alternando perguntas com afirmações acerca do que pensa sobre o entrevistado Carlos Slim. A natureza depreciativa da carta não deixa dúvidas de que o missivista adota um posicionamento frontal ao articulista, sugerindo implicitamente que o comportamento do entrevistador foi parcial ao deixar de lado o caráter duvidoso da personalidade entrevistada. O foco da remissão na carta é o tratamento do assunto, o que se harmoniza com a acusação implícita de parcialidade.

⁹³ You actually asked Carlos Slim about the economy? He made billions from paying Mexico's corrupt government for a virtual monopoly of the telecom industry. If he has any viable answers, why doesn't he get his government to enact them and make Mexico a leading world economy? His answers are self-serving and historically disproven. (114.1011)

Lançando uma visão geral sobre o conteúdo da carta em análise, podemos ressaltar os seguintes pontos. A natureza depreciativa da missiva explica a escolha de estratégias discursivo-argumentativas como, por exemplo, a designação objetiva do coenunciador, a negação como forma de remissão, e o modo de operação da ideologia legitimação por narrativização.

Pelos casos que temos analisado, sabemos que a natureza da carta depreciativa requer a designação explícita do coenunciador, como ocorre na missiva em análise. O posicionamento disjuntivo, dado pela natureza da carta, requer a utilização de algum modo de operação da ideologia, a fim de reforçar o poder argumentativo do enunciado. Para a missiva 114, registramos o modo de operação da ideologia legitimação por narrativização.

De fato, uma argumentação que parte de uma depreciação a determinado comportamento discursivo demanda um coenunciador explícito que, neste caso, é o entrevistador. As afirmações do missivista contra Carlos Slim recebem suporte de uma narrativa que demonstra a perspectiva do enunciador da missiva e guarda em si parte da acusação acerca de um comportamento delituoso.

Pela análise apresentada acima, podemos entender a importância de um coenunciador explícito na alteração do grau de responsividade/responsabilidade encontrado no enunciador da carta. Observamos, também, que a presença deste tipo de coenunciador se encaixa harmonicamente com a natureza depreciativa da carta que, por seu turno, demanda estratégias discursivo-argumentativas ligadas a uma maior responsividade/responsabilidade por parte do leitor missivista.

O coenunciador explícito implica seu posicionamento discursivo de modo a gerar um efeito argumentativo diferente daquele em que ele se encontra implícito. De fato, pudemos perceber acima que a projeção do coenunciador no interior do enunciado construído pelo leitor missivista tem como função uma espécie de transubstancialmente discursiva que efetiva um coenunciador reposicionado. Tal transubstanciação muitas vezes é operada por quem muitas vezes tem motivações baseadas em uma contraposição frontal ao discurso inicialmente gerado no texto-base.

6.7. Formas de intertextualidade

As formas de intertextualidade remissiva são também importantes na mensuração do grau de responsividade/responsabilidade, pois, como temos ressaltado, compõem com outros elementos que alteram o grau de responsividade/responsabilidade, como é o caso do coenunciador explícito, analisado anteriormente.

O quadro abaixo mostra os percentuais encontrados para as formas de intertextualidade marcadas textualmente e não marcadas textualmente. O que chamamos de formas de intertextualidade marcadas textualmente são aquelas formas que são claramente distintas no interior do enunciado. São formas de intertextualidade marcadas textualmente o excerto, a paráfrase, as palavras entre aspas, a referência ao título, o discurso direto e o discurso indireto. São formas de intertextualidade não marcadas textualmente a alusão ao tema, a pressuposição, a negação, a ironia e o discurso indireto livre. No quadro que segue o maior percentual encontrado corresponde às formas de intertextualidade não marcadas textualmente, 77,1%, o que mostra uma maior preferência por parte do leitor missivista por essas formas de intertextualidade. E para as formas de intertextualidade marcadas textualmente sobrou o percentual de 22,9%.

Tabela 18 — Formas de intertextualidade

Intertextualidade	Nº	%
Marcada textualmente	35	22,9
Não marcada textualmente	118	77,1
Total	153	100

O quadro seguinte mostra os resultados do cruzamento entre o agrupamento apresentado no quadro anterior e o grau de responsividade. Como em situações anteriores, dividimos o grau de responsividade/responsabilidade em baixo, médio e alto. Nossa hipótese inicial para essa variável é de que seria registrado um maior grau de responsividade/responsabilidade nas formas de intertextualidade marcadas textualmente. O quadro abaixo mostra que há um equilíbrio no interior das cartas cujo grau de responsividade/responsabilidade é alto. Das 21 cartas com grau de responsividade/responsabilidade alto, 47,6% apresentam formas de intertextualidade marcadas textualmente, e 52,4% apresentam formas de intertextualidade não marcadas textualmente.

Tabela 19 —Graus de responsividade/responsabilidade X Formas de intertextualidade

		Forma de intertextualidade			
		Marcada textualmente	Não marcada textualmente	Total	
Grau de intertextualidade	Alta	Nº	10	11	21
		% do grau de responsividade	47,6	52,4	100
		% da forma de intertextualidade	28,6	9,3	13,7
	Média	Nº	22	85	107
		% do grau de responsividade	20,6	79,4	100
		% da forma de intertextualidade	62,9	72	69,9
	Baixa	Nº	3	22	25
		% do grau de responsividade	12	88	100
		% da forma de intertextualidade	8,6	18,6	16,3
Total		35	118	153	
		22,9	77,1	100	
		100	100	100	

Quando o grau de responsividade/responsabilidade é médio, tem-se um maior percentual para as formas de intertextualidade não marcadas (79,4%), contra 20,6% de formas de intertextualidade marcadas. E, finalmente, quando o grau de responsividade/responsabilidade é baixo, tem-se uma predominância de formas de intertextualidade não marcadas (88%) contra um baixo percentual de formas de intertextualidade marcadas – 12% das missivas.

A hipótese inicial por nós formulada era de que as formas de intertextualidade remissivas ao texto-base marcadas textualmente elevariam o grau de responsividade/responsabilidade. A formulação desta hipótese fundamenta-se no pensamento de que as formas de remissão marcadas textualmente implicariam um tratamento mais fechado da argumentação, limitando as escolhas das estratégias discursivas em decorrência do fato de que a necessidade da marcação da forma de remissão motivava-se em uma relação dialógica mais direta e menos frouxa. Assim, por exemplo, o uso do discurso direto como forma de remissão restringiria o tratamento responsivo em função do excerto veiculado na carta.

Como pode ser observado no quadro acima, a referida hipótese não foi confirmada para os casos de alta responsividade/responsabilidade. Do ponto de vista estatístico, não podemos usar a faixa que compreende a responsividade/responsabilidade média para demonstrar a mencionada hipótese. No entanto, a faixa que compreende a baixa responsividade/responsabilidade no autoriza a afirmar que há uma correlação lógica observada no uso das formas de intertextualidade não marcada e a baixa responsividade/responsabilidade, o que confirma parcialmente nossa hipótese inicial. De fato, só encontramos 3 ocorrências de formas de intertextualidade marcada textualmente nos casos

de baixa responsividade/responsabilidade, contra 22 ocorrências de formas de remissão não marcada textualmente.

Diante dos percentuais apresentados, somos levados a indagar se a não confirmação de nossa hipótese inicial sobre as formas de remissão ao texto-base textualmente marcadas não está relacionada ao fato de que as cartas são editadas sob a alegação da necessidade de facilitar a compreensão e por motivo de espaço. Neste caso, calculamos que teríamos um quadro diferente nos percentuais de ocorrências para as formas de remissão ao texto-base. Assim, pode-se pensar que a utilização da pressuposição como forma de remissão seria menos recorrente do que o a atual.

Embora tenhamos um quadro de confirmação parcial da hipótese anteriormente explicada, consideramos útil apresentar um exemplo em que se tem uma forma de remissão marcada textualmente conectada ao grau de responsividade/responsabilidade elevado. Uma análise qualitativa ajudará a aclarar a possibilidade de essa hipótese ser verdadeira para um gênero altamente dialógico que não sofra edição ou cortes.

(72) Tive que rir do artigo de Daniel Hannan “No Root Causes”. A lei da causa e efeito foi substituída. Ele diz que as manifestações não se originam de qualquer causa em particular, especialmente nenhuma que desautorize o seu Partido Conservador. Não, é aquela política vil que não atacou brutalmente o suficiente. Que má sorte que todos aqueles cidadãos maus simultaneamente decidiram agir mal. A panacea: um cassetete. Este linha padrão de governo rejeita não somente a responsabilidade, mas a possibilidade de responsabilidade. Os leitores não encontrarão ideias ou teorias aqui, somente limpeza camuflagem.⁹⁴

John Barefield, Budapest, Hungary

⁹⁴ I had to laugh at Daniel Hannan’s piece “No Root Causes.” Has the law of cause and effect been repealed? He says the riots didn’t stem from any cause in particular, especially any that might impugn his Conservative Party. No, it’s those dastardly police who didn’t lash out brutally enough. What bad luck all those citizens simultaneously decided to do evil. The panacea: a cudgel. This standard government line rejects not only responsibility but the possibility of responsibility. Readers will find no ideas or theory here, only political whitewash. (153.0911)

A carta acima transcrita foi escrita em resposta ao artigo publicado na edição de 29 de agosto de 2011 assinado por Daniel Hannan, cujo título é *No root causes*. O missivista inicia a carta dizendo que teve que rir diante do artigo de Daniel Hannan *No Root causes*. Pergunta se a lei da causa e efeito foi revogada. Observa que o articulista afirma em seu texto que as rebeliões não apresentam nenhuma causa em particular, especialmente de uma causa que deve ser impugnar o seu Partido Conservador. Prossegue dizendo que é a polícia que covardemente que não liberou a brutalidade suficiente. Diz que foi má sorte dos cidadãos que simultaneamente decidiram proceder erroneamente e que a cura foi o cassetete. Afirma que a linha padrão do governo rejeita não somente a responsabilidade, mas também a possibilidade de responsabilidade. Conclui dizendo que os leitores não encontrarão ideias ou uma teoria no artigo, mas somente a ocultação política.

A forma de remissão marcada textualmente vista nesta missiva fornece a linha de conduta adotada pelo leitor missivista, considerando o fato de que a carta possui natureza depreciativa. Percebe-se que a referência ao título feita no início da missiva funciona como uma espécie de âncora para o resto do enunciado da carta, pois o seu enunciador atém-se exclusivamente ao artigo. Neste sentido, não é por acaso que o missivista faz referência ao título. De fato, o título impõe o significado nuclear do texto por ele intitulado. É a partir desse significado nuclear que o missivista desenvolve sua argumentação.

O teor de responsividade/responsabilidade na missiva em questão é dado pelos seguintes aspectos. A natureza da carta é depreciativa. O coenunciador alvejado é o próprio articulista. Há a presença de marcas de subjetividade. O modo de operação da ideologia em andamento é a legitimação por racionalização relacionada à referência à manipulação ideológica.

Com base nos dados acima apresentados, é interessante destacar que, ao se estabelecer a natureza da carta como ponto de partida da argumentação, observa-se que a forma de remissão restringe o foco da argumentação, como já foi tangenciado. No entanto, devemos salientar que os outros elementos encontrados como interferentes na elevação do grau de responsividade/responsabilidade entram em harmonia com os dois aspectos: a natureza da carta e o tipo de remissão. Notemos que a figura do articulista aparece bem evidente, assim como o título do artigo. Feito o destaque destes elementos, o autor da carta trata de montar sua abordagem argumentativa, que compreende a escolha da forma de operação da ideologia adequada ao propósito argumentativo e a denúncia de uma forma de manipulação ideológica, seja ela proposital ou não. A referência à manipulação ideológica

feita pelo missivista deixa implícita a acusação da existência de um propósito previamente estabelecido, pois o enunciador da carta usa do recurso da ironia para contestar a linha ideológica do articulista.

6.8. Escala de responsividade/responsabilidade

Em toda a análise feita nos parágrafos anteriores, procuramos mostrar com base em dados que podemos compreender a noção de responsividade/responsabilidade ativa, conforme proposta por Bakhtin (2000), em termos de uma escalaridade. Já explicamos que essa escalaridade abarca não só a noção de responsividade, mas também a noção de responsabilidade que o enunciador assume perante o seu enunciado. As duas noções são indissociáveis em nossa análise. Com o fim de mensurar a propriedade escalar de uma resposta, propusemos categorias que nasceram de observações empíricas que possibilitaram a formulação de hipóteses. Estas, por sua vez, tornaram possível a formulação de categorias de análise que devidamente aplicadas foram rodadas no *software SPSS versão 7.5*. Este procedimento metodológico possibilitou a geração de dados estatísticos os quais foram apresentados nos parágrafos anteriores no formato de tabelas e gráficos. As referidas categorias encontram-se, centralmente, no quadro abaixo exposto. Lembramos que as categorias listadas abarcam o binômio responsividade/responsabilidade.

Nestes termos, as categorias formuladas para a mensuração do grau de responsividade/responsabilidade são: a posição ideológica, os modos de operação da ideologia, referência à manipulação ideológica, as marcas de subjetividade, o coenunciador, as formas de intertextualidade remissiva ao texto-base, as relações de poder, os parâmetros valorativos atitude e julgamento, o tipo de engajamento. É indispensável dizer que nem todas as hipóteses formuladas inicialmente foram confirmadas.

As hipóteses que demonstraram efetiva interferência no grau de responsividade/responsabilidade são: a posição ideológica, a referência à manipulação ideológica, as marcas de subjetividade. As formas de intertextualidade remissiva ao texto-base foram confirmadas parcialmente. Os parâmetros valorativos, as relações de poder e o tipo de engajamento não foram confirmados como interferentes no grau de responsividade/responsabilidade.

Diante da constatação de que existe de fato uma escalaridade na responsividade/responsabilidadeativa, necessário se faz entender a natureza das relações entre

os elementos que a alteram, pois já procuramos explicar com base em dados como tais elementos a alteram. O quadro 9, abaixo exposto, traz os elementos que hipotetizamos como interferentes no grau de responsividade/responsabilidade. No-se que a maioria deles são aplicados em termos de presença ou ausência. É fundamental dizer, neste caso, que as marcas de subjetividade não precisam estar todas presentes, a fim de configurar a projeção da subjetividade do missivista em seu enunciado. Assim, já é suficiente que registremos a presença de uma delas para que essa projeção se estabeleça. Reiteramos que o grau de responsividade/responsabilidade registrado em casa carta não se dá somente por fatores da ordem do quantitativo, mas também pelos elementos pertencentes à ordem do qualitativo. É claro que os dados estatísticos baseiam-se em uma concepção de argumentação, a qual tem sido exposta ao longo do desenvolvimento de nossa tese. Visto por este ângulo, podemos também observar que mesmo dentro de cada categoria há a necessidade de uma análise que cubra a questão das escolhas feitas pelos missivistas. Deste modo, podemos indagar por que determinado modo de operação da ideologia aparece mais do que os outros. Ou qual a implicação de determinada forma de modalização dentro do discurso. Nestes termos, podemos dizer que uma análise qualitativa é fundamental para nos ajudar a apontar uma ordem no quadro argumentativo-discursivo de uma missiva sempre vista na relação com o texto a que responde.

Quadro 9: Grau de responsividade/responsabilidade nas cartas ao editor

Propriedade	Alta	Baixa
Posição ideológica	Disjuntiva	Conjuntiva
Modos de operação da ideologia	Presente	Ausente
Referência à manipulação ideológica	Presente	Ausente
Marcas de subjetividade	Presente	Ausente
Coenunciador	Presente	Ausente
Forma de intertextualidade remissiva	Marcadas textualmente	Não-marcadas
Relação de poder	Assimétrica	Simétrica
Atitude	Afeto e sanção social	Estima social e apreciação
Engajamento	Monoglóssico	Heteroglóssico

Voltando nosso olhar para a parte nuclear de uma interação que envolve o uso da linguagem verbal, podemos dizer que chegamos às categorias acima referidas levando em consideração quadro aspectos fundamentais, quais sejam: o enunciador, o enunciatário, a relação entre eles e o meio em que se contextualiza tal relação. Assim, a posição ideológica, os modos de operação da ideologia e a referência à manipulação ideológica devem ser

relacionados ao contexto em que os participantes se inserem. As marcas de subjetividade relacionam-se ao enunciador e identificam o grau com que ele se responsabiliza por seu enunciado e se projeta nele. O coenunciador responde pela identificação do enunciatário, bem como pelo seu posicionamento sócio-ideológico-discursivo. As formas de intertextualidade remissiva ao texto-base dão conta de como os enunciados se conectam e se comunicam na cadeia dialógica.

O posicionamento ideológico, como sabemos, preexiste ao embate ou ao alinhamento discursivo que porventura se estabeleça na acareação entre *carta ao editor* e texto-base. Quer dizer, não existe um posicionamento ideológico *ad hoc*, pois a própria subjetividade humana resulta de crenças e de modos de interpretar o mundo que nos cerca. Essas crenças e instrumentos de interpretação da realidade são construídos ao longo de nossa história de vida. No entanto, não dispomos de meios para mapear o conjunto de crenças de um indivíduo, nem os instrumentos que ele usa para interpretar os acontecimentos que o “interpelam” e que lhe causam interesse. Neste caso, só podemos flagrar tais elementos constitutivos da nossa subjetividade nas trocas comunicativas que estabelecemos com os outros. Neste sentido, caso tentemos estabelecer uma hierarquia desses elementos identificados nas nossas trocas comunicativas, devemos reconhecer que o nosso posicionamento ideológico vem em primeiro plano. Este, por seu turno, determina a natureza dessas trocas comunicativas: se há dissensão ou concordância com as ideias do outro, se há oposição ou alinhamento com o que ele expressa. Nestes termos, afirmamos que a natureza da carta, como categoria para a mensuração do grau de responsividade/responsabilidade, deve figurar como elemento imediatamente ligado ao plano ideológico que constitui o leitor missivista. Afirmamos que é justamente o ato de se posicionar, que envolve tanto enunciado quanto enunciação, que estabelece o tom do discurso e permite arregimentar as estratégias discursivas que devem construir e constituir a argumentação.

A relação exposta no parágrafo anterior entre a ideologia que o missivista traz para o diálogo que estabelece com o texto-base mostra-se mais evidente para o caso em que há dissensão ao invés de concordância. Objetivando demarcar as posições geradas pela dissensão, o leitor missivista muitas vezes acusa o autor do texto-base de usar de recurso manipulativo. Tal acusação é parte do conjunto de estratégias argumentativo-discursivos que o leitor missivista traz para o embate, pois, assim procedendo, o enunciador da carta procura não só desautorizar o dito do outro, como também construir o eixo da sua argumentação. Cabe ao enunciador do texto-base a tarefa de dizer, enquanto ao enunciador da carta se

responsabiliza pelo redizer. É útil lembrar que esse diálogo se encerra com a publicação da carta, mas não podemos esquecer que várias cartas são publicadas como resposta ao mesmo texto-base, o que nos leva a entender que o referido redizer se caracteriza pela emissão concomitante de vários enunciados autorizados por diferentes enunciadoreis.

O fato de o leitor missivista expressar sua discordância com o dito denuncia a crença não só no poder do discurso como construtor da realidade, mas também na capacidade que ele tem de promover mudanças que ajudem a construir uma teia social mais uniforme da perspectiva da exploração e da dominação, conforme Fairclough (2001). Ao lado disso, podemos destacar a consciência que o leitor missivista detém sobre o poder implicitamente manifesto por aqueles que autorizam os conteúdos publicados pela revista *Newsweek*. É nestes termos que entendemos a necessidade que o leitor missivista tem em fornecer informações a seu respeito que vão além daquelas exigidas pela publicação. Reconhecemos nisto, no mais das vezes, o esforço para equilibrar relações de poder desiguais, pois o enunciadoreis do texto-base exerce a prerrogativa de dizer. Esta incumbência é parte da sua vida profissional que, por seu turno, implica a necessária qualificação que o posiciona, de partida, em um patamar superior ao patamar em que se encontram os leitores em geral. No que diz respeito às informações que o leitor missivista fornece sobre si, notamos que há casos em que o missivista as fornece no corpo da carta; e há casos em que ele fornece tais informações ao lado do nome posto abaixo do corpo da missiva. Afirmamos que, em 100% dos casos em que há identificação fornecida ao lado ou abaixo do nome do missivista, essa identificação está relacionada à qualificação ou credencial que o missivista possui relacionada ao conteúdo do seu enunciado. Ressaltamos que essa tendência também foi registrada na pesquisa de Cardoso (2005).

Outro aspecto que nos chama a atenção são as condições impostas para que as cartas sejam publicadas. O leitor missivista tem que previamente aceitar o fato de que, além de dispor do mesmo espaço disponibilizado para a publicação da reportagem, artigo ou entrevista, terá seu texto editado à sua revelia. Relacionamos este fato ao que Foucault (1996) chama logofobia. O medo do discurso origina procedimentos de controle que garantem, ou tentam garantir, que o discurso tenha limites – os limites impostos por quem o controla. Diante da existência dos mecanismos de controle, há o uso de recursos que visam burlar a força de limitação. Podemos identificar na escolha da forma de remissão, na modalização, na explicitude e designação do coenunciador alguns desses recursos.

Considerando o pequeno espaço cedido aos leitores para que expressem suas opiniões e a possibilidade de edição, ficamos inclinados a pensar que a assimetria de poder referida jamais alcança equilíbrio. No entanto, o discurso não se impõe somente pela quantidade ou pela reiteração do que se diz, mas também pela qualidade do dito. Neste sentido, pela análise das missivas em função das categorias que já listamos e explicamos, devemos reconhecer que em muitos casos a assimetria é neutralizada. O fato de o leitor missivista considerar a necessidade de fornecer sua qualificação ou credenciais indica que há um reconhecimento, ainda que implícito, de que não basta dizer e dizer bem. Também se faz necessário cercar o dizer do *status* necessário que o autorize sócio-discursivamente. Neste sentido, este fenômeno corrobora o pensamento de Foucault (1996). Este filósofo chama a atenção para o que denomina ritual do discurso. O ritual é o meio pelo qual são definidos a qualificação, os comportamentos e as circunstâncias que devem possuir os sujeitos que falam.

VII

CONCLUSÕES

Como pôde ser constatado ao longo de nossa análise nos capítulos V e VI, existe uma escalaridade responsiva identificável nos textos das cartas ao editor em *Newsweek*. Nossa hipótese geral inicialmente formulada apontava para a existência de um grau de responsividade/responsabilidade que varia de 0 a 9 na escala que criamos. Como já foi explicado, os elementos que influenciam o grau de responsividade/responsabilidade em uma missiva são os seguintes: **a natureza da carta, a posição ideológica, a referência à manipulação ideológica, as marcas de subjetividade, a referência ao coenunciador e as formas de intertextualidade**. Esses elementos não podem ser vistos isoladamente, mas devem ser observados na dinâmica da interação, pois é nas probabilidades de arranjos desses fatores que teremos os diferentes graus de responsividade/responsabilidade. Relembramos que as duas noções – responsividade e responsabilidade – não podem ser separadas, visto que é a sua junção que nos fornece a definição do fenômeno linguístico-ideológico-discursivo que nos propomos a descrever. Advertimos também que a noção de responsividade/responsabilidade aqui considerada é aquela trazida à luz por Bakhtin (2000), que chama de compreensão responsiva ativa qualquer enunciado destinado a um determinado enunciatário. A noção de responsabilidade acrescenta à noção de responsividade/responsabilidade ativa a ideia de que devemos observar o tipo de engajamento que o enunciador tem em relação ao seu enunciado. Assim, devemos reconhecer, *a priori*, a existência de um fenômeno de interação linguageira bastante complexo a ser observado em qualquer enunciado, sem perder de vista, obviamente, a cadeia dialógica a que ele pertence. É importante dizer que as categorias acima mencionadas resultaram da execução de nosso objetivo geral que consistiu em mapear as estratégias discursivas usadas pelo leitor missivista de *Newsweek* na busca de equilibrar as relações de poder polarizadas no binômio texto-base/carta.

Como já procuramos esclarecer em linhas anteriores, as categorias que elegemos previamente como influentes no grau de responsividade/responsabilidade resultaram da compreensão de que no ato responsivo devemos considerar o enunciador, o enunciatário, a relação entre eles, a esfera ideológico-social em que a interação se dá. Então, a presença de elementos que correspondam a tais instâncias é indispensável. No entanto, a ênfase em dado componente ou mesmo a busca de minimizar sua importância no referido jogo interativo são dignos de atenção no sentido de favorecer o entendimento de como se mobilizam e se organizam as estratégias discursivo-argumentativas no interior de cada enunciado.

Ao voltarmos nossa atenção para as instâncias citadas no parágrafo anterior, e levando em conta a análise que fizemos em capítulos anteriores, podemos destacar funções importantes, do ponto de vista discursivo-argumentativo, projetadas nas categorias influentes no grau de responsividade/responsabilidade. Focalizemos, primeiramente, o enunciador e as possibilidades de projeção que destacamos para ele.

As marcas de subjetividade indicam a projeção da subjetividade do enunciador em seu enunciado, mas também estabelecem o ponto gerador da resposta. Essas marcas apontam para a intensidade do engajamento e comprometimento que o enunciador tem com o que diz. O uso do pronome pessoal “eu”, por exemplo, deixa clara a intenção de indicar o ponto de partida da atividade pensante que formula a resposta em andamento. Seu uso revela a necessidade de estabelecer, não só a relação entre o indivíduo e o “mundo” com que interage, mas também, intrinsecamente, a atitude de responsabilizar-se claramente pela ação que desenvolve pelo uso da linguagem verbal. Neste sentido, o enunciador da carta não é um mero locutor, mas o detentor da atividade cognitiva que se concretiza na intervenção que faz perante o outro a quem se dirige. É importante observar que o uso do “eu” tem a propriedade de imediatamente instaurar o “tu” (você) ou, secundariamente, o “ele”. Mas devemos notar que não existe o “ele” sem a existência do “tu”.

Uma vez que todo enunciado resulta da interação entre pelo menos dois participantes, devemos lembrar que a figura de tais participantes encontra-se sempre implícita. No entanto, a decisão de marcar a instância da sua subjetividade pode estar ligada ao objetivo de aumentar o teor argumentativo. Nas cartas ao editor analisadas, o uso do pronome pessoal se mostrou um elemento importante na demarcação da polarização entre os participantes do diálogo, pois essa marca, conforme demonstrou-se do ponto de vista estatístico, esteve associada à posição ideológica disjuntiva, muito embora ela tenha sido encontrada relacionada à posição ideológica conjuntiva. Um dado interessante neste sentido, é que em quase 100% das cartas em que houve identificação do leitor além daquela exigida pela revista registramos o uso do pronome pessoal. A única exceção está relacionada ao caso em que o leitor missivista era ex-embaixador do Marrocos – carta 136. Por um motivo que já analisamos, aquele missivista optou por não usar o pronome pessoal de primeira pessoa. Como pudemos constatar nos exemplos que analisamos, o uso de pronomes pode servir como elemento potencializador do teor argumentativo de determinado texto. Isto vale também para a escolha de não usá-lo, pois o efeito obtivo vai depender de outros elementos influentes em determinado enunciado.

A propósito, o uso da identificação esteve também relacionado à necessidade de potencializar o teor argumentativo da carta, seja em cartas cuja posição ideológica é disjuntiva ou conjuntiva. Os casos em que a identificação foi fornecida ao lado do nome do missivista ligam-se à apresentação da qualificação do leitor missivista para falar do assunto a que se propõe. Disto se infere que há a crença de que a argumentação não vale por si mesma, mas se faz necessário estar credenciado a discorrer sobre determinados temas. Note-se que a apresentação de credencial em si mesma em nada garante a verdade do dito. Este fato corrobora o pensamento formulado por Foucault (1986). Este pensador afirma que pelo o estabelecimento do “ritual” – que decorre do que Foucault chama de logofobia – são definidos a qualificação, o comportamento e as circunstâncias que devem possuir os indivíduos que falam.

As outras marcas de subjetividade são os advérbios modalizadores, os adjetivos modalizadores, e os verbos de julgamento. Enquanto marcas de subjetividade, os advérbios modalizadores apresentaram a propriedade de interferir sobre o dito, ao mesmo tempo que são capazes de apontar implicitamente para o enunciador, sugerindo, primariamente, o esforço criativo do pensador por trás do seu texto, e secundariamente, uma marca de isenção, honestidade e, conseqüentemente, credibilidade a ser imputada a quem autoriza o enunciado. Este conjunto de efeitos altera para mais o grau de responsividade/responsabilidade do enunciado da carta, fazendo com que esta detenha um teor argumentativo que não pode ser desprezado.

Algo diferente se dá com os adjetivos modalizadores. Estes implicam uma impressão de qualidade, o que, ao contrário dos advérbios modalizadores, sugerem uma posição de certeza por parte de quem autoriza o enunciado que o veicula. Mas, à semelhança dos advérbios modalizadores, os adjetivos modalizadores também deixam implícita a presença do enunciador, o que indica o seu engajamento e responsabilidade sobre o que diz. Pelas propriedades mencionadas, podemos entender melhor por que essas marcas de subjetividade influenciam o grau de responsividade/responsabilidade para mais.

Os verbos de julgamento também compõem o grupo de marcas de subjetividade que formulamos com o intuito de verificar a projeção do leitor missivista no interior do seu enunciado. Apesar de dividirem esse traço com as outras marcas de subjetividade, os verbos de julgamento, conforme a análise que fizemos, têm a propriedade de posicionar o leitor missivista em um lugar discursivo que o apresenta como um locutor em processo de negociação relativo ao enunciado emitido por seu interlocutor. A exemplo das outras marcas

de subjetividade, os verbos de julgamento também influenciam o grau de responsividade/responsabilidade para mais.

As marcas de subjetividade dizem respeito ao posicionamento do enunciador da carta. A designação do coenunciador está relacionada também ao objetivo de posicioná-lo em determinado lugar discursivo, a fim de potencializar o teor argumentativo. Lembramos que um discurso eficientemente formulado procura posicionar o interlocutor. Nas as cartas ao editor em *Newsweek* também podemos observar essa função.

Observamos que, quando o coenunciador é explicitado pelo leitor missivista, o grau de responsividade/responsabilidade tende para mais. Isto implica uma composição com elementos que também elevam o grau de responsividade/responsabilidade, como, por exemplo, a posição ideológica, a referência à manipulação ideológica e a natureza da carta. Pela análise anteriormente elaborada, a decisão de minimizar a presença do coenunciador está relacionada a uma posição ideológica que se alinha com as ideias expressas no texto-base – conjuntiva, portanto. Ao contrário, quando a natureza da carta é depreciativa ou corretiva, o que implica dissenção e, conseqüentemente, uma posição ideológica disjuntiva, verificou-se a necessidade de designar o coenunciador, pois o objetivo era confrontá-lo pelas ideias que autoriza. É importante observar o fundamento da relação entre responsividade e responsabilidade, pois, nas cartas em que há dissenção entre os interlocutores, observa-se a necessidade de designar o responsável pelo enunciado a ser contestado ou corrigido. Essa relação dialética entre ideologias distintas implica atitudes de responsabilidade observáveis no enunciado da carta. Deste ponto de vista, é compreensível que, ao identificar o seu coenunciador, o leitor missivista também tenha que imprimir em seu enunciado marcas que indicam o quanto se responsabiliza por ele.

Ao considerar os elementos influentes no grau de responsividade/responsabilidade encontrado nas missivas, não se pode perder de vista que é no texto da carta que encontramos os elementos que estabelecem a relação entre os dois textos. Quer dizer, o texto-base não estabelece nenhum canal direto com o texto da carta, mas o contrário. A esse propósito, as formas de intertextualidade remissiva ao texto-base são responsáveis por estabelecer a ligação imediata entre a carta e o enunciado a que faz referência. A necessidade de estabelecer essa conexão não pode nunca ser ignorada, pois é ela que puxa o gatilho dialógico e, conseqüentemente, responsivo. Ao reconhecermos essa função imediata, não podemos desprezar o efeito discursivo-argumentativo obtido pela escolha da forma de remissão. Já observamos em Cardoso (2005), pela análise qualitativa feita naquele trabalho, que a escolha

da forma de intertextualidade condiciona a escolha de outras estratégias de argumentação. No referido trabalho, construímos uma argumentação no sentido de evidenciar que as formas de remissão marcadas textualmente produzem como efeito um direcionamento argumentativo proximamente relacionado com tal escolha. Na presente investigação, não conseguimos relacionar de todo a escolha da forma de intertextualidade com a alteração do grau de responsividade/responsabilidade. Os dados apontam apenas parcialmente para essa relação, pois apenas um polo que figurava em nossa hipótese mostrou-se evidente – o polo relacionado à baixa responsividade.

Neste sentido, conjecturamos que a ausência de evidência para o polo oposto da referida hipótese pode estar ligada justamente ao fato de as cartas serem editadas sob pretexto de alcançar clareza e economizar o espaço destinado à publicação das cartas. Chegamos a pensar neste caso que as cartas podem ser bem mais extensas antes de serem editadas. Conjecturamos, também, que o acesso aos originais das missivas publicadas no *corpus* que analisamos levar-nos-ia a percentuais diferentes com relação às formas de intertextualidade mais recorrentes. Com os enunciados originais seria possível descartar ou confirmar com mais segurança a hipótese que formulamos para o grau de responsividade/responsabilidade e a influência sofrida em decorrência da forma de remissão. Um dado que nos faz levantar essas conjecturas é o fato de as cartas não possuírem, no mais das vezes, vestígios de uma introdução, iniciando quase sempre *in media res*. O que também nos chama a atenção é o fato de algumas cartas serem formadas de uma única frase. A estrutura constituída por introdução, desenvolvimento e conclusão, típica do gênero carta, apresenta-se comprometida. Em todo caso, conforme já argumentamos, é a ação comunicativa efetivamente levada a termo que deve ser considerada, tanto para a análise quantitativa quanto para a análise qualitativa.

As formas de intertextualidade remissiva ao texto-base cumprem o papel de instaurar o processo dialógico entre os textos. Mas o que dizer do aspecto ideológico considerado em nossa pesquisa? Lembramos que, embora reconhecendo a constância da ideologia em nossos discursos, e concretamente nos enunciados que geramos, decidimos trabalhar com a manifestação ideológica que tende a criar e sustentar relações de dominação, conforme Thompson (2009).

Um aspecto que analisamos, a referência à manipulação ideológica, deixa claro que o indivíduo comum tem consciência da importância da ideologia na geração dos discursos. A hipótese que formulamos foi que a presença de qualquer forma de referência à manipulação ideológica feita pelo missivista elevaria o grau de

responsividade/responsabilidade – confirmada pela análise empreendida. Na prática, ação de denunciar uma ação manipulativa no interior do discurso conecta-se diretamente com as posições de poder entre o missivista e o autor do texto-base. A iniciativa de denunciar, conforme ponderamos, é uma tentativa de desacreditar, parcial ou totalmente, o discurso do seu interlocutor, facilitando a tarefa argumentativa. Porém, de um ponto de vista ainda mais direcionado, a referência à manipulação ideológica tem a propriedade de abrir espaço para que a ideologia expressa pelo missivista possa ser recebida sem maiores resistências, pois se estabelece um confronto entre dois polos, o primeiro sendo alvo da denúncia, e o segundo representando um conjunto de ideias que visam reestabelecer um tratamento discursivo “mais justo”. Ademais, o recurso em tela possui também o traço de minar a autoridade do interlocutor, visto que o coloca em uma posição ética desfavorável.

Como já sabemos, o missivista não traz uma posição de poder previamente estabelecida, como é o caso do autor do artigo, reportagem, entrevista ou notícia. Antes, a posição de autoridade do missivista deve ser construída na totalidade do seu enunciado, inclusive pelo recurso de revelar as credenciais que o autorizam a discorrer sobre determinado tema. Digno de nota é fato de que a ação de denunciar uma forma manipulativa identificada no texto-base se configura como uma iniciativa localizada na esfera subjetiva, pois manifestar uma ideologia não implica necessariamente desconstruir outra oposta a ela, colocando-a no plano do manipulativo. Assim, podemos dizer que o recurso da referência à manipulação ideológica ajuda a reforçar as linhas que descrevem o leitor missivista como uma subjetividade posta numa relação de dissensão com outra.

A análise que fizemos da posição ideológica demonstrou a influência desse fator no grau de responsividade/responsabilidade. A posição ideológica conjuntiva mostrou-se preponderantemente associada a graus de responsividade/responsabilidade baixos, enquanto que a posição ideológica disjuntiva ficou preponderantemente associada a graus de responsividade/responsabilidade altos.

Concretamente, a posição ideológica relaciona-se à natureza da carta, mas devemos refletir sobre a relação hierárquica entre estes elementos. Sabemos que a natureza da carta é dada pelo tipo de abordagem do texto-base que o missivista estabelece no plano das ideias. Objetivamente, são as manifestações de concordância ou discordância que nos permitem tipificar as cartas quanto a sua natureza. Mas é razoável afirmar que a possível concordância ou discordância surge a partir da esfera ideológica que o missivista traz para o trabalho responsivo ativo. A ideologia que manifestamos em nossas relações não é constituída

a *ad hoc*. Ainda que se caracterize pela geração de efeitos destrutivos na teia social de que faça parte, a ideologia efetivamente manifestada é uma construção no tempo e no espaço das experiências sócio-cognitivas do indivíduo. Então, somos guiados a pensar que a natureza da carta, especificamente, resulta das forças reativas disparadas pelo contato ideológico entre subjetividades distintas, seja no plano do alinhamento, seja no plano da discordância. Falamos em subjetividades distintas mesmo no caso em que as marcas de tais subjetividades estejam apagadas ou atrofiadas, pois, embora possamos falar de uma ideologia coletivamente compartilhada, é, em última análise, entre sujeitos individuais que a ideologia se manifesta. Quer dizer, é sempre entre dois indivíduos que a ação comunicativa pode ser flagrada.

A hipótese que formulamos sobre a posição ideológica foi confirmada. Hipotetizamos que a posição ideológica disjuntiva tende a gerar graus de responsividade/responsabilidade mais altos, enquanto que a posição ideológica conjuntiva tende a gerar graus de responsividade/responsabilidade baixos na escala que concebemos. A posição ideológica disjuntiva leva o enunciador a arregimentar forças e recursos que o façam vencer o embate discursivo-argumentativo que se estabelece. Consequentemente, ele também é obrigado a se engajar de forma marcante na formulação de sua resposta. Isto pode ser visto nos aspectos já mencionados: enunciador, enunciatário, a relação entre os enunciados e o universo em que esses enunciados alcançam vida. O fato de a “posição ideológica” ter um efeito claro sobre o grau de responsividade/responsabilidade ajuda a demonstrar a importância da ideologia como componente discursivo, sem perder de vista, obviamente, que toda ideologia é fortemente constituída e instalada na mente humana pela linguagem verbal. De qualquer modo, a relação dialética entre ideologia e discurso fica bastante evidente nos dados que coletamos.

É relevante notar, a propósito da posição ideológica, que a dissensão tende a potencializar os fatores que caracterizam as manifestações individuais, obrigando o enunciador a lançar mão de elementos que trazem a ideologia para a esfera do fortemente subjetivo. Já a conjunção afrouxa o aspecto subjetivo da ideologia, dispensando o indivíduo do uso dos recursos de autoposicionamento e de posicionamento do outro na composição do seu discurso, gerando como efeito a tendência a dissociar ideologia do seu componente subjetivo. Então, na conjunção tende a se manifestar o aspecto coletivo da ideologia. Na disjunção há uma potencialização dos elementos subjetivos que envolvem o discurso. É na dissensão que se flagra o indivíduo, ao passo que é na conjunção que se vislumbra os

contornos da esfera coletiva. A dissensão tende a evidenciar os elementos que geram e estruturam o discurso, trazendo-os para a superfície textual.

Isto no leva a pensar também sobre a força motriz que rege o dispositivo dialógico. Se fossem constituídos eminentemente de ações de alinhamento, os discursos tenderiam a se precipitar sobre si mesmos, perdendo a capacidade de gerar outras matrizes ideológicas. É na dissensão, aparentemente indesejada por quem procura estabelecer relações de dominação, que os discursos e as forças que os geram se mantêm em serviço, pois é por ela que o indivíduo reestabelece e reafirma os seus contornos. É também na disjunção que a possibilidade de mudança se insinua no sentido preconizado por Fairclough (2003), ao passo que é na conjunção que há um reforço dos mecanismos de controle do discurso, conforme explica Foucault (1986).

Os elementos que circundam o núcleo ideológico do discurso nos levam a refletir sobre as forças que o geram. Neste caso, não podemos deixar de considerar, conforme ficou evidente, que, a despeito da amplitude que toda ideologia pretende atingir, é na subjetividade (bancada pelo indivíduo) que a ideologia alcança objetividade e se torna efetiva. No entanto, é difícil falar aqui de uma hierarquia, pois os dados que analisamos nos fazem pensar que a relação mais plausível a ser proposta é a das forças que se constituem pela interação. Neste caso, não podemos falar de elementos trazidos para o discurso, quando não podemos falar em discurso sem a presença desses elementos, como a ideologia, por exemplo.

Neste trabalho de investigação científica propusemos centralmente que há um grau de responsividade/responsabilidade mensurável no enunciado das cartas ao editor em *Newsweek*. Com o objetivo de evidenciar a existência do mencionado grau de responsividade/responsabilidade, formulamos uma série de categorias às quais nos referimos nos parágrafos anteriores. Dentre as categorias que concebemos, as que demonstram capacidade de alterar o grau de responsividade/responsabilidade uma carta foram aqui discutidas.

Ressaltamos que o fator responsividade/responsabilidade não pode se dissociar da esfera subjetiva de quem formula o discurso, pois responder e responsabilizar-se por seu próprio enunciado implica, entre outras coisas, projetar-se no interior do enunciado que formula. Essa projeção compreende tanto elementos linguísticos quanto extralinguísticos como, por exemplo, o posicionamento subjetivo configurado pelas marcas de subjetividade, entre as quais está a modalização do próprio enunciado.

Nossa pesquisa aponta para a importância do componente ideológico como elemento organizador das estratégias discursivo-argumentativas que o enunciador da carta arregimenta com o objetivo de cumprir seu propósito inicial. Neste sentido, diante do pouco espaço destinado à publicação das missivas e diante da possibilidade de edição de seus textos, as manifestações dos leitores apontam para a crença no discurso como fator de mudança nas relações de poder entre os que detêm o controle do discurso e o que estão sujeitos a esse mesmo controle.

Chamamos a atenção para o fato de que as categorias que analisamos foram aplicadas ao gênero *cartas ao editor*, cujos contornos sofrem influência das características resultantes das necessidades da revista *Newsweek*. Neste sentido, ainda não temos elementos que nos permitam formular um prognóstico positivo de que as categorias aqui estudadas irão funcionar para todo e qualquer gênero. Neste sentido, é razoável pensar que se deve considerar as possibilidades e propósitos de cada gênero a ser analisado sob o prisma do grau de responsividade/responsabilidade. Há gêneros mais abertos ao embate ideológico; e há gêneros que não permitem qualquer menção a este aspecto. Este não é o caso de gênero cartas ao editor, pautado em relações que consideram o princípio democrático da discordância como um elemento salutar e mesmo necessário.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Vila de Feira, Editorial Presença. 1980
- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa, 2001.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BELL, Allan. **The language of news media**. Oxford. Blackwell: 1991,
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 5ª Ed. Campinas, SP. Pontes Editora, 2005.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 2003.
- BYBEE, J. **Morphology**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne. Modality in grammar and discourse: an introductory essay. *In*: BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne (Org.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992.
- BYBEE, Joan L. & WILLIAM PAGLIUCA. Cross-Linguistics Comparison and the Development of Grammatical Meaning. *In* **Historical Semantics: Historical Word Formation**. ed. By Jacek Fisiak, 59 – 83. Berlin: Mouton, 1985.
- BYBEE, Joan L. & FLEISCHMAN, S. **Modality in grammar and discourse: an introduction essay**. University of New Mexico, 1992.
- Bybee, J. L. e Dahl, Ö. (1989). The creation of tense and aspect systems in the languages of the world. *Studies in Language* 13.1.51-103.
- BOTNE, R. **Evidentiality and epistemic modality in lega**. *Studies in Language*, v. 3, n. 21, p. 09-532, 1997.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 2003.
- CABRAL, S.R.S. **A mídia e o presidente: um julgamento com base na Teoria da Valoração**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- CARDOSO, M. M.. **O gênero carta ao editor em newsweek: aspectos discursivos e sócio-interacionais**. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005. Dissertação de Mestrado.
- CHARAUDEAU, P. & MAIGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CORNILLIE, B. **Evidentiality and epistemic modality: on the close relationship between two different categories**. *Functions of Language* 16:1. John Benjamins Publishing Company, p. 44 – 62. 2009.

CORNILLIE, B. **Evidentiality and epistemic modality in Spanish (semi)auxiliaries: a cognitive-functional approach** (Applications of cognitive linguistics series 5) Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

DE HANN, F. **The interaction of modality and negation: A typological study**. New York: Garland, 1997.

DIJK, Teun A. van. Discurso e poder. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. Dordrecht-Holland / Providence RI: Foris Publications, 1989.

_____. **The theory of functional grammar 2**. Ed, by K. HENGEVELD. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DOSSE, F. **A história do estruturalismo - Volume I: O campo do signo, 1945-1966**. São Paulo: Ensaio. Campinas: Editora Unicamp.1993

DOWNES, W. **Language and society**. LONDRES: FONLANA, 1984

DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discourse**. London and New York: Routledge: 2003.

FISK, Robert. **Journalism and 'the words of power**. Disponível em: <http://thehoot.org/web/Journalism-and--the-words-of-power-/4690-1-1-22-true.html>. Acesso em 12/08/2010.

FITNEVA, S. **Epistemic marking and reliability judgments: evidence from Bulgarian**. **Journal of Pragmatics**, v. 33, p. 421-442, 2001.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. bras. de Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, M. **A História da sexualidade 1. A vontade de saber**. Trad. Brás. M. Thereza Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____, M. **História da sexualidade 2. O uso dos prazeres**. Trad. Brás. M. Thereza Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____, M. **História da sexualidade 3. O cuidado de si**. Trad. Brás. M. Thereza Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____, M. **A arqueologia do saber**. Trad. bras. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1986.

FROHMANN, Bernd. "The Power of Images: A Discourse Analysis of the Cognitive Viewpoint." *Journal of Documentation* 48.4 (1992): 365-386.

- GEUSS (1981), Raymond. **The Idea of a critical theory**: Caimbridge, Cambridge University Press, 1981.
- GIVON, T. **Functionalism and grammar**, Amsterdam: John Benjamins 1995.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GREGOLIN, M.R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In COLE, P. and MORGAN, J. (eds), **Speech Acts**. New York: Academic Press, Vol. 3, 1975, 41 – 58.
- HABERMAS, J. **Théorie de l'agir communicationnel**. Paris: Fayard, vol. I et II. 1987.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar**. London: Hoder Education, 2004.
- HENGEVELD, K. **Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish**. **J. Semantics**, v. 6, p. 227-69, 1988.
- _____. **Layers and operators in functional grammar**. *Journal of Linguistics*, v. 25, p. Gruyter, 1989.
- LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge : Cambridge Press, 1983.
- LEWS, C. I. **An analysis of knowledge and evaluation**. La Salle, III.:The Open Courte Publishing Co.: 1946.
- LYONS, J. **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. **Gênese dos discursos**; tradução Sírio Possenti. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTIN, J.R. Beyond Exchange: APPRAISAL Systems in English, *in Evaluation in Text*, Hunston, S. & Thompson, G. (eds), Oxford, Oxford University Press. 2000.
- MARTIN, J. R. E WHITE, P.R.R. **The Language of evaluation: appraisal in English**. London: Palgrave/Macmillan: 2005
- MARX, K; ENGESLS, F. **A ideologia alemã**. Trad. W. Dutra. E F. Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MESZAROS, I. **Marx's Theory of Alienation**: New York, Akar Books 1979.
- NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: Koch, I. G. V. (org.) **Gramática do português falado: desenvolvimentos**. Campinas: Editora da Unicamp/ Fapespe, 1996 (1996a), p. 163 – 169. v. VI.
- NUYTS, J. Subjectivity vs objective modality: What is the diference: In: FORTESCUE, M. et al. (eds) **Layered structure and reference in a funtionnal perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1992, p. 73 – 97.

_____. **Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure.** *Linguistics*, v. 31, p. 933-969, 1993 (1993a).

_____. **From language to conceptualization: The case of epistemic.** *CLS 29 v.2*, p. 271-286, 1993 (1993b).

_____. **Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions.** *Journal of Pragmatics*, v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001.

_____. **Epistemic modality, language and conceptualization: a cognitive-pragmatic perspective.** Amsterdam: Benjamins. 2001.

ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2003.

PALMER, F. R. **Mood and modality.** Cambridge, England: Cambridge University Press: 1986.

RICOUER, P. **Interpretação e ideologias.** Trad. H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ROSSI-LANDI, F. **A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação linguísticas.** São Paulo: Difel, 1985.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral.** 27. ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

SQUARTINI, MARIO. 2008. **Lexical vs. Grammatical evidentiality in french and italian.** *LINGUISTICS* 46.5. 917–947.

STUBBS, M. **Text and Corpus Analysis,** Blackwell. 1996.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes 2009.

VAN VALIN, R. D. JR. **Advances in Role and Reference Grammar.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.